UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

TÂNIA MARA PEREIRA VASCONCELOS

**EDUCAR, CATEQUIZAR E CIVILIZAR A INFÂNCIA:
A ESCOLA PAROQUIAL EM UMA COMUNIDADE
DO SERTÃO DA BAHIA (1941-1957)**

São Paulo

2009

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**EDUCAR, CATEQUIZAR E CIVILIZAR A INFÂNCIA:
A ESCOLA PAROQUIAL EM UMA COMUNIDADE
DO SERTÃO DA BAHIA (1941-1957)**

Tânia Mara Pereira Vasconcelos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do grau de Mestre em História.

Orientadora: Prof^ª Dr^a Maria Luiza Marcílio

São Paulo

2009

Vasconcelos, Tânia Mara Pereira
Educar, catequizar e civilizar a infância: a Escola
Paroquial em uma comunidade do sertão da Bahia
(1941-1957). Dissertação
205 p.

Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História

1. Escola Paroquial 2. Disciplina 3. Religião 4.
Civismo. Universidade de São Paulo. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas.
Universidade de São Paulo. Departamento de
História.

Comissão Julgadora:

Prof. Dr. Carlos de Almeida Prado Bacelar

Prof. Dr. Carlos Eduardo Uchoa

Prof^a Dr^a Maria Luiza Marcilio
Orientadora

Para Clara,
com amor

AGRADECIMENTOS

A construção de uma dissertação exige dedicação, disciplina e disposição para mudar o cotidiano; para que isso se torne possível é necessário entusiasmo, paixão e a colaboração de muitas pessoas e instituições. Agradeço especialmente a meus pais Rita e Antonio pelo carinho e apoio, tendo se disponibilizado a cuidar de Clara durante o período em que me mudei para São Paulo para cursar as disciplinas do mestrado. À Clarinha, filha muito amada, pelo carinho e imensa compreensão em tempos de mãe ausente ou muito ocupada.

À Vânia Vasconcelos, irmã, amiga e “historiadora das mulheres de Serrolândia”, pelo tempo dedicado ao acompanhamento da construção desse trabalho, além do incentivo e apoio nos momentos de dificuldades. À Cláudia Vasconcelos, irmã querida e “pesquisadora do sertão”, pelo carinho e colaboração. À Marco e Mateus pelo carinho de irmão e sobrinho.

Agradeço à professora Maria Luiza Marcílio pela orientação, dedicação e incentivo, essenciais para que fosse possível a concretização desse trabalho.

Aos meus colegas da Universidade do Estado da Bahia/Campus V, pelo incentivo, liberando-me das atividades de trabalho para que eu pudesse me dedicar a esta dissertação.

Aos professores e colegas da Pós-Graduação da FFLCH e FEUSP, pelas discussões proporcionadas, essenciais ao meu fazer histórico.

Ao CNPQ, pela bolsa concedida durante um período de realização deste trabalho.

À Professora Vera Romariz, revisora do texto e amiga, pela leitura cuidadosa, me ajudando a superar as dificuldades com a Língua Portuguesa, além do carinho e cuidados de “avó coruja” dedicados à Clara.

Na difícil tarefa de garimpar as fontes escritas e imagéticas, que não estão disponíveis em arquivo público, contei com a colaboração de várias pessoas. Agradeço ao Padre Carlos Eduardo por viabilizar o primeiro acesso à documentação da Escola Paroquial; à Valdetina Soares, ex-professora paroquial e “anjo da guarda do Padre Alfredo” por me dar acesso ao seu rico acervo fotográfico e à Professora Maria das Graças Mendes por viabilizar esse contato.

Ao amigo Valter de Oliveira, “historiador das imagens de Jacobina”, que me deu acesso aos jornais micro-filmados e contribuiu com a cópia das fotografias. À Irmã Eulália pelo acesso a documentos da escola paroquial e a Maria Lúcia por facilitar o contato com a mesma. À Irmã Maria Alice, ex-diretora da escola paroquial de Jacobina e auxiliar do Padre Alfredo, pelas informações sobre a escola paroquial em conversas por telefone.

Aos pesquisadores da educação e amigos José Carlos Araújo e Jane Vasconcelos pelo apoio e empréstimo de material bibliográfico. Ao amigo geógrafo Marcone Denys pelo auxílio com os mapas. Às pesquisadoras Jaci Menezes e Iole Vanin pelas dicas e fornecimento de material bibliográfico.

A Ari Rios pelo apoio técnico com as fotografias, também à Elisiane, Cirlânio, Elenilson e Péricles pela colaboração na transcrição das entrevistas.

Por cuidarem de mim, principalmente nos momentos de tensão, agradeço a Telma e a Lúcia, pelas massagens e conversas; também à Déa e Rita, pelo auxílio prestado nos cuidados com Clara e com a casa.

Agradeço à amiga Elizabete Salgado que me acolheu carinhosamente nos primeiros meses em São Paulo, também a James e Fábio, amigos baianos em Sampa, pela acolhida.

Aos grandes amigos, Mariza, Regi, Iuri, Bebel, Lu, Zel, Virgínia e CAPL, que sempre estiveram por perto dando apoio e incentivo.

Dedico o meu agradecimento especial às pessoas que se dispuseram a nos relatar suas experiências do “tempo da escola em Serrote”, memórias quase sempre alegres e algumas vezes tristes, pela maravilhosa experiência de compartilhar com elas de suas narrativas, tão vivas e ricas em detalhes, típicas da cultura popular sertaneja. Em especial à Professora Isabel Lima, pois além de prestar seu depoimento me deu informações em conversas por telefone e disponibilizou-me suas fotografias da escola paroquial.

Enfim, agradeço a todos, que direta ou indiretamente contribuíram de alguma forma para a realização deste trabalho.

RESUMO

Este estudo se propõe a analisar concepções e práticas da Escola Paroquial do Povoado de Serrote, uma pequena comunidade no sertão da Bahia, entre 1941 e 1957; essa escola fazia parte de uma rede de escolas paroquiais fundadas pelo Padre austríaco cisterciense, Alfredo Haasler, no município de Jacobina - BA, que tinha como principal objetivo catequizar a população, contando com o apoio de parte da elite local. A implantação dessas escolas, além da realização de outros trabalhos assistenciais, tornou o referido padre uma figura extremamente conhecida e politicamente importante naquela região, exercendo muitas vezes uma influência maior que a do Estado. A escola paroquial possuía uma estrutura simples, funcionando com uma única classe, no sistema de ensino multisseriado, oferecendo ensino primário gratuito para crianças e adolescentes, oriundas de diferentes condições sociais. As professoras eram todas mulheres e solteiras, estando sujeitas a um rígido controle do comportamento; tendo o seu trabalho associado a uma missão religiosa. Com base em uma pedagogia tradicional, a escola procurava manter a ordem e a disciplina através da utilização de castigos físicos, bem como da distribuição de prêmios aos “melhores alunos”. A escola paroquial possuía uma sintonia com os valores patrióticos e nacionalistas propagados pelo Estado Novo, mesmo após a sua queda, sendo o civismo, ao lado da religião, um forte componente disciplinador. As festas cívicas e religiosas eram comemoradas com muito empenho, constituindo verdadeiros espetáculos, que envolviam toda a comunidade. A idéia de formar um cidadão católico, civilizado, higienizado e disciplinado, constituía o principal objetivo dessa escola. No entanto, havia resistências a esse sistema, identificadas através do cruzamento das diferentes fontes utilizadas na pesquisa (depoimentos orais, documentos escolares, jornais e fotografias), sendo possível perceber uma distância entre a norma e a prática.

Palavras-chaves: Escola paroquial - disciplina - religião - civismo.

ABSTRACT

This study is aimed at analyzing conceptions and practices of the Parochial School in the Serrote Settlement, a small community inland Bahia (Brazil), between 1941 and 1957. Such a school was part of a series of parochial units founded by the Austrian Cistercian Monk Alfredo Haasler in the municipality of Jacobina (Bahia), the main aim of which was to catechize the population with the support of the local elite. By establishing the school and carrying out charity work Monk Haasler became an extremely well-known and politically important character in the region, often wielding more influence than the State. Characterized by a simple structure, the Parochial School had a single multigrade classroom that offered free primary schooling for children and teenagers from a variety of social backgrounds. All teachers were female and single, subjected to a strict behavior control, whose work was associated with a religious mission. Based on a traditional pedagogical approach, the school sought to keep order and discipline by resorting to physical punishment and awarding prizes to the “best students”. In tune with the patriotic and nationalistic values conveyed by the Brazilian New State regime, even after it was overthrown, civism was used together with religion as a disciplinary component. Religious and civic festivities were diligently celebrated, making them spectacular shows involving the whole community. The school ultimately aimed to shape a catholic, civilized, hygienized and disciplined citizen. However, such a system faced some resistance, as could be identified by cross-referring different sources (oral accounts, school documents, newspapers and photographs) during this research work, thus revealing a gap between the norm and its practice.

Key Words: Parochial school – discipline – religion – civism

LISTA DE MAPAS

Mapa 1. Município de Serrolândia na Região do Piemonte da Chapada Diamantina.....	25
Mapa 2. Município de Serrolândia no Estado da Bahia.....	25

LISTA DE FOTOGRAFIAS

1.	Foto 1. Alunos do Povoado de Serrote com o Padre Alfredo.....	53
2.	Foto 2. Alunos das escolas paroquiais em frente a avião (comitiva de JK).....	64
3.	Foto 3. Cartão comemorativo (40 anos de sacerdócio do Padre Alfredo).....	77
4.	Foto 4. Alunos da escola paroquial de Serrote recebendo atendimento médico....	78
5.	Foto 5. Primeira Comunhão dos alunos da Professora Isabel.....	88
6.	Foto 6. Recepção ao bispo com a participação da Escola Paroquial.....	92
7.	Foto 7. Desfile da Escola Paroquial na recepção ao bispo.....	93
8.	Foto 8. Desfile cívico da escola Paroquial de Serrote (década de 1940).....	99
9.	Foto 9. Desfile cívico da escola Paroquial de Serrote (década de 1950).....	100
10.	Foto 10. Educação física na escola paroquial.....	105
11.	Foto 11. Número de ginástica (meninos).....	106
12.	Foto 12. Número de ginástica (meninas).....	106
13.	Foto 13. Pirâmide humana.....	107
14.	Foto 14. As professoras paroquiais.....	119
15.	Foto 15. Desfile cívico da Escola Paroquial.....	149
16.	Foto 16. Sala de aula da Escola Paroquial.....	155
17.	Foto 17. Sala de aula da Escola Paroquial de Jacobina.....	156
18.	Foto 18. Banca examinadora em Catinga do Moura.....	183
19.	Foto 19. Banca examinadora com alunas premiadas.....	185

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Profissão dos pais dos alunos da Escola Paroquial de Serrote.....	133
Tabela 2 - Alunos matriculados mensalmente na Escola Paroquial de Serrote.....	137
Tabela 3 - Entrada e saída de alunos na Escola Paroquial de Serrote.....	139
Tabela 4 - Observações relativas à saída dos alunos da Escola Paroquial.....	140
Tabela 5 - Promoção de alunos da Escola Paroquial de Serrote.....	178

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

A escola como salvação: a Escola Paroquial no contexto educacional do Brasil e da Bahia.....	26
1. A escola para “regenerar a nação”.....	27
2. “A deficiência do ensino no interior”.....	39
2.1. Jacobina e sua “educação”.....	40
2.2. Serrote no tempo do mestre-escola.....	48
3. As Escolas Paroquiais no sertão da Bahia e sua singularidade histórica.....	50
3.1. História e importância política das escolas paroquiais do sertão baiano.....	52
3.1.1. Participação da escola paroquial em eventos políticos.....	57

CAPÍTULO 2

Celebrar a “Fé em Deus e o Amor à Pátria”: a religião e o civismo na Escola Paroquial.....	66
1. Catequizar o povo através da infância: a Escola Paroquial e seu projeto evangelizador.....	67
1.1. Os cistercienses e seu projeto missionário no sertão da Bahia.....	68
1.2. Padre Alfredo Haasler: “O Missionário do Sertão”.....	74
2. “Tudo é pecado”: a catequização dos alunos da Escola Paroquial.....	83
2.1. Aspectos lúdicos da evangelização dos alunos.....	90
3. Celebrar o amor a Pátria: o civismo na Escola Paroquial.....	96

CAPÍTULO 3

Os sujeitos do processo educativo: as professoras e os alunos da Escola Paroquial..111

1. As professoras paroquiais: profissionais, mães ou missionárias?.....112
 - 1.1. Formação e profissionalização das professoras paroquiais.....112
 - 1.2. Ser mulher e professora.....116
2. Os alunos da escola paroquial de Serrote.....127
 - 2.1. Trabalho e condição sócio-econômica.....128
 - 2.2. “Não recusar nenhum aluno”: entrada e saída de alunos na Escola Paroquial.....137

CAPÍTULO 4

Civilizar, educar e disciplinar a infância: práticas cotidianas da escola paroquial...144

1. Civilizar a infância.....145
2. O tempo e o espaço escolar: elementos pedagógicos e disciplinares.....150
 - 2.1. Tempos escolares envolvendo a comunidade.....150
 - 2.2. O espaço da escola: o salão da Igreja.....153
3. Os inventários: indícios materiais de práticas escolares.....157
4. “Ler, escrever e contar”: algumas questões de conteúdo e método.....163
5. “Corrigir é amor”: disciplinarização x resistência.....170
6. Do castigo ao prêmio: avaliação e classificação.....177

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....188

FONTES.....193

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....196

ANEXOS.....202

INTRODUÇÃO

Serrote tem direito a uma escola publica!

Em nome do comercio e das familias residentes no florescente arraial de Serrote, vimos apelar para os bons serviços do nosso prestigioso amigo Deputado Francisco Rocha Pires, chefe político deste município no sentido de ser creada, no aludido arraial, uma escola publica que dê instrução a mais de uma centena de creanças que la se encontram a míngua do alfabeto.

Serrote (nome que precisa ser mudado) é, atualmente, um logarejo animado, constante de cerca de 120 casas habitadas, com 19 de comercio, entre as quaes cinco de tecidos.

Comercio movimentado e bem regular lavoura de mamona e cereais.

Dota-lo de uma escola é tarefa patriotica e justa.

Conhecedores, de perto, dos bons propósitos com que o nobre representante dessa terra encara o maximo e inadiavel problema da instrução em nosso município, estamos certos de que este apelo ha-de merecer a acolhida a que faz jus, pelo cunho de razão que o caracteriza.

Aguardem pois os habitantes de Serrote.

Jornal *O Lidador*, Jacobina (BA), 1937.

Os habitantes de Serrote teriam que aguardar por mais de dez anos, até 1948, quando surgiu a sua primeira escola pública estadual, caso não tivesse sido fundada a Escola Paroquial, em 1941. Essa escola, implantada pelo Padre austríaco cisterciense Alfredo Haasler, embora não fosse pública, era gratuita, tendo sido a primeira escola institucional existente no povoado.

A notícia acima, publicada no único Jornal da cidade de Jacobina, apelando para o patriotismo do dito “chefe político do município”, remete-nos à importância da educação do povo presente nos discursos dos intelectuais da época. Numa época em que se propagava no Brasil a idéia de uma “educação para todos”, nos pequenos lugarejos como Serrote esse ideal estava muito longe de concretizar-se.

O povoado de Serrote¹, atual município de Serrolândia², pertencia ao município de Jacobina, na Bahia, ficando localizado na região semi-árida do Piemonte da Chapada Diamantina, a 319,9 km de Salvador; iniciou seu povoamento em 1929 e foi fundado como povoado, na década de 1940. Tornou-se vila em 1953, quando teve seu nome mudado para Serrolândia, tendo conseguido a emancipação política em 1962.³ Embora Serrote contasse com 19 casas de comércio, em 1937, sua principal atividade econômica durante o período estudado era a agricultura, destacando-se a plantação de mandioca e mamona.

Este estudo se propõe a analisar concepções e práticas da Escola Paroquial do Povoado de Serrote entre 1941 e 1957, período em que esta atuou no povoado; essa escola fazia parte de uma rede de escolas paroquiais fundadas pelo Padre Alfredo Haasler, que chegou ao município de Jacobina em 1938, tendo instalado a primeira escola no ano seguinte. De acordo com a Biografia do Padre Alfredo, no momento de sua maior expansão, a rede de escolas paroquiais chegou a atingir um total de 48 escolas, espalhadas por toda a área rural da Paróquia de Santo Antonio de Jacobina.⁴ A instalação dessas escolas, que oferecia ensino primário gratuito em uma região carente de escolas públicas, além da realização de outras atividades assistenciais, tornou o padre citado uma personalidade de grande importância política em toda a região.

A instalação das escolas paroquiais na região de Jacobina, ao que tudo indica, foi fruto da iniciativa do Padre Alfredo, contando com o apoio de parte da elite local. Não houve no Brasil uma política oficial da Igreja Católica que incentivasse a implantação de escolas paroquiais por todo o país. Na bibliografia pesquisada, só consegui encontrar referências à existência de escolas paroquiais no Brasil, na região sul do país e apenas nas áreas de colonização estrangeira; estas geralmente possuíam um caráter étnico.⁵ A existência de escolas paroquiais no sertão da Bahia, entre o final dos anos 1930 e meados

¹ De acordo com Diomedes Reis o nome do povoado “Serrote” foi originário de uma pequena serra avistada pelos primeiros moradores. Esta serra, atualmente denominada “Monte Serrote”, divide a cidade geograficamente. *Serrote de ontem, Serrolândia de hoje*. Salvador: Press Color, 1994, p. 15.

² De acordo com a Contagem da População do IBGE de 2007 Serrolândia contava com uma população de 12.120 pessoas.

³ O Distrito foi criado em 30.12.1953, pela Lei Estadual nº 628 e o Município em 23.07.1962, pela Lei Estadual nº 1746. REIS, Diomedes. op. cit. pp.19-20.

⁴ De acordo com a biografia a área da paróquia era de 5.340 Km². LEMOS, Doracy Araújo. *O missionário do Sertão, biografia de Padre Alfredo Haasler*, Jacobina – BA: Santa Cruz Artes Gráficas, 1999. p. 42.

⁵ Ver DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUCs: República, recatolização e escolarização. In STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena C. (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, Vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005 e KREUTZ, Lúcio. *Professor paroquial: magistério e imigração alemã*. 2. ed. Pelotas: Seiva, 2004.

dos anos 1980⁶ é, portanto, um fenômeno singular, desconhecido por parte dos estudos de História da Educação no Brasil realizados até o momento; tendo em vista tal fator este estudo pretende ser uma contribuição original para a área.

Como ex-moradora da cidade de Serrolândia e ex-aluna do Curso de História da Universidade do Estado da Bahia na cidade de Jacobina (Campus VI), me propus a estudar a experiência das escolas paroquiais nessa região, dando ênfase à escola do Povoado de Serrote. A opção por pesquisar uma única escola, além de ser mais viável, me permitiu uma maior aproximação do objeto, possibilitando-me analisar valores e práticas cotidianas da escola, sendo possível perceber nestes a propagação de um modelo de “infância civilizada”.

A relação entre os processos de escolarização e a produção da moderna concepção de infância é evidenciada por diversos historiadores.⁷ De acordo com Faria Filho e Sales:

(...) os sujeitos responsáveis pela institucionalização da escola e pelo desenvolvimento de processos de escolarização nas sociedades ocidentais, não apenas produziram discursos e instituições mas, sobretudo acabaram por produzir a própria infância como fenômeno social. Decorre desta constatação que uma das faces fundamentais do estudo da história da infância é o estudo da história dos discursos e das instituições que dela se ocupam, particularmente da escola.⁸

Os estudos que tratam da escolarização da infância a partir dessa perspectiva partem de uma desnaturalização do próprio termo infância. Tais estudos não seriam possíveis sem que tivesse havido uma desconstrução do conhecimento, proposto pelas novas abordagens histórico-filosóficas. Essas abordagens negam totalidades universais

⁶ Estou considerando o período em que a maioria das escolas paroquiais foi fechada, restando apenas algumas poucas, não mais financiadas pela Igreja e sim pelo Estado e pelas Prefeituras onde estas estavam localizadas.

⁷ Phillipe Ariès foi considerado o pioneiro nos estudos históricos sobre a criança. Ao publicar *A criança e a família no Antigo Regime*, em 1960, discute a infância - considerada uma fase específica - como uma invenção moderna. A idéia da especificidade infantil estaria relacionada ao surgimento da escola moderna, na qual as crianças passam a ser rigidamente disciplinadas e enclausuradas. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC. 2ª Ed. 1981. Embora algumas de principais conclusões de Ariès tenham sido alvos de críticas, a associação entre o surgimento da escola moderna e um novo ideal de criança é aceita por muitos historiadores. Ver por exemplo GÉLIS, Jacques. “A individualização da criança” In ARIÈS, Philippe & CHARTIER, Roger (orgs.). *História da vida privada* (vol. 3). São Paulo: Cia das Letras, 1997; BOTO, Carlota. “O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes”. In FREITAS, Marcos Cezar de & KUHLMANN JR, Moysés (orgs.). *Os Intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002. GREYVE, Cynthia. “Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos” In FARIA FILHO, Luciano M. de (org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

⁸ FARIA FILHO, Luciano e SALES, Zeli Efigênia. “E escolarização da infância brasileira: a contribuição do bacharel Bernardo Pereira de Vasconcelos.” In: FREITAS, Marcos Cezar de & KUHLMANN JR, Moysés (orgs.). *Os Intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002. pp. 245-246.

criadas pelo pensamento Iluminista e afirmam o relativismo cultural, presente em qualquer estudo que leve em conta a concretude das experiências humanas. Nesse sentido, rompem com o paradigma histórico tradicional baseado na idéia de um “sujeito humano universal”, redimensionando assim, todo o campo do saber histórico.

Chagas e Carvalho discutem problemas da prática de pesquisa em História da Educação, apontando a nova história cultural como uma importante vertente que vem marcando a produção historiográfica contemporânea. Segundo as autoras, “o interesse historiográfico contemporâneo por questões culturais corresponde a um deslocamento profundamente enraizado” tanto nas práticas dos pesquisadores quanto na emergência de novos problemas associados a cultura.⁹

No Brasil e principalmente na Bahia a história da escolarização da infância é um tema relativamente recente. No campo da História da Educação há uma predominância de estudos de caráter generalizante, ou seja, o estudo sob a forma de análises educacionais sobre períodos e/ou graus de ensino diferenciados. Sendo assim, ainda é uma prática bastante recente a de estudos que se referem a um único grau de ensino sob o ponto de vista da cultura e da análise do cotidiano escolar.

As escolas localizadas em áreas rurais também são muito pouco estudadas do ponto de vista histórico. Mesmo dentro da perspectiva da Nova História, a maior parte dos estudos continua centrada nas grandes cidades do país, não havendo ainda uma produção conhecida sobre o cotidiano da escola nas pequenas localidades. Dessa forma, as experiências históricas de grande parte da população brasileira, residente nas pequenas cidades, povoados e vilas, ficam praticamente esquecidas pela historiografia. A experiência da escolarização nesses lugares, embora sofra a influência de políticas governamentais nacionais, se dá de forma diversa da vivida nos grandes centros.

Apenas nas últimas décadas a investigação histórica em educação no Brasil, influenciada pelos novos estudos culturais tem-se debruçado sobre as práticas escolares cotidianas, buscando compreender e problematizar o complexo processo de introduzir as crianças em um sistema de valores que as precede, daí a emergência do conceito de *cultura escolar*. De acordo com Faria Filho e Vidal:

(...) os estudos sobre cultura escolar têm permitido desnaturalizar a escola e empreender estudos sobre o processo mesmo de sua emergência como instituição de socialização nos tempos modernos. Articulada aos estudos do processo de

⁹ CHAGAS, Clarice e CARVALHO, Marta M. C. “Historiografia da Educação e fontes.” *Cadernos ANPED*, N. 5, 1993, p. 38.

escolarização, tal perspectiva traz, desde logo, a necessidade de pensar a relação da escola com as outras instituições responsáveis pela socialização da infância e da juventude e principalmente com a família, a Igreja e o mundo do trabalho.¹⁰

Buscando discutir aspectos internos da escola paroquial, sem perder de vista a relação desta com a sociedade, me proponho neste trabalho a analisar alguns aspectos da cultura escolar presentes nessa escola, a partir da acepção de Dominique Julia, que define cultura escolar como:

um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). Normas e práticas não podem ser analisadas sem levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores.¹¹

O percurso dessa pesquisa foi longo e permeado por dificuldades, principalmente em relação ao acesso às fontes. No ano 2000, em um curso de Especialização em Teoria e Metodologia da História, da Universidade Estadual de Feira de Santana, conclui uma pesquisa que tratava de “práticas e representações acerca da infância em Serrolândia, entre 1940 e 1970”.¹² Nesse estudo, no qual utilizei depoimentos orais como principal fonte de pesquisa, as visões sobre a infância associadas a valores católicos apareciam de forma marcante; em relação à educação escolar da criança identifiquei três tipos de escola: a escola do mestre-escola (existente desde o início do povoamento até meados da década de 1960), a escola paroquial (1941-1957) e a escola pública estadual (a partir de 1948). Nesse primeiro contato com a escola paroquial, além de entrevistas com alguns ex-alunos, tive acesso através de um padre que atuava em Serrolândia, a um material que se encontrava no Convento das Irmãs Missionárias do Espírito Santo em Jacobina; tratava-se de três livros de matrícula e três livros de assiduidade da Escola Paroquial de Serrote, correspondentes ao período de 1941 a 1951 (com um intervalo entre os anos de 1942 e 1943). Os livros

¹⁰ FARIA FILHO, Luciano M., VIDAL, Diana G. et al. “A cultura escolar como categoria de análise e como espaço de investigação na história da educação brasileira.” *Educação & Pesquisa*, vol. 30, nº 1, jan/abr. 2004, p. 154.

¹¹ JULIA, Dominique. “A cultura escolar como objeto histórico”. *Revista Brasileira de História da Educação*. nº 1, jan/jun 2001, pp. 10-11.

¹² VASCONCELOS, Tânia Mara P. *Os meninos de Serrote: entre a inocência e a maldade: práticas e representações acerca da infância numa comunidade do interior (1940-1970)*. Monografia de Especialização em Teoria e Metodologia da História. UEFS, 2000.

continham informações ricas e variadas a respeito da escola e dos alunos; porém, naquele momento, como não dispunha de meio eletrônico para copiar o material inteiro, copiei à mão todos os dados que considere importantes para a realização do trabalho. Não sendo possível, devido à exigüidade do tempo, copiar os nomes de todos os alunos, copiei apenas alguns nomes, principalmente dos alunos envolvidos em eventos que fugiam da rotina da escola, como casos de expulsão. No cruzamento destas fontes com as entrevistas já era possível perceber interessantes contradições, que revelavam a existência de uma idealização por parte dos ex-alunos em relação àquela escola.

Ao iniciar o Curso de Mestrado na Universidade de São Paulo, em 2006, o meu projeto inicial continuava tendo como enfoque principal a infância em Serrolândia, com destaque para a escolarização. Desde o início minha orientadora chamou-me a atenção para a singularidade das escolas paroquiais fundadas pelo Padre Alfredo; no entanto, o acesso à documentação da escola se mostrava mais difícil, porquanto a Madre Superiora do Convento demonstrava não saber onde se encontravam os livros a que eu tinha tido acesso na pesquisa anterior. Apesar disso realizei novas entrevistas e ampliei as fontes escritas, incorporando também jornais de Jacobina, referentes ao período.

No exame de qualificação a banca sugeriu-me a delimitação do objeto de pesquisa para apenas um tipo de escola; resolvi então aceitar a sugestão, optando pela escola paroquial, em vista da sua singularidade. Procurei, a partir daí, insistir um pouco mais para conseguir ter acesso às fontes guardadas no convento e, apesar de não ter conseguido encontrar os livros já pesquisados, tive acesso a mais um importante documento da escola paroquial de Serrote, um Livro de Termos referente ao período de 1944 a 1955. Outra fonte importante que só consegui ter acesso posteriormente foi o acervo fotográfico do Padre Alfredo, que se encontrava em mãos de uma ex-professora paroquial que cuidou do padre nos seus últimos anos de vida. Através do cruzamento dessas fontes procurei analisar práticas cotidianas da escola, bem como os valores propagados por ela, sem perder de vista as contradições entre as normas e as práticas apontadas pelas diversas fontes.

As fontes utilizadas nessa pesquisa, portanto, apesar de dispersas e incompletas, são ricas e variadas, se constituindo por: depoimentos orais; Livros de Matrícula, Livros de Assiduidade e Livro de Termos da Escola Paroquial de Serrote; fotografias referentes a diferentes escolas paroquiais da região de Jacobina e jornais. Utilizo também como fonte secundária alguns livros publicados por memorialistas, referentes à história da região ou a

memórias pessoais. Faz-se necessário, no entanto, problematizar as fontes destacando sua importância bem como os seus limites.

Em relação aos depoimentos orais, foram entrevistadas nessa pesquisa dezoito pessoas, sendo quatro delas advindas das “escolas” dos mestres-escola e catorze da escola paroquial. Considerei importante abordar a prática dos mestres-escola, visando compreender como se dava a educação das crianças antes da implantação da escola paroquial, estabelecendo em alguma medida uma comparação das práticas educativas desses dois tipos de escolas. Entrevistei então dois mestres-escola (que também foram alunos) e mais um aluno e uma aluna que vivenciaram essa experiência. Da escola paroquial foram entrevistados (as) duas professoras (sendo que uma delas foi também aluna), um professor e onze alunos (as), sendo destes últimos nove mulheres e três homens.

Em relação aos critérios utilizados para a escolha dos depoentes, prevaleceram as condições de viabilidade do acesso a esses sujeitos da pesquisa, sendo que grande parte dos alunos e professoras dessas escolas não reside mais em Serrolândia ou em cidades da região. Sendo assim, entrevistei os depoentes que me foram acessíveis, tendo sido seus nomes informados por pessoas conhecidas ou através dos documentos escritos, sendo este o caso da escola paroquial.

As entrevistas foram gravadas e realizadas através de questionários semi-estruturados; ao transcrevê-las fiz pequenas alterações gramaticais, optando, no entanto, por manter palavras e características típicas da linguagem local. Em alguns trechos apresentados no texto optei por manter algumas das perguntas feitas por mim, antecedidas da letra P; utilizei esse recurso apenas em trechos que considerei necessário que a questão aparecesse para deixar claro o contexto da fala do(a) depoente.

A utilização da história oral só se tornou possível com o do advento da Nova História que, ao abrir espaço para novas temáticas, acabou também suscitando a necessidade da utilização de novas fontes. Apesar disso, ela já provocou bastante polêmica entre os historiadores, especialmente em relação à sua validade científica, sendo atualmente mais bem aceita pela academia.

A fonte oral tem a peculiaridade de ser construída com a participação do historiador, o que não invalida esse tipo de fonte como documento histórico; no entanto, é preciso ter certos cuidados em relação aos depoimentos. O pesquisador não pode considerar as entrevistas como vozes do passado, é preciso atentar aos silêncios, às interferências do presente nas histórias sobre o passado. Vidal alerta-nos contra uma visão

excessivamente entusiasmada, que delega à história oral o poder de dar-se a voz aos relegados pela história, negando assim o papel do historiador na construção do documento; assim, a autora destaca: “É o historiador que determina o que entra ou não no seu texto, na sua reelaboração da fala recolhida. É o historiador que infere, recorta, conclui.”¹³ Segundo Alistair Thomson, nos últimos anos os historiadores orais têm atentado para a importância de “explorar os processos de afloramento de lembranças e ‘recompor’ as reminiscências por eles registrados”, ao invés de ver o testemunho oral como “pura e autêntica ‘voz do passado’”¹⁴.

A utilização de fontes orais na pesquisa não exclui a utilização das fontes escritas, pois essas diferentes fontes não são mutuamente excludentes, apenas têm funções específicas; além disso, merecem um tratamento diferenciado na pesquisa, uma vez que cumprem papéis diferenciados, requerendo instrumentos interpretativos diferentes e também específicos. Samuel assinala a importância da utilização da história oral ao lado de outras fontes históricas:

A evidência oral é importante não apenas como uma fonte de informação mas também pelo que faz para o historiador, que entra no campo como um fiscal invisível. Pode ajudar a expor os silêncios e as deficiências da documentação escrita e revelar ao historiador – na frase fina de Tawney – o “tecido celular ressecado” que, quase sempre, é tudo o que tem em mãos. (...) A evidência oral deve deixar o historiador mais faminto por documentos, e não menos; e quando ele os achar, poderá usá-los de uma maneira mais ampla e mais variada do que seus colegas sedentários, que se confinam numa biblioteca ou na sala de pesquisa do arquivo.¹⁵

No presente trabalho a relação dos depoimentos com as outras fontes mostrou-se frutífera no sentido defendido pelo autor, visto que as entrevistas realizadas com os(as) alunos(as) e com as professoras paroquiais tanto me ajudaram a esclarecer dúvidas a respeito das informações contidas em outros documentos, como me serviram de motivação para buscar novos documentos; além disso, a fonte oral permitiu-me uma análise mais subjetiva a respeito dos valores presentes na escola paroquial que marcaram a memória dos depoentes.

¹³ VIDAL, Diana Gonçalves. “De Heródoto ao gravador: história da história oral”. In *Resgate*, nº1, Campinas, 1990.

¹⁴ THOMSON, Alistair. “Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias” In *Projeto História*: PUC-SP. São Paulo. nº 15, Abril/1997, pp. 51-84.

¹⁵ SAMUEL, Raphael. “História local e história oral”. In *Revista Brasileira de História*. V. 9, nº 19. São Paulo: 1990. p. 237.

Outro tipo de fonte utilizada nesta pesquisa, que suscita alguma polêmica enquanto documento histórico, é a fotografia. As fotografias da escola paroquial constituíram uma fonte valiosa nesse trabalho, retratando momentos festivos e destacando especialmente a imagem que a escola pretendia transmitir.

De acordo com Burke, desde o início da história da fotografia, ela foi discutida como um auxílio à história; como assinala o autor, as tentações de tomar uma imagem pela realidade são particularmente sedutoras em se tratando dessa fonte¹⁶, no entanto, ao utilizá-la o historiador deve tomar certos cuidados. Embora o registro fotográfico seja fruto de um referente externo, que garante autenticidade à imagem, ele está longe de ser um produto neutro, isento de subjetividade; devemos considerar a fotografia como uma representação, um fragmento congelado do real, carregado de intencionalidade. Como nos alerta Kossoy: “Toda fotografia tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado do real, em determinado local e época.”¹⁷

Nesse trabalho utilizo dezenove fotografias, sendo seis delas pertencentes a duas depoentes e treze ao acervo fotográfico do Padre Alfredo; nestas foram feitas pequenas restaurações, visando melhorar a qualidade das imagens. O acervo do Padre Alfredo é muito rico, dispondo de inúmeras fotografias de diversas escolas paroquiais; ele demonstra uma preocupação em preservar uma memória, sendo possível observar algumas características comuns à maioria das fotografias. A maior parte das imagens é marcada por uma preocupação com simetria, transmitindo um modelo de organização e ordem que a escola pretendia propagar. Embora a maioria seja de imagens exteriores à sala de aula, como as festas cívicas e religiosas, o público assistente praticamente não aparece, como se se tentasse mostrar a escola isolada da sua realidade social. No entanto, o ambiente, que inevitavelmente aparece, marcado pela pobreza das casas, pelas ruas sem calçamento e pelos aspectos da seca, presentes na escassa vegetação, contrasta muitas vezes com os uniformes brancos e impecáveis dos alunos, típicos de um modelo urbano e burguês.

Infelizmente a maioria das fotografias não estava acompanhada de uma inscrição que revelasse o local e a data em que foram tiradas, também não foi possível saber quem eram os fotógrafos. As conversas com alguns(as) depoentes com as fotografias em mãos serviram para esclarecer algumas dúvidas quanto a essas questões, além de motivar o

¹⁶ BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. São Paulo: EDUSC. 2000. p. 25.

¹⁷ KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 2ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001. p. 36.

florescimento da memória destes(as) a respeito de muitos aspectos da escola, especialmente relacionados às festas.

Os principais jornais utilizados nessa pesquisa foram *O Lيدador*, publicado em Jacobina entre 1936 e 1940 e *Vanguarda*, publicado a partir de 1955, sendo que ao que tudo indica, Jacobina passou quinze anos sem cobertura jornalística oficial. Esse tipo de fonte, longe de trazer informações objetivas a respeito dos fatos, foi útil no sentido de dar acesso a visões da imprensa da região a respeito dos temas tratados.

O jornal *O Lيدador*, embora trate de um período anterior ao da pesquisa, foi importante para auxiliar na compreensão do contexto político e educacional da região de Jacobina e do Estado da Bahia, no período anterior à chegada da escola paroquial. Com relação ao catolicismo, aparecem no jornal denúncias de perseguição por parte da Igreja contra seu redator chefe, pelo fato de ele ser espírita e escrever matérias sobre espiritismo no jornal. O Jornal *Vanguarda*, pelo contrário, mantinha boas relações com a Igreja; nele aparecem muitas notícias elogiosas referentes à atuação do Padre Alfredo, destacando sua relação com os políticos que se encontravam no poder. A educação também aparece como um tema de destaque do jornal, indicando a permanência de um discurso salvacionista associado a ela. Utilizei também matérias de alguns jornais atuais de Jacobina e do Jornal *A Tarde* de Salvador que tratam da atuação do Padre Alfredo.

Os documentos escolares utilizados foram extremamente importantes por apontar práticas cotidianas da escola. O Livro de Termos, correspondente ao período de 1944 a 1955 (com um intervalo entre 1952 e 1954), apesar de não cobrir todo o período pesquisado, traz informações preciosas sobre as práticas e os valores da escola paroquial, contendo: termos de posse das professoras; atas de reabertura e encerramento do ano letivo; descrição das festas cívicas e religiosas; visitas de autoridades; participação da escola em eventos políticos; inventários; atas de exames finais, etc. Essa fonte me possibilitou um novo olhar sobre as práticas escolares, destacando especialmente os rituais da escola. Os Livros de Matricula e Assiduidade contêm dados mais objetivos sobre a vida escolar dos alunos, tendo sido possível a partir desse material a construção de tabelas com dados quantitativos.

O confronto dessas fontes com as entrevistas e com as outras fontes escritas indicou novos caminhos para a pesquisa, apontando contradições entre o real vivido e o ideal, expresso na maioria dos depoimentos, carregados de saudosismo.

A bibliografia utilizada nesse trabalho, além de fornecer subsídios teórico-metodológicos para a análise do objeto, possibilitou-me uma comparação entre os valores e as práticas presentes na escola pesquisada e as concepções difundidas pelas políticas públicas para a escola primária brasileira na época, sendo possível perceber semelhanças e singularidades entre elas. Alguns trabalhos acadêmicos como monografias, dissertações e teses que trazem pesquisas sobre a região também foram muito importantes no sentido de auxiliarem a compreensão da história da mesma.

Este trabalho se constitui de quatro capítulos. O primeiro intitulado *A escola como salvação: a Escola Paroquial no contexto das políticas educacionais do Brasil e da Bahia*, procura traçar um breve panorama da educação no Brasil e na Bahia, a partir do início da República, buscando perceber mudança e continuidades em um discurso que delegava à educação um papel salucionista. A “Era Vargas” recebe destaque nesse contexto devido à ampliação do papel da Igreja Católica nas questões relativas à educação ocorridas nesse período, além de que o modelo educacional proposto naquele momento predominou nas décadas seguintes. Nesse capítulo também procuro caracterizar a educação no município de Jacobina e no Povoado de Serrote, antes da chegada da escola paroquial, apresentando ainda um histórico da escola paroquial no município de Jacobina, destacando sua relação com a política local.

O Segundo Capítulo, *Celebrar a “Fé em Deus e o Amor à Pátria”: religião e civismo na escola paroquial*, destaca a importância do ideal catequético da escola, fazendo um histórico da atuação dos cistercienses no sertão da Bahia, enfatizando a ação missionária do Padre Alfredo Hassler. Analisa ainda os principais valores que norteavam as práticas da escola paroquial, apresentando as festas cívicas e religiosas como rituais que davam destaque à escola perante a comunidade.

O Terceiro Capítulo, *Os sujeitos do processo educativo: as professoras e os alunos da Escola Paroquial*, se propõe a caracterizar os principais sujeitos atuantes na escola. Em relação às professoras, analisa sua formação profissional e condições de trabalho na escola paroquial, destacando as múltiplas funções exercidas por elas na comunidade. A partir da perspectiva de gênero procura destacar o papel dessas mulheres, associadas a mães ou missionárias. Em relação aos alunos, procura analisar sua condição social e dificuldades em frequentar a escola, analisando também dados relativos à entrada e saída dos alunos da escola durante o ano letivo, procurando estabelecer uma relação entre eles e os valores propagados pela mesma.

O Quarto Capítulo, *Civilizar, educar e disciplinar a infância: práticas cotidianas da Escola Paroquial*, se propõe a discutir o dia a dia da escola, procurando caracterizar o tempo e o espaço escolar, os métodos, os conteúdos, as avaliações, prêmios e castigos, destacando as estratégias disciplinares presentes nesses elementos, bem como a resistência dos alunos à disciplina imposta.

MAPAS

MAPA 1: Município de Serrolândia na Região do Piemonte da Chapada Diamantina

Mapa 2: Município de Serrolândia no Estado da Bahia

CAPÍTULO I

A ESCOLA COMO SALVAÇÃO:

A ESCOLA PAROQUIAL NO CONTEXTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DO BRASIL E DA BAHIA

1. A escola para “regenerar a nação”

A hora dos bahianos

(...) As grandes potencias imperialistas não respeitam mais cousa nenhuma. As nações fortes hoje tomam conta dos paizes fracos sem sequer lhes declarar a guerra nem protestar cousa nenhuma. Ai das nações fracas! E nações fracas são as nações incapazes. As nações incapazes são as nações analfabetas.

Ora, todos os grandes povos do mundo vêm no mapa do globo o imenso territorio brasileiro e sabendo-o povoado por um povo quase totalmente illetrado fazem calculos e planos de participarem futuramente do rateamento fatal das nações fracassadas.

É a hora dos bahianos assumirem um attitude. (...)

O que nos falta aos brasileiros é tornar-nos a nossa vida numa vida de trabalhos e de estudo. Ou isso ou perderemos a Independência Nacional proclamada em 1822.

Ora, a Bahia tem dado os maiores gênios nacionais. (...)

O que urge no Brasil é proclamar a guerra santa pela educação e pelo ensino do povo, de modo que não haja mais um só illetrado no Brasil inteiro e todos os nossos patricios sem excepção sejam tão cultos como os francezes, os inglezes, os japonezes, os allemães ou americanos.

Todos os cento e cincoenta municípios do Estado da Bahia devem decretar a extinção do analfabetismo, proclamando essa guerra santa contra a ignorância do povo(...)

Mario Pinto Serva¹

A notícia acima, publicada em 1938, no único jornal da cidade de Jacobina,² nos remete à importância da educação do povo presente nos discursos dos intelectuais da época. O autor associa, de forma dramática, o risco da dominação imperialista com o analfabetismo e conclama os baianos a tomarem a frente nessa “guerra santa”, estabelecendo uma relação entre fraqueza e incapacidade da nação com o analfabetismo. Nesse mesmo jornal, foram publicadas várias matérias defendendo a necessidade da educação como o fator mais importante para o progresso da nação, sendo o analfabetismo considerado a grande praga, responsável pelo atraso do país.

No Brasil, desde a Proclamação da República, discursos de políticos e intelectuais atribuem à educação um papel salvacionista. A escolarização do povo representaria uma

¹ Jornal *O Lidador*, Jacobina, 21.08.1938.

² Jacobina era a sede do município do qual Serrote era um povoado, ficando localizada à 48 Km de distância deste.

inserção do país na rota dos países “civilizados”, uma vez que no século XIX a universalização do ensino primário era um fenômeno consolidado em muitos países europeus e nos Estados Unidos, exemplos a serem seguidos. Para Souza “os republicanos mitificaram o poder da educação a tal ponto que depositaram nela não apenas a esperança de consolidação do novo regime, mas a regeneração da Nação.”³

No entanto, apesar dos discursos que exaltavam a educação, não se havia constituído na sociedade brasileira a idéia de Estado como articulador da instrução em seus diferentes níveis. A Constituição Republicana, votada em 1891, manteve inteiramente descentralizada a educação primária, enquanto a secundária e a superior passavam para a órbita do poder central. Segundo Marcílio, “essa divisão de esferas de competência impediu a articulação vertical e horizontal entre os diferentes níveis de ensino, bem como a montagem de um plano nacional de educação”.⁴ A gratuidade e o estatuto de obrigatoriedade do ensino primário foram deixados a cargo dos Estados, o que condenou esse nível de ensino a um atrelamento a outros interesses políticos.

Como o pioneiro, o Estado de São Paulo deu início, em 1890, a uma ampla reforma educacional que influenciou as reformas de outros Estados. Segundo Carvalho: “A escola paulista é estrategicamente erigida como símbolo do progresso que a República instaurava; signo do moderno que funcionava como dispositivo de luta e de legitimação na consolidação da hegemonia desse estado na Federação.”⁵

Na Bahia, na primeira República, segundo estudo de Maria da Conceição Silva, o ensino primário foi extremamente negligenciado por quase todos os governos, apesar de o primeiro ato governamental referente à educação determinar a obrigatoriedade e a gratuidade escolar.⁶ De acordo com Rocha e Barros, o republicanismo baiano, diferente de

³ SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Unesp, 1998. p. 15.

⁴ MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da Escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Instituto Braudel, 2005. p. 133.

⁵ CARVALHO, Marta Maria Chagas, “Reformas da instrução pública” In LOPES, Eliane Marta T., VEIGA, Cynthia Greive & FARIA FILHO, Luciano M., (orgs.), *500 anos de Educação no Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 224. Um dos aspectos mais inovadores dessa reforma foi a criação dos grupos escolares - escola graduada, baseada na classificação homogênea dos alunos, na existência de várias salas de aula e vários professores. A modernização pretendida, segundo Souza, envolvia um processo de racionalidade científica, baseada na divisão do trabalho, organização do tempo escolar, hierarquia administrativa e em uma pedagogia inovadora, fundamentada pelo método intuitivo; para isso houve todo um investimento na formação de professores. SOUZA, Rosa Fátima de. op. cit.

⁶ A Constituição Baiana de 1891 determinou a municipalização do ensino primário, o que contribuiu, para a inexecutabilidade da lei de obrigatoriedade, devido à falta de recursos da maioria dos municípios e de empenho dos chefes locais em manter as escolas. A contratação de professores e a abertura de novas classes ficavam sujeitas à vontade política dos coronéis, que não hesitavam em utilizar o seu poder político para favorecer apadrinhados e perseguir opositores. A irregularidade no pagamento dos docentes, bem como a

outros estados, não se havia configurado como um movimento, visto que o quadro político não sofreu alterações significativas com a Proclamação da República, havendo a permanência de antigos políticos e conselheiros da Monarquia no poder. Nesse contexto, a educação, embora muito presente na retórica dos políticos, não se apresentava como um elemento importante para a consolidação do novo regime.⁷

O governo de Goes Calmom (1924-1928) é apontado por vários autores citados como um marco, no sentido de efetivar ações concretas relativas à educação. Anísio Teixeira, jovem advogado recém-formado,⁸ foi nomeado Diretor Geral da Instrução Pública, realizando uma reforma no sistema de ensino baiano. A Lei nº 1846, de 14.08.1925, estabeleceu as bases para o sistema de ensino e sua administração, discriminando conteúdos e organização curricular nos seus diversos níveis. Criou o sistema de fiscalização escolar e unificou o sistema de ensino, pondo fim à antiga descentralização. “O ensino primário municipal constituiria, com o do Estado, um só serviço, sob a direção geral, superintendência e fiscalização do governo do Estado”.⁹

falta de locais e mobiliários apropriados para o funcionamento das escolas, era uma realidade presente em todo o estado. SILVA, Maria da Conceição B. da Costa e. *O ensino primário da Bahia: 1889-1930*. Tese de Doutorado – Faculdade de Educação, UFBA, Salvador, 1997. (Capítulo I.)

⁷ ROCHA, Lúcia Maria da Franca & BARROS, Maria Lêda Ribeiro de. “A educação primária baiana: grupos escolares na penumbra.” In VIDAL, Diana Gonçalves (Org.) *Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado de Letras, 2006. p. 174-175.

⁸ Anísio Teixeira tinha apenas 24 anos quando assumiu o cargo, o que provocou espanto e resistências por parte dos próprios políticos ligados ao governo. Teixeira nasceu em Caiteté, (BA), em 1900, numa família de fazendeiros. Estudou em colégios jesuítas em Caetité e em Salvador. Em 1922, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, no Rio de Janeiro. Assumiu a Diretoria Geral da Instrução Pública na Bahia de 1925 a 1928, quando viaja para estudar na Universidade de Columbia, em Nova York, onde conheceu o pedagogo John Dewey, que teria exercido grande influência em suas concepções de educação. Em 1931, foi nomeado secretário de Educação do Rio de Janeiro. Em sua gestão, criou uma rede municipal de ensino completa, que ia da escola primária à universidade. Em abril de 1935, completou a montagem da rede de ensino do Rio com a criação da Universidade do Distrito Federal que foi extinta em 1939, durante o Estado Novo. Em 1935, perseguido pelo governo de Getúlio Vargas, Anísio refugiou-se em sua cidade natal, onde viveu até 1945. Nesse período, não atuou na área educacional e se tornou empresário. Em 1946, assumiu o cargo de conselheiro da UNESCO. No ano seguinte, com o fim do Estado Novo, voltou ao Brasil e novamente tomou posse da Secretaria de Educação do Estado da Bahia, entre 1947 e 1950, no Governo de Otávio Mangabeira. Nessa gestão, criou, em 1950, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, em Salvador, a Escola Parque. Em 1951, assumiu o cargo de secretário-geral da CAPES e, no ano seguinte, o de diretor do INEP, onde ficou até 1964. Anísio foi um dos idealizadores da Universidade de Brasília, fundada em 1961, tornando-se reitor em 1963. Com o golpe de 1964, acabou sendo afastado do cargo. Foi para os Estados Unidos lecionar nas universidades de Columbia e da Califórnia. Voltou ao Brasil em 1965. Em 1966, tornou-se consultor da Fundação Getúlio Vargas. Morreu em 1971 de forma trágica e misteriosa.

Site: www.centrorefeducacional.com.br/anisioteixer.htm.

⁹ “Os professores municipais passam a ser nomeados e pagos pelo Estado, cabendo ao município recolher 1/6 da sua renda tributária, mensalmente, aos termos do Estado – sob pena de suspensão do prefeito que não o fizesse.” MENEZES, Jaci. “Anísio Teixeira, Secretário de Educação, ou: Por que não se democratiza a educação na Bahia?” *Educação na Bahia*. (Coleção Memória da Educação na Bahia). Salvador: Editora da UNEB, 2001. p. 15.

Anísio Teixeira foi influenciado pelas idéias do educador belga Omer Buyse, que o levou a rever suas convicções pedagógicas, até então embasadas na ortodoxia católica. Assume a partir de então a defesa dos moldes de escolarização norte-americanos, realizando uma viagem aos Estados Unidos para conhecê-los. O livro de Buyse, *Métodos Americanos de Educação*, foi traduzido e distribuído para as bibliotecas e escolas do Estado, sendo proposto como guia das práticas docentes na sala de aula. Na reforma de 1925 transparecem a preocupação com a formação docente, com a mudança no currículo e com a instalação física das escolas e seus equipamentos, que foram trazidos de São Paulo. Segundo Carvalho: “Introduz o desenho, a geometria e os trabalhos manuais nos programas, convencido de que a excelência da educação primária norte-americana se assentava no princípio frobeliano: *educar pela ação*.”¹⁰ Em relação à construção de escolas, foi feita a opção pelo modelo de “escolas reunidas” ao invés dos grupos escolares.¹¹ Apesar da modernização empreendida pela reforma, o interior da Bahia permaneceu com um grande déficit de escolas públicas, como veremos adiante.

A reforma da educação baiana foi implementada em meio a um contexto de amplas discussões em torno da educação, sendo realizadas reformas da educação em diversos estados.¹² A década de 1920 foi marcada por movimentos políticos e culturais, que contribuíram para reacender esse debate. A Associação Brasileira de Educação, criada em 1924, tinha como principal preocupação propagandar a questão educacional, realizando conferências nacionais, publicação de revistas e diversos tipos de cursos, tendo procurado também ganhar a adesão da opinião pública por meio da imprensa e do rádio.¹³

De acordo com Nunes: “Apesar de comprometidos com a difusão das ideologias oficiais das oligarquias dominantes, as reformas de instrução acabaram veiculando a insatisfação das nascentes classes médias contra as oligarquias.”¹⁴ Embora adotando

¹⁰ CARVALHO, Marta Maria Chagas. “O debate sobre a identidade da cultura brasileira nos anos 20: o americanismo de Anísio” In SMOLKA, Ana Luiza Bustamante & MENEZES, Maria Cristina. *Anísio Teixeira, 1900-2000. Provocações em Educação*. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000. p. 54.

¹¹ ROCHA, Lúcia Maria & BARROS, Maria Lêda R. de. op. cit. p. 188. De acordo com as autoras o período dos grupos escolares na Bahia ocorreu a partir de 1930.

¹² Algumas das principais reformas educacionais, empreendidas nesse período em estados brasileiros, foram: no Ceará, em 1922, com Lourenço Filho; a já citada reforma baiana de 1925, com Anísio Teixeira, que também promoveu a reforma do Distrito Federal, entre 1931 e 1935; em Minas Gerais, com Francisco Campos, em 1927; em Pernambuco, com Carneiro Leão, em 1928; Fernando de Azevedo promoveu reformas no Distrito Federal, entre 1927 e 1930 e em São Paulo, em 1932.

¹³ CARVALHO, Marta, (2007). op. cit. p. 237.

¹⁴ NUNES, Clarice. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001. p. 108.

diferentes perspectivas, essas reformas estavam consubstanciadas nos ideais da Escola Nova.¹⁵

Segundo Vidal, muitas das mudanças qualificadas como novidades pelo “escolanovismo” já eram apregoadas desde o final do século XIX, sendo elas:

a centralidade da criança nas relações de aprendizagem, o respeito às normas higiênicas na disciplinarização do corpo do aluno e de seus gestos, a cientificidade da escolarização de saberes e fazeres sociais e a exaltação do ato de observar, de intuir na construção do conhecimento do aluno.

Na década de 1920, entretanto, essas preocupações passam a ser enunciadas como “novas” questões. A ruptura entre uma e outra formação discursiva não vinha associada a uma alteração dos enunciados, mas de seus significados. A escola renovada pretendia a incorporação de toda a população infantil.¹⁶

O movimento escolanovista no Brasil, sem constituir um projeto totalmente definido, estruturava-se em torno de alguns grandes temas, sendo a escola pública, universal e gratuita sua principal bandeira. Na defesa da democratização do ensino enfatizava também a laicidade do ensino, a descentralização do sistema escolar e a renovação na metodologia a partir do uso da psicologia na educação.

O Manifesto dos Pioneiros da Educação, lançado em 1932, aparece como um coroamento de um processo que vinha se desenvolvendo na década anterior, tendo à frente importantes nomes do movimento escolanovista como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira e Lourenço Filho, cujo conteúdo se estrutura como proclamador do futuro. Segundo Freitas: “O Manifesto é portador de um ‘marco zero’. Atesta simultaneamente o que do passado deve ser deixado para trás e o que do futuro se anuncia nos seus conteúdos.”¹⁷ O autor destaca incoerências e contradições contidas no documento, apontando uma junção eclética entre autores e tendências citadas no texto. Na defesa da escola pública, o manifesto conclama o povo e o governo a iniciar uma obra que já deveria estar em andamento, afirmando o “caráter incompleto” da República proclamada. O governo Vargas também utilizava esse discurso, no entanto as aspirações contidas no manifesto estiveram longe de ser colocadas em prática por ele.

¹⁵ Este movimento surgiu no século XIX, na Europa, com base nos princípios liberais, propondo novos caminhos para a educação que se encontrava em descompasso com o mundo no qual se achava inserida. Sua pedagogia colocava a criança como o eixo do processo pedagógico, vista não mais como um “adulto incompleto”, mas como alguém que necessitava ser atendida nas suas especificidades. Rousseau é considerado o seu principal precursor.

¹⁶ VIDAL, Diana. “Escola Nova e processo educativo” In LOPES, Eliane Marta T., VEIGA, Cynthia Greive & FARIA FILHO, Luciano M., op. cit. pp. 497-498.

¹⁷ FREITAS, Marcos Cezar de. “Educação brasileira: dilemas republicanos nas entrelinhas de seus manifestos.” In STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena C. (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 169.

A Era Vargas foi marcada pela idéia de “reconstruir a nação”, isto é, de atingir o alvo que não tinha sido alcançado com a Proclamação da República. Nesse contexto de ênfase de construção da nacionalidade, a educação era vista como um importante fator de transformação social, devendo ter um caráter essencialmente nacionalista.

Assim como a Proclamação da República trazia a necessidade de negar o passado - a monarquia - como o velho, ultrapassado, afirmando-se como o *novo*, o *moderno*,¹⁸ a “Revolução de Trinta”, embora em diferentes termos, vai reinaugurar esse discurso, mais uma vez utilizando a educação como arma de legitimação de uma pretensa democratização da sociedade. Os próprios termos *Revolução*, e posteriormente *Estado Novo* trazem a pretensão de negar o passado e se colocar como um momento inaugural. Mortatti discute essa lógica do progresso, ao analisar os “sentidos da alfabetização”¹⁹ em São Paulo:

Para viabilizar a mudança, torna-se, assim, necessário produzir uma versão do passado, e desqualificá-lo, como se tratasse de uma herança incômoda, que impõe resistências à fundação do novo, especialmente quando a filiação decorrente (embora muitas vezes não assumida) da tradição atuante no presente ameaça fazer voltarem a cena os mesmos personagens do passado, que seus herdeiros desejam esquecer, rever ou aprimorar.²⁰

Para Nunes, com a Revolução de 1930 “a institucionalização do moderno carregou a representação de uma revolução total que não ocorreu, mas que trouxe, como desdobramento, representações de cisão, de renovação, de aceleração no tempo.”²¹ Não se pode negar que esse momento histórico, de fato, teve importantes conseqüências no processo de consolidação do Estado como principal interlocutor da sociedade para a condução das questões educacionais. No entanto, segundo Marcílio:

a Revolução de 1930 não trouxe um programa educacional definido e integrado. Ela começou em ambiente de grande efervescência ideológica. De um lado, estavam os defensores da Escola Nova, da laicidade do ensino, da co-educação

¹⁸ Kristian Kumar analisa o termo *modernidade* com um conceito de contraste. “Extraí seu significado tanto do que nega como do que afirma. (...) a modernidade sente que o passado não tem lições para ela; seu impulso é constantemente em direção ao futuro. Ao contrário de outras sociedades, a sociedade moderna recebe bem e promove a novidade. É possível dizer que ela inventou a tradição do novo.” In BURGUIERE, André. *Dicionário de ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1999. p. 473.

¹⁹ A autora aborda a disputa política envolvida no processo de legitimação dos métodos de alfabetização, tensão resultante da contradição entre a “nova e a velha tradição”. Os métodos pedagógicos sempre foram alvos dessa disputa. Com o surgimento de um novo método, ou concepção de educação, geralmente advindos da Europa, o anterior recebia a denominação de mais tradicional ou menos moderno. MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização (São Paulo: 1876/1994)*. São Paulo: Unesp, 2000.

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 299.

²¹ NUNES, Clarice. NUNES, Clarice. (Des) encantos da modernidade pedagógica. In LOPES, Eliane Marta T., VEIGA, Cynthia Greive & FARIA FILHO, Luciano M., (orgs.), *500 anos de Educação no Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. op. cit. p. 390.

dos sexos e da escola pública. No outro extremo, os conservadores, com a Igreja Católica à frente, contestavam esses princípios e defendiam a “liberdade de ensino”, ou seja, a escola particular.²²

As disputas entre intelectuais católicos e escolanovistas se farão presentes na Constituição de 1934; no entanto, segundo Freitas, elas já estavam em curso pelo menos desde a criação da ABE, ampliando-se com a chegada de Vargas ao poder:

Neste cenário, a disputa entre intelectuais católicos militantes e intelectuais não católicos, genericamente definidos como liberais, era mais visível. O jogo de construções disputado nos confrontos por espaço no “coração do Estado” revela que o refazer da República interessava a educadores (com suas diferenças entre grupos), à Igreja Católica (com suas diferenças entre grupos), ao exército (com menores diferenças entre seus grupos internos), ou seja, interessava a diferentes frentes políticas ao mesmo tempo.²³

Mesmo apresentando projetos e interesses divergentes, diferentes grupos compartilhavam a crença no poder da educação de moldar a sociedade a partir da formação das mentes, o que determinaria o futuro da Nação. Daí ela se constituir em um campo fundamental de luta política.

A disputa entre intelectuais católicos e escolanovistas dava-se principalmente devido à defesa dos princípios básicos de educação feita pelos últimos, tais como: a obrigatoriedade do Estado em assumir a educação, a laicidade, a co-educação dos sexos, etc. Os católicos, por sua vez, organizados na Liga Eleitoral Católica, defendiam a escola confessional privada, o ensino da religião nas escolas públicas, a função supletiva do Estado em matéria de Educação e a separação por sexo nas escolas.

A Igreja Católica até o início do Período republicano esteve intimamente ligada com o Estado e com a estrutura de poder, sendo detentora do campo educacional. Com a Proclamação da República, o Estado rompeu com o regime de Padroado e proclamou-se leigo. A Constituição de 1891 suprimiu o ensino religioso nas escolas oficiais; o episcopado brasileiro aceitou o regime republicano, porém se colocava contra o caráter laico das escolas públicas. A relação entre a Igreja e o Estado a partir daí foi marcada por momentos de tensões e ambigüidades.

Com a perda de condição de religião oficial, a Igreja brasileira passou por uma profunda reestruturação institucional, vinculada estreitamente à Santa Sé, na chamada

²² MARCÍLIO, Maria Luiza. op. cit. p. 144.

²³ FREITAS, Marcos Cezar de. op. cit. p. 167.

romanização do catolicismo brasileiro.²⁴ De acordo com Dallabrida, houve nesse momento, um aumento expressivo do número de dioceses e um investimento por parte da Igreja no ensino privado:

Para fazer frente à laicidade do sistema público de ensino o episcopado brasileiro investiu suas melhores energias institucionais no estabelecimento de uma rede de escolas católicas no território nacional. O fator decisivo do êxito da Igreja Católica no campo educacional foi a atuação das ordens e congregações católicas, masculinas e femininas, de origem européia (...) ²⁵

Esses estabelecimentos, no entanto, se concentravam no oferecimento do ensino secundário para a formação das elites; visando atingir setores mais amplos da população, a Igreja procura ampliar seu espaço através da luta pela introdução do ensino religioso nas escolas públicas.

A “Revolução de Trinta” inicialmente não foi bem vista pelo movimento católico militante, que a associava à vitória do movimento tenentista e a suas “perigosas” idéias modernas, ligadas ao liberalismo e ao positivismo; no entanto, com a escolha do mineiro Francisco Campos para liderar o Ministério da Educação e Saúde Pública, criado em 1931, ela passou a ser vista com outros olhos. O movimento de renovação católica surgido na década de 1920, encontrou fortes raízes em Minas Gerais, conseguindo que esse Estado instituisse o ensino religioso nas escolas públicas, em 1928. Campos acaba conseguindo o mesmo em nível federal, em 1931, estabelecendo um pacto entre a Igreja e o novo governo. O livro *Tempos de Capanema* explicita bem os contornos desse acordo:

A Igreja Católica deveria oferecer ao novo regime uma ideologia que lhe desse substância e conteúdo moral, sem os quais, intuía Campos, ele não conseguiria se consolidar. Não importa, aqui, a convicção religiosa pessoal de Campos mas o papel político e instrumental que lhe percebia para a Igreja em seu projeto político. ²⁶

Esse pacto não se estabeleceu de forma harmônica. Em meio a divergências ideológicas, o relacionamento da Igreja com o tipo de política preconizado pelo ministro

²⁴ “Fala-se de romanização por que a ação reformadora dos bispos, padres e congregações religiosas tem por objetivo moldar o catolicismo brasileiro conforme o modelo romano. Seus traços essenciais são a espiritualidade centrada na prática dos sacramentos e o senso de hierarquia eclesiástica; o bom católico, segundo esse modelo, é aquele que frequenta regularmente os sacramentos e obedece incondicionalmente à autoridade eclesiástica”. OLIVEIRA, Pedro Ribeiro A. *Religião e dominação de classe – Gênese, estrutura e funcionamento do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 283-284.

²⁵ DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUCs: República, recatolização e escolarização In STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena C. (orgs.). op. cit., p. 78-79.

²⁶ SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Maria Helena Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra, Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 61.

nunca se consumou completamente, mas teve sua importância estratégica para ambos os lados.

Francisco Campos tinha um projeto de governo claramente fascista, sendo um dos principais expoentes da criação do Estado Novo; seu projeto é explicitado no livro *O Estado Nacional*, no qual preconizava os fundamentos políticos e ideológicos que justificariam a criação de um Estado totalitário. Nesse projeto havia um lugar de destaque para a pedagogia destinada à juventude; assim, o Estado deveria tutelá-la, moldando o seu pensamento. A Igreja, se bem mobilizada, poderia ter um papel primordial nessa tarefa, oferecendo símbolos a serem cultuados e rituais a serem cumpridos, a partir da religiosidade latente da população brasileira. O autor defende então, a manutenção das massas em estado de permanente excitação, de irracionalidade, condição essencial da unificação das mesmas em torno de um mito, um grande chefe: “Somente o apelo às forças irracionais os às formas elementares da solidariedade humana tornará possível a integração total das massas humanas em um regime de Estado.”²⁷

O pacto do governo Vargas com a Igreja, conduzido por Campos, seria renovado com a nomeação de Gustavo Capanema no Ministério. Ele pode ter sido a principal causa da sua escolha para o cargo, como sugerem Schwartzman, Bomeny e Costa:

Mais significativas, no entanto, são as evidências que sugerem que Capanema assumiu o Ministério da Educação e Saúde como parte de um acordo geral que então se estabelecera entre a Igreja e o regime de Vargas, proposto anos antes por Francisco Campos. A parte visível desse acordo foi a aprovação, pela Assembléia Constituinte de 1934, das chamadas “emendas religiosas”. A parte não dita, mas certamente de consequências mais profundas, foi a entrega do Ministério da Educação a Capanema, como homem de confiança da Igreja e encarregado de levar à frente o seu projeto educacional e pedagógico, tal como era expresso através do seu representante mais autorizado, Alceu Amoroso Lima.²⁸

Alceu Amoroso Lima era um dos líderes do movimento de renovação católica, dirigindo o Centro D. Vital e a revista *A Ordem*,²⁹ que foi uma importante veiculadora das idéias católicas mais conservadoras. Ele se tornou o principal conselheiro de Capanema,³⁰ durante os onze anos em que este se manteve no Ministério, entre 1934 e 1945. O

²⁷ CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional*. p. 12. Citado em SCHWARTZMAN, Simon, op. cit., p. 81.

²⁸ SCHWARTZMAN, Simon, et. al., op. cit., p. 65.

²⁹ A revista *A Ordem*, lançada em 1921, e o Centro Dom Vital, criado em 1922, se constituem como instrumentos de luta contra o laicismo que se instalara na sociedade brasileira na década de 1920.

³⁰ Francisco Campos teria sido mentor político e intelectual de Capanema no início de sua carreira política; no entanto, os dois romperam a amizade em 1933, devido a uma disputa eleitoral na cidade de Pitangui-MG, base política de ambos. SCHWARTZMAN, Simon, op. cit., p. 59.

Presidente Vargas não manteria, no entanto, a mesma fidelidade ao pacto que o seu ministro. “A área de educação e cultura não parece ter sido central entre as preocupações cotidianas do presidente, e isso aumentava, sem dúvida, a liberdade de ação do ministro, ainda que restringisse um pouco o seu acesso.”³¹

Nas eleições de maio de 1933, a Liga Eleitoral Católica (LEC) conseguiu eleger boa parte dos candidatos que apoiou, o que lhe garantiu na Assembléia pelo menos dois terços dos votos em todas as questões do seu programa. De acordo com Nunes o princípio da cooperação entre Igreja e Estado redundou em:

verbas do governo para as escolas, hospitais e instituições beneficentes mantidas pela Igreja. Esta pôde ampliar sua rede assistencial subvencionada e passou a fazer parte do bloco no poder, ao lado das antigas oligarquias rurais, da burguesia comercial e financeira e da recém-articulada burguesia industrial.³²

A Constituição de 1934 incorporou as emendas religiosas, garantindo a volta do ensino religioso nas escolas públicas;³³ essa medida era de importância vital para a Igreja. De acordo com Horta:

a educação religiosa era mais um mecanismo para reforçar a disciplina e a autoridade. Assim, o ensino religioso, ao mesmo tempo em que servia de instrumento para a formação moral da juventude, tornava-se também um mecanismo de cooptação da Igreja Católica e uma arma poderosa na luta contra o liberalismo e o comunismo e no processo de inculcação dos valores que constituíam a base de justificação ideológica do pensamento político autoritário.³⁴

Paralelamente às atividades da LEC na luta referente à constituição, os ataques aos defensores da laicidade do ensino pelos católicos conservadores foram freqüentes. O fato de ocuparem posições de destaque no Estado preocupava a Igreja. Anísio Teixeira e, em menor grau, Fernando de Azevedo acabaram sendo os alvos preferenciais da ira da Igreja, sendo chamados de comunistas e passando períodos de ostracismo.³⁵ No jornal A

³¹ Idem. Ibidem, p. 66.

³² NUNES, Clarice (2001). op. cit. p. 109.

³³ “Só haveria dispensa da freqüência às aulas de religião para aqueles alunos cujos pais a requeressem, no momento da matrícula. A elaboração dos programas de ensino religioso e a escolha dos manuais seriam de responsabilidade das autoridades religiosas. A elas também caberia designar os professores e vigiá-los, no que se referisse à doutrina e à moral.” HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia. A Educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994. p. 100.

³⁴ Idem, ibidem, p. 291.

³⁵ Anísio Teixeira acaba rompendo com a política do governo Vargas em 1935, quando pediu exoneração da Diretoria Geral da Instrução Pública do Distrito Federal. Os pioneiros da Escola Nova, no entanto, vão-se colocar em posições diferenciadas referentes ao governo. Lourenço Filho, por exemplo, se manteria como

Ordem, em matéria intitulada “O sectário que se ignora”, Teixeira foi considerado um “jovem desnordeado” pelos ensinamentos em Columbia a ponto de negar “o primado de Deus na educação do homem (...) para contentar-se com o primado ridículo da democracia e da ciência, à altura dos instintos mais rasteiros ou mais triviais do egoísmo humano.”³⁶

Apesar dos ataques a alguns pontos da filosofia da Escola Nova, os intelectuais católicos utilizaram, à sua maneira, alguns dos seus princípios pedagógicos. De acordo com Carvalho:

A militância educacional católica, ao contrário do que se tem feito acreditar, não teve apenas papel reativo, combatendo o avanço das novas propostas pedagógicas. Ela também se mobilizou difundindo, a seu modo, a sua versão da nova pedagogia. (...) Em publicações diversas, eram arrolados os princípios escolanovistas a serem rechaçados pelo professorado católico e livros, nacionais e estrangeiros, que os difundiam, eram discriminados como “má pedagogia”. Paralelamente, eram propostas versões católicas da nova pedagogia, através de prelações doutrinárias que, firmando princípios, constituíam uma ortodoxia pedagógica e um *corpus* bibliográfico de referência, formulando-os com crivos e modelos de leitura.³⁷

Os embates entre os grupos só arrefeceram depois da Constituição de 1934, que acabou estabelecendo uma conciliação entre os interesses de católicos e escolanovistas, atendendo importantes reivindicações também destes últimos. De acordo com Marcílio, essa Constituição foi progressista:

A Constituição de 1934 registrou avanços significativos na área educacional, fruto em grande parte dos debates iniciados nos anos anteriores. Responsabilizou a União pela competência privativa de fixar uma política nacional em matéria de educação nacional, e por coordenar e fiscalizar a sua execução em todo território nacional, e proclamou a educação “direito de todos”, pelo menos no ensino primário, então obrigatório. (...) Aos Estados, com seus órgãos executivos e Conselhos Estaduais de Educação, cumpria organizar e manter os seus “sistemas educativos”. Foram expressamente vinculados ao desenvolvimento do ensino 20% dos recursos orçamentários dos Estados e 10% da União e dos municípios.³⁸

A maioria desses avanços legais permaneceu por pouco tempo. A Constituição autoritária de 1937 retirou a vinculação de impostos para o financiamento da educação, colocou o Estado como subsidiário da família e do setor privado na oferta da educação escolar, além de impor sérias restrições à liberdade de pensamento. “Se excluiu do texto a

assessor de Capanema até o fim do governo. SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Maria Helena B., COSTA, Vanda Maria R. op. cit., p. 71. Ver também NUNES, Clarice. (2001). op. cit. p. 110-111.

³⁶ *A Ordem*, vol. 13, nos. 37/38, março/abril 1933. Citado em SCHWARTZMAN, Simon, *et. al.*, op. cit., p. 77.

³⁷ CARVALHO, Marta (2002). op. cit. p. 390-391.

³⁸ MARCÍLIO, Maria Luiza. op. cit. p. 146.

regra básica da educação como um direito de todos e fez dela um dever e direito natural do país”.³⁹

Com a implantação do Estado Novo o Estado Nacional se fortaleceu, tornando-se intervencionista em vários campos da atividade social. Várias diretrizes legais e organismos contribuíram para a construção de um poder controlador centralizado. O governo Vargas se acercou de muitos intelectuais das mais diversas áreas de atuação. Segundo Nunes:

Esses intelectuais viveram um momento estratégico de mudança em curso na sociedade num espaço urbano privilegiado. Momento estratégico porque o pensamento político se transformava no sentido de constituir um sistema ideológico que legitimasse a autoridade do Estado enquanto princípio tutelar da sociedade. O Estado passava a dirigir a modernidade, eliminando aspectos potencialmente democráticos e realizando uma intervenção autoritária cuja representação se forjava como síntese das idéias e aspirações políticas das últimas décadas do século XIX e da primeira metade do século XX.⁴⁰

De acordo com Helena Bomeny, a atuação desses intelectuais no governo diferencia-se no estilo e “informam sobre campos distintos de concepção da política e de adesão a valores.”⁴¹ O ministro Gustavo Capanema teve em torno de si grande parte deles, a chamada “constelação Capanema”.⁴²

A partir de uma concepção de moldes fascistas o ministro Capanema procurou definir as bases da educação nacional; sua reforma tinha em vista um ensino público abrangente, padronizado e centralizador, controlado por uma vasta burocracia. O governo federal passou a desempenhar o papel unificador do sistema educativo através de variadas formas, tais como: disciplinas obrigatórias, organizações juvenis, festividades, campanhas, a partir da imposição de valores cívicos e nacionalistas.

As mudanças implementadas pelo ministro priorizaram os níveis de ensino secundário e superior. Com relação ao ensino primário, a ação do ministério concentrou-se mais nas áreas de colonização estrangeira, nas quais o governo impôs a nacionalização das escolas; fora isso, o financiamento para esse nível de ensino sempre foi muito pequeno. Nunes aponta as iniciativas de Capanema no processo de gestação da Lei Orgânica do

³⁹ Idem, ibidem, p. 147.

⁴⁰ NUNES, Clarice, (2001). op. cit. p. 107.

⁴¹ BOMENY, Helena. “Infidelidades eletivas: intelectuais e política” In *Constelação Capanema*. op. cit. p. 17. O livro *Tempos de Capanema* também pontua essa questão apontando a tensão que se estabeleceu no Ministério da Educação e Saúde entre a ação dos intelectuais e as decisões do governo.

⁴² Nas áreas ligadas à educação e à política cultural do ministro Capanema tiveram atuação em alguma medida: Carlos Drummund de Andrade, Mário de Andrade, Heitor Vila Lobos, Cândido Portinari, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Francisco Campos, Lourenço Filho, entre outros.

Ensino Primário, que acabou sendo promulgada apenas em 1946, após sua saída do ministério. A autora destaca as razões para a falta de êxito do ministro em relação a essa questão:

O fracasso de Gustavo Capanema com relação ao ensino primário deve-se ao fato de que as próprias interventorias estaduais acabaram se opondo às intenções unificantes do regime, criando assim um impasse para o Estado autoritário na implantação de sua política para esse nível de ensino.⁴³

De acordo com o Plano Nacional de Educação o ensino primário ficava sob a responsabilidade dos estados, havendo possibilidade de padrões diferenciados para os mesmos. A participação do governo federal seria apenas supletiva e regulamentadora.

2. “A deficiência do ensino no interior”

Num paiz como o nosso onde o numero do analphabetos atinge 85%, o ensino primário deveria ser um problema capital como é em outros paizes. No entanto a instrucção no interior ainda é muito deficiente não obstante a criação de “Ligas contra o analphabetismo” e outras tantas medidas adotadas pelos nossos Governos. (...) ao meu modo de ver, esse problema não será solucionado enquanto os governos não disseminarem escolas por todos os povoados e logarejos entregando a direcção dessas a pessoas idoneas.⁴⁴

Essa matéria, publicada em Jacobina em 1936, nos remete mais uma vez à importância da educação do povo presente na imprensa na década de 1930; várias matérias existentes nesse jornal reafirmam uma concepção salvacionista da escola, discutida acima. Na maioria delas, os países europeus ou os Estados Unidos aparecem como modelos de desenvolvimento que o Brasil deveria imitar.

Esses discursos, ao mesmo tempo em que traziam uma concepção nacionalista, defendida pelo governo, denunciavam a situação da falta de instrução pública, principalmente no interior e na zona rural. Num outro Jornal de Jacobina, já na década de 1950, aparecem os dados a respeito do analfabetismo no Brasil revelados pelo Recenseamento de 1940.

Analfabetismo em 1940

A Campanha de Alfabetização de Adolescentes e Adultos foi lançada, principalmente, tomando em conta o dramático resultado de Recenseamento Geral de 1940. Segundo tal levantamento, havia, naquela época, na população

⁴³ NUNES. Clarice, (2001). op. cit. p. 117.

⁴⁴ “A deficiência do ensino no interior.” Jornal *O Lيدador*, Jacobina (BA), 06.12.1936.

maior de 18 anos, uma taxa geral de 55% de analfabetos. Os quocientes variavam segundo as regiões. Nos Estados do Sul do Brasil, a média era de 40%, enquanto, no nordeste eleva-se a 72% e, nos Estados do oeste e do norte a proporção geral era a mesma média do país, ou 55% - (CEAA).⁴⁵

Apesar de apontar uma queda no analfabetismo em relação ao dado trazido na outra matéria, esses dados nos revelam índices ainda bastante altos, principalmente no Nordeste. De acordo com os dados do IBGE, em Jacobina na década de 1940 a população acima de 5 anos de idade, declarada como analfabeta correspondia a 78,6%, sendo que no Estado da Bahia esse índice era ainda um pouco mais elevado, atingindo 79,65%.⁴⁶

2.1. Jacobina e sua “educação”

O município de Jacobina, do qual Serrote era um povoado até 1962, tem uma história de mais de um século como município emancipado.⁴⁷ O processo de exploração de suas terras remonta ao século XVII, quando o movimento de interiorização do país pelas Entradas e Bandeiras chega na região à procura de metais preciosos. A exploração do ouro, encontrado inicialmente em grande quantidade, foi responsável pela importância da Vila de Santo Antonio de Jacobina, criada em 1723,⁴⁸ de acordo com alguns historiadores ou cronistas como Antonil, Varnhagen, Capistrano de Abreu e Afonso Costa.⁴⁹ A importância da região para a Coroa levou-a a instalar aí, em 1727, uma das primeiras casas de fundição da colônia.

Os primeiros habitantes de Jacobina foram os índios payayás.⁵⁰ Infelizmente quase não existem estudos específicos referentes a esse povo que, ao que tudo indica, foi

⁴⁵ Jornal *Vanguarda*, Jacobina (BA), 19.04.1958.

⁴⁶ IBGE. Censo Demográfico de 1940.

⁴⁷ A emancipação do município se deu em 28 de julho de 1880, na época com o nome de “Agrícola cidade de Santo Antonio de Jacobina”. LEMOS, Doracy Araújo. *Jacobina, sua história e sua gente*. Jacobina: Grafintort, 1995, p. 36.

⁴⁸ A Vila de Jacobina nesse período estendia-se por cerca de 300 léguas. Na prática tudo o que não estava na jurisdição da comarca da Bahia e de Cachoeira era comarca de Jacobina. VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. “Educação em Jacobina – Período Colonial e Imperial” In MENEZES, Jaci Ferraz de (Org.). *Educação na Bahia*. (Coleção Memória da Educação na Bahia). Salvador: Editora da UNEB, 2001, p. 107.

⁴⁹ ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e minas*; VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História Geral do Brasil*; ABREU, J. Capistrano de. *Capítulos de história colonial*; COSTA, Afonso. *200 anos depois (a então vila de Jacobina)*. In: Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia. N.º 48, 1923. Afonso Costa é natural de Jacobina. As origens de Jacobina carecem de pesquisas históricas aprofundadas visto que os referidos autores apenas fazem referências gerais, ressaltando a sua importância econômica para a Coroa.

⁵⁰ Segundo Rodrigues, os payayás pertenciam ao grande grupo dos tupis. Eles estavam bastante avançados na agricultura, cultivando uma variedade de plantas, também conheciam a cerâmica e a arte da construção, usando madeira e palhas trançadas para erguer moradias coletivas. VIEIRA FILHO, Raphael Rodrigues. op. cit. p. 104.

dizimado no confronto com o colonizador, como tantos outros. Na região das “Jacobinas” as primeiras missões para a catequese indígena foram fundadas pelos franciscanos, tendo sido encontrado registro histórico referente a nove delas. A Missão de Bom Jesus da Glória da Jacobina, onde atualmente se localiza a cidade de Jacobina, foi fundada em 1706, para 100 casais, no governo do 5º Arcebispo da Bahia. Essa Missão encerrou suas atividades em 1847,⁵¹ tendo sido as secas, as epidemias e a ação dos colonizadores os fatores responsáveis pelo fim da mesma.

Além da missão, Jacobina já possuía, desde 1814, escola de primeiras letras e aulas e de gramática latina, o que demonstra sua importância perante o governo da província baiana na época; no entanto apenas uma pequena parcela da população era atendida.⁵² Com o esgotamento do ouro a vila vai perdendo sua importância econômica, tendo na época da emancipação política uma economia predominantemente agrícola. Em 1896, a única escola estadual existente era mantida numa casa alugada, noticiado no jornal *Estado da Bahia*.⁵³

No período republicano o município de Jacobina não se diferenciava da maioria dos municípios do interior da Bahia, nos quais a carência de escolas públicas era imensa. Até 1935, sua rede escolar estadual se constituía de escolas isoladas. Em 1936 foi inaugurado o primeiro prédio escolar, Escolas Reunidas Luiz Anselmo da Fonseca, com a presença do então Governador do Estado Juracy Magalhães. Essa escola foi construída num belo prédio em estilo neoclássico, com quatro salas de aula,⁵⁴ funcionando em dois turnos.

Na primeira página do jornal *O Lيدador*, em 1939, foi publicada uma matéria com o título “Nos Setôres da Instrução - Escolas Reunidas Luiz Anselmo da Fonseca”, na qual o jornalista, após a realização de uma visita, avalia o funcionamento do prédio escolar. Cita

⁵¹ Quando os naturalistas Spix e Martius chegaram à região das Jacobinas, em 1818, já encontraram as missões completamente vazias, fato que lamentaram, por terem frustrados os seus desejos de avistar-se com os mesmos índios descritos pelas primeiras crônicas dos europeus chegados à América. Idem, *ibidem*. p. 107.

⁵² De acordo com o Mapa populacional do “município” de Jacobina de 1856, foram contadas 39305 pessoas livres e 2660 pessoas escravizadas. Apenas 170 alunos de primeiras letras e 4 alunos de Latim, foram listados como atendidos pelo sistema educacional em 1850. Idem, *ibidem*. p. 109.

⁵³ SILVA, Maria da Conceição B. da Costa e. op. cit. p. 63. Infelizmente não temos conhecimento de pesquisas sobre a História da Educação em Jacobina referente a esse período.

⁵⁴ LEMOS, Doracy Araújo. *O missionário do Sertão, biografia de Padre Alfredo Haasler*, Jacobina – BA: Santa Cruz Artes Gráficas, 1999. p. 229. Cada sala de aula foi batizada com o nome de um político influente da época, como por exemplo: Sala Juracy Magalhães (Governador da Bahia). No data da inauguração cada sala foi inaugurada separadamente, com a presença de um orador; um deles foi o Juiz de Direito da Comarca de Jacobina. Uma das salas de aula deixou de ser inaugurada por falta do retrato do homenageado, o que indica a importância que a escola pública tinha no intrincado jogo das relações políticas, típicas da política personalista do período, presente ainda hoje, embora em menor proporção.

um passado recente de crise nas “escolas públicas reunidas que até bem pouco tempo viveram abandonadas com humilhante freqüência em face do superlotação das escolas particulares situadas na cidade”.⁵⁵ Relata a visita feita ao estabelecimento, obtendo a constatação de que a crise teria sido superada com a presença de uma nova direção e de professoras dedicadas, que estariam “realizando o que até agora não se havia conseguido no Prédio Escolar – ensino eficiente”. No entanto, constata que o edifício “continua carente de melhoramentos condizentes com os preceitos de higiene e conforto que devem ser observados nas casas de instrução.” Em seguida, lista os melhoramentos “mais necessários”,⁵⁶ e conclama o Prefeito Municipal a realizá-los. Aponta inclusive o contraste entre elementos presentes no interior do prédio com o exterior do edifício, trazendo também dados referentes à distribuição de alunos por sala, na qual podemos perceber que havia a permanência de classes multisseriadas, típica das escolas isoladas, embora em menor proporção. Em duas das quatro salas de aula havia a mistura de duas séries diferentes.⁵⁷

Embora procure amenizar o tom de denúncia, qualificando o ensino como eficiente, a matéria chama a atenção para o descaso das autoridades com a educação pública. Ela revela também a lógica política, presente no Brasil republicano, de privilegiar a visibilidade pública em detrimento das condições de funcionamento da escola. Se na sede do município de Jacobina a instrução pública era negligenciada, o que favorecia as escolas particulares, certamente no interior a situação era ainda pior, daí a importância das escolas paroquiais, surgidas no final da década de 1930, principalmente na zona rural, que supriram, em parte, essa carência.

A necessidade de formação de professores(as) é outra questão constantemente apontada pelos jornais de Jacobina. A chegada de uma Escola Normal particular em 1939, transferida da cidade de Senhor do Bonfim, é recebida com grande entusiasmo pela imprensa local, porquanto a dificuldade de formar professores no interior do Estado era muito grande.

⁵⁵ Jornal *O Lيدador*, Jacobina (BA), 13.08.1939.

⁵⁶ Por exemplo: conserto geral das oito privadas; preparo da área do fundo do prédio para a realização de ginástica com os alunos, porquanto esta atividade estaria ocorrendo na rua.

⁵⁷ A distribuição dos 214 alunos matriculados (no turno matutino) era a seguinte: 68 alunos – 1º ano (classe A); 52 alunos – 1º e 2º ano (provavelmente o 1º ano era de um nível mais adiantado que o da outra sala); 48 alunos – 3º ano; 48 alunos – 3º e 4º ano. É provável que essa distribuição levasse em conta, além da série, a quantidade de alunos por sala, porque parece incompreensível a quarta sala misturar o 3º e o 4º ano, quando a escola possui outra turma de 3º ano. Outra questão que podemos observar é que as salas com as séries iniciais, que deveriam ter um número menor de alunos matriculados, são as mais cheias.

Apesar de a Bahia ter sido um dos primeiros estados brasileiros a possuir essa instituição,⁵⁸ suas primeiras escolas normais se concentravam na capital até o governo de Goés Calmom. Com a reforma de 1925, implementada por Anísio Teixeira, ocorre uma ampliação do ensino normal com a abertura de algumas escolas no interior (Feira de Santana, Caitité e Barra). A reforma implementa também o curso complementar, com dois anos de duração, em continuação ao primário, destinado a funcionar como curso geral básico, de preparação para a escola normal.⁵⁹

Passa a haver a partir daí uma maior preocupação com a formação especializada do professor primário, com base em ideais escolanovistas. No relatório, relativo ao quadriênio de 1924 a 1928, Teixeira defendia a importância das “modernas leis da ciência” na formação do professor: “essa peça da machina escolar (a formação dos professores) ganhou modernamente um relevo mais extraordinário, uma vez que a escola se transformou em uma officina governada por leis scientificas de psychologia”.⁶⁰ Defendia também a importância da observação e da prática do ensino nas escolas de formação. Apontava, no entanto, as imensas dificuldades de expansão no sistema escolar baiano, principalmente devido à ausência de professores devidamente preparados no interior: “excesso de professores na Capital e suas circumvisinhanças e absoluta insufficiencia de professores no interior do Estado.”⁶¹

No período do Estado Novo, na interventoria de Landolfo Alves (1938-1942), o educador Isaias Alves⁶² foi nomeado Secretário de Educação e Saúde, implementando nova reforma no ensino normal que foi dividido em secundário (cinco anos) e pedagógico (dois anos). Seguindo a linha ideológica definida em âmbito federal, o Secretário dava

⁵⁸ Criada em 1836 e instalada em 1841, a Escola Normal da Bahia só atendia a alunos do sexo masculino até 1850, quando foi criada a Escola Normal para senhoras. “Funcionava no mesmo prédio e subordinada ao mesmo diretor, alternadas as lições para os dois sexos. Em um dia, tinham aulas os rapazes, no outro, as moças. Note-se que tal expediente reduzia pela metade os dias de aula semanais, ficando o curso, para cada sexo, com a carga horária de apenas um ano no total.” NUNES, Antonietta de Aguiar. “A formação oficial de professores na Bahia Imperial”. *Revista da FAGED*. UFBA. Salvador. P. 23.

⁵⁹ “A criação do curso complementar estabelecia um elo de ligação entre a escola primária e a normal e o ingresso na última passava a exigir maiores requisitos de formação.” TANURI, Leonor Maria. “História da formação de Professores”. *Revista Brasileira de Educação*, mai-ago/2000, nº 14, ANPED, São Paulo. p. 70.

⁶⁰ Relatório relativo ao quadriênio de 1924 a 1928, do Serviço de Instrução Pública do Estado da Bahia, apresentado ao Secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública. Bahia, Imprensa Oficial do Estado. Biblioteca Virtual Anísio Teixeira. Produção Técnico-Administrativa – Relatórios. Site: www.prossiga.br/anisioteixeira.

⁶¹ Idem.

⁶² Isaias Alves era irmão do governador e ex-integrante da Ação Integralista Brasileira. TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: UNESP. Salvador: EDUFBA. 10 ed. 2006. pp. 424-425.

ênfase aos ideais patrióticos e nacionalistas, impondo valores cívicos a todas as escolas, inclusive às particulares.

A discrepância na quantidade de professores formados entre o interior e a capital, apontada no relatório de 1928, permanecia nesse período, havendo grande predominância de professores leigos nos locais mais distantes de Salvador. A iniciativa privada iria procurar ocupar esse espaço; surgem assim, no interior diversas escolas normais particulares, como o Colégio Senhor do Bonfim, equiparado à Escola Normal da capital em 1937 e transferido da cidade de Senhor do Bonfim para Jacobina em 1939,⁶³ estabelecendo um convênio com a Prefeitura Municipal.

A matéria abaixo, que trata dessa novidade de forma entusiástica, ocupou quase a metade da primeira página do jornal *O Lidador* no final de 1938:

**JACOBINENSES, SENTIDO!
O MAIOR PROBLEMA BRASILEIRO EM MARCHA, NESSA CIDADE!**

Os intrépidos soldados de combate ao analfabetismo, os professores Esther Costa Castro e Deocleciano Barbosa de Castro, acabam de armar o seu acampamento em nossa Jacobina, transferindo de Bonfim, a Escola Normal Equiparada (...)

O único problema nacional consoante a palavra do grande Rui, o problema numero 1 dessa cidade, conforme o classificamos, marcha, felizmente, para a realidade. (...)

Perante um povo civilizado; perante uma população progressista, perante um homem patriota e inteligente, a aquisição que a nossa terra acaba de fazer da supra citada Escola Normal Equiparada, educandario que ja tem a sua fé de ofício solidificada pela moral e pela eficiencia, reclama, na posição de sentido, todos os elementos de prol que almejam e aplaudem a prosperidade desse rincão. Reclama que todas as pessoas de valor contribuam pela prosperidade dessa importante casa de instrução, para que ela não se renda nunca a contingencia de abandonar-nos devido a influencia maléfica dos inimigos dos livros, aqueles que tendo fugido da escola, dela afastam os filhos, qual náufragos, doentes da vista, incapazes de orientar-se pela luz radiante dos faróis.

Jacobinenses, sentido! A postos pela educação dos vossos filhos, o melhor tesouro que lhes podereis dar (...)⁶⁴

Mais uma vez aparece o velho discurso republicano que coloca o analfabetismo como a causa de todos os males do país, citando o próprio Rui Barbosa, o mais ilustre baiano defensor dos valores republicanos. É interessante a construção discursiva, segundo a qual a chegada de uma escola normal, por si só, colocaria em marcha o fim do analfabetismo em Jacobina. A população analfabeta não mais aparece como vítima do descaso dos políticos, como em outras matérias do mesmo jornal, mas como culpada por

⁶³ A transferência do estabelecimento teria se dado em decorrência da abertura de outra Escola Normal na cidade de Senhor do Bonfim.

⁶⁴ Jornal *O Lidador*, Jacobina (BA), 04.12.1938.

fugir da escola e afastar os filhos. Só no final do texto aparecem informações mais objetivas como: os exames de admissão se realizariam em fevereiro e que a escola aceitava “alunos do curso primário, interno e externo, tudo mediante taxas muito módicas”. O tom otimista, patriótico e progressista do texto não leva em conta que a maior parte da população não tinha acesso à escola, como o próprio jornal vinha denunciando. A própria escola normal propagandeada era paga.

Notícias a respeito do Colégio Senhor do Bonfim aparecem em muitas outras matérias do referido jornal, a partir de então. De acordo com Lemos: “Com a única reforma do Ensino Normal, o Colégio Senhor do Bonfim teve curso ginásial em cinco séries, de acordo com o programa do Colégio Pedro II: dois fundamentais e três normais.”⁶⁵ Segundo a autora, em 1939 matricularam-se 47 alunos no exame de suficiência, tendo sido aprovados 41. Desses, apenas 13 concluíram o curso em 1943, sendo dois homens e onze mulheres.

A Professora Nilza Silva Oliveira foi uma delas; tendo “se formado” em 1943, não conseguiu uma “cadeira” estadual ou municipal para lecionar até 1948. Em 1947, com dificuldades financeiras devido à morte do pai, foi apresentada ao Padre Alfredo, que a contratou para ensinar na Escola Paroquial de Serrote. Anteriormente a professora dava aulas particulares a vinte e poucos alunos em um salão alugado na cidade de Jacobina. Um ano após assumir a escola paroquial, em 1948, conseguiu, através de um deputado, ser contratada em caráter interino para uma cadeira estadual no Povoado de Olhos D’água. Alguns anos depois fez um concurso público, o que lhe possibilitou a efetivação. Permaneceu em Olhos D’água até 1953, quando se casou e se mudou para Salvador, onde seguiu a carreira de professora estadual até a aposentadoria.

Apesar de não sabermos o destino dos outros formandos,⁶⁶ o exemplo de D. Nilza nos indica que a propagada Escola Normal não possuía a funcionalidade que a notícia do jornal lhe conferia. A conclusão do curso da primeira turma normal de Jacobina, sendo obtida por apenas treze alunos, não possibilitou a contratação imediata desses profissionais para a ocupação das cadeiras primárias municipais e estaduais, que provavelmente eram

⁶⁵ LEMOS. Doracy (1995). op. cit. p. 231. Segundo a autora, em 1954 o referido Colégio, que já tinha se tornado Instituto Senhor do Bonfim, foi assumido pelo governo do Estado, recebendo o nome de Centro Educacional Deocleciano Barbosa de Castro, em homenagem ao seu primeiro proprietário, já falecido.

⁶⁶ Em trabalho anterior entrevistei D. Alaíde Lages Rocha Vieira, que foi colega de turma de D. Nilza. Tendo também concluído o curso normal em 1943, só começou a lecionar em 1953, quando conseguiu, também por influência política, uma “cadeira estadual” na Escola Rural Pau Ferro (no município de Miguel Calmom - BA), na fazenda com o mesmo nome, onde residia com a família.

ocupadas em sua maioria por professores leigos. Os concursos públicos, segundo D. Nilza, eram raros, sendo realizados apenas em Salvador. Apesar da formação, o professor para ser contratado necessitava recorrer ao velho “pistolão”, isto é, à indicação de algum político influente em troca do voto, provavelmente de toda a família do beneficiado.

Entre 1946 e 1958 ocorreu no Brasil um grande crescimento da rede elementar de ensino, especialmente nas áreas rurais,⁶⁷ após a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário. Nunes analisa a interferência dos interesses políticos locais na aplicação dos recursos advindos do Fundo, caracterizando um grande desperdício do investimento dos recursos federais:

Em decorrência, surgia um grande número de cargos de professores primários, disputados e negociados pelos políticos locais e ocupados por professores leigos em sua grande maioria. Esses professores leigos ganhavam experiência e, ao final de um mandato eletivo, se a oposição vencias as eleições e assumia o governo, eram demitidos e substituídos por outros professores leigos.⁶⁸

Romanelli nos traz dados referentes à situação de qualificação do magistério primário brasileiro entre 1940 e 1957, que apontam uma tendência de acentuação dos números absolutos e relativos de professores sem qualificação para o exercício do magistério. No Nordeste, em 1957, menos de 30% dos professores primários possuíam formação em escolas normais.⁶⁹

Além da carência de escolas normais, provavelmente a situação de insegurança no emprego fazia com que os professores leigos fossem preferidos pelos políticos; no entanto, como vimos, os professores formados também estavam sujeitos às políticas clientelistas, pelo menos até conseguirem se efetivar no cargo, através do concurso público.

Na Bahia, em 1955, o governador Antônio Balbino (1955-1959), ex-secretário de Educação de Vargas, lança a campanha “Uma Escola em Cada Povoado”, noticiada no *Jornal Vanguarda*:

O governador Antônio Balbino vem de lançar através da Secretaria de Educação e Cultura as bases da campanha cívico-educativa de “Uma Escola em Cada Povoado”, que visa amenizar a grave crise do ensino primário no interior do nosso Estado.

Conforme observou s. excia., na apreciação ao anteprojeto do regulamento da Lei 577, o índice de analfabetos na Bahia aumentou para mais

⁶⁷ Durante esse período chegaram a ser construídas no Brasil 15 mil unidades escolares e essa construção manteve a predominância de escolas rurais sobre os grupos escolares das zonas urbanas. NUNES, Clarice. “Anísio Teixeira: a luta pela escola primária pública no país” In: SMOLKA, Ana Luiza & MENEZES, Maria Cristina. op. cit. p. 110.

⁶⁸ Idem, ibidem.

⁶⁹ ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 162.

72% nesses últimos quatro anos. Devendo-se em parte essa alta percentagem de analfabetismo ao êxodo desordenado das professoras do interior para a Capital, onde atualmente se encontra mil e tantas que “invocam todos os motivos para não retornar ao meio rural”. Aliás, fenômeno idêntico também se verifica no interior. As professoras deixam suas escolas localizadas nas fazendas e nos povoados e vêm para as cidades, com enorme prejuízo para o ensino em o meio rural.

A fim de minorar a situação do ensino primário no interior, o governador Antonio Balbino, além de ter lançado a campanha “Uma Escola em Cada Povoado”, pretende nomear professoras leigas para preencher as cadeiras vagas ora existentes. Para melhor orientação daquela altruística campanha o Sr. Governador recomendou ao Secretário da Educação que faça um levantamento dos povoados ou núcleos populacionais onde existam mais de 20 crianças em idade escolar e não haja escolas. (...) ⁷⁰

Podemos observar que a discrepância entre o número de professores do interior e da capital permanecia; no entanto, essa desigualdade se dava muito mais pela falta de escolas públicas de formação desses profissionais no interior e não simplesmente porque os professores do interior migravam para a capital, como sugere a notícia. A dificuldade de permanência de professores formados em áreas rurais isoladas realmente era um problema enfrentado em todo o Brasil;⁷¹ no entanto, a contratação de professores leigos, ao invés da realização de concurso público, muitas vezes era uma opção feita para satisfazer os interesses clientelistas dos políticos, como nos aponta Nunes. O exemplo de D. Nilza, que depois de formada esperou quatro anos para ser contratada, ainda em caráter interino, não era um caso isolado. Outros professores formados também tinham dificuldades em conseguir uma cadeira e, quando conseguiam, era geralmente na zona rural.⁷² Não havia nenhum tipo de incentivo para que estes enfrentassem as dificuldades e o isolamento aos quais não estavam habituados. Também não havia um programa de formação dos professores leigos, residentes no local, mantendo-os a mercê dos interesses políticos.

O discurso da crise na educação repetia-se, servindo sempre para que um “novo governo” lançasse uma “nova campanha cívico- educativa”, que na maioria das vezes não

⁷⁰ Jornal *Vanguarda*, Jacobina (BA), 17.07.1955.

⁷¹ Em São Paulo até 1933 o professor normalista devia iniciar sua carreira no magistério na zona rural, com salários inferiores aos adjuntos dos grupos escolares, o chamado “tempo do desterro”. Muitos deles se valiam de uma série de artifícios para fugir dessa situação (licenças, faltas, etc.). A maioria deles visava, após esse estágio, conseguir uma nomeação para uma escola urbana. Por conta dessas dificuldades o governo passou a nomear professores leigos, a partir de 1925, em regiões onde a escola não fosse solicitada por um professor normalista. DUARTE, Geni Rosa, *Rumo ao campo: a civilização pela escola*. São Paulo, 1910/20/30. Dissertação de Mestrado em História, PUC/SP, São Paulo, 1995. pp. 141-142.

⁷² Em Jacobina no período pesquisado, de acordo com depoimentos de ex-professoras, também era muito difícil para um professor recém formado conseguir uma vaga na sede do município, sendo comum que o início da atividade docente destes se desse na zona rural. LIMA, Cleidemar Pereira. *Imagens das Terezinhas: Memória, docência e gênero*. Monografia de Especialização. Curso de Pós-Graduação em História, Cultura e Memória. Jacobina/BA: 2006.

saia do papel. O alarmante índice de analfabetismo no Estado da Bahia de 72% simplesmente é atribuído pelo jornalista ao abandono da zona rural pelas “professoras”.⁷³ O Povoado de Serrote nessa época contava apenas com uma escola pública estadual, tendo a ampliação de sua rede de escolas somente ocorrido após a emancipação política do município, em 1962. Numa época em que se propagava no Brasil a idéia de uma “educação para todos”, nos pequenos lugarejos como Serrote, o ideal dos reformadores escolanovistas estava muito longe de concretizar-se.

2.2. Serrote no tempo do mestre-escola

O povoado de Serrote iniciou seu povoamento em 1929, tendo sido fundado como povoado na década de 1940. Tornou-se vila em 1953, quando teve o nome mudado para Serrolândia.⁷⁴ A educação das crianças nos primeiros tempos se dava através de mestres-escolas.⁷⁵ As aulas aconteciam em casas de famílias, a partir da união entre vizinhos, que contratavam um professor para dar instruções elementares aos filhos, geralmente por um curto período que fosse suficiente, na visão do professor, para que os alunos se “alfabetizassem” e aprendessem a fazer alguns tipos de conta. O professor era leigo e geralmente tinha sido instruído por esse mesmo sistema.

Esse tipo de ensino em Serrote surgiu provavelmente com a finalidade de atender às necessidades de aprender a “ler, escrever e contar” daquela comunidade, em uma época em que o Estado não assumia nenhuma responsabilidade com a educação. Não foi possível precisar a data do seu surgimento, mas é provável que tenha ocorrido logo após a chegada dos primeiros habitantes.

A falta de acesso a uma escola mais próxima obrigava grande parte dos alunos a percorrer longas distâncias, na maioria das vezes a pé. Não havia seriação, uma vez que a forma de organização do ensino era baseada na sequência dos livros e não em séries, não havendo preocupação com a separação das idades, como aparece no depoimento do Sr.

⁷³ Podemos notar na utilização desse termo, sempre no feminino, uma naturalização da feminização do magistério primário por parte dos jornalistas. Essa questão será discutida no Capítulo III.

⁷⁴ O Distrito foi criado em 30.12.1953, pela Lei Estadual nº 628 e o Município em 23.07.1962, pela Lei Estadual nº 1746. REIS, Diomedes. *Serrote de ontem, Serrolândia de hoje*. Salvador: Press color, 1994. pp.19-20.

⁷⁵ Em pesquisa anterior analisei mais detidamente esse tipo de ensino. VASCONCELOS, Tânia Mara P. “Do castigo ao prêmio: concepções de infância e educação numa comunidade do interior (1940-1970).” *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*. UNEB, Salvador, v. 14, nº 24, jul/dez. 2005. p. 175-191.

Edivaldo, ex-aluno: “Quem tava no ABC era tudo junto com quem já tava no segundo e terceiro (...) tinha moça, tinha rapaz, tinha pequeno.”⁷⁶

A ausência de distinção de idades reflete-se também na pedagogia utilizada que tinha como base a repetição do conteúdo dos livros que eram estudados em seqüência. A progressão do aluno se baseava na seqüência dos livros e não das séries. Vejamos os depoimentos do Sr. José Filho, ex-aluno e ex-mestre-escola, e do Sr. Edivaldo a respeito disso:

José Filho: Primeiro ia estudar o ABC, depois vinha a cartilha, depois da cartilha era o primeiro livro (...) aí no terceiro livro eles achavam que a pessoa já tava pronta.⁷⁷

Edivaldo: Tinha lição, agora tinha o seguinte, se você quisesse estudar um livro todinho numa semana, você deixava aquele. Agora tinha que ler aquele todinho e recordar, se você quisesse dar duas, três ou quatro lição por dia você dava (...) você estudava de acordo sua inteligência.⁷⁸

A lição talvez fosse o parâmetro utilizado para medir o nível de “inteligência” dos alunos. Como, segundo o depoente, não se faziam provas, o critério de avaliação para que o aluno pudesse alcançar outro estágio era conseguir fazer a leitura seqüenciada das lições de um determinado livro e, assim, poder passar para outro. O que se chamava de “estudar a lição” consistia em conseguir memorizar o texto indicado pelo mestre; nesse sentido, a inteligência é considerada como capacidade de memorização. Vejamos o depoimento de Seu Alexandre, outro ex-aluno e ex-mestre-escola da escola rural sobre a “lição de cór”:

Porque a gente tem a lição e depois da lição tem um questionário, né? O questionário. Então vai questionar algumas palavras da lição anterior pra ver se o aluno meditou aquela historinha, se ele estudou. Se ele estudou a historinha do passarinho, chamava o canarinho, lá adiante perguntava: “Como chamava o passarinho?” Aí ele vai dizer que é o canarinho fulano de tal (...) eu gostava muito de lição de cór. Sempre eu gostava nisso, porque a gente meditava e desafiava, porque depois vinha a sabatina né?⁷⁹

Parece-nos que não havia muita preocupação com o tipo de conteúdo transmitido, sendo importante apenas a capacidade de memorização do aluno; assim, a sabatina era o principal método utilizado para verificar a assimilação dos conteúdos. O uso dos castigos

⁷⁶ Edivaldo Nunes da Cunha foi aluno desse sistema de ensino na zona rural de Serrote na década de 1950. Entrevista concedida em 10.12.2004.

⁷⁷ José dos Santos Filho atuou como mestre-escola na década de 1940. Entrevista concedida em 17.10.2004.

⁷⁸ Depoimento citado.

⁷⁹ Alexandre Argemiro dos Santos foi aluno de mestre escola na década de 1950, assumindo depois a mesma função por volta de 1961. Atuou também como professor municipal leigo após a emancipação política do município de Serrolândia (1962). Entrevista concedida em 26.12.2004.

físicos era muito comum nesse tipo de escola, tendo sido possível perceber a permanência de algumas dessas práticas nas escolas oficiais, como veremos adiante.

Essa modalidade de ensino perpassou muitas décadas, existindo na zona rural ainda na década de 1960, muito tempo depois da instalação no Povoado de Serrote da escola paroquial (1941) e da escola estadual (1948).

3. As Escolas Paroquiais no sertão da Bahia e sua singularidade histórica

As escolas paroquiais da paróquia de Santo Antonio de Jacobina foram fundadas pelo Padre austríaco cisterciense, Alfredo Haasler, que chegou em Jacobina em 1938, tendo instalado a primeira escola no ano seguinte. A instalação dessas escolas, ao que tudo indica, foi fruto da iniciativa desse padre contando com o apoio de parte da elite local, uma vez que não houve no Brasil uma política oficial da Igreja Católica que incentivasse a implantação de escolas paroquiais.

As escolas paroquiais foram criadas na Europa pelo movimento da Contra-Reforma, em resposta às reformas protestantes, que tinham na educação um importante fator de divulgação dos seus valores; assim, o Concílio de Trento (1545-1564) reorganizou as escolas católicas. “Surgiram os seminários para educar e instruir o clero, nasceram as escolas paroquiais e as escolas de conventos e mosteiros.”⁸⁰ Houve escolas paroquiais em toda Europa e no antigo Sacro Império Romano Germânico.

O Brasil, desde o início do período colonial, incluiu-se na órbita dos ensinamentos de Trento, porém dentro do sistema do Padroado Régio, de acordo com o qual o Imperador detinha o poder civil e eclesiástico. Esse sistema nunca permitiu aqui a existência de escolas paroquiais pois o ensino da religião era ministrado obrigatoriamente nas escolas de ler, escrever e contar.

No final do século XIX imigrantes italianos, alemães e ucranianos, entre outros, ao chegarem ao Brasil espantaram-se com a falta de escolas paroquiais tão correntes em seus países; fundaram então as primeiras escolas em suas áreas de colonização, que possuíam caráter étnico, geralmente mantendo a língua dos países de origem.

⁸⁰ MARCÍLIO, Maria Luiza. op. cit. p. 5-6.

Dallabrida cita a criação de escolas paroquiais, juntamente com outras instituições de ensino, no contexto de romanização do catolicismo brasileiro, citado anteriormente:

Entre a instauração da República e meados do século XX a Igreja Católica, em processo de romanização, construiu uma grande e nacionalizada rede de instituições educativas, que incluía escolas paroquiais, colégios de ensino secundário e universidades, entre outras. Nas primeiras décadas do novo regime, quando as escolas públicas foram laicizadas, os bispos e os padres articularam a criação de escolas paroquiais para fazerem contraponto às “escolas sem Deus” do governo. No entanto na medida em que os governos estaduais e a União permitiram e legalizaram o ensino religioso nas escolas públicas, a Igreja Católica desestimulou as escolas paroquiais.⁸¹

O autor não localiza geograficamente essas escolas, dando a entender que as mesmas teriam sido criadas em todo o Brasil; no entanto, na pesquisa bibliográfica realizada, só consegui encontrar referências à existência de escolas paroquiais na região sul do país e apenas nas áreas de colonização estrangeira. Estas escolas realmente entraram em declínio no final dos anos 1930, no contexto das políticas nacionalistas implantadas pelo Estado Novo.

Lúcio Kreutz, principal estudioso das escolas teuto-brasileiras no Rio Grande do Sul, não atribui à Campanha de Nacionalização do Ensino a exclusiva responsabilidade pelo fim das escolas paroquiais, apontando outros fatores de pressão presentes naquele contexto. O desestímulo por parte do clero em manter escolas paroquiais, após a legalização do ensino religioso nas escolas públicas, apontado também por Dallabrida, seria um dos principais fatores. A partir de 1940, após o impacto inicial da nacionalização compulsória, teria havido um fenômeno de fusão entre a escola particular e a pública.⁸²

Como discutimos anteriormente, a existência de escolas paroquiais no sertão da Bahia constitui um fenômeno singular, ainda não divulgado pelos estudos de História da Educação no Brasil realizados até o momento.

Embora seja possível encontrar algumas semelhanças entre as escolas do Sul do Brasil, analisadas por Kreutz, e as escolas paroquiais do sertão da Bahia, sua origem, bem como o seu declínio, tiveram diferentes motivações; as da Bahia surgiram justamente quando as do Sul entravam em declínio, estando, ao contrário daquelas, em consonância com as políticas nacionalistas implantadas pelo Estado Novo, como veremos adiante.

⁸¹ DALLABRIDA, Norberto. op. cit. p.84.

⁸² KREUTZ, Lúcio. *Professor paroquial: magistério e imigração alemã*. 2. ed. Pelotas: Seiva, 2004, p. 260-261.

Kreutz caracteriza as escolas teuto-brasileiras no Rio Grande do Sul como parte essencial de um Projeto de Restauração Católica Regional, desenvolvido sob a liderança dos jesuítas. Esse projeto tinha como base o Conservadorismo Romântico, desenvolvido pela Igreja na Europa, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, opondo-se fortemente ao movimento liberal. “Opondo-se à formação crescente das nacionalidades, com a qual só tinha a perder, a Igreja Católica se confrontava com diversos governos.”⁸³ Essas escolas foram instaladas nas comunidades rurais de imigração alemã e eram mantidas pelos pais dos alunos, que pagavam uma taxa mensal para o pagamento do salário dos professores, ao contrário das escolas fundadas pelo Padre Alfredo, que eram gratuitas. Apesar das diferenças, é possível identificar algumas semelhanças entre essas escolas, que serão analisadas adiante.

A criação das escolas paroquiais na região de Jacobina ocorreu no contexto do início da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), momento em que os cistercienses da Áustria sofrem restrições em suas atividades religiosas. Em 1938, com a invasão da Áustria pelas tropas de Hitler, os mosteiros e as escolas religiosas foram fechados, tendo suas atividades reduzidas. Nesse mesmo ano o Abade de Schlierbach, D. Aloísio Wiesinger, recebeu uma carta de D. Hugo Bressane, primeiro Bispo da recém criada Diocese de Bonfim, convidando padres para se instalarem na paróquia de Jacobina. Aceitando o pedido, D. Aloísio designou então os padres Alfredo Haasler, Adolfo Lukasser (austriacos) e João Berchmans (estadunidense), que chegaram na Bahia em 11 de abril de 1938. Esse último retornaria pouco tempo depois. Os padres Alfredo e Adolfo assumem, no final desse mesmo ano, a Paróquia de Santo Antonio de Jacobina.

Muitos cistercienses, inclusive o abade D. Aloísio Wiesinger, vieram em seguida, tendo fundado um mosteiro e atuado em diversas paróquias da Diocese de Bonfim. Analisaremos esse fato no II capítulo. Os serviços prestados a essas paróquias são elogiados pelo Bispo Henrique Golland Trindade, sucessor de D. Hugo Bressane, destacando-se as escolas paroquiais, implantadas pelo Padre Alfredo na região de Jacobina:

Os cistercienses, filhos de São Bernardo, mantêm na Diocese de Bonfim, com grandes sacrifícios, mas ótimos resultados – oito escolas paroquiais, nas duas paróquias que dirigem. Exemplo bem raro, decerto.⁸⁴

⁸³ Idem, *ibidem*. op. cit., p. 45.

⁸⁴ TRINDADE, Henrique Golland. “Carta prefácio”. In: WIESINGER, Aloísio. *São Bernardo, Abade de Claraval e doutor da Igreja*. Ed. Vozes, Petrópolis-RJ, 1944. p. 7.

As escolas paroquiais provavelmente foram a obra mais importante e duradoura realizada pelos cistercienses na Diocese de Bonfim; as oito escolas expandiram-se em poucas décadas, atingindo um número de 48, por volta de 1970, conforme depoimentos de algumas lideranças dessa época e a biografia do Padre Alfredo.

3.2. História e importância política das escolas paroquiais do sertão baiano

As escolas paroquiais possuíam uma estrutura simples, funcionando com uma única classe, no sistema de ensino multisseriado e oferecendo o ensino primário gratuito para crianças e adolescentes. A implantação dessas escolas, além da realização de outros trabalhos, tornou o padre citado uma figura extremamente conhecida e importante naquela região. Nos depoimentos orais, bem como nos jornais da época, as escolas paroquiais estão sempre relacionados à figura do Padre Alfredo e não aos cistercienses de uma forma geral. Poucas vezes se menciona também o Padre Adolfo Lukassar, que aparece apenas como seu colaborador.

A fotografia abaixo retrata o Padre Alfredo com os alunos da escola paroquial do Povoado de Serrote, em 1947. Analisaremos em outro momento os elementos contidos na representação fotográfica.

*Foto 1: Alunos do Povoado de Serrote com o Padre Alfredo. 1947.
Foto: Acervo particular de Vilce Vilas Boas.*

De acordo com a Biografia do Padre Alfredo, a idéia da implantação dessas escolas teria sido inspirada em uma comunidade dos Estados Unidos da América, onde o Padre recém-ordenado trabalhou como missionário no ano de 1934. A primeira escola paroquial do município de Jacobina foi instalada no Povoado de Tabua em 15 de agosto de 1939, com o apoio do Sr. José Marcelino da Silva, que se tornaria Prefeito do Município entre 1944 e 1946, tendo se tornado um colaborador do Padre desde a sua chegada. Na época ele assumia o posto de gerente de uma usina de descaroçar algodão no referido povoado. De acordo com a sua biografia, o Padre Alfredo teria contado também com o ajuda de um casal, formado por uma jacobinense e um alemão:

Não devemos deixar de ressaltar o interesse de Dona Iraci, filha de Otacílio Nunes de Souza, forte comerciante da praça de Jacobina, na criação dessas escolas. Casada com o alemão Edmundo Von den Bach, veio de Salvador com o marido e os filhos: Goethe e Marlene, ambos em idade escolar.⁸⁵

O forte comerciante era o proprietário da referida usina, localizada no Povoado de Tabua. O casal Iraci e Edmundo estaria se mudando de Salvador para esse Povoado para afastar-se das represálias impostas aos estrangeiros durante a Segunda Guerra Mundial; este fato nos indica que essa primeira escola não foi fundada apenas para crianças pobres. Podemos perceber também, nessa aliança, a solidariedade entre estrangeiros no Brasil, vítimas de hostilidades por causa da guerra.

No seu auge, as Escolas Paroquiais teriam atingido um número de 48, com um total de 3.800 alunos, de acordo com a biografia citada, que não traz a informação do período em que esses números foram atingidos. Segundo a irmã Maria Alice,⁸⁶ diretora das escolas paroquiais nas décadas de 1960 e 1970, esses números teriam sido atingidos por volta de 1970, quando a escola de Serrote já tinha fechado. Em outras fontes pesquisadas, referentes às décadas de 1940 e 1950, aparecem números bem mais modestos. No Livro de Termos da Escola Paroquial de Serrote, em uma ata de encerramento dos trabalhos letivos, de 27.11.1946, aparece a relação de oito escolas paroquiais, com um total de 487 alunos matriculados. Esses números teriam sido apresentados pelo próprio Padre Alfredo na ocasião e se equiparam ao número de escolas mencionado pelo Bispo na citação acima. No jornal *Vanguarda*, em matéria publicada em 06.10.1956⁸⁷ consta a informação de que

⁸⁵ LEMOS, Doracy (1999), p. 19.

⁸⁶ Conversa informal por telefone, em 19.05.2007. Valdetina Soares, ex-professora paroquial, muito próxima ao Padre Alfredo, confirmou esses dados.

⁸⁷ “O número de escolas primárias neste município”. Jornal *Vanguarda*, Jacobina (BA), 06.10.1956.

havia nove escolas paroquiais no município de Jacobina. Em outra matéria, de 1958, consta que o Padre Alfredo mantinha “15 escolas paroquiais nesta cidade e no interior do município, com matrícula de 882 alunos.”⁸⁸ Devemos considerar, em relação aos números dos jornais, que a extensão da paróquia ultrapassava os limites do município de Jacobina, portanto é possível que o número total de escolas fosse bem maior do que o que aparece nessa fonte. Infelizmente não tive acesso a uma documentação oficial que tratasse da abertura e fechamento das escolas. Na entrevista com D. Isabel de Fátima Lima, que atuou como professora paroquial durante 25 anos, entre as décadas de 1950 e 1970, ela afirmou que havia 40 escolas paroquiais, apresentando inclusive uma fotografia do Padre Alfredo com as 40 professoras paroquiais, sem a referência do ano.⁸⁹ Ao que tudo indica houve uma expansão rápida no número de escolas entre as décadas de 1940 e 1970, havendo logo depois um declínio. De acordo com D. Isabel, a maioria das escolas paroquiais foi fechada na década de 1980, quando o Bispo D. Jairo Matos assumiu a Diocese de Bonfim; o Bispo teria proposto que as professoras passassem a trabalhar sem receber salário, o que as mesmas não aceitaram. Nesse momento, as escolas que restaram passaram a ser mantidas pelo Estado e pelas Prefeituras das cidades onde estas estavam localizadas.

A manutenção das escolas paroquiais era advinda de diversas fontes; segundo a Irmã Maria Alice, a contribuição mais regular provinha de amigos da Áustria e do próprio dinheiro arrecadado pela Igreja com as contribuições dos fiéis. Na biografia citada consta que “desde a sua fundação essas escolas sobreviveram basicamente, graças à ajuda das Comunidades Cristãs da Alemanha e da Áustria.”⁹⁰ Em matéria do Jornal *A Tarde*, de Salvador, essa versão é confirmada, acrescida de mais um fato:

As escolas sobreviveram graças às ajudas recebidas dos programas Misericórdia e Adveniat, mantidos pela Igreja Católica para auxílio de países necessitados. (...) Em 1953, fato noticiado em *A TARDE* de abril daquele ano, o Padre Alfredo recebeu um cheque no valor de 50 mil cruzeiros trazidos pelo então Ministro da Educação, Dr. Simões Filho, e oferecido pela Cessionária das Docas do Distrito Federal.⁹¹

A primeira subvenção pública para as escolas paroquiais foi concedida pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia em meados dos anos 1940, quando foi

⁸⁸ “Jubileu do Padre Alfredo”. Jornal *Vanguarda*, Jacobina (BA), 26.07.1958.

⁸⁹ A fotografia encontra-se no Capítulo III, p. 118.

⁹⁰ LEMOS, Doracy. op. cit., p. 30.

⁹¹ A matéria foi publicada no ano da morte do Padre Alfredo, no dia em que este completaria 90 anos de idade. Jornal *A Tarde* – Municípios, Salvador, 05.08.1997. A Adveniat é uma das maiores financiadoras católicas do mundo subdesenvolvido.

Secretário, pela segunda vez, Anísio Teixeira. No Jornal *Vanguarda* aparece também “a valiosa obra de amigos parlamentares e das Oblatas do Mosteiro de S. Bento, na capital do Estado.”⁹² Em 1960, segundo a biografia do Padre Alfredo, um Deputado Federal da região mais uma vez teria conseguido subsídios federais para a manutenção das escolas.⁹³ No jornal citado, aparece uma notícia a respeito desse fato:

Subvenção Federal Para as Escolas Paroquiais

Foi incluída, no orçamento federal do ano em curso, uma subvenção de 200 mil cruzeiros para as Escolas Paroquiais, dêste município, criadas e mantidas pelo rev. Padre Alfredo Haasler, vigário desta Paróquia.⁹⁴

Pelo que consta na documentação, o Padre Alfredo mantinha boas relações com a elite local - políticos, comerciantes, fazendeiros, médicos, jornalistas⁹⁵ - o que provavelmente facilitava a expansão e a divulgação do seu trabalho. Apesar disso, não era fácil manter uma obra tão custosa; segundo os depoentes, os poderes públicos contribuía apenas esporadicamente, como nas notícias citadas acima.

O Sr. José Marcelino, quando prefeito, fez uma visita à escola paroquial do Povoado de Serrote, acompanhado por outras autoridades, registrando sua visita no livro de termos:

Em viagem de excursão pelo interior do município tivemos ocasião de visitar a Escola Paroquial do povoado de Serrote, onde observamos o zelo e interesse que vem tendo pela causa do ensino e da religião, os padres cistercienses de Jacobina, especialmente esse incansável (ilegível), o reverendíssimo Padre Alfredo Haasler, que tanto bem tem feito as populações sertanejas do município.

Deixamos aqui nesta visita os nossos parabéns a digna e incansável regente da escola a Professora Helsis Helena P. Duarte que com interesse e zelo tanto tem feito pelo desenvolvimento do ensino nem só nesta casa como em outras que temos a ocasião de encontrá-la.

Em 7 de julho de 1945
José Marcelino da Silva
Prefeito...

⁹² Jornal *Vanguarda*, Jacobina (BA), 26.07.1958.

⁹³ LEMOS, Doracy. op. cit., p. 30.

⁹⁴ Jornal *Vanguarda*, Jacobina (BA), 15.02.1959.

⁹⁵ A Igreja mantinha boas relações com os redatores do Jornal *Vanguarda*, fundado em 1948, no qual, aparecem muitas notícias referentes à atuação do Padre Alfredo. No Jornal anterior, *O Lيدador*, que atuou no município entre 1936 e 1940, aparecem conflitos com a Igreja, embora não envolvendo o nome do Padre Alfredo. O dono ou redator chefe do jornal era espírita e escrevia matérias sobre esse tema em todos os números do jornal; ele também mantinha desde 1930, uma escola para crianças pobres, que foi perseguida pela Igreja em 1938, quando um padre capuchinho ameaçou excomungar os pais e os alunos que a frequentassem. Esse fato é denunciado no jornal de forma veementemente crítica contra a Igreja em 1938.

Seguem-se mais quatro assinaturas (algumas ilegíveis), sendo uma do 3º Sargento, e outra do Fiscal de Coletorias do Município. Além da citada amizade com o Sr. José Marcelino, na Biografia do Padre Alfredo, consta o depoimento de outro ex-prefeito de Jacobina, o Dr. Flávio Mesquita (1977-1983), que antes de se tornar prefeito, contribuía como médico com o serviço assistencial que o padre prestava às comunidades.

O relacionamento da Igreja com os chefes políticos locais reproduzia o que ocorria na esfera federal, sendo muito comum na época. Esses laços, marcados por trocas de favores, sustentava interesses mútuos, contribuindo com a política clientelista típica do período. Era interessante para os políticos locais manter um bom relacionamento com um padre respeitado, como o Padre Alfredo, que mantinha um amplo trabalho assistencial junto à população rural carente.

Segundo matéria do Jornal *A Tarde*, de Salvador, quando foram instaladas as primeiras escolas paroquiais em Jacobina, “o Estado mantinha apenas quatro escolas públicas municipais no interior do município.”⁹⁶ No Jornal Primeira Página, de Jacobina, um testemunho a respeito da atuação do Padre Alfredo, relata:

Contam que certa vez, o então governador da Bahia, Otávio Mangabeira, em visita a Jacobina, assistindo a um desfile escolar em sua homenagem pelas Escolas Paroquiais, dissera a seguinte frase: “Que bom seria se as demais escolas do meu Estado fossem como essas daqui!”⁹⁷

Esse fato indica que a existência das escolas paroquiais, consideradas melhores que as estaduais, de alguma forma, acabava amenizando a falta de assistência do Estado na área educacional, acomodando os poderes públicos e a própria população, cuja cobrança por escolas primárias se arrefeceu.

3.1.1. Participação da escola paroquial em eventos políticos

A visita do governador Otávio Mangabeira a Jacobina ocorreu em 1948. Junto com ele esteve o Secretário de Educação Anísio Teixeira, que novamente se encontrava à frente da educação no Estado da Bahia. Visando recepcionar os visitantes, alunos das escolas paroquiais de seis localidades, inclusive os de Serrote, deslocaram-se para Jacobina para participarem de um desfile cívico, junto com escolas públicas da sede do Município e

⁹⁶ Jornal *A Tarde* – *Municípios*, Salvador (BA), 05.08.1997.

⁹⁷ “O Santo prometido”, texto escrito por Rudval Rocha, Coordenador Odontológico da 16ª DIRES, Jornal *Primeira Página*, Jacobina (BA), 09.08.1997.

com o batalhão do Tiro de Guerra. No Livro de Termos da Escola Paroquial de Serrote, esse fato foi registrado pela professora numa longa ata:

A chegada do Sr. Governador Dr. Otávio Mangabeira com o Sr. Dr. Secretário de Educação Dr. Anísio Teixeira na cidade de Jacobina

Aos seis dias do mês de novembro de mil novecentos e quarenta e oito, foi chegado neste local sobre a responsabilidade do muito digno diretor paroquial, um caminhão designado para transportar um número de 34 alunos da sua escola Paroquial destinados a Jacobina, cujo fim era o de tomar parte nas solenes festas da chegada do Sr. Governador, que falarei no ponto seguinte. Chegando esta escola a Jacobina, na residência dos padres cistercienses Alfredo e Adolfo, foi imediatamente atendida e bem recebida ali no seu lar, onde acharam-se otimamente hospedados os alunos paroquiais de Gonçalves, Caem, Catinga do Moura, Várzea Nova e Roçado, todos com suas respectivas professoras e carinhosamente agasalhados como filhos diletos em casa dos seus próprios pais. Ali tudo com santa paz, bondade e carinho, nada faltou, e o maior conforto foi obtido graças aos esforços dos referidos padres, (...) o apoio também de alguns amigos, uns dos quais muito dignos de mencionar, Sr. José Marcelino, Sr. Francisco Brito, Sr. Hélio Vieira, prof^a Felicidade.

Em número de 98 alunos das 6 escolas Paroquiais formou-se o desfile “muito elogiado, segundo diz em geral o povo,” na praça Castro Alves (...) No dia seguinte houve novo desfile da mesma com a escola Castro Alves, da rua da Estação a Matriz para a solene missa que então celebrada pelo padre Alfredo sendo esta assistida por toda a meninada, muitas famílias inclusive Sr. Governador com o Dr. Secretário de Educação. Após a missa às 10½ horas, calculadamente, os reverendos Pes. Alfredo e Adolfo, querendo demonstrarem preito de gratidão ao Sr. Dr. Secretário de Educação Dr. Anísio Teixeira não só pela primeira subvenção obtida como também pelas boas impressões que o mesmo Secretário tem de antes no Departamento referindo-se a estes vigários que os desejava tanto conhecer, reuniram suas escolas em frente da Matriz, onde ali teve como intérprete dos seus sentimentos o talentosíssimo Sr. professor João Oliveira que discorreu a finalidade daquela manifestação, acentuando também sobre as dificuldades daquele humilde vigário que atravessa a vida em tão grandes perigos para dar a luz da instrução ao filho do roceiro e para fazê-lo abrilhantar igual ao nobre naquele dia em ele jamais pensaria em se achar tão conhecido no meio social.

Falou também o orador, sobre o imenso desejo que o Dr. Secretário tinha de conhecer aquele vigário (...) Em seguida acentuou: eis o homem que com o pouco, faz o muito; - apresentou as crianças dos catigueiros, “esquecidos talvez,” como produto do suor do mesmo vigário, finalizando com palavras dóceis, agradecendo ao referido Dr. Secretário, a primeira subvenção cedida às Escolas Paroquiais. Após esta manifestação houve novo desfile, tendo antes sido as escolas fotografadas. (...) No dia seguinte depois da missa das crianças as Escolas Paroquiais visitaram ainda os seus bemfeitores, amigos do seu Diretor, agradecendo os (ilegíveis) recebidos daquelas benevolentes pessoas (ilegíveis) após a saída do Sr. Governador onde ali na Estação estiveram presentes as Escolas Paroquiais com o colégio Castro Alves.

Às 12 ½ horas, depois do almoço tirou-se ainda vários retratos; as 2 horas, todas as professoras com seus alunos regressaram-se aos seus locais, em carro ou à cavalo, ainda por conta do Diretor Pe. Alfredo o qual seguiu junto com a meninada de Serrote em uma lotação por ele formada, trazendo as pessoas amigas e pais de família que acompanharam seus filhos às festas. (...)

Para constar, lavrei a presente ata e assino.

Serrote, 10 de novembro de 1948.

Paula Pereira França

A viagem a Jacobina para participar da recepção aos políticos foi recordada por quase todos os ex-alunos entrevistados, embora nem todos se lembrassem exatamente do que se tratava. Vejamos alguns depoimentos:

Elizabete: Foi muita gente. Foi uma festa assim... política, pra conhecer o governador na época. Padre Alfredo era envolvido nessas coisas...⁹⁸

Elisa: Foi de caminhão. Ah, minha filha, tinha as mesas enormes cheia de... botar pra jantar. Quando nós chegamos lá já tava tudo arrumado. A recepção era a melhor possível. (...) Ninguém saía da fila pra não se perder. O medo agora... Com tanta gente, todo mundo de farda. A farda impecável!⁹⁹

Elvira: Esse dia o padre tratou da gente muito bem, viu? Muito bem, o padre, a professora... (...) Não tinha carro pequeno nessa época, não. Era caminhão, era coberto, cobria e os alunos iam tudo ali dentro. Os alunos tudo ali na carroceria. (...) Aí, rapaz, não foi só de Serrolândia não, de todas escolas dele. Aí agora, dormimos lá. De noite, nós fomos pra reza. (...) Ave Maria! Tinha um palanque e tudo. A farda do Padre Alfredo, as fardas era tudo de um jeitinho só, sabe?¹⁰⁰

D. Elvira se recorda de que apenas os alunos maiores, a partir dos 10 anos de idade, puderam participar; alguns pais também foram acompanhando os filhos, além de outras pessoas da comunidade que desejavam fazer parte da festa política. A viagem de 48 Km entre Serrote e Jacobina foi feita num caminhão, o famoso “pau-de-arara”, tipo de transporte mais comum naquela época para transportar um grande número de pessoas. Um aspecto marcante para os alunos, também mencionado na ata, foi a boa recepção que tiveram em Jacobina, onde pernотaram para retornar no dia seguinte. Essa recepção teve o apoio dos citados “bem feitores”, amigos do Padre Alfredo, que levou as crianças para visitá-los. Sua relação de proximidade com essas pessoas certamente facilitava o seu trabalho e dava-lhe prestígio político.

O desfile das escolas paroquiais com toda a sua organização e seu “uniforme impecável” impressionava os visitantes, como nos afirma a citação acima, do *Jornal Primeira Página*. A ordem e o civismo eram elementos muito prezados nessas escolas, como veremos no Capítulo II.

A princípio pode nos parecer estranha a troca de elogios entre o Secretário de Educação Anísio Teixeira e o Padre Alfredo, além do fato de o Secretário ter sido o primeiro a destinar uma subvenção pública para as escolas paroquiais, considerando que,

⁹⁸ Elizabete Vieira Mendes dos Santos foi aluna da escola paroquial entre 1947 e 1950. Entrevista concedida em 07.09.2007.

⁹⁹ Eliza de Almeida Moreira foi aluna da escola paroquial entre 1947 e 1950. Entrevista concedida em 07.09.2008.

¹⁰⁰ Elvira Souza Rios foi aluna da escola paroquial entre 1946 e 1948. Entrevista concedida em 21.11.2007.

na década anterior, ele foi o principal alvo da ira da Igreja no combate aos escolanovistas. As ofensas e perseguições contra Anísio, por parte do movimento católico conservador, voltariam a ocorrer na década de 1950, em meio às disputas que se reacenderiam em torno da LDB, aprovada em 1961. Devemos considerar que, no jogo dos interesses políticos, as filiações ideológicas não necessariamente pautam as decisões práticas, muito menos os discursos. No entanto, não existe uma contradição entre o apoio que o Secretário teria dado às escolas do Padre Alfredo nessa visita a Jacobina e as idéias propagadas por ele. Durante toda a sua vida pública, a defesa da universalização do ensino foi sempre uma das suas principais bandeiras e uma das causas que o levou a ser perseguido pelos interesses privatistas da Igreja Católica. Embora o ensino ministrado pelas escolas paroquiais não fosse laico, como preconizavam os ideais escolanovistas, era gratuito e atendia a uma parcela da população que provavelmente não teria acesso à escola naquela região, carente de escolas públicas.

As acusações feitas pelo grupo católico e por políticos aliados ao Estado Novo contra Anísio, considerando-o sectário e comunista, não tinham base na realidade. Embora ele fosse, entre os pioneiros, talvez o defensor mais radical da escola pública, não era um “radical” em termos político-ideológicos, manifestando em alguns momentos idéias liberais e anticomunistas.¹⁰¹ Não fosse por isso, provavelmente não teria assumido vários cargos políticos, muitas vezes junto a grupos conservadores, embora ao longo de sua carreira mantivesse relações de proximidade com pessoas da esquerda. De acordo com Clarice Nunes, Anísio tinha uma antipatia por qualquer filiação. A autora destaca momentos de mudança e ruptura no decorrer de sua trajetória política, sendo a primeira delas com o catolicismo, do qual era militante no início dos anos 1920.¹⁰²

Quando recebeu o convite para assumir a Secretaria da Educação do Estado da Bahia (1947-1951) pelo governador Otávio Mangabeira, Anísio se encontrava em missão

¹⁰¹ No Relatório da Inspetoria Geral do Ensino do Estado da Bahia de 1925, Anísio Teixeira critica a reforma Sampaio Dória, defendendo um ensino primário integral, sem a qual o homem do campo se tornaria presa de idéias perigosas: “Será, ao que julgo, essa instrução incompleta, o modo de mais eficientemente prepararmos um ambiente propício à explosão bolchevista ou socialista.” Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 7 abr. 1925. In Arquivo Anísio Teixeira, FGV/CPDOC. Citado por LUZ, José Augusto Ramos da. *Educação e disciplina: propostas para a infância. Bahia (1924-1928)*. Dissertação de Mestrado em História – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2000. p. 69.

¹⁰² Quando assumiu o comando da Inspetoria Geral do Ensino, na Bahia, em 1924, Anísio Teixeira, “viveu o cargo com fervor oligárquico e como um instrumento que tentava ampliar a área de influência da Igreja dentro do Estado.” Após a viagem aos Estados Unidos rompe com os ideais católicos ao adotar as idéias de John Dewey, do qual seria o primeiro tradutor no Brasil. Em 1935, na Diretoria Geral do Ensino do Distrito Federal, tinha reunido em sua equipe, colaboradores “dos mais distintos matizes ideológicos: católicos liberais comunistas, pensadores de direita e pensadores de esquerda.” NUNES, Clarice. “Anísio Teixeira: a poesia da ação”. *Revista Brasileira de Educação*. nº 16, jan-abr 2001. p. 5-18.

internacional na UNESCO, onde exerceu desde 1946 cargo de Conselheiro de Estudos Superiores. Sua primeira atividade como Secretário foi a preparação e a defesa do capítulo de Educação e Cultura na Constituinte Baiana de 1947, no qual propôs normas e princípios mais avançados do que os previstos na Constituição Federal de 1946, com relação a autonomia dos serviços educacionais.¹⁰³ Tornou-se extremamente polêmico o ponto central do Projeto de Lei Orgânica, que previa a criação do Conselho Estadual de Educação e Cultura, como órgão deliberativo, possuindo autoridade para administrar a Secretaria de Educação sem permitir ingerências pessoais ou político-partidárias. O projeto, que previa também a unificação das redes públicas, o financiamento único e a formação do Fundo Estadual de Educação, chegou a ser discutido pelo relator mas nunca foi levado a votação, apesar das insistentes cobranças do Secretário e do governo possuir maioria na Assembléia.¹⁰⁴

De acordo com Jaci Menezes, essa situação de impasse teria posto em crise a presença de Anísio Teixeira no governo, ocasionando o seu pedido de demissão entre maio e junho de 1948.¹⁰⁵ Sua saída não é aceita pelo governador e ele reconsidera a sua decisão, permanecendo no cargo até o final do governo; mas embora não tenha conseguido a aprovação da maioria das medidas propostas na Constituinte, propõe e desenvolve um amplo programa de construções escolares, priorizando a zona rural, conseguindo assim ampliar o acesso à escola.¹⁰⁶ Foi nesse período, no ano de 1948, que a primeira escola estadual do povoado de Serrote foi implantada, sendo designada uma professora formada para lecionar.

¹⁰³ “A Constituição Federal de 1946 colocou maiores responsabilidades educacionais para os estados-membros, embora esta medida estivesse na dependência da regulamentação do dispositivo sobre a competência da União de legislar sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Nesse processo de descentralização, os conselhos estaduais de educação deveriam representar, como organismos colegiados, importante papel.” BOAVENTURA, Edvaldo M. “Anísio Teixeira e a autonomia da educação baiana”. *Revista da Bahia*. Salvador, v. 32, nº 31, jul. 2000. p. 70.

¹⁰⁴ TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: UNESP. Salvador: EDUFBA. 10 ed. 2006, p. 458. Ver também MENEZES, Jaci Ferraz de. op. cit.

¹⁰⁵ Em carta escrita para o governador Otávio Mangabeira nesse período, Anísio Teixeira “deixa clara a sua visão de que o Estado precisava, naquela época, de uma transformação ‘estrutural e orgânica’, e que esta, objetivo principal de sua vinda para a Bahia, estava ameaçada na sua concretização. Para isso seria necessária uma tomada de posição do governador, que não se faria, dada a natureza da aliança no governo – representada por uma maioria na Assembléia com o equilíbrio de contrários – PSD e UDN.” MENEZES, Jaci Ferraz de. op. cit. p. 17.

¹⁰⁶ “Naquele período foi programada a construção de 872 escolas, das quais 758 destinadas a zona rural (...) A ampliação da matrícula atingiu a 40% no quadriênio, pois de 110.000, em fins de 1946 passou para 154.000 no ano de 1949. Anísio Teixeira não deixou ao que sabemos relatório relativo ao ano de 1950.” OLIVEIRA. Hildérico Pinheiro de. “Anísio Teixeira: cem anos e o direito à educação.” *Revista da Bahia*. Salvador, v. 32, nº 31, jul. 2000. p. 96.

Na ata escrita pela professora Paula, o Secretário é repetidas vezes chamado de Doutor, de forma excessiva, como: “Sr. Dr. Secretário de Educação Dr. Anísio Teixeira”. A utilização do termo doutor é comum no Brasil para designar “pessoas importantes”. Neste caso, no entanto, nos parece que a preocupação com a designação, em excesso, revela a preocupação em distinguir Anísio Teixeira, não apenas como um político importante, mas como um grande intelectual, reconhecido internacionalmente, uma vez que o Governador Otávio Mangabeira só no início da ata é designado como Dr. Otávio Mangabeira.

A participação do Padre Alfredo nesse evento político não era uma novidade; os jornais da época registraram sua participação em outros eventos como inaugurações de obras públicas e formaturas, o que demonstra o seu envolvimento com a política da época. A inauguração da rodovia Serrolândia – Maracujá,¹⁰⁷ em 22 de setembro de 1956, foi uma desses eventos, noticiados pelo Jornal *Vanguarda*:

O ato, que foi presidido pelo dep. Francisco Rocha Pires, representante de Jacobina na Assembléia Legislativa Estadual, revestiu-se de solenidade e contou com a presença de inúmeras pessoas residentes naquelas localidades. Usaram da palavra na oportunidade o dep. Rocha Pires, o Vereador José Moreira da Silva e o padre Alfredo Haasler, vigário dessa freguesia.¹⁰⁸

Na maioria desses eventos o Padre Alfredo comparecia e usava a palavra, mas a presença das escolas paroquiais era solicitada apenas em eventos importantes, como a recepção de políticos de destaque. Em 1957, quase uma década após a visita do Governador Otávio Mangabeira e do Secretário de Educação Anísio Teixeira, um político ainda mais ilustre visitaria Jacobina, sendo também recepcionado pelas escolas paroquiais: o Presidente da República Juscelino Kubitschek.

A passagem de JK por Jacobina foi divulgada pelo Jornal *Vanguarda* com grande entusiasmo. Poucos dias antes (02.11.57) foi noticiada a vinda do Presidente e do vice-presidente João Goulart para a inauguração do aeroporto local e do conjunto termo-elétrico, recentemente instalado pela Comissão do Vale do S. Francisco, para iluminação da cidade; os mesmos seguiriam no mesmo dia para Belém do Pará, onde presidiriam, à

¹⁰⁷ O povoado de Serrote, ao se tornar vila, teve o nome modificado para Serrolândia. Maracujá atualmente é um povoado pertencente ao município de Serrolândia.

¹⁰⁸ Jornal *Vanguarda*. Jacobina (BA), 25.11.1956.

noite, a solenidade de instalação da Segunda Conferência dos Bispos que seria realizada ali, durante quatro dias.¹⁰⁹

De acordo com as informações dos Jornais *Vanguarda* e *A Tarde*, de Salvador, no dia 6 de novembro de 1957, o Presidente Juscelino Kubitschek chegou a Jacobina às 12:15 horas, num avião bi-motor da FAB, acompanhado por numerosa comitiva formada por ministro, senador, deputados engenheiros e técnicos.¹¹⁰ O vice-presidente não compareceu, mas não sabemos qual o motivo. Muitos políticos de diversas localidades da micro-região estiveram presentes ao evento.

Valter de Oliveira, em pesquisa que trata desse período em Jacobina, destaca: “Foi a primeira e única vez que um evento daquela natureza ocorreu em Jacobina”.¹¹¹ JK foi o primeiro presidente da República a visitar a região; sua imagem estava associada às idéias de progresso e modernidade, propagadas pelo Jornal *Vanguarda* em diversas matérias.¹¹² O município de Jacobina nesse período era administrado pelo Prefeito Orlando Oliveira Pires (1955-1959)¹¹³. Essa administração é destacada pelo *Vanguarda* como um “divisor de águas” em Jacobina, associando a imagem do Prefeito à imagem do presidente, visto como um homem dinâmico e de ação.¹¹⁴ A passagem de JK por Jacobina reforçaria ainda mais essa associação e as obras que seriam inauguradas, um aeroporto e uma usina termoelétrica, eram símbolos da modernidade e do progresso propagados.

As escolas paroquiais estiveram presentes mais uma vez a esse evento político junto com outras escolas de Jacobina; o Jornal *Vanguarda* menciona a presença de colegiais na recepção. Infelizmente não tive acesso ao livro de Termos da escola paroquial de Serrote, correspondente a esse período, e não consegui encontrar nenhum aluno de

¹⁰⁹ Jornal *Vanguarda*, Jacobina (BA), 02.11.1957.

¹¹⁰ Jornal *Vanguarda*, Jacobina (BA), 11.11.1957.

¹¹¹ OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. *Revelando a cidade: imagens da modernidade no olhar fotográfico de Osmar Micucci (Jacobina, 1955-1963)*. Dissertação de Mestrado em História Social – UFBA. Salvador: 2008.

¹¹² Jornais *Vanguarda*, Jacobina (BA), de 31.05.1958 (*Homenageado o Presidente da República*); de 21.06.1958 (*O Caminho do Oeste*); e de 05.11.1958 (*Cresce Vertiginosamente a População de Brasília*).

¹¹³ O Prefeito Orlando Oliveira Pires, jovem engenheiro agrônomo, “teve seu nome lançado pelo deputado Francisco Rocha Pires, grande liderança local que mantinha as rédeas do poder desde os anos trinta, ininterruptamente.” OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. op. cit. p. 68.

¹¹⁴ “A administração do prefeito recebeu forte influência do clima modernista vivido pelas grandes cidades e do desenvolvimentismo nacionalista de Juscelino Kubitschek, principalmente com a construção de Brasília. As palavras de ordem no Brasil daquelas ‘anos dourados’ eram ‘modernidade, progresso e desenvolvimento’. A febre modernista reinante nas grandes capitais brasileiras na primeira metade do século XX contaminou também pequenas localidades do interior brasileiro.” OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. op. cit. p. 69. O Prefeito Orlando Pires teria realizado uma série de intervenções públicas nesse período que visavam a modernização da fisionomia urbana da cidade, como a instalação de serviços de infra-estrutura, contando com recursos do governo federal através da Superintendência do Vale do São Francisco.

Serrote que tenha participado desse evento, sendo possível que os alunos desse povoado não tenham participado do mesmo. A informação de que as escolas paroquiais de diversas localidades estiveram presentes nesse evento foi prestada pela professora Isabel, que em 1957 trabalhava em Capim Grosso (Povoado de Jacobina na época). Ela descreveu a sua participação na recepção junto com seus alunos:

Juscelino Kubitschek foi a Jacobina uma vez e nós fomos. (...) Eu fretei o carro do meu irmão, ele colocou bancos assim em cima. Os alunos foram todos sentados em cima. Não existia transporte, ônibus, essas coisas, não existia não. (...) Nós fomos pro aeroporto depois que ele foi embora, Padre Alfredo mandou mostrar avião às crianças. Agora quando eles foram entrando na cidade a gente já recebia, todo mundo em fila batendo palma, as bandeirinhas, brasileira, baiana, sacudindo, né? E depois eles seguiram e o desfile acompanhava. Era bonito (...) Tinham outras escolas, mas o que destacava mesmo eram as escolas paroquiais. Todo mundo parava pra ver, por causa da farda, né? Que era muito linda.¹¹⁵

Mais uma vez os alunos saíram de suas localidades, no famoso “pau-de-arara”, para desfilar em um evento político na sede do município. D. Isabel, assim com D. Elisa em citação anterior, destaca a beleza da farda da escola paroquial. A fotografia abaixo, pertence à ex-professora e retrata a ida dos alunos ao aeroporto para conhecer de perto um avião.

Foto 2. Alunos das escolas paroquiais, em frente a um dos aviões que trouxeram a comitiva do presidente Juscelino Kubitschek, em 06.11.1957. Jacobina – BA. Foto: Acervo particular de Isabel de Fátima Lima.

¹¹⁵ Isabel de Fátima Lima, entrevista concedida em 24.12.2007.

De acordo com Oliveira, vieram a Jacobina vários aviões trazendo a comitiva que acompanhou JK. Esse fato deve ter representado um atrativo a mais para aquela população, que provavelmente, em sua maioria, nunca tinha visto um avião de perto. Era mais um símbolo da modernidade chegando a Jacobina.

A participação da Igreja não se fez apenas no desfile das escolas; o Jornal *Vanguarda* destaca a presença do Bispo da Diocese de Bonfim nesse evento político:

Além das autoridades acima mencionadas esteve também presente à recepção ao presidente Juscelino Kubitschek, nesta cidade, o exmo. Sr. d. Antonio Monteiro Júnior, Bispo Diocesano da vizinha cidade de Senhor do Bonfim que retornou no dia seguinte a sede da sua Diocese.¹¹⁶

O fato do presidente e sua comitiva, ao saírem de Jacobina, terem ido presidir a Segunda Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em Belém-PA, aponta que as relações entre a Igreja e o Estado permaneciam fortes não apenas nas cidades do interior, mas também em nível nacional. Nesse período a Igreja iria incorporar em seu discurso a defesa do ideário desenvolvimentista que estreitava os laços entre a CNBB e o Governo JK.

Em relação à educação, esse período foi marcado por novas disputas entre os defensores do ensino público e os do ensino particular, tendo o grupo católico à frente, em torno da aprovação da Lei de Diretrizes de Bases. A comissão para elaborar o projeto de lei tinha sido instalada desde 1947, pelo Ministro Clemente Mariani; no entanto, devido às divergências, o projeto tramitou por 13 anos, sendo aprovado apenas em 1961.

No período do nacional desenvolvimentismo a educação seria parte integrante do Plano de Metas do Governo JK, porém nele só seria incluída mais tarde, quando se percebeu que a nova economia industrial a surgir precisaria de mais pessoal qualificado; continuava, portanto, não se constituindo em uma prioridade governamental. No final dos anos 1950 as questões relacionadas ao acesso e à qualidade do ensino primário permaneciam como problemas centrais da educação brasileira.

¹¹⁶ Jornal *Vanguarda*, Jacobina (BA), 11.11.1957.

CAPÍTULO II

CELEBRAR A “FÉ EM DEUS E O AMOR A PÁTRIA”

A RELIGIÃO E O CIVISMO

NA ESCOLA PAROQUIAL

1. Catequizar o povo através da infância: a Escola Paroquial e seu projeto evangelizador

A finalidade mesmo da escola paroquial não era tanto letras, mas sim a catequese, né? Mas para existir a catequese precisava educar a criança; ela aprender as coisas básicas da vida.

Isabel de Fátima Lima, ex-aluna e ex-professora paroquial¹

O depoimento da ex-professora reflete bem o que provavelmente fosse o principal objetivo da escola paroquial. Na biografia do Padre Alfredo, a primazia do religioso sobre o ensino das “letras” também é afirmada:

Pe. Alfredo conhecendo a vasta extensão geográfica da Paróquia de Santo Antonio de Jacobina, percebeu o grande índice de analfabetismo. Pensou: “Como esse povo poderá ser evangelizado sem saber ler?”. Solidário com a situação, funda as Escolas Paroquiais, tendo como finalidade a promoção da infância e da juventude para que, através dessa função educadora, fossem integradas às famílias, numa pastoral catequética que levasse o povo a expansão da fé pela evangelização bíblica e litúrgica.²

As escolas paroquiais constituíam uma importante estratégia de evangelização: a de educar crianças e adolescentes com base na doutrina católica, visando evangelizar o povo. A importância da educação para a divulgação da fé católica esteve presente no Brasil desde o período colonial, sendo motivo de diversos embates políticos, após o início da República, como foi discutido no Capítulo I.

Padre Alfredo era um cisterciense com destacada atuação junto ao povo; sua rigidez na defesa das tradições católicas, que discutiremos adiante, estava de acordo com os ideais da sua Ordem. Os cistercienses historicamente destacavam-se por sua atitude militante na defesa da fé católica.

¹ Entrevista concedida em 24.12.2007.

² LEMOS, Doraci. *O missionário do Sertão: biografia de Padre Alfredo Haasler*, Jacobina – BA: Santa Cruz Artes Gráficas. 1999. p. 72.

1.1 Os cistercienses e seu projeto missionário no sertão da Bahia

A Ordem Cisterciense surgiu na Europa em 1098, tendo sido fundada por Roberto, abade de Molesmes, que tinha deixado sua própria abadia por discordar da brandura de sua observância religiosa. A ordem nasce, assim, marcada por uma tendência, comum aos séculos X e XI na Europa, de reavivamento monástico. “Eles desejavam que este mosteiro novo estivesse mais de acordo com o que pensavam sobre o significado real da Regra de S. Bento³ e a sua interpretação rigorosa.”⁴ Visavam, assim, atingir um ideal de pureza da alma que exigia o isolamento total da vida secular. O primeiro mosteiro cisterciense foi fundado no pequeno povoado de Cîteaux,⁵ na região de Dijon, na França.

Em 1112, a ordem recebeu um impulso com a chegada de Bernardo de Claraval, que se tornaria uma figura eminente tanto na própria ordem quanto na cristandade como um todo. Sob sua influência a ordem entrou numa fase de expansão, atingindo mais de 500 casas no final do século XII. Bolton destaca a importância e a singularidade dos cistercienses para a Igreja da época:

É importante compreender que os cistercienses foram a primeira verdadeira ordem monástica da Igreja, e nessa qualidade imprimiram um sentido considerável à respectiva histórica. O monasticismo nas suas formas beneditinas primitivas não contemplara as relações entre mosteiros, que eram de fato autônomos. Na Ordem Cisterciense havia uma única corrente direta de autonomia a partir de Cîteaux para outras casas-mães, à medida que estas iam se estabelecendo.⁶

Esperava-se, assim, que todos os abades cistercienses viajassem anualmente a Cîteaux para um Capítulo Geral, no qual eram elaboradas regulamentações válidas para toda a Ordem. “A utilidade dessa estrutura constitucional não tardou em ser reconhecida por toda a Igreja, e no IV Concílio de Latrão (1215) a obrigação de realizar periodicamente capítulos gerais foi imposta a todas as ordens religiosas.”⁷ Além dessa organização o

³ “Código monástico elaborado por São Bento, no século VI, com a finalidade de orientar a vida monástica possibilitando aos religiosos do Mosteiro de Monte Cassino (Itália) o ambiente propício ao exercício das virtudes cristãs. A Regra contém 72 capítulos que versam desde a estrutura do mosteiro até a forma como os monges devem dormir.” VANIN, Iole Macedo. *Educando “Machos”, formando “Homens”*: O Ginásio/Seminário São Bernardo. Dissertação de Mestrado - História Social - UFBA. Salvador: 2002. p. 55.

⁴ BOLTON, Brenda. *A Reforma na Idade Média*. Lisboa: Edições 70. 1983. p. 50.

⁵ “Cister é o topônimo derivado do latim *Cistercium*, nome da povoação romana antepassada de Cîteaux.” LOYN, Henry R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1992. p. 94.

⁶ BOLTON, Brenda. op. cit. p. 54.

⁷ LOYN, Henry R. op. cit. p. 94.

sucesso da ordem se devia também à sua opção de afastamento da sociedade, numa época de desenvolvimento e urbanização crescente. De acordo com Duby:

O edifício cisterciense atingiu a amplitude que ainda vemos hoje, depois de tantas destruições, porque o estilo de vida religiosa esboçado por Robert de Molesmes, fixado, depurado e abrasado pela palavra de São Bernardo e projetado por ela nos quatro cantos do mundo, respondia à expectativa de uma sociedade que se transformava muito rapidamente e, sobretudo, ao que havia de novo nas estruturas da Igreja.⁸

Bolton destaca a atitude militar dos cistercienses relativa à fé que professavam, o que se refletia tanto na disciplina alcançada através dos regulamentos dos mosteiros, como na sua aplicação fora das casas. Essa atitude militante levou-os a uma aliança estreita com o papado. “No decorrer do século XII, os Cistercienses tornaram-se os principais agentes de cruzada do papado”.⁹ A relação com o papado teria levado a Ordem a sofrer modificações; tornando-se rica, influente e poderosa, ela passa a ser mais uma entre tantas ordens religiosas, perdendo de vista os objetivos iniciais.

Após os tempos de expansão e afirmação (séculos XII e XIII), a Ordem de Cister entrou em profunda decadência; às contradições internas juntou-se o clima de crise do século XIV. No século XVI, as ordens religiosas enfrentariam uma nova crise com a Reforma Protestante; nesse contexto, a Ordem de Cister, enfraquecida, sofre uma cisão, dando origem à Ordem Cisterciense da Comum Observância e à Ordem Cisterciense da Estrita Observância, ou Trapistas. Apenas no final do século XIX as Ordens Cistercienses voltariam a prosperar, sofrendo novo golpe no período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

Padre Alfredo e os demais religiosos que se instalaram na Diocese de Bonfim, na Bahia, no final dos anos 1930, pertencem à Ordem Cisterciense da Comum Observância, provenientes da Abadia de Schlierbach, na Áustria.¹⁰ Essa Abadia sofreu uma importante modificação, em 1925, quando o seu Abade, D. Aloísio Wiesinger, resolveu abrir um novo

⁸ DUBY, George. *São Bernardo e Arte Cisterciense*. São Paulo: Martins Fontes, 1990. p. 117.

⁹ Os cistercienses desempenharam um importante papel na segunda, terceira e quarta cruzadas. “Eles representavam os guardas da fé das fronteiras, tanto no sentido físico como metafísico (...) Por essa razão tornaram-se a influência mais importante das ordens militares, as ordens espanholas de Calatrava e Alcântara, e a ordem portuguesa de Avis.” BOLTON, Brenda. Op. cit. pp. 56-57.

¹⁰ A origem dessa abadia remonta ao século IX; passando a pertencer aos cistercienses no século XIII, funcionou como uma abadia feminina durante três séculos. Com a Reforma Protestante, o mosteiro teria se tornado ermo por falta de vocações, situação vivida por outras abadias e mosteiros católicos nas regiões atingidas pelo movimento. Em 1620, após a expulsão dos protestantes da região, a Abadia de Schlierbach ressurgiu como um mosteiro masculino. WIESINGER, Aloísio. *Breve Histórico da Ordem Cisterciense*. Suplemento ilustrado da Biografia São Bernardo de Claraval. Aparecida-SP: 1945. p. 14.

parecer no Capítulo Geral da Ordem, com o objetivo de adaptar-se aos novos tempos, marcados pelos prejuízos da Guerra:

(...) Obedecendo ao exemplo de nossos antepassados, esse Capítulo Geral determina que se fundem mosteiros em terras de missões. 2. Nesses mosteiros (abadias), no entanto, devem-se conservar a vida de comunidade, isto é, os monges não devem tanto andar pelas estações missionárias ou residir em paróquias, mas antes se dedicar, no próprio mosteiro, à vida contemplativa, à liturgia, às ciências, às artes, à agricultura, procurando elevar o nível de cultura nas respectivas regiões e complementando assim o trabalho dos outros missionários. 3. O Capítulo Geral não considera lícito aos monges Cistercienses outro modo de vida missionária.¹¹

Esse parecer abriria um novo momento histórico para os Cistercienses da Comum Observância, dando espaço ao rompimento com séculos de tradição monástica. Essa mudança de rumos também estava em consonância com a campanha missionária empreendida pelo Papa Pio XI (1922-1939), que visava reconstruir a cristandade, destacando-se pelo impulso missionário. Embora tenha havido a preocupação, expressa no documento, de manter os monges reclusos e dedicados à vida contemplativa, o indicativo de “elevar o nível de cultura” nas regiões em que estes se instalariam, abria a possibilidade para outro tipo de vida religiosa. É o que ocorre com os primeiros padres cistercienses que chegariam à região de Jacobina, Alfredo Haasler e Adolfo Lukasser, que, contrariando a prescrição contida no documento, residiriam em paróquias, realizando um trabalho missionário em contato direto com o povo; no entanto, eles constituíam uma minoria em meio aos religiosos cistercienses que se instalaram no Brasil. A maioria deles viveria em mosteiros, embora não mais tão reclusos quanto os antigos monges europeus.

A fundação de mosteiros cistercienses no Brasil, colocando em prática o artigo primeiro do Capítulo Geral da Ordem, ocorreu na década de 1930. Em 1936, foram fundados no Estado de São Paulo os mosteiros de Santa Cruz e São Bernardo, respectivamente em Itaporanga e São José do Rio Pardo. Em 1939, foi fundado na Bahia o mosteiro de Jequitibá, no município de Mundo Novo, pertencente à Diocese de Bonfim.¹²

Conforme mencionado no Capítulo I, a vinda dos Cistercienses para a Diocese de Bonfim estava diretamente relacionada aos acontecimentos que antecederam a eclosão da Segunda Guerra Mundial. Em 1938, com a invasão da Áustria pelas tropas de Hitler, os

¹¹Extrato Geral da Ordem Cisterciense de 1925. Citado por SILVA, Jean Ferreira da. *Catolicismo e Educação: reminiscências sobre as Escolas Paroquiais na região de Jacobina (1957-2003)*. Monografia do Curso de Pós-Graduação em História, Cultura Urbana e Memória. UNEB, Jacobina – BA, 2006. p. 23.

¹² VANIN, Iole Macedo. op. cit. p. 82.

mosteiros e as escolas religiosas foram fechados, tendo suas atividades reduzidas. Nesse mesmo ano o Abade de Schlierbach, D. Aloísio Wiesinger, recebeu uma carta de D. Hugo Bressane, primeiro Bispo da recém criada Diocese de Bonfim, convidando padres para se instalarem na paróquia de Jacobina. Aceitando o pedido, D. Aloísio designou então os padres Alfredo Haasler, Adolfo Lukasser (austriacos) e João Berchmans (estadunidense), que chegaram à Bahia em 11 de abril de 1938, tendo esse último retornado pouco tempo depois. Os padres Alfredo e Adolfo assumiram, no final desse mesmo ano, a Paróquia de Santo Antonio de Jacobina. O momento da vinda desses religiosos para a Bahia foi registrado posteriormente por D. Aloísio Wiesinger no Livro de Tombo do Mosteiro de Jequitibá:

Diante desta situação eu falei com Pe. Alfredo Haasler, se ele tinha coragem ou disposição de enfrentar. Ele aceitou e prometeu, falar com Pe. Adolfo Lukasser para acompanhá-lo; era no tempo da invasão dos Nazistas na Áustria, quando eles preparavam a viagem. Pe. Alfredo disse: ‘As circunstâncias políticas facilitam a minha despedida’. Neste ano de 1938, antes da Festa da Páscoa, eles viajaram em um navio alemão ‘General Osório’ a Salvador – Bahia, onde o Pe. João Berchmans os esperava, o qual já tinha saído dos Estados Unidos da América para sondar o ambiente, ele pagou também a passagem dos dois.¹³

Ao chegarem a Salvador, os padres se hospedaram no Mosteiro de São Bento, onde estudaram o português, até o início de setembro, quando viajaram para Jacobina para assumir a paróquia de Santo Antonio de Jacobina. O vínculo com os beneditinos se manteve através das visitas que os padres sempre fizeram ao Mosteiro, quando viajavam à capital para resolver problemas de suas paróquias. Por meio desse vínculo eles foram apresentados à senhora Isabel Tude, tutora da Fundação Divina Pastora,¹⁴ no Município de Mundo Novo, onde viria a ser instalado o Mosteiro de Jequitibá.

A Fundação Divina Pastora tinha sido inicialmente assumida pela Ordem de São Bento (no final de 1937), que chegou a fundar uma escola rural primária. Um ano depois os beneditinos desistiram dessa incumbência e D. Isabel convidou os recém-chegados cistercienses para assumir a administração da fundação.

¹³ AMCJ, Livro de Tombo do Mosteiro de Jequitibá, p. 1. Citado por VANIN, Iole Macedo. op. cit. p. 85.

¹⁴ D. Isabel Tude era viúva do Coronel Plínio Tude, grande comerciante e industrial baiano, que havia doado em testamento em 1936, parte do seu patrimônio para criação da Fundação Católica Divina Pastora. Após a morte do seu esposo, D. Isabel toma a frente do projeto dedicando-se totalmente a realizá-lo. A importância dessa instituição é destacada não apenas nos jornais da região mas também nos da capital, como A Tarde. “A criação da Fundação Divina Pastora ganhou relevância seja pela ‘caridade cristã’ dos seus benfeitores, fosse pelos benefícios que ela traria aos habitantes do Piemonte da Chapada Diamantina, região, como a maioria do interior do estado, carente de escolas tanto de nível elementar como secundário.” Idem, ibidem. p. 46.

Em outubro de 1938 os padres Alfredo Haasler e João Behmans foram conhecer a propriedade onde se localizava a fundação e, tendo gostado do que viram, escreveram para D. Aloísio, que decidiu vir para o Brasil, acompanhado de mais três irmãos cistercienses, em fevereiro de 1939. Além do desejo de expandir suas atividades para terras de missões, expresso no Capítulo Geral da Ordem, a guerra talvez tenha sido a principal motivação para a vinda do Abade e de outros religiosos cistercienses,¹⁵ visto que o mesmo só retornaria à Áustria após o fim da mesma, em 1946.

Os cistercienses assumiram a direção da Fundação Divina Pastora em março de 1939, dando continuidade aos trabalhos da Escola Primária Divina Pastora e criando outra instituição de ensino: o Ginásio São Bernardo, um colégio interno masculino de 2º grau, além do já referido Mosteiro de Jequitibá. Vanin descreve as dificuldades encontradas no processo de construção e legalização do Ginásio, visto que o mesmo só pôde funcionar em 1947, após sete anos de luta.

As construções se iniciaram no final de 1941, sendo interrompidas algumas vezes devido às suspeitas policiais de espionagem que recaíam sobre os religiosos, por serem estes estrangeiros e identificados como alemães, no período da Segunda Guerra. Além de terem que prestar depoimentos¹⁶, recebendo várias visitas policiais, os religiosos também sofreram perseguições de populares em alguns momentos, principalmente após a entrada do Brasil na Guerra em apoio aos Aliados, em 1942. Em agosto desse ano, quando cinco navios brasileiros foram afundados por alemães, ocorreu um desses momentos. D. Aloísio, após celebrar a missa do dia de São Bernardo em Jacobina, não conseguiu retornar para Jequitibá por ter sido expulso do trem pelos passageiros; foi obrigado, então, a voltar a cavalo, percorrendo um longo itinerário, sendo parado e interrogado no caminho de volta.¹⁷ Os padres de Jacobina, Alfredo e Adolfo, na época também sofreram o mesmo tipo de perseguição. Na biografia do Padre Alfredo, consta um texto do Bispo de Bonfim, D. Jairo Matos, relatando a história do religioso, em que tal momento dramático de sua vida é descrito:

¹⁵ Entre 1938 e 1977 teriam vindo mais de 20 religiosos cistercienses austríacos para a Fundação Divina Pastora. O fato de continuarem vindo depois do fim da guerra demonstra que esta não teria sido a única motivação para a saída desses religiosos da Áustria, sendo importante também o papel missionário que a Ordem assume a partir de 1925. Idem, *ibidem*, p. 86.

¹⁶ Em 1942 os religiosos tiveram que se apresentar à polícia de Mundo Novo por duas vezes, devido a denúncias de que em Jequitibá havia uma estação de transmissão, através de um canal subterrâneo, fato que levou a tutora da fundação a suspender temporariamente as obras. Idem, *ibidem*, p. 94-95.

¹⁷ Após esse episódio D. Aloísio decidiu se afastar das paróquias sob sua responsabilidade, continuando apenas na paróquia de Rui Barbosa, uma vez que o Prefeito do Município garantiria a sua segurança. Idem, *ibidem*, p. 96;

Qual não foi seu desencanto ao ser acusado falsamente de espionagem juntamente com os seus companheiros de hábito do Mosteiro de Jequitibá, quando, em 1942, a Alemanha declarou guerra a nossa pátria. Que humilhação quando ele e seu cooperador, Pe. Adolfo Lukasser, foram detidos pela polícia desta terra e conduzidos a trem pelo Delegado local, Edgar Rocha, à cidade de Senhor do Bonfim, onde algumas pessoas apressadas e impiedosas os esperavam para linchá-los.¹⁸

A guerra, que teria motivado a vinda dos cistercienses para o Brasil, agora era motivo de perseguição e insegurança nessa terra. Naquele momento histórico, atitudes de hostilidade aos estrangeiros se tornaram comuns em nosso país, não sendo fácil para esses religiosos dar continuidade aos trabalhos junto às comunidades.

Além desses fatos, o que dificultou o início das atividades no Ginásio São Bernardo foi a política nacionalista do Estado Novo relativa à educação, citada anteriormente.¹⁹ Apenas em 1947 o Ginásio começaria a funcionar regularmente, atendendo alunos em sua maioria oriundos de famílias abastadas²⁰ de toda a região e até mesmo de Salvador.

O Ginásio São Bernardo, famoso por sua disciplina rígida, funcionou como tal, até 1948. No ano seguinte iniciaria uma nova fase, passando a se chamar Seminário São Bernardo e só aceitando, a partir daí, alunos que apresentassem o desejo de seguir a carreira religiosa. De acordo com Vanin, que analisou o Ginásio/Seminário a partir da perspectiva de gênero, essa finalidade já existia desde a criação do Ginásio, no entanto ela não era explicitada para os alunos e seus pais. O abade D. Aloísio acreditava que a vocação religiosa dos discentes surgiria naturalmente no convívio diário com os princípios da Ordem de Cister, o que não ocorreu, mesmo depois que o Ginásio se tornou Seminário.

Por meio da rotina, do exemplo, da punição o Ginásio São Bernardo procurou, durante a sua existência, estimular a vocação religiosa dos seus educandos com a finalidade de angariar novos membros para o Mosteiro Cisterciense de Jequitibá. Com este propósito tinha como modelo masculino o Casto, que na disputa com a imagem masculina profana, que os discentes traziam consigo, não foi forte o

¹⁸ Texto publicado no Jornal *O São Paulo*. Arquidiocese de São Paulo, 27.01 a 02.02.1984. Citado em LEMOS, Doracy. *O missionário do sertão*. Op. cit. p. 59.

¹⁹ Vanin destaca vários problemas relativos à legalização do Ginásio São Bernardo; além da exigência de que os docentes fossem brasileiros, estes também deveriam ser licenciados nas matérias que iriam assumir. Em 1946, a entrada de um novo governo, tendo como Ministro da Educação o baiano Clemente Mariani, facilitaria o andamento do processo. Houve mudança na legislação, possibilitando que através da aprovação numa “prova de suficiência” os professores fossem autorizados a lecionar no 2º grau, mesmo sem serem licenciados. A relação de amizade entre D. Isabel Tude e a esposa do Ministro da Educação, D. Clarita Mariani, foi responsável por uma maior agilização no processo de legalização. VANIN, Iole Macedo. op. cit. p. 111-117

²⁰ O Ginásio era pago, no entanto havia a presença de alunos bolsistas garantida pelo Decreto Lei nº 7795, de junho de 1945. Idem, ibidem, p. 125.

suficiente para se impor. Assim esta instituição não cumpriu o seu principal objetivo, uma vez que não houve nenhum aluno que lá permanecesse com o fim de seguir a vida religiosa.²¹

Não tendo atingido o seu principal objetivo o seminário deixou de funcionar como tal, em 1969.²² Além dessa obra, outros trabalhos marcaram a atuação dos cistercienses na Diocese de Bonfim.²³ Fora do âmbito da Fundação Divina Pastora, os cistercienses também atuaram nas paróquias de Jacobina, Riachão, Baixa Grande e Macajuba.

As escolas paroquiais, embora com uma estrutura muito mais simples, provavelmente tenham sido a obra mais importante e duradoura realizada pelos cistercienses na Diocese de Bonfim, uma vez que o Ginásio/Seminário São Bernardo não teria alcançado o seu principal objetivo de suscitar vocações religiosas. As escolas aparecem na documentação pesquisada como um dos marcos do trabalho realizado pelo Padre Alfredo; embora outras pessoas sejam citadas como atuantes nessa obra, a figura deste religioso aparece como central.

1.2. Padre Alfredo Haasler: “O Missionário do Sertão”

As referências feitas ao Padre Alfredo Haasler, na documentação pesquisada, caracterizam-no como um herói ou santo. *O Missionário do Sertão* é o título dado à sua biografia, publicada dois anos após sua morte. A preocupação desse livro é muito mais homenageá-lo do que apresentar fatos históricos, trazendo vários depoimentos de amigos e colaboradores a respeito da sua vida e obra missionária.

As funções exercidas pelo Padre Alfredo ultrapassavam muito as sacerdotais, pois além do trabalho realizado pelas escolas paroquiais, ele havia se tornado muito conhecido naquela região devido a sua atuação assistencialista. Diversas matérias do *Jornal Vanguarda* destacam o seu trabalho social, como a matéria abaixo, publicada em 1958, por ocasião das festividades do seu Jubileu Sacerdotal:

²¹ Parte do resumo da Dissertação, Idem, ibidem, p. 8.

²² Nesse ano instalou-se em seu lugar uma escola profissionalizante, que funcionava em sistema de internato para rapazes entre 18 e 30 anos de idade

²³ Através da Fundação Divina Pastora foram criadas, além da Escola Primária Divina Pastora, mais duas escolas primárias próximas à fazenda Jequitibá. Houve também a realização de obras sociais junto às comunidades adjacentes ao Mosteiro, como a construção de casas de tijolos e a organização uma cooperativa de trabalhadores rurais. Foram oferecidos também cursos para a população feminina como: corte e costura, artesanato e culinária. SILVA, Jean Ferreira. Op. cit. p. 26.

Nascido próximo a Viena, capital da Áustria, a 05 de agosto de 1907, ordenou-se o Padre Alfredo Haasler no dia 26 de julho de 1933, na sua pátria, tendo chegado em nosso país no dia 11 de abril de 1938 e nesta cidade no dia 10 de setembro do mesmo ano. Assumiu as funções de vigário desta Paróquia no dia seguinte ao da sua chegada aqui, há cerca de vinte anos, portanto. Pertence êle à Ordem de Cister (...) Para manter, de maneira eficiente a instrução religiosa e cívica entre os inúmeros habitantes de sua vasta jurisdição espiritual, instalou e mantém 15 Escolas Paroquiais, nesta cidade e no interior do município, com a matrícula de 882 alunos. Tendo observado, nas suas peregrinações pelo interior do município, a precária situação econômica e sanitária em que vive a humilde população rural, fundou, em maio de 1947, a *Cruzada Social*, com o objetivo de assistir a essa população desamparada dos poderes públicos, a qual êle distribui, periodicamente, roupas, calçados, gêneros alimentícios e medicamentos. (...) Trata-se de admirável assistência espiritual, educacional e social, fundada e administrada por êle, em benefício dos seus paroquianos, especialmente dos pobres dessa cidade e do interior do município.²⁴ (grifo do jornalista).

Nas comunidades rurais onde o Padre Alfredo atuava, ele exercia provavelmente uma influência maior que a do Estado, já que este se omitia de assistir a população, não apenas no campo educacional, mas em outras áreas. As escolas paroquiais se destacam na matéria por “manter a instrução religiosa e cívica” daquela população, o que indica a predominância desses valores naquela instituição escolar.

Todos os depoentes relataram as múltiplas funções exercidas pelo Padre Alfredo destacando sua ação caritativa. Vejamos alguns deles:

Elisa: A escola paroquial era muito boa, bem organizada, os professores também eram bons e o padre, era Padre Alfredo, o diretor das escolas. Ele dava a maior assistência aos alunos e aos familiares dos alunos, num é? Ele trabalhava em prol da comunidade. No lugar que tinha escola paroquial ele era de parteiro a juiz. Frequentava, visitava, conhecia todo pai... conhecia todo mundo e ajudava a todos... e ele receitava, ele trazia remédios, medicamentos (...) ele consultava, medicava as pessoas.²⁵

Reinaldo: ...o Padre Alfredo também ajudava muito em medicamentos, fardas. Minha mãe por exemplo recebia um bocado de coisas porque não tinha condição, viúva sem marido e com nove filhos, era difícil.²⁶

Isabel: Padre Alfredo era padre e médico, ele era quem dava a medicação, quando adoecia um, a gente levava por conta dele pra Jacobina.²⁷

Em outra matéria do jornal *Vanguarda*, escrita por um Padre chamado Antônio Vieira,²⁸ a atuação assistencial do Padre Alfredo também é enfatizada:

²⁴ “As festividades do Jubileu do Padre Alfredo Haasler”. Jornal *Vanguarda*, Jacobina - BA, 26.07.1958.

²⁵ Elisa de Almeida Moreira, entrevista concedida em 15.11.2004.

²⁶ Reinaldo Moreira de Lima, entrevista concedida em 10.04.2007.

²⁷ Isabel de Fátima Lima, entrevista concedida em 12.08.2006.

²⁸ Não obtive informações sobre esse padre mas, de acordo com a notícia do jornal, ele não atuava em Jacobina, tendo estado naquele município no período da semana santa.

(...) Aquela gente, porém, conhece um Samaritano: o vigário da paróquia: Padre Alfredo Haasler. Foi-me dado o ensejo de conhecer, durante os dias da semana santa, a mais curiosa e edificante obra de assistência social do sertão. Um sacerdote apenas, para uma paróquia tão extensa, a socorrer, em longas caminhadas, ao sol e à chuva, em dias de soalheira exaustiva ou em noites caliginosas açotadas pelo vento e pelo frio, uma população depauperada pela fome, mirrada pela doença, desfeita pelos desenganos da vida. Periodicamente Padre Alfredo visita todos os pontos da paróquia, levando consigo, em alforjes e em cargas, remédio, vitaminas, leite em pó e roupas que distribui a todos os deserdados da sorte. Tornou-se por vocação, médico das almas. E por necessidade, médico do corpo, receitando doentes, distribuindo e aplicando gratuitamente os medicamentos. (...) Há 15 anos que vem escrevendo essa história de caridade nos sertões, sem os alardes da notoriedade, escondido por entre a penumbra do anonimato e até pela sombra da incompreensão, mas incansavelmente. Dia por dia. Nessas excursões, percorre anualmente de 1000 a 1200 léguas, o que equivale dizer, já fez, durante este tempo, mais de duas vezes, a volta ao mundo, no dorso esquelético e ao passo modorrento de burro casmurros e lerdos. Nos pontos de reunião, previamente marcados, atende ordinariamente, em cada viagem, dezenas e mais dezenas de doentes. Aplica injeções, faz curativos, prescreve dietas, fornece remédios, alimentos, dinheiro. Atualmente atende para mais de 4000 pessoas. Com solicitude, com carinho, com amor. Aonde não vai o médico, aonde não chegam os socorros do governo, acorre a providência de Deus na pessoa de um Padre, mirrado na carne e esbatido de cansaço, sem bolsa e sem recurso, sem outra paga e sem outros estímulos que a esperança da Fé e as promessas do Reino dos Céus. – Não é só! Mantém, desde 1939, Escolas Paroquiais, nestes recantos abandonados, com matrícula, às vezes, superior a 600 alunos. Pagos as próprias expensas o professorado, as bancas, fardas e livros para as crianças mais pobres (...).²⁹

No artigo o autor destaca bastante as intempéries do clima do sertão e a pobreza da população. O texto continua falando a respeito do “povo sertanejo”, destacando seu sofrimento e fé: “A religião lhe dá uma intrepidez de herói e um resignação de mártir”. Essa visão a respeito do sertanejo como povo sofrido, castigado pela seca, ingênuo e resignado, era muito recorrente na época, sendo ainda hoje veiculada em alguns meios de comunicação; no texto acima ela é utilizada como um recurso para comover o leitor e valorizar ainda mais a ação do padre, associando-o a um ideal de santidade. Podemos perceber o ideal romântico do Missionário, um estrangeiro, que deixa sua pátria para enfrentar corajosamente as dificuldades de uma região pobre, abandonada pelos poderes públicos.

Na biografia citada, registra-se em vários testemunhos o fato de o Padre Alfredo, desde que chegou em Jacobina, nunca ter retornado a sua terra, como prova de sua dedicação ao povo sertanejo e do seu ideal missionário. Em um desses testemunhos, que foi retirado do Jornal *Primeira Página*, a referência ao contraponto Europa-sertão

²⁹ O artigo é intitulado “Ação social do vigário e fisionomia religiosa do povo” e faz parte de uma série chamada “Jacobina, sua topografia e seu povo”, que descreve vários aspectos do município. Jornal *Vanguarda*, Jacobina - BA, 31.07.1955.

nordestino é clara: “Que força tão grande movia aquele homem? Europeu, acostumado a climas frios, país e povo civilizado, um mundo cheio de oportunidades, sociedade organizada, um futuro garantido em sua vida.”³⁰ O autor parte de um ideal eurocêntrico presente também nos jornais pesquisados.

A referência à grande área percorrida pelo Padre Alfredo, montado num burro, é bastante citada pelas fontes, a exemplo da sua biografia: “Caminheiro incansável, palmilhou essa vasta Paróquia, de 5.340 Km² enquanto suas forças físicas permitiram, levando sua palavra de fé, esperança e amor a Cristo Jesus.”³¹ D. Isabel também comentou esse tema:

Ele vinha de burro, andava a animal, não tinha carro nesse tempo, ele vinha da Lagoa do 33 até aqui (Capim Grosso), perto de Gavião. Ele viajava em todos esses lugares, era muito... eram 40 lugares que ele celebrava, que tinha escola paroquial.³²

O cartão ao lado foi distribuído na missa de celebração dos 40 anos de Sacerdócio do Padre Alfredo, em 1978. Nessa época ele já utilizava há bastante tempo um automóvel para percorrer a paróquia,³³ no entanto, sua foto, montado em um burro, em frente a uma casa simples, remete ao ideal missionário, simbolizando os sacrifícios feitos em nome do evangelho. O texto bíblico completa o sentido da fotografia.

A associação do Padre Alfredo a um santo é citada em vários testemunhos da sua biografia, apesar de não ter ocorrido nenhuma tentativa do povo de cultuar o seu túmulo ou de lhe fazer promessas após a morte. Ele também era associado a um médico em vários testemunhos. No Jornal *A Tarde*, de Salvador, sua ajuda aos doentes é destacada:

Foto 3: Cartão comemorativo (1978).

³⁰ "O Santo Prometido", Jornal *Primeira Página*, Jacobina, 09.08.1997.

³¹ *O missionário do Sertão*, op. cit. p. 42.

³² Entrevista concedida em 12.08.2006.

³³ Em 1961 o Padre Alfredo recebeu um Jeep da Áustria, no qual passou a realizar as viagens. LEMOS, Doracy. op. cit. p. 43.

AJUDA AOS DOENTES

Além de lutar pela educação o Padre Alfredo fez também grandes trabalhos na área de saúde pública. Em suas viagens constantes pelo interior do sertão baiano viu de perto o sofrimento do povo em decorrência da falta de assistência médica. Conheceu locais que nunca tinham visto um médico, um enfermeiro, ou um auxiliar de enfermagem. Conseguiu inúmeras vezes medicamentos para distribuir à população necessitada. Até o ano de 1961, percorria as cidades montado num lombo de um animal, levando consigo, remédios, vitaminas, leite em pó e roupas que distribuía entre os necessitados. Depois a paróquia recebeu um automóvel de doação e ele pode atender um maior número de pessoas.³⁴

Na matéria citada anteriormente, o Padre Antonio Vieira afirma que o Padre Alfredo, além de “médico das almas” também teria se tornado médico do corpo, uma vez que ele não apenas distribuía medicamentos, mas também os receitava e aplicava (injeções). Alguns depoentes confirmaram essa informação.

A fotografia abaixo retrata dois médicos consultando alunos da escola paroquial de Serrote:

Foto 4: Alunos da escola paroquial de Serrote recebendo atendimento médico. Década de 1940. Acervo particular de Isabel de Fátima Lima.

³⁴ Jornal *A Tarde* – Municípios, Salvador - BA, 05.08.1997.

O cenário da foto é a frente da Igreja, sendo que o atendimento médico se dá ao ar livre, provavelmente para dar maior visibilidade à ação. Do lado esquerdo dos médicos temos a presença do Padre Alfredo e de autoridades locais.

De acordo com a biografia, alguns médicos auxiliavam o padre em seu trabalho caritativo, consultando os alunos da escola paroquial e outras pessoas da comunidade gratuitamente; um deles era o Dr. Flávio Mesquita, que mais tarde se tornaria Prefeito de Jacobina (1977-1983), o que indica mais uma vez a relação entre a atuação da Igreja e a política clientelista naquele período.

A divulgação do trabalho do Padre Alfredo era importante, sendo feita também por ele próprio durante as missas rezadas em Jacobina no último dia do ano e noticiada no *Jornal Vanguarda*:

A Estatística do Padre Alfredo

Habitualmente, à meia noite do último dia do mês de dezembro de cada ano, o revmo. Pe. Alfredo, virtuoso e estimado vigário desta Freguesia, do altar da Igreja Matriz, lê para o conhecimento das pessoas presentes a estatística dos trabalhos religiosos por êle realizados durante o ano que está a findar.

É um trabalho importante e mesmo interessante do ponto de vista sócio-religioso, pois, através dele pode-se observar o desenvolvimento demográfico do município e a evolução ou a involução social dos elementos que integram as coletividades citadina e distritais.

No dia 31 de dezembro próximo findo o Pe. Alfredo fêz a costumeira leitura da estatística dos seus trabalhos efetuados durante o ano de 1956 nas paróquias de Jacobina e de Itaitu (Riachão). Eis o interessante trabalho estatístico: Durante 229 dias de peregrinação pelo território deste município, percorreu ele 1.058 léguas, montado a cavalo; confessou 26.369 pessoas; fêz 3.391 batizados; realizou 405 casamentos; 656 crismas; 7 confissões de enfermo; 92 viáticos; 77 extrema-unções; 413 práticas; 312 primeiras comunhões e 112 encomendações.

Depois da leitura aquele bondoso discípulo se S. Bernardo faz comentários em torno do seu paciente trabalho, arma silogismo e tira as suas conclusões sócio-religiosas que transmite aos seus ouvintes. Isto se repete todo fim de ano.³⁵

A preocupação do Padre Alfredo em registrar todos esses números e divulgar essa estatística, provavelmente contribuiu para aumentar seu prestígio e o respeito que tinha na comunidade, ainda em vida.³⁶

As múltiplas funções exercidas pelo Padre Alfredo - eclesiástica, médica, caritativa e pedagógica - provavelmente lhe conferiam o poder de maior autoridade dentro das comunidades em que atuava. Essa autoridade era exercida com severidade; alguns

³⁵ *Jornal Vanguarda*, Jacobina - BA, 05.01.1957.

³⁶ O Padre Alfredo faleceu em Jacobina no dia 16.06.1997, poucos meses antes de completar 90 anos.

testemunhos, presentes em sua biografia, fazem referência à sua “personalidade marcante”, destacando sua rigidez com os fiéis:

...É metucioso. Antes de celebrar a Santa Missa, vai até o altar, repara se tudo está no devido lugar. Depois de examinar e ver que nada falta, vai à sacristia, prepara-se e volta para iniciar a celebração. Não admitia que mulheres participassem da mesa eucarística com a cabeça descoberta, vestidos decotados ou sem mangas. Com a liberação dos costumes, principalmente a partir da década de 70, sentiu não ser mais possível fazer com que seus valores éticos fossem cumpridos, dentro da igreja. O radicalismo, uma característica de sua personalidade, causou-lhe aborrecimentos quando alguém ousava transigir seus princípios. Por isso preferiu ficar mais tempo entre o povo sertanejo...³⁷

...Odiava qualquer coisa desorganizada, tais como banco mal arrumados, flores mal colocadas, velas tortas e outras coisas. Perseverante no uso constante da batina, dizia que “a lã não pesa ao carneiro”. Rígido na falta de silêncio, dizia que “crianças conversadeiras durante as Missas são como periquitos de cara suja”...³⁸

... Era extremamente metucioso ao presidir os atos litúrgicos da religião católica, pois uma das prioridades desse sacerdote era instruir e doutrinar o povo nas lidas religiosas. Dinâmico por excelência mas também muito radical e exigente nos preceitos da Igreja, Padre Alfredo não admitia durante os atos litúrgicos qualquer tipo de murmúrio, choro de criança ou outro qualquer barulho...³⁹

Alguns desses “radicalismos” foram confirmados pelos depoentes. A exigência de que as mulheres utilizassem véus nas missas provavelmente teve que ser abolida pelo Padre devido às mudanças advindas do Concílio Vaticano II, em 1965.

Uma história interessante aparece no Jornal *O Encarte*, com o título “Lembrando Padre Alfredo III”. O Sr. Amado Honorato de Oliveira relata que o Padre Alfredo ficou aborrecido com o fato de, no Povoado de Santa Cruz dos Coqueiros, nas datas de suas celebrações, haver sempre pessoas explorando o comércio, inclusive o jogo. Depois de alguns avisos de que iria deixar de celebrar no referido local caso isso continuasse ocorrendo, o vigário realmente cumpriu a ameaça. A população católica pediu ao mesmo que voltasse atrás em sua decisão, o que ele atendeu, alertando que não aceitaria que o fato ocorrido se repetisse. Nas palavras do próprio relator:

...marcada a desobriga, na época certa, o Padre Alfredo chegou na véspera, a Santa Cruz dos Coqueiros, onde pernitoou. Mas... lá pelas tantas, o “pau quebrou”. Em diversas barracas de palha o forró estava a “todo vapor”. As sanfonas, as zabumbas e os triângulos falavam em ritmo alucinante e o jogo

³⁷ Doracy Araújo Lemos, autora da biografia *O missionário do Sertão*, LEMOS, Doracy. op. cit. p. 49.

³⁸ Antonio Alves de Souza Neto foi o primeiro professor do sexo masculino da escola paroquial em 1977, tendo sido um de nossos depoentes. Idem, ibidem, p. 103.

³⁹ Arnóbio Xavier de Oliveira foi coroinha do Padre Alfredo na década de 1940 no Povoado de Caém (Jacobina - BA). Idem, ibidem, p. 133-134.

campeava abertamente, inclusive viam-se crianças fazendo apostas indiscriminadas.

Meu Deus!... para o Padre Alfredo aquilo foi uma morte encomendada. E foi naquela noite que eu pude avaliar a coragem do destemido Padre que não deixou de protestar veementemente contra aquela falta de respeito e da covardia dos líderes daquele Povoado, que não tiveram forças para a proibição daquela baderna acentuada...⁴⁰

Continuando a história, o relator afirma que o próprio Padre Alfredo se levantou com roupas comuns e foi para a praça com a intenção de acabar com a festa; reclamou, derrubou roletas, mesas de baralho e tomou a sanfona do sanfoneiro. Houve reação por parte dos comerciantes e jogadores, alguns alcoolizados, e o padre só não sofreu agressão física porque dois soldados que estavam no local o protegeram. A festa realmente acabou e o padre vitorioso pode realizar a desobriga⁴¹ no dia seguinte.

É interessante a interpretação da história dada pelo relator, uma vez que o relato é feito no intuito de destacar a coragem do Padre Alfredo. Essa história de alguma forma procura aproximá-lo de Jesus Cristo no episódio em que este expulsou os vendilhões do templo. De forma moralista, o autor procura destacar os elementos considerados por ele como baderna, como a bebida e o jogo, praticado inclusive por crianças. Outra questão interessante é o destaque dado à “covardia” dos líderes daquele Povoado. A ocorrência da festa popular naquela ocasião provavelmente não tenha se dado devido à omissão destes, mas simplesmente pela concordância com a mesma, que devia ser comum não apenas naquela localidade, mas em toda aquela região. No entanto, a reação do Padre fez com que as autoridades locais obedecessem às suas ordens que haviam sido negligenciadas.

No Jornal *O Lيدador*, em 1936, foi divulgada uma festa do padroeiro em Serrote, na qual a ocorrência de música e jogos é mencionada como um elemento comum, integrante da festa,⁴² o que indica ser essa uma prática comum naquela região, em um período anterior à chegada do Padre Alfredo. O catolicismo popular encontrado por ele naquela região era marcado por práticas festivas e profanas.⁴³

⁴⁰ Jornal *O Encarte*, Jacobina - BA, 27.02.1999.

⁴¹ Esse termo é utilizado para caracterizar os trabalhos do Padre Alfredo nas comunidades rurais, aparecendo algumas vezes no Jornal *Vanguarda*, para informar as datas em que o mesmo atenderia em cada localidade. Segundo o Dicionário Aurélio, *desobriga* significa: “Desobrigação; quitação de uma conta; visita periódica feita a regiões desprovidas de clero por padres com o fim de desobrigar os fiéis.”

⁴² Jornal *O Lيدador*, Jacobina - BA, 20.09.1936.

⁴³ Costa e Silva aponta a existência de uma religiosidade peculiar no sertão baiano, marcado por práticas profanas: “(...) um catolicismo multiface, emergente do cotidiano das práticas herdadas dos seus ancestrais cristãos, e de outras práticas diversas”. SILVA, Cândido Costa e. *Os segadores e a messe: O clero oitocentista na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2000, p. 23

Podemos inferir desse episódio, assim como dos testemunhos apresentados acima, a intolerância do padre diante da cultura local. O desejo de “purificar” aquele catolicismo popular, mesclado por elementos profanos, que destoava profundamente do catolicismo ultramontano cultivado pela Ordem de Cister, se reflete nessas atitudes. A intenção de catequizar as pessoas não fica restrita aos espaços eclesiásticos, estendendo-se a todos os setores da vida das comunidades. Percebemos mais uma vez como o poder da Igreja, naquele momento, representava uma autoridade maior que a do Estado, atuando de forma a tentar modificar hábitos e costumes da população; certamente havia resistências da população, o que aparece sutilmente nos depoimentos, como no exemplo apontado acima. Por outro lado, com esse tipo de atitude, embora contrariasse alguns, o padre também conseguia obter admiração de muitas pessoas.

Na escola paroquial a atuação do Padre Alfredo estava de acordo com os mesmos princípios moralizadores; na documentação analisada, ele aparece como o idealizador do projeto, atuando, durante o período pesquisado, como o Diretor das Escolas Paroquiais.

Em relação à periodicidade de suas visitas ao Povoado de Serrote, os depoentes se dividem, pois alguns afirmam que o padre aparecia todo mês no povoado, enquanto outros mencionam o intervalo de três meses, o que nos parece mais verossímil, uma vez que a área atendida por ele era muito grande; é provável no entanto que essa periodicidade variasse. Sua atuação durante essas visitas foi descrita pela ex-aluna Elisa:

No período que ele vinha ele ficava... eu não me lembro bem, mas, ele ficava mais de dois dias, né? Por que ele tinha que reunir com os pais. No primeiro dia era missa, era batizado, esse negócio todo e depois... os outros dias era pra reunir com os pais, com os alunos, saber... me lembro que ele verificava as cadernetas tudo, pra ver o andamento dos alunos.⁴⁴

Durante as visitas periódicas o Padre Alfredo realizava a desobriga e supervisionava o trabalho das professoras. No Livro de Termos, sua presença na escola é citada em apenas cinco atas⁴⁵, sendo duas delas registradas no ano de 1944, com um intervalo de menos de um mês. Considerando que o livro registra prioritariamente as solenidades da escola, podemos deduzir que as visitas de desobriga do padre ao povoado não eram normalmente registradas, exceto quando estas envolviam algum evento da

⁴⁴ Entrevista concedida em 15.11.2004.

⁴⁵ As visitas do Padre Alfredo registradas no livro de termos ocorreram em 1944, no dia 29 de novembro, para a realização da Primeira Comunhão dos alunos e no dia 22 de dezembro, para participar da banca examinadora e da festa de encerramento da escola; em 1945, na comemoração do dia 7 de setembro; em 1946, para participar novamente do encerramento do ano letivo, e em 1949, na solenidade de recepção ao Bispo Diocesano.

escola, como uma festa cívica ou um encerramento do ano letivo; apesar disso, os alunos tinham a obrigação de participar de todas as missas, como veremos no próximo item.

2. “Tudo é pecado”: a catequização dos alunos da Escola Paroquial

Antes de iniciar, pela manhã e à tarde, tinha que rezar “Em nome do Pai”... rezava o “Pai Nosso” pra começar. (...) Tinha um tema do catecismo onde dizia: Quem é Deus? Deus é... Onde é que está Deus? Deus está em toda parte... Só que primeiro a gente gravou isso mesmo, né? (...) Essa idéia do pecado... olhar para uma pintura... Menina! Foi uma coisa ali, é... rigorosa. *Tudo é pecado, tudo é pecado!* Os fundamentos... Tudo isso aí a gente aprendeu.⁴⁶

A disciplina da escola paroquial era calcada em rígidos princípios religiosos. Os alunos tinham aulas de catecismo e a oração no início das aulas fazia parte do ritual diário da escola, como disse se recorda a ex-aluna Vilce. A idéia de pecado sempre foi utilizada pela Igreja para despertar o temor de um Deus que pune os culpados, valor que esteve presente no modelo de catequese elaborado pelos jesuítas.

Segundo Del Priore, esses religiosos foram responsáveis pela elaboração dos primeiros modelos ideológicos sobre a criança. Na Europa, ao longo do século XVI, fabricou-se a devoção ao menino Jesus; o sentimento de valorização da criança, a partir daí, esteve presente nos discursos dos padres que, na intenção de evangelizar os habitantes do “Novo mundo”, davam preferências às crianças, consideradas como “o papel branco”, a “cera virgem”, mais propensas a aceitar os ensinamentos religiosos católicos do que os adultos.⁴⁷ Nesse sentido, a infância é percebida como um momento oportuno para a catequese.

Os alunos da escola paroquial deveriam ser necessariamente católicos, freqüentando todas as missas e outras atividades religiosas nos finais de semana. A professora Isabel, ao ser questionada sobre a freqüência dos alunos às aulas, relacionou-a com o serviço religioso:

Tinha chamada todos os dias e tinha o livro de chamada, botava falta. A gente já corrigia, chamava o pai na escola, não podia faltar. Não podia faltar o serviço

⁴⁶ Vilce Vilas Boas, entrevista concedida em 07.09.2007.

⁴⁷ DEL PRIORE, Mary (org.). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1992, p. 14.

religioso também. Também tinha obrigação... a gente preparava para a primeira comunhão, para a crisma, para o batismo.⁴⁸

Muitos ex-alunos também se recordaram dessa obrigatoriedade. Vejamos alguns depoimentos:

Elvira: Se tinha que ir pra igreja? Tinha que ir era a pulso! Todos os alunos tinham que ir, se não fosse, nos outros dias a professora... A gente ia para o salão... no salão ela fazia aquela fila e ia pra igreja. Depois, terminava a reza na igreja, voltava para o salão. Ela lia no livro de matrícula; o que não fosse... não tivesse ido naquele dia, ela botava falta. (...) E no outro dia, conforme.... se tivesse pela rua, o povo vendo que ele ficou pela rua bestando, enrolando a mãe, aquele aluno apanhava. Vi muitos apanhar!⁴⁹

Dinorá: Tinha de ir. No mês de maio todos os dias tinha novena e eles exigiam a escola ir, tá entendendo? E a gente ia todos os dias. A gente ia pra Igreja e lá eles obrigavam mesmo!⁵⁰

Noemia: Agora, só que a gente não entendia o que o Padre Alfredo dizia por que ele falava, ele lia a Bíblia. A gente não sabia, a gente... menino, ficava um bulindo no outro, beliscando... por que era em latim, minha filha, naquela época (...) Quando a professora olhava pra gente, a gente ficava quieto, ninguém podia dar um pio. É por que tinha hora que a gente cansava, né? Criança já cansa e sem saber o que ele tava dizendo, né? Aí cansava, começava a ficar inquieto. (...) Tinha de ir, fazia chamada. Ah, minha filha, fazia chamada!⁵¹

A missa em latim também foi mencionada por outros depoentes; ela foi abolida apenas em 1965, a partir do Concílio Vaticano II. A necessidade de coagir os alunos a freqüentarem as atividades religiosas, fazendo a chamada e aplicando castigos físicos nos que ficavam pelas ruas, demonstra a relação intrínseca entre a disciplina escolar e a catequese. Além da professora, o próprio Padre Alfredo também aplicava castigos nos alunos que não se comportassem bem nas missas. Um ex-aluno da escola paroquial do Povoado de São José⁵², em uma conversa informal, me relatou ter recebido um puxão de orelha deste por estar conversando na missa; D. Noemia também relatou um episódio parecido: “Eu achava engraçado, que a gente ficava conversando um com o outro, ficava bulindo com o outro e o Padre Alfredo chegava e beliscava a gente, né? Beliscava e dizia: ‘Cala a boca!’.”⁵³

⁴⁸ Entrevista concedida em 12.08.2006.

⁴⁹ Elvira Sousa Rios, entrevista concedida em 21.11.2007.

⁵⁰ Dinorá Vilas Boas dos Santos, entrevista concedida em 05.09.2007.

⁵¹ Noemia Rodrigues Silva, entrevista concedida 22.11.2007.

⁵² O Sr. Antônio Pereira Neto foi aluno da escola Paroquial do Povoado de São José (Jacobina-BA) na década de 1940. Conversa informal em 14.05.2007.

⁵³ Depoimento citado.

A exclusividade do catolicismo no Povoado é afirmada por quase todos os depoentes. Vejamos os depoimentos de duas ex-alunas, que estudaram nas décadas de 1940 e 1950, respectivamente:

Elisabete: Não tinha Igreja Evangélica aqui, num sabe? Todo mundo era católico, todo mundo tinha o seu catecismo, não é? Aquele catecismo com a Ave Maria, com Salve Rainha, com Credo, com tudo. Que o padre trazia aquele livrinho e dava a cada um, num sabe? A cada uma família (...) Aí cada um ia pra missa, na hora de falar, de rezar aquilo ali, todo mundo rezava, por que... antes de começar a escola, rezava o Pai Nosso.⁵⁴

Áurea: A comunidade era engajada com a Igreja, só existia naquela época a Igreja Católica, não existia uma outra, era ela quem dominava. O lugar era pequeno, era um povoado pequeno e a Igreja Católica predominava em tudo, em todos os setores.⁵⁵

A única depoente que contrariou a exclusividade do catolicismo no Povoado foi D. Elisa, que era filha de evangélicos, tendo sofrido discriminação por causa disso, segundo o seu depoimento: “Eu sofri muito por causa do evangelho, por que mãe não era católica.”⁵⁶ Ela relatou que freqüentava, junto com a mãe e os irmãos, um culto que reunia um grupo novo de evangélicos batistas:

Tinha culto na casa de seu Agostinho Marques, minha mãe levava a gente, eu e meu irmão e quando era no outro dia, que a gente chegava na escola, a gente apanhava. (...) Me mandou buscar a Bíblia e eu não peguei, eu não fui buscar. (...) Me batizaram que eu não era batizada, me batizaram eu e meu irmão e minha irmã. Nós não éramos batizados. (...) Quando mãe foi pra Bonfim mais pai, quando chegaram nós estávamos batizados. Ela mandou a gente escolher...⁵⁷

O batismo “forçado” reflete a obrigatoriedade do catolicismo para os alunos da escola paroquial, porquanto é através deste sacramento que o indivíduo passa a integrar a comunidade católica.

Rios Júnior descreve o surgimento da religião batista no Povoado de Serrote, no início da década de 1950, destacando alguns conflitos desta com a Igreja Católica.⁵⁸ O

⁵⁴ Elisabete Vieira Mendes dos Santos, entrevista concedida em 07/09/2007.

⁵⁵ Áurea Ferreira Franco, entrevista concedida em 20/12/2007

⁵⁶ Entrevista concedida em 21.11.2007.

⁵⁷ Idem.

⁵⁸ De acordo com a documentação, D. Elisa foi aluna da escola paroquial entre 1946 e 1950, o que contrasta um pouco com a data mencionada por Rios Júnior para o início da formação do primeiro grupo protestante no Povoado de Serrote, por volta de 1952. A informação do autor baseia-se também em um relato oral. Considerando o relato de D. Elisa, é provável que esse grupo já se reunisse antes dessa data, não constituindo ainda uma igreja oficial. De acordo com o autor citado, na década de 1960 os conflitos entre protestantes e católicos fizeram com que houvesse a construção de um “cemitério de crentes” por parte do grupo protestante, contrapondo-se ao cemitério oficial do Povoado, que passou a ser conhecido como o “cemitério dos católicos.” RIOS JÚNIOR, Jairo Soares. *Formas de bem morrer em Serrolândia: intimidade*

grupo mencionado por D. Elisa constituía um grupo marginal naquele período, reunindo-se em algumas residências por não possuir ainda uma sede própria. A hegemonia do catolicismo era flagrante na época naquela região;⁵⁹ apesar disso, no caso relatado por D. Elisa, houve resistência à atitude de intolerância da professora. Segundo a depoente, o Sr. Waldetrudes Carneiro, um dos chefes políticos do povoado, embora fosse católico, ameaçou denunciar a professora quando soube do castigo aplicado na aluna por motivo religioso. Sua mãe também reagiu ao fato, indo conversar com a docente: “Minha mãe foi lá e aí disse que eu tinha feito o certo, de não levar a Bíblia, que não tinha... era problema dela. Se eu tava lá na escola pra aprender e a obrigação dela era ensinar.”⁶⁰ Após essas reações, a professora teria mudado de atitude, não questionando mais sobre a crença religiosa da aluna. Apesar disso, não devia ser fácil para qualquer aluno professar uma crença diferente, mesmo sendo também cristã, em uma escola em que a doutrina católica era reafirmada e imposta cotidianamente. Questionei a depoente sobre como era possível para ela frequentar essa escola católica possuindo uma crença protestante.

Porque a gente recebia as instruções na escola e em casa a gente recebia as instruções que minha mãe passava, dizia: “Oh, não diga nada, deixe. Que como estou lhe ensinando é aqui... Tá aqui a Bíblia...” (...) E quando aprendeu a ler, todo mundo aprendeu a ler e começou a prestar atenção.⁶¹

Sendo a única escola oficial daquele povoado, a escola paroquial procurava impor sua doutrina, desconsiderando a existência de diferentes crenças. A mãe de D. Elisa, considerando a importância da instrução escolar para os filhos, reivindicava o direito de que estes a frequentassem, no entanto, resistia à imposição religiosa católica ministrando outros ensinamentos religiosos em casa.

A relação de D. Elisa com o seu passado de aluna paroquial é por vezes ambígua; apesar de denunciar algumas arbitrariedades cometidas pelas professoras, ela fala muito bem da escola, além de demonstrar uma profunda admiração pela pessoa do Padre Alfredo.

fúnebre numa cidade do interior (1930-1980). Monografia de Especialização em História Regional. Universidade do Estado da Bahia - UNEB – Campus V - Santo Antonio de Jesus, 2004. pp. 58-69.

⁵⁹ Em pesquisa realizada anteriormente, analisei dados quantitativos relativos aos registros de nascimento e de batismo no povoado de Serrote, nas décadas de 1950 e 1960, chegando à conclusão que, durante todo o período, o batismo possuía uma importância muito maior que o registro de nascimento, constituindo uma forma de dar identidade à criança. VASCONCELOS, Tânia Mara P. “Meninos do Serrote: entre a inocência e a maldade” In: *Panorama Acadêmico: Revista Interdisciplinar do Campus V - UNEB*. vol. 4, Santa Cruz Artes Gráficas, Jacobina – BA, dez. 2001. pp. 61-67. Não foi possível pesquisar a existência de outras religiões no Povoado de Serrote no período estudado.

⁶⁰ Entrevista concedida em 21.11.2007.

⁶¹ Idem.

Um fato curioso é que, apesar de pertencer a uma família protestante, ela fazia parte da Cruzada Eucarística Infantil,⁶² instituição eminentemente católica. D. Isabel também fez parte desse grupo; vejamos os depoimentos de ambas a respeito da Cruzada:

Elisa: A Cruzada era um grupo de alunos que tinham responsabilidade de distribuir folheto. (...) Nós tínhamos uma fita vermelha... Não! Cruzada era azul claro com uma medalha...

P: Qual o papel do grupo?

- Visitar, se um aluno... se tinha o pai de um aluno doente, qualquer coisa a gente dava notícia à professora.... Era como um grupo de evangelização, e tinha reunião, cada vez que Padre Alfredo vinha tinha reunião com os alunos que pertenciam à Cruzada.

P: Como eram escolhidos?

- Através do comportamento... mais comportado (...) Eram muitos... e tinha reuniões, muitas vezes nós fomos pra Jacobina porque tinha reunião com o grupo de alunos da Cruzada de vários lugares (...) era oração, um ajudava o outro... É uma irmandade entendeu? Depois disso, quando a gente saía da Cruzada, que passava, que lá é até a adolescência, né? No final da adolescência as meninas iam ser filhas de Maria, aí já mudava a cor da fita, a fita já era vermelha...⁶³

Isabel: Era como líder, líder dos colegas (...) em qualquer setor, em qualquer lugar, na rua e em qualquer lugar. A gente tinha mais obrigação do que os outros de cuidar, tanto da religião quanto da parte cívica, de tudo.⁶⁴

A Cruzada se constituía como uma elite dentro da escola; o distintivo utilizado, modificava-se à medida que o grupo atingia outra faixa etária. Esse grupo possuía uma função disciplinar, que funcionava como uma espécie de vigilância, atuando de certa forma como intermediário da relação escola-comunidade, por manter as professoras sempre informadas sobre a vida dos alunos e das famílias destes. A hierarquia era fundamental nesse sistema disciplinar e é provável que o que diferenciava esse grupo do restante dos alunos fosse sua maior adequação à disciplina desejada pela escola.

De acordo com a professora Isabel, a escola paroquial era responsável por preparar os alunos para a realização da Primeira Comunhão. Na fotografia abaixo, ela aparece ao lado do Padre Alfredo com um grupo de alunos preparados para participar do sacramento:

⁶² A Cruzada Eucarística Infantil era uma instituição da Igreja para as crianças criada pelo Papa Bento XV em 1916. Ela era organizada com certo caráter militar: disciplina rígida, graduações, insígnias, uniforme. “O espírito do movimento resume-se nestas palavras de ordem: Ora, Comunga, Sacrifica-te e Sê Apóstolo!” Foi extinta pelo Concílio Vaticano II (1965). Site: www.agencia.ecclesia.pt/anuario/ficha_instituicao.asp.

⁶³ Entrevista concedida em 15.11.2004.

⁶⁴ Entrevista concedida em 12.08.2006.

Foto 5: Primeira Comunhão dos alunos da Professora Isabel na localidade de Genipapo (Jacobina – BA). Acervo particular de Isabel de Fátima Lima.

A Primeira Comunhão ou Primeira Eucaristia constitui o segundo sacramento da Igreja, ocorrendo após o batismo, quando as crianças atingem a faixa de 10 anos de idade, possuindo supostamente consciência da sua escolha religiosa. Nesse sacramento a criança toma pela primeira vez a hóstia consagrada embebida em vinho; tais elementos representam, segundo a teologia católica, o corpo e o sangue de Cristo, reafirmando assim o seu batismo.

No Livro de Termos da Escola de Serrote aparece registrada em apenas uma ata a realização desse sacramento é no ano de 1944, com um interessante título:

Festas escolares

Decorreu aos vinte e nove dias do mês de novembro de mil novecentos e quarenta e quatro a Primeira Comunhão da Escola Paroquial de Serrote, tomando parte vinte e um alunos. Este fato ocorreu-se às sete horas da manhã do referido dia, indo os alunos que tomavam parte, decentemente trajados, tendo em frente três alunas vestidas de alvo, simbolizando a pureza das alunas juvenis. Na capela deste povoado por ocasião da celebração da missa, os alunos entoaram cânticos religiosos e receberam pela primeira vez a visita de Jesus em seus corações.

Na noite anterior foi levado um drama em benefício da capela deste povoado, no qual tomaram parte quase todos os alunos da referida Escola. Esse drama foi

assistido pelo padre Alfredo Haasler e por quase toda a população deste povoado e arredores.

Constou de várias comédias, monólogos, cânticos, etc, sendo todos decentes, dando-nos lições de moral e até mesmo religiosas.

Serrote, 29 de novembro de 1944

Elisete Olivia Alves Profª Regente

A Primeira Comunhão ocorreu em um contexto festivo, no dia seguinte à realização de um evento artístico. A professora destaca a decência tanto nas vestes dos alunos, como nos textos dramatizados. Os alunos que estavam fazendo a Primeira Comunhão, ao que tudo indica, não estavam vestidos com o uniforme escolar, como na fotografia acima, já que a professora se preocupa em destacar a decência das roupas utilizadas. Esse tema também é mencionado em alguns depoimentos e na biografia citada, como uma preocupação do Padre Alfredo não apenas em relação aos alunos, mas a toda comunidade católica. Segundo a ex-aluna Áurea:

Até me perguntaram se eu já estudei em escola paroquial, se eu já pensei em ser freira alguma vez, por que eu era tão assim... obediente àquele Deus que parecia que a gente tava pecando se fugisse daqueles ensinamentos. Que a gente nem usava uma roupa assim... era manga aqui (mostra o meio do antebraço) (...) Todo mundo tinha um véu pra ir pra Igreja (...) E Padre Alfredo se chegasse alguém sem uma manga ele pegava pelo braço e colocava pra fora da Igreja. Vi muito isso!⁶⁵

A ex-aluna destaca as marcas da formação escolar religiosa em seu comportamento futuro. De acordo com D. Isabel o regulamento da escola versava sobre a vida moral do aluno, dentro e fora da escola, tratando também das roupas:

Tinha o regulamento que quando ele, o pai, ia matricular a criança a gente tinha de ler aquele regulamento, se o pai aceitasse... Não podia vestir sem manga, não podia vestir decotado, não podia vestir roupa muito curta, tinha que ser no joelho. Era o regulamento, tinha o regulamento... Então a gente lia, né? O regulamento, se o pai aceitasse matriculava, se não...⁶⁶

Como um contraponto à repressão, a escola procurava conquistar a simpatia dos alunos através das atividades lúdicas, como as descritas na ata acima.

⁶⁵ Entrevista concedida em 20.12.2007.

⁶⁶ Entrevista concedida em 12.08.2006.

2.1. Aspectos lúdicos da evangelização dos alunos

Os espetáculos com a participação dos alunos da escola paroquial eram promovidos constantemente no Povoado de Serrote em festividades religiosas ou cívicas, constituindo uma forma de evangelização e também de entretenimento para a comunidade. Na ata apresentada anteriormente podemos perceber o caráter evangelizador dos espetáculos, “dando lições de moral e religiosas”. Del Priore aponta, no Brasil do século XVIII, a existência de apresentações teatrais religiosas feitas por estudantes: “Interessante é que nas festas religiosas, questões de formação pedagógica eram retomadas na forma de representações teatralizadas dentro das igrejas ou nas praças”⁶⁷.

Boto destaca nos primeiros colégios jesuíticos a importância de “criar métodos e técnicas atraentes com vistas a seduzir o coração do aluno, cativá-lo para o aprendizado: declamações, disputas, competições, debates, jogos, teatro (...)”⁶⁸. Na escola paroquial de Serrote, algumas dessas estratégias eram utilizadas, tanto como recurso pedagógico no cotidiano da sala de aula, quanto como forma de espetáculos apresentados para o público. A ex-aluna Dalva destaca a importância das apresentações públicas promovidas pela escola como forma de cativar os alunos:

Outra coisa que a gente fazia muito na escola, a gente fazia muito parte, ali de representações na igreja. Aí sempre eu também tava no meio, eu e minha irmã. Minha irmã e tinham mais outras lá também que gostavam... Se tinha uma apresentação, sempre a gente tava no meio, a verdade é essa, né? A gente gostava muito de palco.⁶⁹

Na memória da maioria dos ex-alunos, além das brincadeiras da hora do recreio, os dias das missas aparecem como momentos lúdicos marcantes, nos quais o Padre Alfredo distribuía guloseimas para os alunos:

Elvira: Dia de missa, Padre Alfredo... quando terminava a missa, ali a tarde que não tinha... só ia ter de noite, né? Aí agora, ele ia pro monte mais a gente. Aquele monte só vendo como era, tinha um cruzeiro lá em cima. (...) Aí a gente cantava, batendo palma e ele ali no meio e abria cada lata de bombom, rapaz. Trazia numas latas deste tamanho... (...) Chegou aqui, ele dava bombom, dava chiclete... Aí ele dizia: “Oh, vocês não engole, só faz chupar. Quando ficar a borrachinha, vocês jogam no mato, não engole, não!”. Aí explicava tudo direitinho.⁷⁰

⁶⁷ DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 104.

⁶⁸ BOTO, Carlota. “O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes”. In FREITAS, Marcos Cezar de & KUHLMANN JR, Moysés (orgs.). *Os Intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002. pp. 24-25.

⁶⁹ Dalva Vilas Boas Matos, entrevista concedida em 24.11.2007.

⁷⁰ Entrevista concedida em 21.11.2007.

Noemia: Lembro que a gente ia pra lá pro monte com o Padre Alfredo (...) e a gente ficava brincando ali. Padre Alfredo levava tanto bombom, tanta bala e jogava as balas pra gente. É... no mês de Maria a gente todas as noites... todos os dias a gente ia... E depois que terminava, a gente brincava de roda, né? Era um tempo bom, lua bonita, né? A gente cantava de roda, tinha... brincar de se esconder, de João Grilo: “Cadê João Grilo? Tá lá atrás...” Chicotinho queimado... Então, isso tudo, a gente sem maldade.⁷¹

O monte Serrote, que deu origem ao nome do povoado, é uma pequena serra que fica localizada atrás da Igreja (ver fotos 6, 7, e 9) constituindo, ainda hoje, um lugar de peregrinação religiosa e também de passeio e diversão. A celebração do mês de Maria, em maio, é mencionada também por outros depoentes, como um momento religioso importante, no qual havia atividade religiosa na Igreja todas as noites, com a participação dos alunos. D. Isabel se recorda da celebração do encerramento desse mês: “31 de maio era lindo, lindo, lindo! Encerramento do mês de Maria... que no tempo que eu estudei todas as noites nós íamos ofertar flores a Nossa Senhora. Entrava sempre tudo em fila.”⁷² No Livro de Termos essa celebração aparece apenas no ano de 1948. Vejamos a ata, escrita pela Professora Paula:

Aos trinta e um dias do mês de Maio de mil novecentos e quarenta e oito, levada por espírito de fé à Doutrina Cristã Brasileira foi com solene e religioso afeto que a Escola Paroquial desta localidade dedicou-se ao festivo encerramento deste mês consagrado a Mãe Santíssima, triunfante festa católica, que então descrevo. Terminados às oito e meia horas os serviços religiosos pela regente escolar na igreja deste local, em admirável e indescritível número não só de crianças como também de pais, amigos e parentes que as acompanhavam ao designado salão onde estavam ali preparadas as mesas com bolos, balas e vários doces, cestinhas e outras coisas para distribuição a petizada, que regosijantemente brincou, folgou no amplo salão, não tardando foram alegremente dispensados as suas casas, sob ordem da regente com seus queridos pais.

Na ata, a parte lúdica da festa é destacada; não obstante muito viva na memória de quatro ex-alunas, é possível que essa festa religiosa tenha ocorrido apenas em 1948, uma vez que a Professora Paula, tendo lecionado durante outros anos no Povoado de Serrote, registrou-a apenas nessa data. A professora citada tornar-se-ia freira na década de 1950, tendo sido, dentre todas, a regente que realizou o maior número de eventos religiosos e cívicos envolvendo a comunidade, expressando de forma enfática esses ideais nos registros que deixou escritos. É provável que seu comprometimento com a Igreja a aproximasse mais dos principais valores pregados por essa escola.

⁷¹ Entrevista concedida em 22.11.2007.

⁷² Entrevista concedida em 24.12.2007.

Outra festa religiosa que marcou a memória de alguns ex-alunos foi a visita do Bispo Diocesano Dom José Alves Trindade ao Povoado de Serrote em 1949. As fotografias abaixo retratam sua recepção, tendo sido reconhecidas por D. Isabel, que na época era aluna.

Foto 6: Recepção ao Bispo Diocesano D. José com a participação da Escola Paroquial. Povoado de Serrote, 02.11.1949. Foto: Acervo do Padre Alfredo.

Foto 7: Desfile da Escola Paroquial na recepção ao Bispo Diocesano. Povoado de Serrote, 02.11.1949. Foto: Acervo do Padre Alfredo.

Foi a chegada de um bispo em Serrolândia e a escola paroquial recebeu e preparou a cidade muito bem, depois foi a missão; foram vários dias de missão. (...) Durante os dias que ele tava celebrando, a escola comparecia todos os dias fardada. O Padre celebrava a missa e as crianças ajudavam; cantava, respondia a missa e nesse tempo era em latim.⁷³

No Livro de Termos esse momento foi descrito pela Professora Paula:

(...) Em frente da Igreja de S. Roque, Padroeiro, foi organizada a recepção da seguinte forma: Os alunos da Escola Paroquial, trajados em suas fardas escolares, formavam alas para a entrada do nobre Bispo. A Cruzada eucarística formava um semi-círculo. Atrás da Cruzada, no alto do tablado as mocinhas vestidas de alvas túnicas dentre as quais no centro estavam as 3 designadas para ofertar flores e saudar o Sr. Bispo. Dalva Vilas Boas, aluna do 5º ano, ela (ilegível) em poucas palavras saudou-o em nome da Escola Paroquial e de todos os paroquianos de Serrote. Terminadas suas palavras a Escola entoou o hino de “saudação” “Salve! Atleta Sagrado!” após o hino, com palavras muito belas ditadas de coração falaram Sr. Bispo e o Reverendo Pe. Alfredo, agradecendo a referida manifestação. Terminada a recepção o Reverendíssimo D. José foi levado a sua provisória residência no meio da enorme multidão, a frente a Escola Paroquial com suas bandeiras e tambores entusiasticamente, cantando hinos regozijantes, em homenagem a honrosa visita. (...)

⁷³ Entrevista concedida em 24.12.2007.

Nas fotografias o posicionamento dos alunos expressa ordem e simetria, bem como a descrição do evento contida na ata, que dá ênfase a uma hierarquia de lugares. Os alunos da Cruzada formando um semi-círculo se destacavam dos demais; além disso, três alunas foram escolhidas para ficar no centro e saudarem o Bispo. Alunas vestidas com túnicas brancas, simbolizando pureza, se diferenciam dos alunos uniformizados, repetindo o modelo descrito na ata da Primeira Comunhão de 1944. A aluna Dalva, que afirmou gostar muito do palco, teve papel proeminente nessa solenidade, sendo a aluna responsável para falar ao mesmo.

O Bispo Diocesano constituía a maior autoridade eclesiástica da hierarquia católica naquela região; certamente, sua primeira visita àquele Povoado, na abertura das Santas Missões, era um momento crucial para atrair mais fiéis e fortalecer os já existentes. Sua recepção possui características de um espetáculo, bem organizado e belamente enfeitado com pés de ouricuri, planta nativa, típica da região. O hino de saudação ao Bispo sublinhado na ata “Salve, Atleta Sagrado,” permaneceu na memória da ex-aluna Elisa, 58 anos depois; ela se recorda de que os alunos foram muito bem preparados para participar desse espetáculo: “A professora ensinou a todo mundo (...) eu lembro que o Bispo era D. José Alves Trindade, e ai de quem não soubesse o nome do Bispo”⁷⁴. Vejamos a letra do hino, que foi entoado pela depoente durante a entrevista:

Salve o Atleta Sagrado que tem por brasão a cruz
 Salve o ministro dileto do coração de Jesus
 Ele é da bondade, do exemplo, da virtude e alto temor
 Ele é a nossa alegria, ele é todo o nosso amor
 Entre as estrelas do céu, entre as belezas da terra
 Se acha o seu coração pelos tesouros que encerra
 Receba pois nesse dia desses filhos valorosos
 A homenagem sincera que a ti rendem carinhosos.⁷⁵

O Bispo permaneceu no Povoado no período de 2 a 4 de setembro, tendo no último dia feito uma visita à escola paroquial, que foi registrada em ata por ele próprio.

Termo de visita

A Escola Paroquial de Serrote é um índice das festividades a que assistimos aqui na capela. O bom fermento lançado no coração infantil desta localidade, se deve ao trabalho da apostólica e virtuosa e inteligente Prof. Paula Pereira França, uma jóia que a felicidade de Da. Felicidade⁷⁶ colocou na

⁷⁴ Entrevista concedida em 21.11.2007.

⁷⁵ Idem.

⁷⁶ Provavelmente trata-se da Professora Felicidade de Jesus Magalhães, que na Biografia do Padre Alfredo aparece como um personagem importante, e auxiliar deste no trabalho das escolas paroquiais. Ela foi citada

abençoada obra do dinâmico e admirável Pe. Alfredo, a pérola da Igreja Católica nessas plagas de N. Senhor. Apresento efusivamente as saudações mais cordiais à benemérita Escola Paroquial de Serrote, com uma grande matrícula, onde mais se louva a qualidade da educação e mais se inculca o cimento da civilização cristã. Meus cumprimentos afetuosos a todos os alunos generosos, que trabalham pelo progresso desta Escola, verdadeiro canteiro de Cristo no jardim de sua Igreja Católica.

Serrote, 4 de setembro de 1949

+ José, Bispo Diocesano

D. José reconheceu o papel da escola na inculcação da doutrina católica às crianças e não poupou elogios à Professora Paula, futura irmã religiosa, e ao Padre Alfredo. A teatralidade dos eventos promovidos pela escola paroquial em comunidades rurais nas quais, segundo os depoimentos, a ocorrência de festas profanas e outros divertimentos era escassa, representava uma importante estratégia de evangelização. O desfile registrado na foto 7, não era uma novidade, pois ele costumava ocorrer nos dias das missas celebradas pelo Padre Alfredo; constituía uma espécie de parada cívico-religiosa, na qual os alunos uniformizados levavam bandeiras e entoavam cânticos. Os depoentes enfatizaram o aspecto festivo desses eventos:

Elisabete: No dia que dizia assim: “Olhe, tem missa... a missa é tal dia... separa as fardas...” Oh! Meu Deus do céu! Era tudo engomado, porque naquele tempo era tudo na goma... era bonito, muito bonito! (...) Oh, meu Deus! Era a maior festa de Serrolândia, era o desfile da escola paroquial. Esse pessoal da redondeza tudinho, que tinha os filhos estudando aqui, vinha tudo. Vinha pra missa e ficava à tarde só pra ver o desfile.⁷⁷

Elvira: Agora era bem alegre. Ele vinha, em vez de dizer missa, aí ele vinha e era uma festa, rapaz! A gente tudo fardado saía de lá do salão paroquial, ali numa fila cantando; ele na frente, aí a gente vinha pra igreja.⁷⁸

Áurea: Acreditava assim como um Deus naquela época, viu? Padre Alfredo era muito respeitado, por todas as idades, e no dia dele era festa. Ele chegou, era festa. (...) A gente ia pra missa, uma missa especial, uma missa assim muito... muita gente da roça vinha participar dessa missa, não tinha transporte, o povo vinha a cavalo, andava, não tinha isso. Todo mundo participava, era uma coisa assim sagrada. (...) Mas era uma festa; festa de alegria e de participação verdadeira. Ninguém poderia faltar não, até pecado era.⁷⁹

O Professor Antonio Alves, que atuou como professor paroquial em um período posterior ao pesquisado, confirma a importância dos desfiles realizados em dias de missa,

pela Professora Nilza como a pessoa que a apresentou ao Padre Alfredo; é provável que o mesmo tenha ocorrido a Professora Paula. No Povoado de Serrote a Professora Felicidade participou de duas bancas examinadoras junto com o padre.

⁷⁷ Entrevista concedida em 07.09.2007.

⁷⁸ Entrevista concedida em 21.11.2007.

⁷⁹ Entrevista concedida em 20.12.2007.

chamando a atenção de toda a comunidade. Segundo o depoente, nesses momentos o Padre Alfredo supervisionava pessoalmente os uniformes dos alunos:

Olhava se tava todo mundo com as meias, os sapatos iguais, se não tinha alguma coisa assim diferente, né? Padronizado mesmo, e aí alguns que tavam com as roupas saindo um pouco, tinha que colocar direitinho. Depois ele recebia, primeiro as bandeiras. Ia lá atrás do altar, ficava lá e recebia as bandeiras.⁸⁰

O uniforme escolar provavelmente era utilizado apenas nos desfiles e celebrações, como discutiremos no capítulo IV, o que demonstra a importância desses eventos para a comunidade, constituindo o momento em que a escola era exibida e admirada por todos. Podemos perceber nesses desfiles a combinação de elementos cívicos e religiosos; nesse contexto de propagação do nacionalismo, como discutimos anteriormente, a religião e o civismo andavam juntos em um projeto disciplinador.

3. Celebrar o amor a Pátria: O civismo na Escola Paroquial

As crianças sabiam o hino nacional tranqüilo, em qualquer lugar... e hoje você vê, inicia a aula, as crianças nem valorizam mais. A bandeira era um símbolo de... a gente dizia o significado da bandeira. Hoje as crianças pisam na bandeira, faz tudo. Naquele tempo era coisa de respeito a bandeira nacional.⁸¹

Aí é que era bonito! Sete de Setembro, Quinze de Novembro, assim... aí é que era bonito! Era uma festa maravilhosa! (...) Cada recitativa linda que o aluno recitava. Assim... aquela declamação, aquela coisa bonita!⁸²

De todos os temas tratados nas entrevistas, o que mais suscitou empolgação e saudosismo entre os depoentes foram as festas cívicas promovidas pela escola paroquial. No livro de termos esse é o tema mais tratado,⁸³ sendo que as datas comemoradas, por ordem decrescente de quantidade de registros⁸⁴, foram: 7 de setembro (Independência do Brasil), 15 de novembro (Proclamação da República), 1º de maio (Dia do Trabalho), 21 de abril (Morte de Tiradentes), 21 de setembro (Dia da árvore), 19 de novembro (Dia da Bandeira) e 2 de julho (Independência da Bahia). Além dessas datas tradicionais, no ano

⁸⁰ Antonio Alves de Souza Neto, entrevista concedida em 06.09.2007.

⁸¹ Isabel de Fátima Lima, entrevista concedida em 24.12.2007.

⁸² Elisabete Vieira Mendes, entrevista concedida em 21.11.2007.

⁸³ Das 99 atas registradas no livro de termos 25 tratam de comemorações de datas cívicas.

⁸⁴ A comemoração do “7 de setembro” aparece em seis dos oito anos registrados por completo no livro de termos; o “15 de novembro” e o “1º de maio” aparecem quatro vezes; o “21 de abril” e o “Dia da árvore”, duas vezes e as outras duas datas aparecem apenas uma vez cada.

de 1944 foi registrada ainda a comemoração solene do Aniversário do Presidente Getúlio Vargas e o Fim da 1ª Guerra Mundial.

O Sete de Setembro era a data cívica de maior destaque, sendo registrada em quase todos os anos que constam no livro de termos, além de ter sido a festa mais citada nos depoimentos. De acordo com as atas, o ritual da comemoração variava pouco de um ano para outro, geralmente durando o dia inteiro, sendo que a maioria seguia essa sequência: pela manhã, em frente à escola, havia o hasteamento da bandeira e a entoação do hino nacional; à tarde (geralmente às 16:00 hs) os alunos eram reunidos novamente para a realização do desfile pelas ruas do povoado, finalizando com uma parada na praça, onde havia apresentações para o público de canto orfeônico, poesias e ginástica; às 18:00 hs retornavam à escola, para o encerramento da festa com a descida da bandeira e novamente a entoação do hino. Em relação a essa sequência, ocorreram algumas variações nos anos de 1945, 1947 e 1948, que trataremos a seguir.

Em 1945, as festividades se iniciaram às 9:00 hs com a celebração de uma “Missa pela Pátria” pelo Padre Alfredo, que participou da festa até o final; esse foi o único ano registrado em ata, que contou com a presença do vigário no povoado. Nos anos de 1947 e 1948 as comemorações se iniciaram na madrugada com a alvorada; em ambos os anos chama-nos a atenção a extensão da programação registrada em ata, que chega a ocupar mais de uma página do livro de termos.

A ata de 1947, escrita pela professora Nilza, é a mais detalhada e rica em expressão de valores patrióticos. A programação descrita iniciou-se com uma alvorada, às 5:00 hs, ao som do sino e de foguetes, acordando todo o povoado. Os alunos marcharam pelas ruas “entoando marchas patrióticas e dando vivas ao 7 de Setembro”. Às 10:00 hs ocorreu uma sessão cívica no salão da escola, “em cujo recinto destacavam-se inúmeras pessoas de alto relevo desta povoação, além de crianças e diversos assistentes.” A programação dessa sessão é descrita em detalhes, contendo 19 itens, nos quais consta a participação de 16 alunos⁸⁵ recitando poesias patrióticas ou discursando; além disso todos entoaram hinos e ao final da sessão foram distribuídos bombons. Às 16:00 hs prosseguiu-se a comemoração, descrita na ata de forma entusiástica:

(...) Às 4 horas da tarde, toda a escola começou a desfilar pelas ruas, ao som de um tambor e dos cânticos patrióticos, tendo na frente o belo Pavilhão Brasileiro,

⁸⁵ Entre esses alunos estão cinco de nossas depoentes: a ex-aluna Dalva Vilas Boas fez o discurso alusivo à data, reafirmando sua habilidade no uso do discurso; as ex-aunas Noemia, Isabel, Vilce e Dinorá recitaram poesias patrióticas.

e logo após, numa legenda em letras prateadas: “Salve 7 de Setembro”, que dois alunos conduziam com altivez e orgulho. Depois de percorrer todas as ruas, foram recolhidos a bandeira, o tambor e a legenda apresentando em seguida os alunos com a assistência de quase toda a população serrotense, diversos números de ginástica sueca. Após a exibição de ginástica, a pedido de muitas pessoas, os alunos tornaram a declamar, sendo aplaudidos entusiasticamente por todos os ouvintes. Às 6 horas da tarde, justamente quando terminaram os recitativos, reunidos em frente à escola, foi entoado o Hino Nacional Brasileiro, pelos alunos a fim de ser descida a Bandeira que tremulava no mastro desde às 6 horas da manhã. E, assim, decorreu o memorável 7 de setembro.(...)

No ano de 1948, a festa cívica organizada pela professora Paula, teve uma programação ainda mais longa, iniciando-se às 4:00 hs com a alvorada, que terminou às 5:30; às 7:00 hs novamente os alunos foram reunidos para a sessão solene do hasteamento da bandeira, como de costume, e voltaram a marchar pelas ruas até as 9:00 hs. À tarde, retomou-se a programação: “as 4 horas com mais solenidade houve passeatas nas ruas e números de ginástica, às 5 horas houve solene entoação de hinos,” em seguida falaram “com entusiasmo” quatro alunas, entre elas as irmãs Dinorá e Dalva, e a professora, sendo todas aplaudidas pelo povo; às 6 horas, como de praxe, ocorreu a descida da bandeira e a entoação do hino nacional. A maior novidade dessa programação foi que, ainda à noite, no salão da escola, “fora de todo o dever cívico, houve em particular, gratuitamente, solene hora da arte dedicada ao povo pela regente escolar.” A programação dessa atividade artística foi composta por “um grande número de canções, diálogos e bailados pelos mesmos alunos.” É impressionante a resistência física dos alunos e da professora durante essa maratona que, sem considerar os intervalos, ocupou, no mínimo, 16 horas daquele dia, havendo três momentos de desfile cívico. A motivação para tanto esforço talvez fosse advinda dos sentimentos patrióticos despertados pela escola, além do prazer de se exhibir para a população daquela comunidade, expressa em vários depoimentos. Vejamos como alguns ex-alunos se recordam dos desfiles:

Elvira: Era lindo, viu? Era um desfile, a gente tudo fardado e cantando, cantando o hino nacional, cantava o hino da bandeira, ainda tinha poesia. (...) Subia numa cadeira pra recitar, tudo no meio da rua pra todo mundo ver. Era bem divertido! (...) Todo mundo da cidade, minha filha, acompanhava. Era uma festa! Naquele tempo tinha festa, viu?⁸⁶

Reinaldo: O 7 de setembro era uma festa muito bonita, inclusive eu fazia parte do conjunto, eu tocava tambores. No dia 7 de setembro a gente acostumava acordar às quatro horas da manhã pra alvorada, depois tinha o desfile. O povo vinha das roças e gostavam do dia 7 de setembro.⁸⁷

⁸⁶ Entrevista concedida em 21.11.2007.

⁸⁷ Entrevista concedida em 10.04.2007.

Dalva: 7 de setembro era a festa da época (...) Nessa época tinha aquela coisa de alvorada... 7 de setembro lá... 7 de setembro é uma folia por que todo mundo levantava de madrugada, todo mundo queria ir pra alvorada. Tinham aquelas marchas, todo mundo marchava, entendeu?⁸⁸

A beleza dos desfiles foi ressaltada por todos os depoentes. As festas cívicas representavam momentos celebrativos proeminentes para a escola da época, nos quais a disciplina da escola era exibida para a população. Vejamos as fotografias de desfiles cívicos da Escola Paroquial de Serrote, correspondentes às décadas de 1940 e 1950, respectivamente:

*Foto 8: Desfile cívico da escola Paroquial de Serrote. Final da década de 1940.
Foto: Acervo do Padre Alfredo.*

⁸⁸ Entrevista concedida em 24.11.2007.

Foto 9: Desfile cívico da escola Paroquial de Serrote organizado pela Professora Isabel. Década de 1950. Foto: acervo do Padre Alfredo.

As fotografias foram tiradas em diferentes perspectivas, sendo que a primeira possui o modelo clássico das fotografias do acervo do Padre Alfredo, uma fotografia posada, revelando preocupação com enquadramento e simetria. Os alunos enfileirados estão perfeitamente alinhados, sendo colocados por ordem de estatura; o local talvez fosse um campo, no qual eram realizados os ensaios para os desfiles. O público assistente não aparece, como na maioria das fotografias desse tipo. A foto 9 possui uma estrutura diferente, constituindo um flagrante de um momento em que os alunos estavam marchando no povoado; nela a Professora Isabel aparece de costas e pessoas da comunidade, principalmente crianças, circulam em torno do grupo observando o desfile; os alunos enfileirados não mantêm o mesmo alinhamento da outra fotografia. Observando com atenção, podemos visualizar o Padre Alfredo de chapéu ao lado direito do grupo; nesse ano, em que não tive acesso à ata, também registrou-se sua participação em uma festa cívica.⁸⁹

⁸⁹ Embora a ausência do registro de datas nas fotografias nos impossibilite identificar a festa comemorada nos desfiles, podemos deduzir que o registro da foto 9 se trate da comemoração de uma data cívica, pelo fato de o Padre Alfredo estar ao lado do desfile e não em um lugar de destaque à frente do grupo, conforme ocorria nos desfiles realizados nas festas religiosas. Outro fator que podemos observar nesse sentido é a quantidade de bandeiras nacionais presentes; além das duas maiores, os alunos das primeiras filas levam pequenas bandeiras, elemento comum nas comemorações do Sete de Setembro.

Em relação ao material utilizado nos desfiles é possível acompanhar uma ampliação em sua quantidade, através dos registros contidos em diferentes documentos. Na ata de 1947, a professora Nilza cita a existência de um tambor e uma bandeira; D. Elisa também se recorda de desfiles em que os alunos marchavam ao som de apenas um tambor; mas nos inventários feitos até essa época esse material não aparece. No inventário de 1948 aparecem “2 Bandeiras Nacionais e 3 fitas para porta bandeiras e guarda de honras”; na Ata de Sete de Setembro a professora cita, além das bandeiras, “tambor e trombone”. No inventário de 1950 consta o maior número de materiais destinados aos desfiles; além das bandeiras e fitas já citadas, aparecem: “2 mastros para as bandeiras, 1 tambor surdo e um cambito, 2 caixas de guerra com 4 cambitos, 3 talabardes para o tambor e as caixas, 1 fita larga com a inscrição Escola de Serrote para a bandeira e 1 fita verde e amarela para o laço da lança.” Na fotos 15 (recepção ao Bispo) e 16 podemos visualizar o tambor e as duas caixas; as alunas que se encontram imediatamente atrás da pequena banda utilizam uma faixa verde amarela, tratando-se provavelmente das porta bandeiras e guardas de honra citadas nos documentos escritos, sendo também mencionadas no depoimento de D. Isabel: “Cada bandeira... tinha a bandeira e as porta bandeiras e as guardas de honra.”⁹⁰ Na década de 1950 houve uma ampliação do material para o desfile; na foto 9 podemos visualizar seis tambores (1 tambor surdo e cinco caixas de repicar), duas bandeiras nacionais grandes, além de pequenas bandeiras de papel levadas pelos alunos das primeiras filas.

As apresentações feitas para o público nas festas cívicas, como vimos, além dos desfiles, continham discursos alusivos à data, poesias, canto orfeônico e números de ginástica. Segundo os depoentes, as poesias eram fornecidas pela professora e os alunos que tinham mais afinidade com a arte memorizavam e recitavam para o público. O ex-aluno Florivaldo era um desses alunos:

Na praça, no meio de todo mundo! (...) Poesia de Castro Alves, de Casemiro de Abreu... eu era danadinho, eu decorava tudo. (...) Recitava poesia, já tinha um discursozinho também, de batizado, de casamento. Tinha que falar, não podia parar não, tinha que falar. Se nós éramos os melhores, se tava na escola! Escolinha daqui, uma escola boa. Nós éramos os melhores, quem tava na escola todos eram os melhores!⁹¹

O depoente ressalta a importância da retórica nessa escola, destacando o mérito de quem tinha acesso à educação formal. Eles eram considerados “os melhores” por ter acesso

⁹⁰ Entrevista concedida em 24.12.2007.

⁹¹ Entrevista concedida em 21.11.2007.

a um saber negado à maioria daquela população rural, daí serem os responsáveis pelo uso da fala também em outros momentos solenes, não apenas nas festas cívicas.

As apresentações de hinos patrióticos ou orfeões são mencionadas em algumas atas e depoimentos. D. Noemia consegue lembrar-se de trechos de hinos memorizados na época da escola, na década de 1940:

Você vê que até hoje eu lembro assim as músicas. (...) Eu lembro que a gente cantava aquele: *Confio na escola em que aprendemos, com testemunho varonil, amar a terra em que nascemos, a defender com amor o nosso Brasil. Em cada letra do alfabeto que ocupa milhões de luz, em cada luz irrequieta uma estrela no céu da Santa Cruz.* (...) A gente cantava, saía cantando: *Falange de herói sublime, oh pátria amada! Por noite clamas a guerra empenhada, pátria dourada teu filho chama...* Era bonito esse, era lindo. Ah! A gente saía no dia Sete cantando isso.⁹²

Segundo a depoente os hinos eram cantados também durante os desfiles e não apenas nas paradas feitas para as apresentações. No contexto da época o canto orfeônico representava a disciplina por excelência da formação do orgulho nacional e do patriotismo; ela já constituía matéria obrigatória do currículo dos cursos secundários desde a Reforma Francisco Campos em 1931, tendo se tornado obrigatória também nos cursos primários através de um decreto lançado em julho de 1934. De acordo com Horta:

A obrigatoriedade do canto orfeônico é justificada no decreto não apenas pela “utilidade do canto e da música como fatores educativos”, mas também pelo fato de o seu ensino, enquanto “meio de renovação e formação moral e intelectual” ser “uma das mais eficazes maneiras de desenvolver os sentimentos patrióticos do povo”.⁹³

A atuação de Heitor Vila Lobos foi fundamental para a implantação dessa atividade em nível nacional. No início da década de 1930, por meio da Superintendência de Educação Musical e Artística (SEMA), sob a responsabilidade do maestro, desenvolveu-se um trabalho intenso de implantação de orfeões escolares e de formação de professores. Além das apresentações escolares, estimulavam-se exposições públicas; uma delas, em São Paulo, reuniu um conjunto de 12 mil vozes cantando o hino nacional.

O decreto de 1934 também instituiu a obrigatoriedade da educação física nos cursos secundários, justificando-a com base em argumentos eugênicos. Na escola primária

⁹² A depoente se recorda de outros trechos de hinos patrióticos. Optei por colocar apenas esses por considerá-los significativos. Noemia Rodrigues Silva, entrevista concedida em 22.11.2007.

⁹³ HORTA. Op. cit. p. 147. Em outubro de 1936 o canto do hino nacional torna-se obrigatório em todos os estabelecimentos públicos e privados de ensino e em todas as associações com finalidade educativa. Sobre o canto orfeônico ver também SCHWARTZMAN, Simon, *et. all.* op. cit. pp. 107-111.

essa disciplina já havia sido instituída pela maioria das reformas estaduais da década de 1920, inclusive pela de Anísio Teixeira, na Bahia.

Na Escola Paroquial, além das atividades de educação física desenvolvidas pelas professoras, havia um “instrutor das escolas paroquiais” convidado pelo Padre Alfredo para ministrar atividades físicas com características militares. Ele era um militar, sargento ou tenente, chamado Hélio Vieira, pertencente ao Tiro de Guerra de Jacobina. Vários depoentes se recordam desse fato:

Elisabete: Todo tempo de 7 de setembro; não era o ano todo não, só em tempo de festa, de 7 de setembro e 15 de novembro. Ele vinha e passava trinta dias aqui. Ficava na casa de seu Waldetrudes ensinando os meninos da banda a marchar.⁹⁴

Elvira: Parece que ele veio uns três anos. (...) ensinar a gente marchar, pra a gente dar a volta, ele dizia: “meia volta, volver”... e fazer ginástica. Tinha outro que se chamava baliza (...) Fazia exercício, fazia caminhada. Era... a gente saía marchando quando chegava nas estradas... Aí a gente vai fazer física, só vendo como era. Era divertido, eu gostava.⁹⁵

Florivaldo: Chamava ginástica; fazia os exercícios todos de marchar de dar aqueles pulos, se abaixar, levantar, fazer isso, fazer aquilo, rodar rapidamente. (...) Vinha um cara de Jacobina do tiro de guerra, um tal de... Aí foi duro, ele fez da gente soldado.⁹⁶

No livro de termos a estadia desse “instrutor das escolas paroquiais” no Povoado de Serrote foi registrado apenas no ano de 1949, no período de 18 a 26 de abril:

(...) houve durante esses dias aulas físicas, inclusive a vários ensinos de jogos corridas e aulas ginásticas para recreios e ensaio de hinos patrióticos. Para este fim passou o esforçado sr. instrutor nove dias nesse povoado, e acentuo, que durante os mesmos, foi com ordem do Diretor das Escolas Paroquiais que não houve aulas em outras matérias além da “Instrução Física” tão útil e indispensável para o desenvolvimento da criança.

Embora os depoentes associem a ida do instrutor ao povoado às comemorações cívicas, principalmente ao Sete de Setembro, no ano de 1949 não ocorreu a comemoração dessa data. No período em que ele esteve ali participou da “comemoração do Suplício de Tiradentes” (*sic*), conforme consta em ata. A “festa escolar”, que se realizou em apenas dois anos (1947 e 1949) registrados em ata, constou de discursos alusivos à data e do hasteamento da bandeira.

⁹⁴ Entrevista concedida em 07.09.2007.

⁹⁵ Entrevista concedida em 21.11.2007.

⁹⁶ Entrevista concedida em 21.11.2007.

A suspensão das aulas das outras matérias durante nove dias, nos quais a escola ficou totalmente voltada para a “instrução física”, indica a importância dessa atividade para a escola paroquial. Desde o início do período republicano, como assinala Souza, a educação física como disciplina escolar destacava-se por suas finalidades higiênicas e moralizadoras. “Tornar os corpos ágeis, fortes, robustos, vigorosos. Desenvolver a coragem, o patriotismo. Todo um investimento no corpo dos indivíduos que os engalfinhava nos ideais de moralização e ordenação social.”⁹⁷

No período do Estado Novo esses ideais são reforçados a partir de uma crescente participação do exército na esfera educacional. Nesse contexto, além da ampliação da importância da educação física, ganha relevância também a instrução pré-militar. De acordo com Horta, esta atividade, que se tornou obrigatória para alunos maiores de 16 anos nas escolas secundárias brasileiras a partir de 1908, sofre uma transformação em 1937: “A instrução pré-militar passa a ser considerada uma atividade própria, com objetivos e métodos bem definidos, visando incutir na infância e na juventude uma mentalidade militar.”⁹⁸ A Lei do Ensino Militar de 1939 tornava obrigatória a instrução pré-militar também para os alunos menores de 16 anos, dos institutos civis de ensino primário e secundário. Em 1942, após algumas negociações com o Ministro da Guerra, o Ministro da Educação Gustavo Capanema lançou um decreto lei, no qual a obrigatoriedade da instrução pré-militar foi retirada do ensino primário, permanecendo apenas no âmbito do ensino secundário; no entanto, ela foi extinta da legislação apenas em 1946, com o fim do Estado Novo.

De acordo com Horta, nesse período os objetivos da instrução pré-militar já estavam sendo concretizados através do ensino da educação física nas escolas, sob o domínio dos militares. O autor ressalta que, a preparação militar constitui uma das principais razões pelas quais uma determinada sociedade integra a educação física em seu sistema educacional.

No caso da escola paroquial de Serrote, nas aulas de “instrução física”, ministradas pelo militar, podemos perceber claramente características de uma instrução pré-militar; além das atividades físicas, os alunos eram treinados a marchar como soldados e a entoar hinos patrióticos. Segundo a professora Isabel, que iniciou sua carreira na década de 1950, na ausência do instrutor, as professoras deveriam continuar treinando os alunos

⁹⁷ SOUZA, Rosa Fátima de. Op. cit. p. 179.

⁹⁸ HORTA, Op. cit. p. 54. Sobre a influência do exército no âmbito educacional ver também SCHWARTZMAN, Simon, *et. all.* pp. 84-89.

nessas atividades. Podemos perceber nessa escola as permanências de um modelo educativo instaurado pelo Estado Novo, mesmo após a sua queda. Um dado interessante a esse respeito é que um quadro do Presidente Getúlio Vargas e algumas cartilhas do Estado Novo permaneceram no material da escola, pelo menos até 1951, muito tempo depois da queda de Vargas.

Nas festas cívicas promovidas pela escola, o treinamento aprendido nas aulas de “instrução física” era exibido para a população através dos números de ginástica e canto orfeônico. Nas fotografias abaixo, sem identificação de local e data, podemos visualizar alunos da escola paroquial realizando diferentes modalidades de atividades físicas:

*Foto 10: Educação física na escola paroquial.
Foto: Acervo do Padre Alfredo.*

*Foto 11: Número de ginástica (meninos).
Foto: Acervo do Padre Alfredo.*

*Foto 12: Número de ginástica (meninas).
Foto: Acervo do Padre Alfredo.*

Na foto 10 podemos observar uma grande turma de alunos de ambos os sexos sincronizados no mesmo exercício físico; a separação entre os meninos e as meninas se dá apenas nas filas. Os depoentes se recordam de que não havia uma rígida separação entre os sexos nas aulas de educação física, apenas em alguns jogos e atividades, o que é

surpreendente em se tratando de uma escola religiosa. Horta cita uma crítica da Igreja Católica em 1940, dirigida à Divisão da Educação Física, controlada pelo Exército, por conta principalmente da promiscuidade entre os sexos em aulas práticas e teóricas de educação física.⁹⁹

As fotos 11, 12 e 13 remetem-nos a números de ginástica treinados duramente para a realização de exposições públicas; os exercícios demandam equilíbrio e concentração, especialmente na construção da pirâmide humana apresentada na foto ao lado. Nesses momentos ocorria uma divisão de gênero.

Corpos saudáveis e disciplinados exibindo o ideal de fortalecimento da raça. Os valores eugênicos eram difundidos para toda a população através desse tipo de apresentação. A principal festa cívica em que essa atividade era exibida, de acordo com o livro de termos, era o Sete de Setembro, tendo havido também um Quinze de Novembro (em 1944) no qual ocorreu exibição de ginástica.

Foto 13: Pirâmide humana.

As outras datas cívicas comemoradas pela escola paroquial tinham uma programação menos extensa, embora além das duas festas mencionadas tenha havido desfile também em outras datas, como em 1º de maio (1947 e 1949), em 19 de novembro (1948), em 21 de abril (1947) e em 21 de Setembro (1948 e 1949). Essa última, na qual se festeja o Dia da Árvore, foi alvo de comemorações bastante movimentadas. Em 1949 a programação durou o dia inteiro, incluindo além das atividades de praxe como hasteamento da bandeira e entoação de hinos, uma passeata pela manhã, acompanhada do plantio de 21 árvores pelas ruas do povoado, havendo novamente uma parada à tarde, finalizando a programação com brincadeiras. É possível que essa festa, com uma

⁹⁹ A crítica manifestou-se através de um Memorial encaminhado pelos Bispos do Estado de São Paulo ao Presidente da República em março de 1940. HORTA, op. cit. pp. 70-71.

programação tão extensa, tenha tido o objetivo de suprir a falta da comemoração do Sete de Setembro, que curiosamente não foi realizado nesse ano.

A importância das comemorações do Sete de Setembro naquela região não ficava restrita à escola paroquial, sendo destacada por matérias alusivas à data veiculadas pelo jornal jacobinense *Vanguarda* na década de 1950. Na cidade de Jacobina as comemorações ocorriam durante uma semana, envolvendo a elite local, com a existência de sessões cívicas patrocinadas por diferentes entidades como: Câmara de Vereadores, Justiça, Tiro de Guerra, instituições de crédito e comerciantes. No ano de 1957, com o título “O Brilhantismo das festividades do Dia da Pátria nesta cidade”, o jornal destaca o município dos demais em relação a essa comemoração:

Poucas cidades do interior do Estado comemoram a nossa independência político-administrativa com o entusiasmo cívico e brilhantismo com que Jacobina a comemora. Aqui, as festividades de Sete de Setembro têm início no dia primeiro do mês e se prolongam até o “Dia da Pátria”, quando são realizadas sessões cívicas nas sedes dos estabelecimentos escolares, desfiles com carros alegóricos, estandartes e dísticos alusivos à magna data, sob grande vibração patriótica da população local. (...) ¹⁰⁰

Sousa analisa as comemorações das datas cívicas instituídas no início do período republicano¹⁰¹ como rituais escolares que procuravam reafirmar os valores propagados pelo novo regime político:

Os feriados nacionais que a escola passou a guardar, instituem a memória nacional. Por meio das comemorações cívicas, a escola ajudou a preservar uma memória coletiva construtora da identidade nacional. Esses rituais, marcados no tempo histórico, constituem uma manifestação dos mitos, uma maneira de lembrar a origem, e, assim, reforçar a coexistência do grupo e os laços de solidariedade social.¹⁰²

A autora assinala que essa formação moral baseada no civismo republicano não se restringiu às escolas públicas, sendo também amplamente veiculada pelas escolas particulares confessionais e leigas. Os rituais que ressaltavam ordem, moral e disciplina certamente interessavam tanto à Igreja quanto ao Estado.

¹⁰⁰ Jornal *Vanguarda*, Jacobina (BA), 14.09.1957.

¹⁰¹ A autora aponta o Sete de Setembro como a data cívica mais importante; nas comemorações dessa data ocorriam sessões cívicas com a existência de conferências, entoação de hinos e recitação de poemas, além do desfile do Batalhão Infantil, composto apenas por meninos, uma espécie de caricatura da guarda nacional, constituindo um processo de militarização da infância, que se estenderia por muitas décadas. SOUSA, Rosa Fátima de. op. cit., pp. 269-272.

¹⁰² Idem, ibidem, p. 274.

Na Era Vargas, como discutimos anteriormente, à medida que a presença da Igreja se impunha ao Estado, a identificação entre os valores cívicos e religiosos era reforçada. Francisco Campos defendia um ideal de educação moral que deveria ter como base a doutrina católica: “a moral leiga não existe (...) O que existe no Brasil de ordem social e moral, de ordem familiar, de disciplina e de organização, o que no Brasil é nacional é católico”.¹⁰³

As escolas paroquiais, embora fossem dirigidas por um padre estrangeiro, propagavam, juntamente com a doutrina católica, os valores patrióticos típicos da escola da época. O Professor Antonio Alves enfatizou, em vários momentos do seu depoimento, a afinidade do Padre Alfredo com os valores patrióticos brasileiros:

Quando as bandeiras já estavam assim... algumas velhas, ele pedia pra entregar à Irmã Maria Alice, pra levar para a unidade do exército pra incinerar. Não queria que jogasse por aí. Ele era mais brasileiro do que certos brasileiros que a gente vê por aí. Era um patriota assim, de fibra! (...) Ele dizia assim: “Eu não quero que aconteça não ter desfile” (...) Ele dizia que ele não era brasileiro; ele já tinha os desfiles outros dias e por que Sete de Setembro não? Aí era pra fazer nem que fosse uma sessão cívica.¹⁰⁴

A bandeira nacional constitui, de acordo com Souza, um símbolo social de identificação e ao mesmo tempo de diferenciação. “Tal é o simbolismo em torno da bandeira, que ela se reveste de um caráter sagrado, o que suscita sentimentos e atitudes de respeito e veneração”.¹⁰⁵

Em relação ao Padre Alfredo, é provável que ele tivesse de fato uma afinidade com os valores cívicos e patrióticos como menciona o depoente; entretanto, a necessidade de demonstração desses valores também podia estar relacionada a uma auto-defesa, considerando as perseguições sofridas por ele em 1942, por ser estrangeiro e supostamente identificado a valores nazistas. A política do Estado Novo perseguia e discriminava escolas identificadas com outras nacionalidades, como as escolas paroquiais do sul do país, o que provavelmente tenha reforçado a necessidade do padre de garantir o zelo pelos símbolos da pátria brasileira de forma tão enfática.

¹⁰³ Citado por HORTA, José Silvério Bahia. op. cit. p.102.

¹⁰⁴ Antônio Alves de Souza Neto, entrevista concedida em 06.09.2007.

¹⁰⁵ SOUZA, Rosa Fátima de. op. cit. p. 267. Carvalho assinala, no início do Brasil republicano as disputas ideológicas ocorridas em torno da escolha da bandeira e do hino nacionais; no caso da primeira, a vitória pertenceu aos positivistas, que tomaram como base a bandeira imperial, introduzindo como a principal mudança a divisa política “ordem e progresso” O autor destaca nesse contexto a necessidade de construir um novo universo simbólico, uma vez que a Proclamação da República fora um movimento de poucas raízes populares que precisava de legitimação. CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990. pp. 109-128.

Em todo o período pesquisado (1941-1957) podemos perceber uma associação entre valores cívicos e religiosos visando garantir a disciplina da escola paroquial. O sucesso desse modelo deveu-se em parte à capacidade de produzir sensibilidades, envolvendo a população nos rituais da escola, que misturavam ideais ao mesmo tempo católicos e nacionalistas. A teatralidade desses eventos certamente seduzia e fascinava.

CAPÍTULO III

OS SUJEITOS DO PROCESSO EDUCATIVO:

AS PROFESSORAS E OS ALUNOS

DA ESCOLA PAROQUIAL

1. As professoras paroquiais: profissionais, mães ou missionárias?

A gente era professora, a gente numa cidade dessa era tudo, era médico... por que quando adoecia uma criança a gente providenciava levar para o lugar que tinha o recurso, por que Padre Alfredo só vinha de mês em mês e a gente era médico. A gente era tudo na cidade; se morria um, vinham chamar a gente para fazer as celebrações. (...) A gente trabalhava de domingo a domingo porque o serviço religioso no sábado e no domingo éramos nós que fazíamos né? Não tinha padre, não tinha ninguém, na semana santa éramos nós que fazíamos o período todinho da quaresma.

Isabel de Fátima Lima, ex-professora paroquial¹

As professoras paroquiais exerciam funções que ultrapassavam muito o papel pedagógico; seu trabalho, associado a uma missão, era imbuído de um ideal religioso. Na ausência do Padre Alfredo elas realizavam todo o trabalho assistencial e religioso na comunidade.

Podemos perguntar-nos: como essas profissionais conseguiam conciliar atividades assistenciais e religiosas realizadas na comunidade com o trabalho docente em classes multisseriadas com grande número de alunos? Como os valores religiosos católicos influenciavam seu trabalho e em que medida elas correspondiam ao modelo missionário exigido pela Igreja?

1.1. Formação e profissionalização das professoras paroquiais

No Povoado de Serrote, durante os dezessete anos em que a escola funcionou consegui ter acesso a uma documentação referente a onze anos, período no qual atuaram doze professoras, das quais consegui entrevistar duas: as professoras Nilza Silva Oliveira e Isabel de Fátima Lima.

D. Nilza lecionou na Escola Paroquial de Serrote entre março de 1947 e abril de 1948, quando se tornou professora estadual; ela era formada pela Escola Normal Senhor

¹ Entrevista concedida em 12.08.2006.

do Bonfim, de Jacobina, cidade onde residia sua família. O relato sobre o início da sua carreira de professora foi feito no capítulo I.

D. Isabel foi aluna da Escola Paroquial de Serrote entre 1946 e 1950, quando residiu no povoado com a família. Em 1954, aos 17 anos, morando em Capim Grosso (povoado de Jacobina na época), tornou-se professora paroquial leiga. Segundo o seu depoimento, ela foi selecionada para ser professora por ter se destacado como aluna, tendo se formado posteriormente (década de 1970) através de um curso por correspondência. Atuou como professora paroquial durante 25 anos em diversas localidades, tendo lecionado na escola de Serrote por volta de 1956.²

Segundo depoimentos de ex-alunos, as primeiras professoras paroquiais do povoado de Serrote eram formadas em Escolas Normais. D. Isabel ressalta a dificuldade que o Padre Alfredo tinha para encontrar essas profissionais: “Antigamente as professoras vinham era de Bonfim, de Salvador, por aqui não tinha professores não. Depois foi que ele foi aperfeiçoando os próprios alunos.”³

A partir de 1948 a maioria das professoras que atuaram no povoado passa a ser leiga; a formação dessas profissionais se dava em serviço, como no caso de D. Isabel. Além do curso por correspondência, citado pela depoente, a Igreja passou a oferecer, em meados da década de 1950, um programa de formação continuada no período das férias para as professoras paroquiais.

É possível que o Padre Alfredo tenha feito a opção por contratar professoras leigas a partir do final da década de 1940, devido à dificuldade de que as professoras formadas se fixassem na escola paroquial, uma vez que a rede de escolas públicas estava se ampliando nesse período, oferecendo mais oportunidades de trabalho a estas. Parece-nos que as professoras normalistas geralmente permaneciam na escola paroquial até aparecer a “sonhada oportunidade” de conseguir uma cadeira estadual, como foi o caso da professora Nilza, citado no capítulo I. Em seu depoimento ela relatou que o padre lamentou a sua saída, uma vez que a comunidade estava gostando do seu trabalho, mas ela optou pela escola estadual por pagar um salário melhor e por localizar-se em um povoado mais próximo de Jacobina, onde residia sua família, além da segurança que o serviço público oferecia. No livro de atas da Escola Paroquial de Serrote aparecem mais dois casos semelhantes ocorridos em 1944 e 1945:

² A data foi mencionada pela professora sem muita certeza. Não consegui encontrar documentação escrita da Escola Paroquial de Serrote no período posterior a 1951.

³ Entrevista concedida em 24.12.2007.

Aos nove dias do mês de julho de mil novecentos e quarenta e quatro a Professora Maria de Lourdes Almeida deixou de exercer as funções de regente da Escola (...) por ter sido nomeada pelo Governo Estadual para reger a cadeira de (nome ilegível).

Aos vinte e seis de novembro de 1945, no salão onde funcionam as aulas da Escola do povoado de Serrote, eu Indaiá Ferreira Marques, substituindo a professora Helsis Helena Passos Duarte a qual teve de ausentar-se por ter sido nomeada pelo Governo do Estado para uma Cadeira Estadual, dei por findas as aulas, segundo ordem do Departamento de Educação e Saúde.

Apenas durante os anos de 1944 e 1945, cinco professoras lecionaram na escola paroquial do povoado de Serrote. A professora Maria de Lourdes atuou entre 14 de março e 8 de julho de 1944; com a sua saída, os alunos ficaram sem aulas até 24 de agosto, quando tomou posse a professora Elisete. Em março de 1945, assumiu a professora Stella, colocando-se como substituta da professora Helsis, que tomou posse em 9 de abril. Novamente, conforme a ata acima, a professora Indaiá assumiu a escola já no final de novembro, apenas para realizar os exames finais e encerrar as aulas. Nesse ano, dos 57 alunos que freqüentavam a escola,⁴ apenas cinco foram promovidos para a série seguinte, tendo sido o índice mais baixo de promoção (8,8%) encontrado nessa escola. Embora esse não seja o único motivo, podemos imaginar o quão prejudicial era para o aprendizado dos alunos a passagem de três professoras, durante um único ano letivo. A questão da promoção dos alunos será discutida no próximo capítulo.

De acordo com a documentação a que tive acesso, referente a onze anos, em apenas seis deles uma única professora lecionou durante um ano inteiro.⁵ Somente a professora Paula Pereira França, que tomou posse em 22 de abril de 1948, com a saída da professora Nilza, permaneceu no povoado por mais de um ano,⁶ provavelmente por estar mais comprometida com a Igreja, tendo-se tornado freira em 1955.

Os motivos para a saída de uma professora antes da conclusão do ano letivo eram diversos. No Livro de Termos da Escola Paroquial de Serrote aparece, além do já citado motivo da convocação para uma cadeira estadual, um caso de demissão, de que trataremos adiante, e um de afastamento para tratamento de saúde.

⁴ Em 1945 foram matriculados 76 alunos, destes, 19 saíram da escola durante o ano letivo.

⁵ Os anos de 1941, 1946, 1947, 1949, 1950 e 1956 tiveram uma única regente. Não tive acesso à documentação referente aos anos de 1942, 1943, 1952, 1953, 1954, e 1957.

⁶ A professora Paula lecionou em Serrote nos anos de 1948 (a partir de abril) e 1949 (o ano inteiro), afastou-se e voltou novamente em 20 de novembro de 1950, após a demissão de outra professora. Continuou em 1951 (o ano inteiro), afastou-se novamente e voltou a assumir a escola em 22 de setembro de 1955, substituindo outra professora que tinha tirado uma licença para realizar tratamento de saúde.

Essa rotatividade de regentes que, conforme mencionamos anteriormente, era um problema enfrentado na maioria das escolas rurais da época, além de prejudicar a aprendizagem dos alunos, provavelmente era incompatível com o ideal missionário esperado das professoras paroquiais; talvez por conta disso, com a ampliação da rede de escolas paroquiais a partir da década de 1950, o Padre Alfredo tenha procurado criar um quadro fixo de professoras, contratando as próprias ex-alunas, mais próximas da realidade local, e oferecendo a estas uma formação continuada, mais de acordo com os ideais religiosos católicos.

O curso de formação, segundo D. Isabel, era oferecido no período das férias letivas: “Todo ano nós tínhamos conferência, nas férias de junho e nas férias do fim do ano, no fim do ano nós ficávamos um mês em conferência aprendendo novas metodologias (...) vinha professor de Salvador, de Bonfim e as irmãs.”⁷ De acordo com a Biografia do Padre Alfredo, o Instituto Apostólico das Irmãs Missionárias do Espírito Santo, fundado por ele em 1960, tinha como uma das suas principais funções auxiliá-lo na coordenação das escolas paroquiais, organizando também o referido curso:

Orientava anualmente, as professoras paroquiais, dentre elas algumas Irmãs, com pequenos cursos de férias, com admirável zelo e cuidado a fim de que as mesmas adquirissem, mais eficiência, força e coragem, e, como líderes, assumissem o trabalho do reino: Educação e Evangelização.⁸

O papel de evangelizar estava presente nos objetivos das escolas paroquiais; embora a maioria das professoras não fossem freiras, a idéia de missão deveria fazer parte do seu trabalho. Nas escolas paroquiais teuto-brasileiras do Rio Grande do Sul, segundo Kreutz, o professor paroquial também exercia um papel catequético, tendo o seu trabalho associado a uma missão; a partir dessa dimensão religiosa: “a condição primeira para a sua admissão ou permanência era, dentro do Projeto Católico, o que se caracterizava por integridade, por retidão religiosa e moral.” O professor era avaliado tão intensamente pelas suas funções sociais quanto pelas de magistério, atuando como agente e líder de comunidade rural; dessa forma, tornava-se um elo de ligação entre a Igreja e a comunidade e se configurando numa extensão do pároco.⁹ Esses professores eram do sexo masculino,

⁷ Entrevista concedida em 12.08.2006.

⁸ LEMOS, Doracy Araújo. *O missionário do Sertão, biografia de Padre Alfredo Haasler*, Jacobina – BA: Santa Cruz Artes Gráficas, 1999. p. 76.

⁹ Para Kreutz, o professor paroquial era uma figura estratégica em um plano de ação maior do que a puramente pedagógica, que estava associado ao Projeto de Restauração Católica. “Por ser considerado uma extensão do padre e, na ausência do mesmo, seu lugar-tenente, as principais funções religiosas do professor

diferentemente das escolas paroquiais de Jacobina, nas quais todas as professoras eram mulheres, até 1977, quando foi admitido o primeiro homem nessa função. A despeito desse fator, que envolve uma diferenciação de gênero, encontramos semelhanças relativas às funções exercidas e às exigências feitas aos professores e professoras paroquiais nessas duas realidades.

1.2. Ser mulher e professora

Conforme mencionado anteriormente, as professoras paroquiais, no período pesquisado, eram todas do sexo feminino. A feminização do magistério primário, ocorrida no Brasil a partir o final do século XIX, é um fenômeno já bastante discutido por pesquisadores(as) da História da Educação, estando associado a diversos fatores.¹⁰

No caso das professoras paroquiais entrevistadas, em seus depoimentos, ao lado do amor pela profissão, a necessidade econômica aparece como uma motivação para abraçar a carreira do magistério. D. Nilza era filha de um funcionário da Prefeitura Municipal de Jacobina e de uma dona de casa, sendo a terceira de uma família de sete filhos; ela conseguiu fazer o Curso de Normalista no Colégio Senhor do Bonfim, sem pagar as mensalidades, devido a um convênio entre o Colégio e a Prefeitura, da qual seu pai era empregado. Com a morte do pai, a família se viu em grandes dificuldades econômicas; foi quando ela conseguiu uma vaga na escola paroquial de Serrote. A depoente descreveu com lágrimas nos olhos e voz embargada esse momento de sua vida:

Fui para Serrolândia quando meu pai faleceu e eu não tinha pra quem apelar (...) já tinha me formado, mas eu não tinha pra quem apelar por que eu ainda não tinha sido nomeada nem interinamente quanto mais fazer concurso pra efetividade (...) Minha mãe ficou desolada. Ele, como tinha essa filha formada, sabendo que ainda não tinha praticamente uma cadeira, confiava muito que eu iria ser o esteio da família.¹¹

paroquial eram: officiar o culto, assistir os doentes e moribundos com preces, officiar as exéquias, dirigir o coral e o canto na Igreja, ministrar catequese, conclamar toda a comunidade aos três momentos diários do ângelus pelo repicar do sino, ser um agente de harmonia e da paz na comunidade.” KREUTZ, Lúcio. op. cit. p. 172.

¹⁰ De acordo com Louro a “feminização do magistério” estava provavelmente vinculada ao “processo de urbanização e industrialização que ampliava as oportunidades de trabalho para os homens”. p. 449. A autora traz a tona também as questões morais envolvidas nesse processo, que associam magistério primário e maternidade. Ver também ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP, 1998 e VIDAL, Diana G. & CARVALHO, Marília P. de. “Mulheres e Magistério Primário: Tensões, Ambigüidades e Deslocamentos”, In VIDAL & HILSDORF, Maria Lúcia S. (orgs.) *Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação*. São Paulo. Edusp, 2001.

¹¹ Nilza Silva Oliveira, entrevista concedida em 20.02.2008.

Sendo a única da família a possuir um diploma, a professora tornou-se realmente o “esteio da família”, até que outra irmã sua conseguisse um emprego e a substituísse nessa tarefa. A profissão de professora primária, que era considerada na época praticamente a única profissão decente para uma mulher, constituía uma alternativa de trabalho importante para moças de classe média baixa.

Ao ser questionada sobre a concordância dos seus pais com a sua vida itinerante como professora paroquial, D. Isabel também apontou a necessidade econômica: “Aceitava porque era Igreja e a necessidade também né, minha filha? E a necessidade de trabalhar... e muito nos serviu porque hoje nós somos gente porque Padre Alfredo nos fez gente!”¹² De acordo com a depoente, o fechamento da maioria das escolas paroquiais ter-se-ia dado devido à recusa de um novo bispo em continuar pagando os salários das professoras paroquiais:

Quando Padre Alfredo fechou as escolas aqui, justamente por causa desse bispo que tomou a Diocese, mas não quis... queria que a gente continuasse de graça. Nesse tempo a gente não tinha pai, não é? Então a gente... trabalhar de graça pra Igreja? Aí a gente desistiu e cada um tomou seu rumo.¹³

Apesar de destacar o aspecto religioso do seu trabalho, D. Isabel enfatizou a necessidade do salário como motivação para o exercício da profissão, demonstrando indignação com relação à atitude do bispo, que queria que os professores passassem a trabalhar sem receber salário.¹⁴

A rotatividade de professoras na escola paroquial, devido ao surgimento de oportunidades de trabalho através do Estado, indica que as professoras formadas estavam em busca de melhores oportunidades de emprego, não se atendo apenas ao aspecto apostólico da profissão enfatizado em certos discursos que associam mulher e magistério primário. As exigências missionárias do trabalho de professora paroquial provavelmente também afastavam as mesmas dessa escola.

A exclusividade feminina na docência nas escolas paroquiais constituía uma opção ideológica do Padre Alfredo, estando associada principalmente a questões morais. Apenas em 1977, momento em que as escolas paroquiais não são mais assumidas integralmente pela Igreja, há uma mudança no padrão inicial, sendo aceito o primeiro

¹² Entrevista concedida em 12.08.2006.

¹³ Idem.

¹⁴ Esse fato teria ocorrido na década de 1980, não consegui obter a informação do ano exato. Como mencionamos no Capítulo I, é provável que esse tenha sido o momento do fechamento da maioria das escolas paroquiais.

homem como professor paroquial, o Professor Antonio Alves; ele relatou em seu depoimento a explicação que o Padre Alfredo dava para a preferência por mulheres como professoras paroquiais:

Ele disse, que pelo que ele conhecia, era assim... visado... não sei como era... homem ir para o trabalho de professora... de professor. (...) Mesmo na terra dele era diferente: ou era professor de Teologia, de Filosofia, dessas disciplinas assim, ou então dificilmente existia um professor, e também ele achava que... parece que as mulheres pelo jeito de... Aquele carrancismo dele... As mulheres impunham assim, um respeito mais amplo.¹⁵

O discurso que associa mulher e magistério primário, enaltecendo-a por suas “qualidades naturais” de docilidade e abnegação, esteve presente desde o início do processo de “feminização do magistério” não apenas no Brasil. A partir de uma concepção essencialista, aos homens caberia o ensino de disciplinas específicas, em um nível de ensino mais elevado, o que exige maior preparo intelectual, enquanto que o ensino primário seria a área de atuação ideal para o sexo feminino, por estar associado à maternidade, demandando cuidado e afetividade, características naturalmente femininas. O próprio depoente, mesmo tendo sido professor primário, se confundiu na utilização do termo “professor”, utilizando “professora” para referir-se ao magistério primário, o que demonstra a naturalização da feminização da profissão.

Vidal e Carvalho discutem o processo de feminização do magistério primário, partindo das novas perspectivas de gênero que se propõem a desnaturalizar os domínios do masculino e do feminino:

... a questão central quanto ao magistério seria que sua *feminização* não significou apenas a entrada de mulheres na ocupação de professora, mas também um processo de deslocamento de significados – de escola, ocupação, ensino, mulher, feminilidade, maternidade, masculinidade, criança entre outros – que resultou na contigüidade observada hoje entre as representações de mulher, mãe, professora primária. São movimentos sem dúvida articulados, mas irreduzíveis um ao outro, nem sempre coincidentes em seus ritmos históricos e que não guardam entre si relações simples de causa e efeito.¹⁶

Nesse sentido, o processo de feminização da profissão docente não deve ser associado apenas ao ingresso majoritário das mulheres no magistério, sendo necessário considerar também as profundas mudanças nos significados sociais atribuídos à docência, que acompanharam esse processo.

¹⁵ Antônio Alves de Souza Neto, entrevista concedida em 06.09.2007.

¹⁶ VIDAL, Diana G. & CARVALHO, Marília P. de. op. cit. p. 212.

A fotografia abaixo foi tirada provavelmente no final da década de 1960 em um dos cursos de férias que reunia as professoras, o Padre Alfredo e as Irmãs Missionárias do Espírito Santo:

Foto 14: As professoras paroquiais com o Padre Alfredo e as Irmãs Missionárias do Espírito Santo. Final da década de 1960. Acervo pessoal de Isabel de Fátima Lima. (A Professora Isabel se encontra de óculos escuros na última fila, sendo a 4ª da direita para a esquerda).

D. Isabel recorda que no período em que ela atuou como professora paroquial havia quarenta escolas paroquiais ocupadas por quarenta professoras. É provável que sua memória se remeta a essa fotografia, na qual aparecem quarenta moças, a maioria trajando uniforme, cinco freiras e o padre Alfredo. Embora não tenhamos acesso a todas as informações referentes ao fechamento e abertura das escolas, sabemos que esse número variou ao longo do tempo, como discutimos anteriormente. É possível que algumas das freiras que aparecem na fotografia também atuassem como professoras, conforme mencionado na biografia citada.

A fotografia, embora seja de um período posterior ao pesquisado, fornece-nos alguns indícios do perfil das professoras paroquiais, ou da imagem que elas deveriam apresentar.

O uniforme em que a maioria das professoras está vestida se assemelha ao utilizado pelas alunas paroquiais (blusa branca com saia de pregas azul marinho),

diferenciando- se apenas pela ausência da gravata e dos sapatos escolares e pelo modelo das blusas, com mangas compridas; provavelmente uma necessidade de apresentar mais seriedade e recato, considerando o calor que normalmente faz no semi-árido baiano. De acordo com D. Isabel, esse uniforme era utilizado apenas nos cursos de férias e nos momentos das festas cívicas, não sendo usado na rotina da sala de aula. Seis professoras, que não estão uniformizadas, aparecem todas juntas de um lado da fotografia, de forma a não se destacar muito; suas roupas também são recatadas e discretas.

No centro da fotografia, ao lado do Padre Alfredo, observamos uma professora numa cadeira de rodas; trata- se da Professora Judite, da localidade de Catinga do Moura. Sua história é relatada na pesquisa monográfica de Jean Silva, que trata de “reminiscências sobre as escolas paroquiais de Jacobina”.¹⁷ A professora começou a lecionar nas escolas paroquiais aos 15 anos de idade, tendo se tornado paraplégica aos 24, devido a um acidente de carro ocorrido em 1961. O Padre Alfredo ter-lhe-ia dado todo o apoio durante o tratamento, conseguindo inclusive que ela fosse transportada para Salvador em um avião da FAB; sete anos após o acidente a professora voltou então a lecionar.

Retomando o tema das roupas, o recato não era uma exigência exclusiva das escolas católicas; Guacira Louro analisa o investimento político realizado sobre o corpo das estudantes e mestras nas Escolas Normais do início do século XX. Nessa concepção, o modo de vestir constituía um elemento importante:

Construía-se uma estética e uma ética. Uniformes sóbrios, avessos à moda, escondiam os corpos das jovens, tornando-os praticamente assexuados, e combinavam-se com a exigência de uma postura *discreta e digna*. O mesmo valia para as professoras: como modelos das estudantes, as mestras deveriam também se trajar de modo discreto e severo, manter maneiras recatadas e silenciar sobre sua vida pessoal. (grifos da autora).¹⁸

Todo um modo de ser professora foi sendo construído a partir da entrada das mulheres nesse mercado de trabalho, no qual as qualidades morais prevaleciam sobre as profissionais, tanto nas escolas religiosas quanto nas laicas.

A questão do recato nas vestes, como mencionado no capítulo anterior, era muito importante para o Padre Alfredo, sendo exigida também dos alunos paroquiais e dos fiéis que freqüentavam a Igreja, especialmente das mulheres, pois o corpo feminino,

¹⁷ SILVA, Jean Ferreira da. *Catolicismo e Educação: reminiscências sobre as Escolas Paroquiais na região de Jacobina (1957-2003)*. Monografia do Curso de Pós-Graduação em História, Cultura Urbana e Memória. UNEB, Jacobina – BA, 2006. pp. 36-41.

¹⁸ LOURO, Guacira Lopes “Mulheres na sala de aula” In DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 461.

considerado pela Igreja como elemento de tentação, precisava ser encoberto. A preocupação com a sexualidade feminina, “perigosa e tentadora”, esteve presente em toda a História da Igreja, principalmente a partir da Baixa Idade Média, quando foi instituído o celibato dos padres (século XII), sendo difundida a partir daí uma literatura misógina.¹⁹

Visando proteger a castidade dos seus membros, a Ordem Cisterciense foi exemplar por sua rigidez em relação ao afastamento das mulheres. De acordo com Read:

Inevitavelmente, se o sexo era um pecado fora do casamento e uma fonte de imperfeição mesmo dentro dele, era melhor evitar a fonte de tentação. Era axiomático que monges não deviam misturar-se com mulheres, cujos olhares convidativos haviam conduzido muitos homens bons à perdição. Nenhuma comunidade religiosa era mais radicalmente masculina em sua tência e disciplina do que os cistercienses, nenhuma evitava o contato com o sexo feminino com maior determinação ou erguia barreiras mais difíceis contra a intrusão de mulheres.²⁰

No século XX, com os novos rumos que tomou a Ordem de Cister, levando-a a estabelecer um contato mais direto com o povo, como vimos no Capítulo II, não seria mais possível para os seus membros manter um afastamento radical das mulheres. No entanto, como um bom cisterciense, o Padre Alfredo se cercava de precauções, no sentido de evitar o risco que a proximidade com elas poderia trazer. Em sua biografia, um testemunho das Irmãs Missionárias do Espírito Santo a respeito de suas qualidades cristãs, é revelador dessa preocupação:

Seu relacionamento com as irmãs era de profundo respeito, chegando ao ponto de não permitir que freqüentássemos sua casa a partir das 18h. Se houvesse uma grande necessidade, poderiam ir duas ou três Irmãs juntas. No seu entendimento era para que não desse motivos de dizerem que as mulheres freqüentavam sua casa à noite. Mesmo estando em casa à vontade, nunca o vimos sem batina.²¹

A repressão da sexualidade, demonstrada nessas atitudes, não ficava restrita aos membros da Igreja. As professoras paroquiais, mesmo não sendo freiras em sua maioria, deveriam seguir um modelo de retidão moral semelhante, tendo sua vida pessoal vigiada e controlada pela Igreja. A dedicação exigida pelo Padre Alfredo das professoras paroquiais ultrapassava muito os limites de uma relação profissional.

¹⁹ Ver DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990 e BLOCH, R. Howard. *Misoginia Medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. Rio de Janeiro: Ed 34, 1995.

²⁰ READ, Piers Paul. *Os Templários: a história dramática dos cavaleiros templários, a mais poderosa cruzada militar dos cruzados*. Rio de Janeiro: Imago, 2000, p. 107.

²¹ LEMOS, Doracy Araújo. op. cit. p. 148.

D. Isabel destaca em seu depoimento o controle exercido pelo Padre Alfredo sobre a vida afetiva das professoras:

Agora uma coisa o Padre Alfredo proibia... a professora não podia namorar no tempo de aula, não podia ter namorado na cidade. (...) A gente não podia ir em festa naquela cidade que a gente morava, era... a gente não dançava... por isso que muitas nem casaram, né? Eu por exemplo.²²

O controle moral que a escola procurava exercer sobre a vida pessoal dos alunos, mencionado no capítulo anterior, se exercia de forma mais intensa sobre as professoras, uma vez que estas deveriam servir de exemplo para eles. De acordo com a depoente, as professoras que ousavam se rebelar contra esse controle, sofriam repreensão pública:

Às vezes tinha umas que escapavam, que iam pra festa, etc, né? (risos) Mas isso quando ele sabia não gostava não. (...) Porque também a gente se hospedava em casa de família, né? Ele não queria que a gente desse muito incômodo as pessoas que ficavam com a gente, pra não dá trabalho e tal, não surgir comentários feios. Namorando, daí a pouco começa... Todo mundo novinho, bonitinho. Mas mesmo assim o povo fofocava, contava a ele, né? E a gente era chamada a atenção nas conferências no meio de todas as outras colegas. Era chamada a atenção, botava no quadro fulana fez... tal, tal, tal...²³

A hospedagem em casas de família reforçava o controle sobre a sexualidade das professoras; o vexame público nos cursos de formação também funcionava como uma estratégia de repressão. Muitas professoras paroquiais, assim como a professora Isabel, começaram a lecionar ainda na adolescência.²⁴ O fato de serem mulheres e jovens, ministrando aulas para alunos que, em alguns casos, tinham quase a mesma idade delas, talvez reforçasse ainda mais a preocupação com a moralidade destas.

Para além de uma simples preocupação com a moralidade, presente em muitas escolas da época, a escola paroquial, no período pesquisado, chegava ao extremo de exigir que todas as professoras fossem solteiras. Este fato é mencionado por alguns depoentes como o Sr. Florivaldo, ex-aluno: “Era tudo moça, não tinha nenhuma casada, porque a casada tinha obrigação com os filhos, não pode ensinar; ele não queria ninguém casada.”²⁵

²² Entrevista concedida em 12.08.2006.

²³ Entrevista concedida em 24.12.2007.

²⁴ A professora Isabel começou a lecionar aos 17 anos; a professora Judite, mencionada anteriormente, iniciou com apenas 15 anos; e a Professora Maria Isabel, da localidade de Paraíso, também citada por Silva, relata que começou a lecionar aos 16 anos. Ela confirma a rigidez do Padre Alfredo em relação à conduta moral das professoras. SILVA, Jean, op. cit. p. 43-44.

²⁵ Florivaldo Magalhães de Sousa, entrevista concedida em 21.11.2007.

A demissão da Professora Adalgisa em 1950, antes da finalização do ano letivo, de acordo com dois depoimentos, teria sido motivada por sua opção pelo casamento. Segundo D. Isabel, que na época era sua aluna: “Parece que ela foi casar, ela queria casar e Padre Alfredo demitiu, acho que foi mais ou menos isso. Por que não podia... professora casada não podia ensinar, não é?” D. Elisa também lembra-se vagamente desse fato: “Parece que ela foi casar, teve um problema assim.” No livro de termos a demissão da Professora Adalgisa é mencionada em uma ata escrita pela Professora Paula, que tomou posse como sua sucessora no mês de novembro, sem a explicação do motivo que teria levado a esse fato.

Vidal e Carvalho analisam a ambigüidade dos discursos a respeito do exercício da profissão do magistério pelas mulheres nas décadas de 1920 e 1930. Segundo as autoras, na Primeira Conferência Nacional de Educação, ocorrida em Curitiba, em 1927, foi defendida uma tese que recomendava o celibato pedagógico feminino. Os discursos apontavam a incompatibilidade entre o exercício das atividades de dona de casa e de professora, embora ressaltassem as qualidades naturais da mulher para o exercício da profissão. Essa questão gerou polêmicas registradas na imprensa carioca; um dos principais críticos dessa tese defendia o casamento das professoras primárias com base em argumentos biológicos, considerando a relação sexual e a maternidade como necessidades inerentes ao corpo feminino. Esse debate, bem como a discussão do direito ao voto feminino, levantava o caráter ambíguo da relação entre mulher, trabalho e espaço público em um contexto em que as famílias, segundo a imprensa conservadora, eram ameaçadas pela saída da mulher do espaço doméstico. A associação entre mãe e professora, ensino primário e extensão do lar, não se fazia, portanto, de forma direta e sem conflitos.

Mãe e professora eram identificadas, mas não no contexto de uma tarefa íntima, privada e pessoal como tendemos a perceber a maternidade hoje, mas no contexto de uma maternidade cívica, uma função pública exercida na privacidade dos lares ou no ambíguo espaço escolar, situado a meio caminho entre trabalho assalariado, que se considerava parte da esfera pública, e domesticidade.²⁶

Na prática, a saída de casa de moças, muitas das quais pertencentes à classe média, para trabalhar em escolas primárias, muitas vezes em localidades distantes (periferias e zonas rurais), colocava essas mulheres diante do enfrentamento de situações pertencentes anteriormente ao universo masculino ou ao das mulheres das classes

²⁶ VIDAL, Diana G. & CARVALHO, Marília P. de. op. cit., p. 215.

populares, questionando assim os mitos de fragilidade e doçura da professora primária, presentes nos discursos. As autoras citadas apontam o fato de que apesar de não ser exigido o celibato pedagógico, muitas mulheres que permaneceram na docência se casaram tarde, enviuvaram cedo ou mantiveram-se solteiras.

A associação do magistério a um sacerdócio, uma missão sagrada, ou a uma vocação é destacada por Kreutz.²⁷ A primazia do religioso sobre o profissional justificaria os baixos salários; no entanto, esse ideal não se encontrava presente apenas nas escolas religiosas. Nos jornais de Jacobina utilizados nessa pesquisa, várias matérias estabelecem uma relação entre magistério e sacerdócio; no caso das mulheres, esse discurso aparece de uma forma mais enfática, uma vez que as associa a um modelo de mãe. Esse ideal esteve presente durante muito tempo em periódicos educativos, desempenhando um importante papel formativo na vida das novas mestras.

Fischer analisa “a professora primária nos impressos pedagógicos (1950-1970)” tendo como objeto de estudo a *Revista do Ensino*, editada no Rio Grande do Sul, que teve grande circulação em todo o país. A preocupação com o comportamento moral da professora é recorrente na revista em todo o período. Esta é valorizada e enaltecida, ao mesmo tempo em que é exigido dela um comportamento exemplar, um ideal de abnegação e sacrifícios quase impossível de ser cumprido. A professora ideal aparece como um ser quase divino e o magistério como um sacerdócio.

Ao longo das páginas folheadas, vai se explicitando a professora “mestre humilde e ignorada” que tem uma missão a cumprir aqui na terra: salvar almas para Deus e formar cidadãos para a Pátria (RE, set./1959. p. 15). Ou seja, mestras são pessoas “sempre prontas para a íngreme escalada do dever e a busca suprema dos bens eternos” (*Ibid.*). Por isso, a professora é “mãe espiritual”, e por isso “ensinar é mais que criar a carne, é criar a alma”, fazendo com que os alunos sejam “o grande amor da sua vida”. Magistério é vocação e a professora jamais é identificada como uma profissional. Seu trabalho não supõe recompensa “neste mundo”. Os méritos são computados “pela glória de tudo dar e pelo triunfo de nada receber” (RE, set./1958. p. 2).²⁸ (*citações da autora*).

²⁷ O autor apresenta citações do “jornal do professor”, utilizado como fonte de pesquisa, que reforça esse aspecto. “A concepção do magistério como uma vocação e como uma missão essencialmente religiosa é expressa freqüentemente em termos muito próximos aos que se encontram na Escritura (especialmente Novo Testamento) para caracterizar a missão do sacerdote católico.” KREUTZ, Lúcio. op. cit., p. 160.

²⁸ FISCHER, Beatriz D. “A professora primária nos impressos pedagógicos (de 1950 a 1970)” In STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena C. (orgs.) *Histórias e memórias da educação no Brasil*, Vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005. p. 325.

Os discursos das professoras entrevistadas em alguns momentos expressam esses ideais. Na escola paroquial podemos perceber uma associação entre mãe e professora presente nos depoimentos, carregados de saudosismo:

Isabel: A gente fazia reunião de pais, os pais entregavam os filhos à gente, a gente era mãe e professora ao mesmo tempo, porque o que a gente fizesse tava feito. E era tempo em que valia a pena se ensinar.²⁹

Elisa: O cuidado que os professores tinham com os alunos, eram verdadeiros pais, tinham cuidado mesmo, e o Padre Alfredo cobrava isso. Quando o aluno adoecia o professor dava assistência. (...) todos os problemas elas tavam por dentro, principalmente dos alunos, não é? (...) Professores eram como se fossem pais e mães. A comunidade... todo mundo gostava dos professores.³⁰

Embora a ex-aluna Elisa tenha utilizado termos masculinos como generalizantes como “pais” e “professores”, o ideal da professora-mãe era predominante nessa escola, uma vez que todas as professoras eram mulheres. Em relação aos castigos físicos, que eram comumente aplicados nos alunos no período estudado, a professora Isabel demonstrou certo constrangimento em assumir essa prática, uma vez que o seu discurso está repleto de demonstrações de afeto por seus alunos, como veremos no próximo capítulo.

Sabemos que nos depoimentos acerca do passado, a memória tende a selecionar as vivências positivas, imbuídas de saudosismo. Especialmente no caso de professoras que tiveram, em sua formação, a influência dos valores discutidos acima, que relacionam magistério e sacerdócio, devemos estar atentos para a distância entre o real vivido e o ideal, expresso na fala.

Nas localidades para as quais as professoras eram designadas para trabalhar, elas geralmente ficavam hospedadas na casa de alguma família da comunidade, recomendada pelo Padre Alfredo. D. Nilza relatou que inicialmente ficou hospedada na casa da família do Sr. Waldetrudes, um dos chefes políticos do povoado, tendo depois se mudado para a casa paroquial ao lado da Igreja, onde dividiu a moradia por algum tempo com outra moça, passando depois a morar sozinha: “Eu fiquei morando sozinha ali naquele casarão, de noite eu chamava uma das alunas pra dormir comigo, sem ter cama, sem nada, a gente botava assim um colchão, tinha um colchão. Botava assim no chão, mas tudo bem.”³¹ Outro problema enfrentado por ela era a dificuldade de se deslocar para Jacobina para ir

²⁹ Entrevista concedida em 12.08.2006.

³⁰ Elisa de Almeida Moreira, entrevista concedida em 15.11.2004.

³¹ Entrevista concedida em 20.02.2008.

visitar a família, devido à precariedade dos transportes; a professora relatou, ainda, que chegou a viajar algumas vezes em cima da carga de um caminhão: “Quando não achava mais a boleia: ‘Só tem em cima das cargas’. Eu dizia: ‘Não tem nada não, eu vou.’ E ia como um saco de batata.”³²

Segundo D. Isabel, no período em que ela começou a lecionar, as professoras paroquiais deveriam ficar à disposição da Igreja e da escola, podendo ser enviadas para trabalhar em qualquer uma das localidades onde existia uma escola paroquial. A cada final de ano era realizado um sorteio entre as professoras e esse mecanismo determinava o local onde a professora iria lecionar no ano seguinte, não cabendo às mesmas a possibilidade de escolha. “Não tinha predileção não, se a gente dissesse quero vir pra aqui... era sorteado. Fui pra Ouro Branco... eu novinha fui pra Ouro Branco, imagina?”³³ Esse fato justificava a necessidade de as professoras serem solteiras, uma vez que a professora casada teria que deixar a família, para levar uma vida itinerante.³⁴ Esse modelo demonstra também o ideal missionário esperado das professoras nesse período; de acordo com a depoente:

Era vida dura, a gente ia no início do ano e só voltava nas férias de junho.

P: Tinha que morar no lugar?

- Tinha que morar no lugar. Hospedava com famílias porque Padre Alfredo não tinha condição de botar a gente em hotel, então a gente ficava na casa de uma família. Ele tinha que arranjar hospedagem pra gente ficar.

P: Em todos os lugares?

- Todos os lugares, a gente só ficava em casa de família. A gente também muito jovem, muito bonitinha... perigoso, não é?³⁵

A hospedagem na casa de uma família acabava reforçando as relações de proximidade entre a comunidade e as professoras, além de estabelecer um controle sobre sua vida pessoal, mencionado anteriormente. A “vida dura” incluía o afastamento da família, o trabalho “de domingo a domingo”, além do trabalho levado para ser feito em casa à noite. De acordo com as professoras entrevistadas:

Isabel: O mais grosso da escola era a correção. Porque hoje o professor corrige no quadro e a gente não, o aluno tinha o caderno, fazia a parte de Matemática, de Português e a gente levava pra casa pra corrigir aquilo ali, de noite, com fífó.³⁶

³² Idem.

³³ Entrevista concedida em 12.08.2006.

³⁴ Em uma conversa informal por telefone com a Irmã Maria Alice, que foi auxiliar do Padre Alfredo na direção das escolas paroquiais a partir da década de 1960, ela confirmou o fato de todas as professoras serem solteiras nas primeiras décadas de existência da escola paroquial, utilizando essa justificativa. Segundo a Irmã, essa regra passou a ser quebrada posteriormente.

³⁵ Entrevista concedida em 12.08.2006.

³⁶ A energia elétrica chegou ao Povoado de Serrote em 1974. Antes disso funcionava uma luz a motor, que era desligada às 22:00 hs, o mesmo devia ocorrer na maioria das localidades rurais no período pesquisado.

Não tinha luz nesse tempo, né? A gente acendia a velinha, o fífó, ali pra corrigir, pra no outro dia distribuir os cadernos já com os deveres passados.³⁷

Nilza: Não visitava, não ficava freqüentando porque não tinha tempo. Corrigir caderno de aluno (...) tinha de corrigir tudo, pra poder chamar a atenção deles: “Isso aqui não é assim, veja como é que eu coloquei.” Então eu não tinha tempo de andar na comunidade.³⁸

O sistema de classes multisseriadas, com turmas que chegavam a ter quase oitenta alunos, como veremos adiante, fazia com esse trabalho fosse ainda maior. Segundo alguns depoimentos o trabalho das professoras paroquiais era constantemente supervisionado pelo Padre Alfredo; a existência de uma banca examinadora no final do ano letivo, como veremos no próximo capítulo, também funcionava como uma espécie de vigilância do seu trabalho.

Podemos perceber nos depoimentos das duas professoras entrevistadas uma ambigüidade em relação ao papel da mulher-professora, que se reflete numa concepção de fragilidade - o perigo de uma moça sozinha, distante da família - e ao mesmo tempo de força - a vida dura, o enfrentamento e a superação de várias dificuldades. As tarefas assumidas por essas mulheres provavelmente lhes conferiam um papel de autoridade e prestígio diante da comunidade,³⁹ um prestígio incomum à maior parte das mulheres da época, esposas e donas de casa,⁴⁰ apesar do controle exercido sobre elas pela Igreja.

2. Os alunos da escola paroquial de Serrote

Afinal, quem eram os alunos da escola paroquial de Serrote? Que tipo de público era atendido por essa escola católica? Esta não é uma questão de fácil resposta; entretanto, os dados encontrados na documentação escrita, entrevistas e fotografias, apesar de incompletos, nos dão alguns indícios que nos permitem nos aproximar um pouco mais das experiências de vida desses sujeitos e de sua relação com a escola.

³⁷ Entrevista concedida em 12.08.2006.

³⁸ Entrevista concedida em 20.02.2008.

³⁹ Nos jornais de Jacobina, *O Lيدador* e *Vanguarda*, talvez devido à valorização da educação presente nos discursos na época, a profissão de professor recebe bastante destaque, aparecendo várias notícias elogiosas à atuação destes profissionais, embora esse suposto prestígio não se refletisse nos salários recebidos.

⁴⁰ Vânia Vasconcelos analisa o papel da mulher nessa sociedade, trazendo dados sobre as principais profissões exercidas por elas, sendo que as donas-de-casa se constituíam como a maioria delas, até os anos 1970. *Evas e Marias em Serrolândia: Práticas e representações acerca das mulheres em uma cidade do interior (1960-1990)*. Salvador: EGBA, Fundação Pedro Calmom, 2007. Especialmente o Cap. 3.

2.1. Trabalho e condição sócio-econômica

Eu comecei com sete anos (trabalhar); com onze eu assumi a loja do meu avô que foi pra Minas Gerais. Eu assumi a loja e a farmácia. Tanto vendia como fazia compra. Minha infância foi boa, meu avô tinha dinheiro!

Florivaldo Magalhães Souza, aluno da escola paroquial na década de 1940.⁴¹

Seis anos, cinco, já tava trabalhando. Eu por exemplo trabalhava de engraxate (...) não só engraxar sapato e mais alguns concertos. Já pequeno trabalhando pra ajudar minha mãe. (...) Eu dedicava mais a escola, mas escolhia o sábado e o domingo pra trabalhar. Na feira, que era no domingo, engraxando e também trabalhando na roça com 11 a 12 anos; todos os irmãos também.

Reinaldo Moreira Lima, aluno da escola paroquial na década de 1950.⁴²

Apesar dos dois depoentes partilharem a experiência do trabalho na infância, eles possuem origens sociais diferentes. O Sr. Florivaldo,⁴³ em depoimento, afirma que, embora tenha assumido responsabilidades com o trabalho desde muito cedo, teve uma infância boa, sendo o avô um próspero comerciante. O Sr. Reinaldo,⁴⁴ pelo contrário, relatou dificuldades financeiras em sua infância, sendo filho de uma mãe viúva, costureira, que mantinha seis filhos com seu trabalho.

O trabalho realizado pelos depoentes era esporádico, possível de ser feito nos finais de semana, o que permitia conciliá-lo com a escola, que funcionava em dois turnos; já para crianças trabalhadoras rurais, essa possibilidade era mais rara. O trabalho infantil era um fato muito presente nas comunidades rurais do sertão da Bahia, constituindo ainda hoje uma realidade. Rios, em pesquisa que trata de experiências de alunos da “roça” na escola da cidade em Serrolândia, aponta o trabalho como uma realidade ainda atual das crianças filhas de trabalhadores rurais nessa sociedade.⁴⁵

Em comunidades rurais de pequenos produtores, com grande número de filhos, como era o caso da região de Serrote, geralmente o trabalho das crianças constitui parte importante da produção familiar, aparecendo como necessário e natural. Em uma pesquisa sobre educação rural, Won der Weid analisa a família como unidade produtiva, destacando

⁴¹ Entrevista concedida em 21.11.2007.

⁴² Entrevista concedida em 10.04.2007.

⁴³ O Sr. Florivaldo foi o primeiro prefeito do município de Serrolândia, quando este se emancipou politicamente em 1962, tendo assumido posteriormente mais dois mandatos; pertence portanto, à elite política e econômica do Município.

⁴⁴ O Sr. Reinaldo atualmente é relojoeiro, tendo atuado em diversas profissões.

⁴⁵ RIOS, Jane Adriana Vasconcelos P. *Entre a roça e a cidade: Identidade, discursos, saberes*. Tese de Doutorado em Educação, UFBA, Salvador, 2008.

a importância do trabalho nas práticas de socialização das crianças, na qual o “saber-fazer” é central:

Num quadro onde o núcleo familiar se confunde com o núcleo produtivo, o trabalho se constitui no processo fundamental de socialização. (...) O trabalho, possuindo um valor central, é quem organiza a vida social no campo. A educação das crianças, como parte desta vida social é também por ela regida. Desde pequenas, as crianças são constantemente requisitadas a realizar certas tarefas que vêm complementar o trabalho do adulto (...).⁴⁶

Nas comunidades sertanejas o trabalho normalmente aparece como um valor associado à honra; ele transforma meninos em homens e meninas em mulheres, possuindo um caráter educativo e disciplinador. Constituindo um valor cultural, o trabalho das crianças nem sempre aparece associado a uma necessidade econômica da família, como no caso do depoente Florivaldo, que mesmo pertencendo a uma família abastada, trabalhava desde cedo no comércio do avô. A responsabilidade de assumir um comércio, na ausência do mesmo, com apenas 11 anos, é relatada pelo depoente com orgulho, como uma prova de competência e talento precoces.

Outro ex-aluno entrevistado, o Sr. Dermival, filho de um comerciante e proprietário rural, também trabalhava na agricultura, ajudando o pai: “Desde os doze anos, já ia pra fazenda, pra roça, ajudava meu pai.”⁴⁷ As depoentes do sexo feminino relataram que, quando crianças, embora não tivessem um trabalho remunerado, auxiliavam as mães no trabalho doméstico.

Constituindo uma realidade naquela comunidade rural, o trabalho das crianças em alguma medida concorria com a escola. Relatos de alunos que estudaram em escolas de mestres-escola apontam a dificuldade de conciliá-los, a exemplo do de D. Maria de Lourdes, filha de um pequeno proprietário rural e tropeiro, na década de 1940:

A gente trabalhava demais, hoje não tem mais isso, a gente não tinha tempo de estudar (...) Eu fiquei só três meses (na escola) porque choveu e pai só andava viajando com a tropa, não é? Ele era tropeiro, aí ele viajou e tia (sua madrastra) nos tirou da escola pra nós plantar mandioca. Todos: eu, Biné e José; os meninos foram cavar a cova e eu fui plantar. E a escola ficou por muito tempo, passou mais de um ano e também, quando terminaram de plantar aquela roça não ligava mais de botar na escola. Já sabia como era o nome, pronto, tava bom!⁴⁸

⁴⁶ VON DER WEID, Nahida Franca. *Buscando caminhos para a educação rural: a criança do campo e seu aprendizado na vida*. Dissertação de Mestrado em Educação. PUC – RJ.... 1985. p. 60.

⁴⁷ Dermival Lopes Vilas Boas, entrevista concedida em 13.04.2007.

⁴⁸ Maria de Lourdes Santos, entrevista concedida em 15.04.2007.

A depoente expressou certa revolta por ter sido retirada da escola por sua madrastra para assumir o trabalho na roça, alegando que gostava de estudar e era uma boa aluna, tendo conseguido, durante os três meses em que frequentou a escola, alfabetizar-se e aprender a fazer contas. As escolas informais dos mestres-escola permaneciam como uma alternativa para crianças trabalhadoras rurais que moravam em sítios, mais distantes do povoado, mesmo depois da implantação da escola paroquial e da estadual. Podemos perceber na fala da depoente a função eminentemente prática desse tipo de ensino, na concepção dos pais: “já sabia como era nome, pronto, tava bom!”.

O fato de a escola paroquial oferecer ensino gratuito poderia ser um motivo para atrair a população mais pobre, uma vez que as escolas dos mestres-escola eram pagas. A irmã Maria Alice,⁴⁹ diretora das escolas paroquiais na década de 1960, afirmou que a escola dava preferência a esses alunos, meninos da periferia (no caso de Jacobina) e da zona rural; porém, em localidades onde não houvesse outra escola, poderiam ser matriculados alunos de diversas condições sociais. O depoimento do Sr. Alexandre (ex-aluno de mestre-escola e ex-mestre escola), entretanto, leva-nos a questionar esse aspecto tão democrático da escola paroquial: “Quando eu peguei a estudar eu não tinha condições de ir para a escola paroquial porque eu não tinha condições de comprar fardinha e Padre Alfredo tinha a fardinha.”⁵⁰

A organização e rigidez da escola paroquial, comentada por todos os depoentes, trazia exigências difíceis de serem cumpridas por famílias muito pobres. A ex-aluna Elisa relatou algumas dessas exigências: “Farda branca com gola marinheiro, gravata, a farda era alinhada (...) O livro era comprado, uma dificuldade! Tinha que mandar buscar em Jacobina, em Senhor do Bonfim... todo mundo tinha livro. Livro, caderno, lápis de cor.”⁵¹ O material escolar exigido pela escola estava além do poder aquisitivo de muitas famílias pobres; no entanto, a mesma depoente mencionou uma alternativa de solidariedade entre os colegas no uso do material, que relativiza essa exigência: “Quando não tinha se reunia com os que tinham.”⁵² D. Elisabete também citou casos de irmãos que estudavam juntos e utilizavam os mesmos livros.

Alguns depoentes também relataram que o Padre Alfredo ajudava as famílias mais humildes na compra do material e do uniforme escolar. De acordo com D. Elisabete,

⁴⁹ Conversa informal por telefone.

⁵⁰ Alexandre Argemiro dos Santos, entrevista concedida em 26.12.2004.

⁵¹ Elisa de Almeida Moreira, entrevista concedida em 15.11.2004.

⁵² Elisabete Vieira Mendes dos Santos, entrevista concedida em 21.11.2007.

essa doação atingia poucos alunos, porquanto a maioria dos seus colegas tinha condições de comprar o uniforme:

Não tinha dificuldade de comprar, não. Hoje é que os pais tão dizendo “eu não posso, eu não posso!” Mas todo mundo tinha sua farda (...) Às vezes quando tinha um que não podia fazer a farda, não é? Ele (o Padre Alfredo) mandava o sapato. Mas foram poucas crianças que não pôde fazer isso.⁵³

O ex-aluno Reinaldo afirmou que o Padre Alfredo doou o tecido para que sua mãe, costureira, confeccionasse seu uniforme. Apesar dessa possibilidade, talvez o caráter institucional dessa escola, distante da realidade de uma população rural pobre, fizesse com que alguns pais preferissem a escola do mestre-escola, mesmo sendo paga, com professores conhecidos, próximos da sua realidade, como no caso dos pais do Sr. Alexandre.

O fato de a escola paroquial funcionar em dois turnos com uma mesma turma, exigindo que o aluno tivesse disponibilidade para a mesma durante o dia inteiro, também dificultava o acesso de crianças que ajudavam os pais no trabalho rural; no entanto, em relação à frequência às aulas a escola tinha uma permissividade impressionante, que acabava relativizando esse problema, como veremos adiante.

Apesar das exigências discutidas, muitos pais pobres se esforçavam para manter os filhos estudando na escola paroquial, a exemplo da mãe do Sr. Ronaldo. A maioria dos depoentes mencionou o fato de haver na escola paroquial alunos de diferentes condições sociais. Vejamos alguns depoimentos:

Elisa: Era a única escola que tinha, vinha menino da roça, estudava todo mundo, pobres e ricos.⁵⁴

Dalva: Tinha gente assim de todas as classes, entendeu? Dos mais humildes... a gente ali não tinha esse negócio... até porque não existia escola particular. Era a única escola que tinha, era essa, entendeu? Não tinha aquela escola particular, pra dizer assim, “a classe de tal vai”. Então naquela ali ia todo mundo, do pobre ao rico.⁵⁵

Para os alunos residentes em sítios e fazendas as dificuldades certamente eram maiores do que para os que residiam no povoado. Infelizmente não consegui entrevistar

⁵³ Idem.

⁵⁴ Entrevista concedida em 15.11.2004.

⁵⁵ Dalva Vilas Boas Matos, entrevista concedida em 24.11.2007.

nenhum ex-aluno que tivesse vivido essa condição, entretanto, alguns depoentes mencionaram o caso de vários colegas, relatando suas dificuldades:

Elisa: Tinha aluno que tinha dificuldade porque às vezes os pais não sabiam ler, não é? E moravam na roça e não tinham condição de vir pra rua pra estudar.⁵⁶

Elvira: Vinha andando, minha filha. Da Légua pra cá, todos vinham andando e voltavam. Vinha de manhã, trazia sua comidinha. Oh! Que trabalho, né? (...) Trazia a sua comida, vinha e comia. Só ia pra casa uma hora dessa (por volta das 16:00 hs). E soltava não era cedo, não!⁵⁷

Elisabete: Vinha de pé. Não tinha o transporte que tem hoje, não tinha! Nem bicicleta não tinha nessa época a não ser um... se vinha assim de animal, se tinha cavalo assim às vezes... vinha montado, né? Amarrava o jeguinho lá no quintal pra voltar... Dessa redondeza toda.⁵⁸

Além das dificuldades de deslocamento e alimentação para os alunos que moravam distante da escola, muitos deles eram filhos de pais analfabetos, o que aumentava as dificuldades de aprendizagem e adaptação à escola; certamente esses fatores tinham um peso no abandono da escola antes do final do ano letivo, fato ocorrido com muitos alunos, como veremos adiante.

O Povoado de Serrote possuía uma economia predominantemente agrícola, o que levava as pessoas residentes lá a realizarem, em sua maioria, funções ligadas a tal atividade.⁵⁹ Os livros de matrícula, que trazem dados relativos à profissão dos pais dos alunos, atestam esse fato.

Dos 17 anos em que a escola atuou no povoado, tive acesso a nove, sendo que os dados do ano de 1950 estão incompletos, faltando algumas páginas do livro de matrículas. Os dados estão apresentados na tabela abaixo por ordem de quantidade de registros:

⁵⁶ Entrevista concedida em 21.11.2007.

⁵⁷ Elvira Sousa Rios, entrevista concedida em 21.11.2007.

⁵⁸ Entrevista concedida em 21.11.2007.

⁵⁹ De acordo com o Censo de 1970, no município de Serrolândia a Agricultura representava 88,26 % dos setores de atividade da População Economicamente Ativa. Nas décadas anteriores possivelmente esse índice era ainda maior. Não foi possível obter esses dados das décadas anteriores, quando o Povoado de Serrote ainda pertencia ao município de Jacobina, pois os Censos anteriores não trazem dados relativos aos povoados.

Ano	1941	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	Total
Profissão										
Lavrador	28	35	39	34	25	31	26	18	18	254
Negociante	14	18	16	14	24	30	20	06	15	157
Doméstica	2	2	5	3	5	19	24	3	7	70
Fazendeiro	0	7	5	5	6	14	11	0	4	52
Artista	0	10	4	2	1	1	1	0	0	19
Marchante	2	3	2	3	3	1	0	0	0	14
Ferreiro	0	0	1	0	1	3	3	1	1	10
Marceneiro	0	0	1	0	0	2	2	1	3	9
Tropeiro	0	2	2	2	3	0	0	0	0	9
Pedreiro	0	1	1	1	1	1	1	1	2	9
Cabeleleiro	2	0	0	1	1	2	0	0	0	6
Alfaiate	0	0	0	0	0	0	3	0	2	5
Sapateiro	1	1	0	0	1	2	0	0	0	5
Func. público	0	1	0	0	0	0	0	0	4	5
Diarista	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Carpinteiro	1	0	0	1	0	0	0	0	0	2
Oleiro	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Insjutor ⁶⁰	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Não consta	0	3	0	0	1	1	2	0	0	7
Total	51	83	76	67	72	107	93	30	59	638

TABELA 1: Profissão dos pais dos alunos da Escola Paroquial de Serrote.

Podemos perceber uma grande variedade nas profissões registradas na documentação. O predomínio da agricultura sobre as outras atividades destaca-se nos dados, havendo uma predominância de filhos de lavradores em relação às outras profissões em todos os anos constantes nos registros. Quase 40% dos alunos matriculados pertenciam a essa categoria; se acrescentarmos a estes os filhos de fazendeiros, tropeiros e diaristas,⁶¹ atividades mais obviamente ligadas ao campo, obtemos um total de 318 matrículas, praticamente 50% do total. Considerando as dificuldades dos “alunos da roça”, apontadas acima, esse número é relativamente grande, no entanto, é possível que moradores do povoado também tivessem como profissão principal alguma atividade agrícola. O predomínio dessas atividades sobre as demais é reafirmado pelo fato de muitos pais, que tinham como profissão principal a de “negociante”, como ocorreu com o pai do Sr. Dermival, também possuírem uma propriedade rural, na qual seu filho trabalhava.

⁶⁰ Esse termo não consta no dicionário e não conseguir obter a informação do que se tratava essa profissão.

⁶¹ No município de Serrolândia, o termo diarista é ainda hoje utilizado prioritariamente para designar trabalhadores rurais que não possuem sua própria terra e prestam serviços em terras alheias, recebendo seu pagamento por dias de trabalho, conhecidos em outras regiões como bóias-frias.

Em segundo lugar na ordem do número de registros aparecem os filhos de negociantes, correspondendo a quase 25% do total de matrículas. Em relação a essa profissão, mais do que a qualquer outra, é muito difícil avaliar a condição sócio-econômica do pai do aluno, uma vez que poderia haver uma grande diversidade de tipos de negociantes, desde feirantes, até comerciantes mais abastados, considerados ricos,⁶² como o avô do ex-aluno Florivaldo. Um jornal de 1936, apresentado no capítulo I, traz a informação de que Serrote era um lugarejo animado, constando de 19 casas de comércio; é possível que na década de 1940 esse número fosse maior.

A terceira profissão que mais aparece nos dados é a de doméstica; esse termo é utilizado em Serrolândia ainda hoje, muito mais para caracterizar a mulher dona de casa do que a empregada doméstica; em vista disso é provável que os dados se refiram predominantemente às primeiras. No livro de matrículas a profissão do pai aparece como predominante em relação à profissão da mãe; exemplo disso é que em 1947, no registro de um aluno, no espaço da “profissão dos pais”, aparece o termo “falecido” ao invés de aparecer a profissão da mãe. Essa supremacia do masculino é comum em comunidades rurais que têm como base um modelo patriarcal, segundo o qual se atribui aos homens o trabalho produtivo – agricultura, pecuária e tudo que se associa ao mercado – e às mulheres o trabalho reprodutivo – trabalho doméstico, cuidados com a horta e com os pequenos animais e tudo o que é feito para uso e consumo próprio, além do cuidado com os filhos, sendo este último muito pouco valorizado. De acordo com Vasconcelos, “na prática essa divisão não se concretizava, visto que o trabalho das mulheres ia muito além da esfera reprodutiva”;⁶³ em pesquisa sobre as mulheres em Serrolândia, a autora aponta que mulheres que trabalhavam na “roça” não consideravam esse trabalho como uma profissão, mas apenas como uma “ajuda ao homem”.

Em um único registro, no ano de 1949, consta a profissão da mãe sem referência à profissão de “doméstica” e sim à de “lavradora”. Em vista do modelo patriarcal dessa sociedade, podemos supor que a maior parte dos registros em que consta a profissão da mãe e não a do pai, se refere a mulheres que criavam os filhos sozinhas, podendo se tratar de viúvas ou mães solteiras; no entanto, podemos considerar também outra hipótese. Os anos de 1948 e 1949, registrados pela Professora Paula, destoam dos demais por conter

⁶² Não temos acesso aos dados do IBGE, relativos à situação sócio-econômica da população de Serrote no período pesquisado, por se tratar de um povoado; no entanto considero muito difícil haver algum grande empresário estabelecido em um pequeno lugarejo como Serrote.

⁶³ VASCONCELOS, Vânia. *Evas e Marias em Serrolândia: Práticas e representações acerca das mulheres em uma cidade do interior (1960-1990)*. Salvador: EGBA, Fundação Pedro Calmom, 2007. p. 214.

uma proporção muito maior de mães domésticas em relação aos outros anos, sendo que no ano de 1949 essa profissão chega a ultrapassar a profissão de negociante, atingindo mais de 25% do total de registros; nesse mesmo ano consta também o único registro de uma mãe lavradora. É possível que essa professora, diferente das demais, tenha tido uma postura mais aberta no momento de registrar a “profissão dos pais”, priorizando talvez a profissão da pessoa (pai ou mãe) que foi realizar a matrícula e não a do pai do aluno.

Devemos considerar que, devido ao fato de a escola trocar muito de professora, os registros da profissão dos pais não seguem necessariamente um mesmo princípio; é provável que algumas professoras simplesmente perguntassem ao responsável pela matrícula a profissão do pai do aluno e fosse fiel à resposta, daí a grande variedade de termos, enquanto outras procuravam uniformizar os registros, englobando profissões próximas em um mesmo termo. A profissão de lavrador, por exemplo, no ano de 1951, aparece em três registros como “agricultor”; por se tratarem de termos sinônimos, optei pela utilização do que consta na maioria dos registros. Em 1945, aparece uma única vez o termo “comerciante”; é possível que a professora estivesse querendo diferenciar algum comerciante mais abastado do rol comum dos negociantes, entretanto, por se tratar de apenas um único registro, optei por incorporá-lo à profissão “negociante”.

Das profissões que aparecem na relação acima a mais difícil de definir é a de “artista”, uma vez que se podem aglutinar em torno desse termo desde profissões ligadas ao entretenimento, como músicos ou artistas de circo, até diferentes tipos de artesãos, como alfaiates e marceneiros. É provável que no ano de 1944, no qual aparecem 10 registros com o termo artista, esses últimos tenham sido registrados como artistas pela professora.

Outra profissão que aparece de forma irregular é a de fazendeiro, sendo que nos anos de 1941 e 1950, ela não aparece em nenhum registro, enquanto nos anos de 1948 e 1949, os pais fazendeiros correspondem a mais de 10% do total; em uma região onde predomina a pequena propriedade rural, essa discrepância pode estar associada à indefinição, entre o que separaria o fazendeiro do lavrador, sendo que algumas professoras optaram por uniformizar os registros, englobando todas as profissões ligadas à terra no termo lavrador, independentemente do tamanho da posse, enquanto a maioria provavelmente tenha aceito a informação oferecida pelo responsável pela matrícula.

Considerando todos esses fatores, é difícil avaliar, de forma mais precisa, a condição social dos alunos da escola paroquial de Serrote com base nos dados

apresentados acima, entretanto eles confirmam a heterogeneidade das situações de vida dos alunos mencionada pelos depoentes. Um dado que indica essa diversidade, por exemplo, foi registrado no ano de 1951, quando estudaram juntos sete filhos de fazendeiros e três de diaristas que, como mencionamos anteriormente (nota de rodapé 61), se tratavam de trabalhadores rurais pagos por dia de trabalho, portanto, trabalhadores sem posses e sem emprego fixo, que prestavam serviços para os fazendeiros.

Em relação à cor dos alunos, embora nos faltem dados mais precisos, podemos observar pelas fotografias que, nesse sentido, o público da escola paroquial também era diverso. A presença de uma parcela significativa de alunos negros na escola corrobora com a idéia da heterogeneidade de condições sociais, uma vez que a relação entre negritude e pobreza é assinalada por diversos estudos que tratam dessa questão.

Embora não tenhamos acesso aos dados estatísticos que tratem da situação econômica da população do Povoado de Serrote no período pesquisado, sabemos que a situação da região era de pobreza. A principal atividade econômica do povoado e de suas redondezas era a agricultura, destacando-se a plantação de mandioca e mamona, produtos pouco valorizados no mercado, sendo que a maior parte da produção deste setor era de subsistência; a década de 1940 foi marcada pela seca, o que agravava a situação. No período de 1950 a 1958, segundo alguns depoentes, ocorreu um avanço no desenvolvimento do Povoado com a construção de uma grande obra pública através do DENOCS, o açude Serrote, um dos maiores da região, que teria gerado emprego e atraído renda. Ainda assim, mesmo durante esse período, o povoado sofria de grande precariedade nos serviços públicos essenciais como atendimento médico, escolas públicas e saneamento básico e os povoados onde ficava situada a maioria das escolas paroquiais partilhavam dessa mesma precariedade como nos apontam as notícias dos jornais. Certamente, em meio a uma maioria de trabalhadores pobres, havia algumas poucas famílias que se destacavam economicamente, compostas por fazendeiros e comerciantes, no entanto, os ricos e “poderosos” daquela região, os famosos “coronéis” ou seus descendentes, residiam na cidade de Jacobina, onde podiam viver com mais conforto e manipular os recursos públicos de forma mais eficaz.

Apesar das dificuldades que as crianças mais pobres encontravam em freqüentar a escola paroquial, devido às suas exigências, podemos concluir que o seu público era economicamente heterogêneo, uma vez que os “filhos de ricos” daquela localidade constituíam uma pequena minoria. Devemos considerar, no entanto, que as dificuldades de

adaptação às exigências da escola possivelmente provocavam a saída de muitas crianças pobres, como ocorre ainda hoje na escola pública.

2.2. “Não recusar nenhum aluno”: entrada e saída de alunos na Escola Paroquial

Os dados relativos à matrícula dos alunos da escola paroquial de Serrote chamam-nos a atenção pelo fato de que esta ocorria durante o ano inteiro, sendo que a escola chegou a aceitar alunos novos até mesmo em novembro, no último mês de aulas. A tabela abaixo contém dados dos livros de matrículas, referentes a oito anos. Optei por não colocar os dados do ano de 1950, por estarem incompletos, contendo apenas as 30 primeiras matrículas, todas realizadas no mês de março, o que nos impossibilita de compará-los com os outros anos.

Mês Ano	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Total
1941	19	5	9	8	4	1	1	4	-	51
1944	62	7	3	-	3	1	4	1	2	83
1945	35	18	11	10	1	1	-	-	-	76
1946	51	3	2	-	5	5	1	-	-	67
1947	63	-	4	-	4	-	1	-	-	72
1948	70	6	3	8	6	7	6	1	-	107
1949	61	6	13	7	-	-	-	6	-	93
1951	26	-	4	7	-	3	14	5	-	59
TOTAL	387	45	49	40	23	18	27	17	2	608

TABELA 2: Número de alunos matriculados mensalmente na Escola Paroquial de Serrote.

É interessante observar que as matrículas ocorridas após o mês de março, quando se iniciava o ano letivo, correspondiam a mais de 35% do total; mesmo as que eram efetuadas nesse primeiro mês não se concentravam nos primeiros dias de aula. Tomando como exemplo o ano de 1949, que teve o maior número de matrículas, das 70 efetuadas em março apenas 34 ocorreram nos dois primeiros dias letivos (15 e 16); do restante, 6 ocorreram no dia 18, 10 no dia 22 e 20 foram efetuadas apenas no dia 29. A entrada de alunos novos era permitida durante qualquer período do ano, sendo que o exemplo mais extremo ocorreu em 1944, tendo sido efetuadas duas matrículas no dia 22 de novembro;

nesse ano, os exames finais com a presença de uma banca examinadora ocorreram no período de 15 a 21 de dezembro.

Podemos imaginar quão complicado se tornava o trabalho das professoras, com a entrada de alunos novos na turma durante o ano inteiro, no entanto, as professoras entrevistadas trataram esse fato com naturalidade. De acordo com D. Nilza, essa era uma das normas do Padre Alfredo: “Ele dizia que não era pra recusar nenhum aluno.” Em 1947, no ano que ela lecionou em Serrote, ocorreu a menor entrada de alunos fora do mês de março.

A opção por não recusar nenhum aluno demonstra a prioridade do caráter catequético da escola, discutida no capítulo anterior, em relação ao caráter pedagógico. A escola, assim como a Igreja, deveria estar aberta a todos, desde que aceitassem seguir suas normas; estas eram informadas através do regulamento, lido para os pais do aluno no momento da matrícula, como vimos no capítulo anterior.

A permissividade na matrícula dos alunos aproxima mais a escola paroquial das escolas dos mestres- escola, nas quais o aluno freqüentava as aulas durante o tempo que os pais achassem necessário, do que das escolas modernas, com seus prazos irrevogáveis de matrícula. Os pais dos alunos que os matriculavam após o início do ano letivo provavelmente guiavam-se pelo costume estabelecido pelas antigas escolas. Essa flexibilidade certamente facilitava a matrícula de alunos que trabalhavam na colheita, pois lhes dava a possibilidade de entrar na escola no período do ano em que o trabalho na “roça” fosse menor, no entanto, os alunos retardatários eram filhos de pais que tinham as profissões mais diversas, não havendo um perfil diferenciado desse público, quanto a essa questão. Em relação à série, havia uma tendência do aluno que entrava muito depois do início do ano letivo ser matriculado na 1ª série, no entanto, ocorreram casos semelhantes com alunos que se matricularam em séries mais adiantadas, a exemplo do ano de 1949, em que uma aluna da 4ª série entrou na escola no dia 02 de maio e outra no dia 16 de junho. Não foi possível saber em que medida a falta de freqüência desse tipo de aluno, em quase metade das aulas, comprometia sua promoção para a série seguinte, uma vez que não tive acesso ao nome dos alunos constantes na matrícula, sendo impossível avaliar trajetórias individuais.

Assim como a entrada, a saída de alunos da escola também ocorria durante todo o ano letivo, havendo uma constante oscilação na quantidade de alunos na turma. Os dados sobre a saída dos alunos da escola paroquial de Serrote também foram registrados nos

livros de matrícula, acompanhados geralmente de uma observação que aponta a causa da saída.

As tabelas apresentadas abaixo tratam da saída de alunos da escola paroquial antes do final do ano letivo. Na tabela 3, consta o número de alunos que entraram na escola e saíram dela durante cada ano letivo e o percentual dos que saíram em relação ao total de matrículas. Optei por utilizar nas tabelas os termos “entrada” e “saída” e não matrícula e evasão, por serem os primeiros os termos que constam na documentação, além de que, o termo evasão não dá conta dos casos de expulsão de alunos da escola.

A tabela 4 apresenta as causas da saída dos alunos, registradas pela maioria das professoras no item “observação”. O ano de 1941, constante na tabela 3, não aparece na tabela 4, por não conter nenhuma observação referente à saída dos alunos.

Ano	Entrada de alunos	Saída de alunos	Total restante	% de saída de alunos
1941	51	13	38	25,5 %
1944	83	35	48	42,2 %
1945	76	19	57	25 %
1946	67	13	54	19,5 %
1947	72	13	59	18,1 %
1948	107	31	76	29 %
1949	93	29	64	31,2 %
1951	59	09	50	15,4 %
TOTAL	608	162	446	26,6 %

TABELA 3: Entrada e saída de alunos na Escola Paroquial de Serrote.

Observação \ Ano	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1951	Total
Deixou	-	-	-	1	27	23	5	57
Falta de Assiduidade	-	-	6	5	-	4	4	20
Mudança	2	1	4	5	1	2	-	15
Doença	-	3	-	1	-	-	-	4
Desobediência	2	1	3	1	-	-	-	7
Expulso(a)	-	3	-	-	-	-	-	3
Eliminado(a) protesto	-	3	-	-	-	-	-	3
Não consta	31	8	-	-	3	-	-	42
Total	35	19	13	13	31	29	9	149

TABELA 4: Observações relativas à saída dos alunos da Escola Paroquial de Serrote.

Como podemos observar na tabela 3, mais de um quarto dos alunos matriculados saíram da escola antes do final do ano letivo. O índice varia bastante de um ano para o outro, sendo que o ano de 1944 se destaca pela grande quantidade de saída de alunos, que ultrapassa 40%; infelizmente não podemos avaliar as causas da maioria dessas saídas, uma vez que nesse ano, dos 35 casos de saída de alunos, as professoras⁶⁴ registraram apenas quatro observações.

A tabela 4 aponta que as causas da saída dos alunos da escola paroquial durante o ano letivo eram diversas. Como observamos em relação à profissão dos pais, os registros feitos por diferentes professoras, também nesse caso, seguem diferentes princípios. A observação que aparece em maior quantidade utiliza o termo “deixou” e constitui a mais vaga de todas por não revelar o motivo da saída do aluno da escola; ela é a observação mais constantemente utilizada pela professora Paula, que atuou nos últimos três anos que aparecem na tabela.

Aparecendo em segundo lugar, o termo “falta de assiduidade” indica que uma pequena parcela dos alunos matriculados não chegou a frequentar as aulas; ao item incorporei outras observações como: “eliminado por não ter comparecido às aulas”, “nunca compareceu-se” e “não frequentou as aulas”. Ele se diferencia do termo “deixou”, porque este indica que o aluno chegou a frequentar as aulas, tendo desistido posteriormente.

⁶⁴ No ano de 1944, como mencionamos anteriormente, a escola teve duas professoras lecionando.

A terceira observação registrada mais freqüente é “mudança”, ausente em apenas um ano dos que foram registrados. A migração para outras regiões, em busca de melhores condições de vida, é muito comum em localidades atingidas pela seca, como é o caso de Serrote na década de 1940. Essa causa, assim como outras, também pode estar escamoteada com a utilização do termo “deixou”, que aparece em grande quantidade. O termo “doença” aparece como uma causa para a saída de quatro alunos; a falta de retorno desses alunos às aulas indica que se tratava possivelmente de casos de doença graves.

As três próximas observações que aparecem na tabela, “desobediência”, “expulso(a)” e “eliminado(a) por protesto” serão discutidas no próximo capítulo, por se tratarem de casos que envolvem os processo de disciplinarização e resistência dos alunos. Boa parte dos registros de saída dos alunos, principalmente os dos primeiros anos registrados no livro de matrícula, não contém nenhuma observação que indique a sua causa; além dos 42 casos constantes na tabela 4, temos mais 13 casos ocorridos no ano de 1941, pois nesse ano a professora não registrou nenhuma observação.

Duas alunas consideradas evadidas pelas professoras foram readmitidas na escola posteriormente, sendo que uma delas contou com a interferência do Padre Alfredo. A aluna Regina do Espírito Santo foi matriculada na 1ª série no dia 16 de março de 1948, tendo sido considerada evadida no dia 1º de maio com a observação “deixou”; no mesmo campo de observação aparece “readmitida por ordem do Rev. Pe. Alfredo.” Esse fato comprova a norma estabelecida pelo padre de não recusar nenhum aluno, mesmo os faltosos, que aparentemente tinham deixado a escola. O outro caso de uma aluna readmitida ocorreu em 1947, mas nos dados não aparece registrada a interferência do vigário.

No ano de 1948, no dia 2 de setembro, a Professora Paula registrou no livro de termos a saída de 18 alunos da escola paroquial que teriam ido estudar na escola estadual, instalada no povoado nesse mesmo ano. A ata foi escrita em um tom indignado:

(...) se retiraram da escola sem exigirem (ilegível) ou transferência, sem apresentarem motivos por que retiraram-se, sem prestar a mínima atenção à regente escolar, tendo ido então estes a matricular-se nesta época em grupo na Escola estadual deste mesmo local, onde ali estão freqüentando as aulas diurnas e noturnas junto com os alunos adultos do curso supletivo, discutivelmente permitido por lei (...)

Dos 18 alunos listados na ata, entrevistei apenas a aluna Vilce, que não se recordava do fato. Dos outros depoentes, apenas a ex-aluna Elisabete, que permaneceu na

escola na época, se lembrou do ocorrido, apontando as causas para a saída dos seus colegas da escola paroquial:

Quando chegou a escola estadual aqui, aí foi quando fracassou a escola paroquial, tá entendendo? Porque tinha muita coisa, assim, com a professora Paula, não sei porque... Coisa assim dos pais, parecendo que tavam insatisfeitos... então, quando chegou a escola estadual muitos alunos foram para a escola, se mudaram. (...) Achavam que o aprendizado... o ensinamento tava atrasado... porque a Paula mesmo, não era professora assim de formação. (...) Manoelita chegou com toda aquela fama de formada, uma pessoa assim mais jovem...⁶⁵

Manoelita foi a primeira professora estadual que atuou no Povoado de Serrote; o fato de ser mais jovem e formada teria representado um atrativo para os alunos e seus pais; a indignação da professora Paula talvez se deva ao fato de ela ter-se sentido preterida pela outra professora ou pelo seu tipo de ensino, talvez menos tradicional. De acordo com a depoente, havia uma insatisfação com o ensino, considerado “atrasado”, da professora paroquial. A chegada de uma nova escola, com uma professora formada, é apontada pela ex-aluna como o momento em que a escola paroquial fracassou.

Na verdade, o índice de evasão dos anos de 1948 e 1949 realmente foi alto, correspondendo a 29 e 31,2%, respectivamente. No ano de 1948, a escola teve a taxa mais alta de matrícula de todo o período cuja documentação tive acesso, sendo matriculados 107 alunos, dos quais 70 ingressaram no mês de março; nesse ano as aulas foram iniciadas pela professora Nilza, uma professora formada, sendo que em 22 de abril ela foi substituída pela professora Paula, que era leiga, fato que possivelmente desagradou a muitos pais, conforme relata a depoente. Além da falta de formação profissional, o fato de a professora Paula ser muito rígida com os alunos, como relataram alguns depoentes, também pode ter contribuído com a opção pela nova escola, possivelmente influenciada por valores escolanovistas,⁶⁶ uma vez que o Secretário de Educação do Estado da Bahia na época era Anísio Teixeira. Outro fator, no entanto, também deve ser considerado; na ata a professora protesta pelo fato de muitos alunos estarem cursando aulas noturnas junto com os adultos do curso supletivo. O curso noturno pode ter representado também um atrativo para muitos alunos adolescentes, uma vez que a escola paroquial mantinha aulas durante o dia inteiro, sendo pouco viável para alunos trabalhadores.

⁶⁵ Entrevista concedida em 21.11.2007.

⁶⁶ Em pesquisa realizada anteriormente entrevistei a Professora Arionete Guimarães Souza, que foi a segunda professora estadual que lecionou no Povoado de Serrote, na década de 1950; em depoimento ela demonstrou que sua prática pedagógica, embora contivesse elementos do modelo pedagógico “tradicional”, estava imbuída de valores escolanovistas.

É necessário relativizar, entretanto, o “fracasso” da escola paroquial devido à instalação da escola pública no povoado, uma vez que ela permaneceu lá até 1957, nove anos após a chegada da sua “concorrente”. Devemos considerar que o povoado estava crescendo, uma vez que a matrícula de 107 alunos no ano de 1948 assinala que a procura pela escola estava aumentando e a escola paroquial já não seria mais capaz de comportar tantos alunos;⁶⁷ a chegada de uma nova escola, portanto, provavelmente atendia a uma demanda da população. A escola estadual foi inaugurada com uma estrutura precária e com a convocação de apenas uma professora, permanecendo assim por muitos anos.

Em 1951, último ano em que tive acesso ao livro de matrícula, a professora Paula voltou a lecionar em Serrote, após ter-se afastado por um ano; nesse ano foram matriculados 59 alunos, número bem menor em comparação com os anteriores. No entanto, o índice de saída de alunos foi o mais baixo registrado pela escola, correspondendo a 15,4%; nesse momento, ao matricularem seus filhos na escola paroquial, os pais estavam fazendo uma opção, uma vez que ela não era mais a única escola oficial existente no Povoado de Serrote. A questão religiosa certamente tinha um peso nessa escolha.

Em 1951 parece ter havido uma amenização da rivalidade demonstrada pela professora Paula em 1948 em relação à escola estadual, pois no dia Sete de Setembro as duas escolas desfilarão juntas; o fato foi registrado em uma ata curta, lembrado pela ex-aluna Elisa; ela menciona uma disputa entre os alunos das duas escolas em relação à ordem de colocação no desfile:

A gente era quem tinha a banda. Nessa época, a gente tinha um tambor, uma caixa de repicar e aquela outra caixa maiorzinha. Aí o Estado... ainda me lembro dos meninos do Estado, não queriam marchar atrás da gente e aí nós: “Não vamos deixar eles em nossa frente, quem tem a banda...a banda é nossa. (...) Todo mundo marchou e foi aquela coisa bonita.”⁶⁸

Os alunos da escola paroquial saíram vitoriosos na disputa por possuírem os tambores que formavam a “banda”. A escola pública chegou ao Povoado de Serrote trazendo novidades na metodologia de ensino, porém, sofrendo ainda de uma precariedade material que fazia que a escola paroquial se destacasse ainda por muitos anos naquela região, como discutiremos no próximo capítulo.

⁶⁷ O número de carteiras da escola paroquial contido nos inventários desse período era de vinte carteiras duplas e mais cinco individuais. Discutiremos essa questão no próximo capítulo.

⁶⁸ Entrevista concedida em 21.11.2007.

CAPÍTULO IV

CIVILIZAR, EDUCAR E

DISCIPLINAR A INFÂNCIA:

PRÁTICAS COTIDIANAS DA ESCOLA PAROQUIAL

1. Civilizar a infância

Era uma escola organizada; tinha disciplina. Todos sabiam cantar o Hino Nacional, o Hino da Bandeira. Era um negócio sério mesmo, muito organizado! (...) Tinha disciplina mesmo e horário, era horário britânico. Tinha que chegar na hora e sair na hora. Todo mundo de unha cortada e cabelo penteado. (...) Sentar... os modos de sentar na mesa. (...) Era uma escola completa mesmo. Tinha disciplina mesmo!

Florivaldo Magalhães Sousa, ex-aluno¹

O negócio era organizado! (...) Saía na fila, na hora de levantar... soltar. Na hora de meio-dia a professora fazia como quem fazia com um coral, levantava todo mundo, botava pra fazer oração, depois da oração cantava e aí ela saía e ia saindo de um a um... No outro dia quando chegava: “As mãos!” Olhava pra ver se tava com as unhas sujas, as mãos sujas, o ouvido, olhava tudo. Se os dentes não estivessem escovados, ia pro canto.

Elisa de Almeida Moreira, ex-aluna²

Civilizar a infância! Esse era um dos objetivos da escola paroquial; sua organização e rigidez foram ressaltadas por todos os depoentes. A idéia de formar um cidadão civilizado, católico, higienizado e disciplinado, certamente fazia parte dos seus objetivos, sendo a principal característica que a distinguia das escolas dos mestres-escola.

Em seu depoimento, D. Elisa conseguiu lembrar-se, quase completamente, do conceito de civilidade que teve que memorizar na época da escola para a realização de uma prova oral:

Ela perguntou, aí eu respondi certinho: “Civilidade é o conjunto de formalidades usadas na sociedade pelas pessoas bem educadas, também tem o nome de cortesia e boas maneiras, consiste em tratar com amabilidade as pessoas mais humildes e com... esqueci... as mais exaltadas.” (...) Marcou! Oh, menina, ficou (...) O que é civilidade? Olha, essa palavra me marcou muito.³

É bastante significativa a forma como esse “conceito”, que foi memorizado para a realização de um exame, ficou guardado na memória da ex-aluna quase cinquenta anos depois; ele reflete o caráter elitista do ensino católico tradicional. A distinção entre o

¹ Entrevista concedida em 28.12.2004.

² Entrevista concedida em 07.09.2008.

³ Entrevista concedida em 15.11.2004.

tratamento que deveria ser dispensado às pessoas mais humildes e às mais exaltadas indica, de certa forma, a justificação e a naturalização das diferenças sociais.

Vários historiadores associam a origem da escola moderna na Europa ao desenvolvimento de um novo sentimento de infância ocorrido por volta do século XVII.⁴ Esse contexto foi marcado pela emergência da vida privada no qual o aprendizado das civilidades adquiria cada vez mais importância. De acordo com Greive, as condições que constituíram o ser criança na sociedade ocidental, como o outro do adulto, estão relacionadas à noção de civilização estabelecida na modernidade. A constituição da infância, como uma categoria específica, se deu na própria produção de um novo adulto, envolvendo a perspectiva de diferenciação das classes sociais.⁵ O aprendizado das civilidades através de tratados e manuais, que até então se destinava aos adultos, passa a ser adotado nos colégios.⁶

Vicent, Lahire e Thin discutem a relação do surgimento da “forma escolar” com a nova ordem urbana que se instala na França a partir do século XVII:

Colocar todas as crianças – “até mesmo as pobres” – em escolas, aparece como um vasto empreendimento que se poderia chamar de ordem pública, com a condição de não reduzi-lo a simples ato de dominação. Trata-se de obter a submissão, a obediência, ou uma nova forma de sujeição; além disso o aluno aprende a ler por meio de “Civilidades” e não nos textos sagrados (...) Ele aprende a obedecer determinadas regras – maneira de comer, de assoar o nariz, de escrever, etc. – conforme regras que são constitutivas da ordem escolar, que se impõem a todos (...).⁷

⁴ Phillipe Ariès foi considerado o pioneiro nos estudos históricos sobre a criança.⁴ Ao publicar *A criança e a família no Antigo Regime*, em 1960, discute a infância - considerada uma fase específica - como uma invenção moderna. A idéia da especificidade infantil estaria relacionada ao surgimento da escola moderna, na qual as crianças passam a ser rigidamente disciplinadas e enclausuradas. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC. 2ª Ed. 1981. Embora algumas de principais conclusões de Ariès tenham sido alvos de críticas, a associação entre o surgimento da escola moderna e um novo ideal de criança é aceita por muitos historiadores. Ver por exemplo GÉLIS, Jacques. “A individualização da criança” In ARIÈS, Philippe & CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada* (vol. 3). São Paulo: Cia das Letras, 1997; BOTO, Carlota. “O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes”. In FREITAS, Marcos Cezar de & KUHLMANN JR, Moysés (orgs.). *Os Intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002. GREYVE, Cynthia. “Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos” In FARIA FILHO, Luciano M. de (org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

⁵ GREYVE, Cynthia. op. cit. p 66.

⁶ A obra de Erasmo *A civilidade pueril* (1530) foi o primeiro tratado de civilidade destinado às crianças; ela obteve um grande sucesso, tendo várias reedições e diferentes adaptações por mais de três séculos. “No século XVIII, outra obra, *Regras do decoro e da civilidade cristã*, escrita por Jean Baptiste de La Salle (1730), teve importância como modelo de escolarização das civilidades, cujo conteúdo incorpora às prescrições erasmianas os preceitos da moralidade cristã.” GREYVE, Cynthia. op. cit. p. 64. Sobre esse tema ver também REVEL, Jacques. “Os usos da civilidade.” In: ARIÈS, Philippe & CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada* (vol. 3). São Paulo: Cia das Letras, 1997.

⁷ VICENT, Guy, LAHIRE, Bernard e THIN, Daniel. “Sobre a história e a teoria da forma escolar”. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, nº 33, jun/2001, p. 14.

Nesse sentido, a escolarização se configurou como um dos principais dispositivos⁸ acionados pelo poder com vista a disseminar uma infância idealizada, a partir da constituição de uma experiência produzida como homogênea e universal de criança e adulto.

No Brasil, a escola com função civilizadora estava presente na retórica dos republicanos, como observamos no Capítulo I. A idéia de reordenar a população, introduzindo novos hábitos condizentes com uma sociedade civilizada, fazia parte da mentalidade republicana. O ideal higienista foi marcante no período, possuindo um forte teor moralista;⁹ de acordo com Gondra: “O projeto civilizatório tem na higienização do mundo social uma de suas faces mais expressivas. Civilizar e higienizar conformam uma gramática fortemente articulada.”¹⁰

Os ideais de civilidade e higiene, inicialmente voltados para as sociedades urbanas,¹¹ passam a ser direcionados também à população rural como forma de enquadrá-la em um modelo de modernização, principalmente a partir da década de 1930. De acordo com Duarte, nesse período a expansão da escola para a zona rural foi parte de um processo de integração e nacionalização de amplos setores da população brasileira.¹² Os moradores da zona rural, por seu isolamento, eram considerados como aqueles que se encontravam fora do mercado e dos padrões civilizatórios. A figura do Jeca Tatu, de Monteiro Lobato, estigmatizava o trabalhador rural como um ser apático, enfraquecido pelas verminoses e afastado da ciência devido a suas credices.¹³ A escola traria para os moradores do campo a luz da ciência, tendo portanto, uma função civilizadora.

⁸ Outros dispositivos apontados por Greive são: a medicina, o higienismo, a eugenia e a psicologia. GREYVE, Cynthia. op. cit. p. 64.

⁹ Esse discurso estabelecia uma associação entre as condições higiênicas de vida e de moradia da população pobre e sua condição moral. Para os higienistas o modo de vida dos pobres denotava anormalidade social; passam então a denunciar os lazes, a resistência ao trabalho e a “ignorância.” Buscava-se assim integrá-los aos valores burgueses, tendo como referência o trabalho, o lar e a escola, valores necessários para o seu saneamento moral. As reformas urbanas empreendidas a partir do final do século XIX, em várias cidades brasileiras, por engenheiros e médicos sanitaristas faziam parte desse projeto civilizador.

¹⁰ GONDRA, José G. “Modificar com brandura e prevenir com cautela”: racionalidade médica e higienização da infância. In FREITAS, Marcos Cezar de & KUHLMANN JR, Moysés (orgs.). op. cit. p. 315.

¹¹ De acordo com Boto, o conceito de civilidade, desenvolvido no século XVI, está associado aos “padrões da corte (*cortesia*), que preparam as regras de convívio das multidões das *cidades (urbanidade)*, que retomam a cordialidade da antiga *polis (polidez)*, e que constituem feixes encadeados de conduta para com o outro aspecto da vida *civil (civilidade)*. A convivência social das multidões nas cidades, portanto, é uma das principais finalidades dos usos das civilidades. BOTO, Carlota. op. cit. p. 22.

¹² DUARTE, Geni Rosa, *Rumo ao campo: a civilização pela escola. São Paulo, 1910/20/30*. Dissertação de Mestrado em História, PUC/SP, São Paulo, 1995. pp. 4-5.

¹³ Em *Urupês*, publicado em 1918, Lobato define o caboclo pelas suas incapacidades. Em *Problema Vital*, publicado no mesmo ano, o autor constrói a “ressurreição” do Jeca Tatu, pela adesão às verdades científicas. “A recuperação do caboclo ficou visível não só na sua disposição para o trabalho, o que lhe possibilitou

A escola paroquial, atingindo majoritariamente uma população rural estava imbuída desses princípios “civilizadores”. No depoimento de D. Elisa, no início do capítulo, podemos perceber o controle sobre o asseio do corpo ao qual os alunos estavam submetidos. D. Elisabete, ex-aluna, também ressaltou a importância da higiene nas aulas: “Da higiene era o seguinte, ela dava a explicação: olha, vocês têm que tomar banho, lavar bem o ouvido e ajeitar tudo... essas unhas, tem que ser cortadinhas! Tem que ser tudo limpinha! Tudo cortada!”¹⁴ Na fotografia de uma sala de aula, apresentada no final deste capítulo (Foto 18), podemos visualizar um cartaz na parede com o seguinte texto: “Não cuspa no chão porque assim manda as regras da civilidade”, destacando assim, a associação entre higiene e civilidade.

Souza discute como o espaço escolar determina os modos de uso do corpo, dentro e fora da escola:

Asseio e decência são aspectos expressivos de como o corpo era aprisionado numa rede de signos e representações culturais. A higiene produzia a concepção do corpo moral, por isso, por um lado, o asseio era associado à decência, enquanto o apresentar-se andrajosamente ou com unhas mal cortadas e cabelos compridos era associado ao descuido ao desmazelo, à incivilidade e as atitudes condenáveis.¹⁵

O uniforme branco da escola paroquial, que podemos observar nas fotografias, também reflete uma demonstração de asseio e ordem. Ele contrasta com o ambiente rural das localidades onde as escolas paroquiais estavam instaladas, locais sem calçamento e serviço de saneamento básico.

enriquecer, mas também pela adesão à modernização e à racionalidade, à divisão do trabalho e ao controle científico do mesmo.” Idem, *ibidem*. p. 81.

¹⁴ Elizabete Vieira Mendes dos Santos, entrevista concedida em 07/09/2007.

¹⁵ SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Unesp, 1998. pp. 143-144.

*Foto 15: Desfile cívico da Escola Paroquial, sem identificação de local e data.
Foto: Acervo do Padre Alfredo.*

O uniforme escolar que aparece em todas as fotografias é considerado um elemento de destaque da escola por quase todos os depoentes; entretanto, em relação à sua utilização, houve controvérsias nas entrevistas. Apenas duas ex-alunas afirmaram que o uniforme era utilizado pelos alunos diariamente, enquanto que a maioria dos entrevistados, inclusive a professora Isabel, que atuou durante 25 anos nas escolas paroquiais, afirmou que ele era usado apenas em datas cívicas e nas missas. A ex-aluna Elisabete descreveu a recomendação da professora nesse sentido:

A farda só era pra vestir no dia da missa, que apresentava o desfile. Se tivesse... uma comparação... uma data fixa assim, antes da missa... Antes da data da missa a professora dizia: “olhe, amanhã vocês vêm fardados, porque hoje...” vamos dizer assim, no dia quinze de novembro, não é? “Hoje nós vamos comemorar a Proclamação da República e tal.”¹⁶

A versão do uso do uniforme apenas em dias festivos, em que os alunos iriam aparecer em público, é mais provável do que a outra versão, a de que o uniforme era utilizado diariamente, visto que além de ter sido a versão apresentada pela maioria dos depoentes, é mais viável, considerando as condições concretas em que vivia aquela população rural. Serrote não dispunha nessa época de serviço de água encanada e passava

¹⁶ Entrevista concedida em 07.09.2007.

por muitos períodos de seca,¹⁷ o que certamente dificultava a manutenção de uma “farda branca impecável”, como descrevem alguns depoentes. As exigências de higiene feitas pela escola provavelmente encontravam barreiras concretas no confronto com a realidade local, quando eram então abrandadas; no entanto, uma idealização permanece no imaginário de alguns ex-alunos, talvez por influência das fotografias, nas quais eles sempre aparecem uniformizados. Esse fato nos alerta para analisar essa fonte como uma representação, conforme discutimos anteriormente.

2. O tempo e o espaço escolar: elementos pedagógicos e disciplinares

2.1 Tempos escolares envolvendo a comunidade

O repicar do sino da Igreja marcava o início das aulas da escola paroquial, tal como se recorda a ex- aluna Vilce: “Oito horas e quinze. E... à tarde, uma hora. Batia o sino e a gente corria. (...) Agora, me lembro que era uma sandalhinha, não tinha esse negócio de sapato não, era sandalhinha arrastando, que batia o sino e a gente saía andando.”¹⁸ O sino da Igreja, ouvido por toda a comunidade, sinalizava o ritual de início das aulas; esse fato nos aponta a relação entre a religião e a disciplina escolar. O cotidiano daquele pequeno lugarejo acabava sendo marcado pelo tempo da escola, uma vez que o repicar do sino duas vezes ao dia deveria ser ouvido por todos. Outro elemento auditivo, o arrastar das sandálias dos alunos, andando apressadamente para não se atrasar na chegada à escola, também marcou a memória da ex-aluna.

A escola paroquial se diferenciava das escolas públicas, possuindo uma carga horária maior; funcionava em dois turnos com a mesma turma, no período das 8:00 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 hs,¹⁹ de acordo com a maioria dos depoentes. Todos os alunos

¹⁷ Os jornais de Jacobina mencionam as dificuldades provocadas pela escassez de água em toda a região. O açude Serrote, um dos maiores da região, foi construído pelo Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DENOCS), entre 1950 e 1958. Apenas depois da conclusão dessa obra a população do povoado, passou a ter maior facilidade na obtenção de água, antes disso, a água era armazenada em cisternas ou buscada em tanques que se localizavam a certa distância do Povoado.

¹⁸ Vilce Vilas Boas, entrevista concedida em 07.09.2007.

¹⁹ De acordo com Marcílio, no período colonial e imperial as aulas de primeiras letras, conforme o regulamento, deveriam funcionar também pela manhã e à tarde com a mesma turma, no entanto, na prática, nada era bem estabelecido nem organizado. “Os alunos podiam entrar e sair das aulas durante qualquer época do ano.” MARCÍLIO, Maria Luiza. *História da Escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Instituto Braudel, 2005. p. 26. Percebemos essa permissividade também na escola paroquial, havendo matrículas de alunos durante todo o ano letivo, conforme discutimos no capítulo III.

entrevistados recordam que freqüentavam as aulas durante o dia inteiro, mas a professora Nilza fez uma ressalva:

Eu não me lembro se eram só os adiantados que iam a tarde? Ou se ia a escola toda. Acho que a escola toda não (...) os de cartilha eu acho que eram dispensados pra ir à tarde, agora os outros que precisavam estar mais afiados. Tinha os pontos que se dava pra eles estudarem.²⁰

Como as turmas eram grandes e multisseriadas, é possível que em alguns momentos essa divisão realmente ocorresse, constituindo uma estratégia facilitadora do trabalho das professoras. A aluna Elisabete, embora tenha afirmado que freqüentava a escola nos dois turnos, também mencionou uma divisão em alguns momentos: “Porque era o dia todo, era de manhã e à tarde. Às vezes que não dava pela manhã, o outro grupo ficava para a tarde.”²¹

Em relação à quantidade de dias letivos da escola paroquial de Serrote, não foi possível obter dados da maior parte do período pesquisado, mas apenas os de três anos, dos quais é possível obter uma média de 176 dias letivos anuais. De acordo com o livro de termos, o início do ano letivo se dava sempre em março, havendo um recesso junino de duas a três semanas e o encerramento das aulas se dava em novembro, embora muitas vezes os exames, com a presença de uma banca examinadora, ocorressem no mês de dezembro. De acordo com os depoentes a chamada era feita todos os dias pela manhã, logo no início das aulas, sendo que a freqüência dos alunos era registrada no livro de assiduidade. Infelizmente também não foi possível obter os dados relativos à assiduidade dos alunos.

A pontualidade era um requisito exigido pela escola, de acordo com os depoimentos. D. Isabel, que foi aluna e professora paroquial, confirma a continuidade dessa exigência:

As professoras eram muito rigorosas, a gente não podia entrar atrasado na sala de aula, muitas vezes quando a gente chegava atrasado um pouquinho os alunos todos se levantavam, então a gente ficava envergonhado daquilo, de chegar atrasado. Os professores eram muito rigorosos em horário, então a gente ficou nesse estilo. Quando nós começamos a ensinar a gente também seguia o mesmo ritmo dos professores, daquilo que a gente aprendeu.²²

²⁰ Nilza Silva Oliveira, entrevista concedida em 20.02.2008.

²¹ Entrevista concedida em 07.09.2007.

²² Isabel de Fátima Lima, entrevista concedida em 12.08.2006.

O vexame público era a estratégia utilizada para reprimir os atrasos. A saída dos alunos da sala durante as aulas também era controlada através de um elemento material: a “pedrinha da licença”. Vejamos os depoimentos de duas ex-alunas, D. Noemia, aluna na década de 1940 e D. Áurea, aluna na década de 1950:

Noemia: - Para pedir licença às professoras, lá tinha uma pedrinha. Aí: “Professora, licença!”. Dava era uma pedrinha. Dinorá só ia depois que eu chegasse. Se Dinorá fosse dizer assim: “Licença!”. “Não, não pode não que Noeme foi”. A pedrinha não estava lá. Ah, minha filha, não podia sair mais de um, não é mesmo? Então, por isso que antigamente todos respeitavam, tá entendendo? A coisa era outra, tinha ordem!²³

Áurea: Se pedisse pra ir no banheiro levava uma pedrinha, tinha a história de uma pedra, não é? Que a gente levava a pedra pra saber que tava lá fora. Pra... quando o outro chegava... quando voltava, dava a pedra para o outro.²⁴

Essa estratégia incide sobre o controle das funções corporais dos alunos, visando estabelecer uma disciplina sobre o corpo, elemento presente no desenvolvimento das civilidades. O tempo de ausência da sala de aula não podia ser muito longo, não podendo ultrapassar 10 ou 15 minutos, uma vez que, muitas vezes, outros alunos aguardavam a volta do colega ausente.

De acordo com Souza: “O tempo escolar se expressa também como tempo disciplinar: respeitar horários e cumpri-los, cada coisa ao seu tempo certo, preciso. Dessa forma, a criança aprende a concepção cultural do tempo que regulamenta a vida social.”²⁵

Vidal e Faria Filho analisam o tempo e o espaço escolar como parte da ordem social e escolar, que foram sendo controlados à medida que a escola foi se institucionalizando: “Como pedagogias, tanto o espaço quanto o tempo escolar ensinam, permitindo a interiorização de comportamentos e representações sociais. Nesta perspectiva, atuam como elementos destacados na construção social.”²⁶ O espaço físico da escola paroquial de Serrote, embora muito simples, contém elementos que se destacavam na construção da ordem.

²³ Noemia Rodrigues Silva, entrevista concedida em 22.11.2007.

²⁴ Áurea Franco Vilas Boas, entrevista concedida em 20.12.2007.

²⁵ SOUZA, Rosa Fátima. op. cit. p. 137.

²⁶ FARIA FILHO, Luciano M. & VIDAL, Diana G. “A cultura escolar como categoria de análise e como espaço de investigação na história da educação brasileira.” *Educação & Pesquisa*, vol. 30, nº 1, jan/abr. 2004, p. 20. Os autores utilizam como base teórica as reflexões desenvolvidas por Escolano e Vinão Frago.

2.2. O espaço da escola: o salão da Igreja

No povoado de Serrote a escola paroquial funcionava em um salão da comunidade, diferentemente de muitas outras localidades em que o espaço da escola era a capela.²⁷ D. Nilza, ex-professora, descreveu o local: “Era um salão bem grande. Era de tijolos e tinha umas cinco ou seis janelas.”²⁸ Alguns ex-alunos também comentaram a respeito da estrutura da escola, sendo que a maioria deles deu destaque às carteiras, fabricadas com “madeira boa”:

Isabel: Ah, era muito bem estruturada! Era carteiras, tudo apropriada para o aluno. Na carteira sentava três alunos, né? Em cima tinha o lugar do tinteirozinho (...) e os alunos todos sentados virados para o professor. A sala era bem organizada, quando entrava era em fila, quando saía era em fila.²⁹

Noemia: Tinha o lugar certo de cada um... Todo mundo quando chegava, ia cada qual para o seu lugar. (...) Eu lembro que era um salão, assim, com as janelas na frente e a porta era ao lado. (...) Tinha um mapa, o mapa tinha porque a gente tinha... quer dizer, os mais adiantados, na época que estudava, tinha de ver os mapas tudo. (...) Tinha a mesa, as carteiras de madeira boa, viu? De madeira boa mesmo. Era uma carteira grande assim, sentava duas pessoas. E depois, quando todo mundo saía, fechava... (...) E aí, minha filha, a gente não tinha esse negócio de caneta. Tinha o tinteiro e as canetas de bico, né? A gente molhava, molhava e escrevia. (...) A escola era bem estruturada, tudo, tudo arrumado, tudo direitinho.³⁰

Elisabete: As carteiras... era umas carteiras tão importante (...) era boa as carteiras. Hoje não existe mais. Era uma carteira que dava pra três alunos. Tinha gaveta grande assim... Eu acho que em cima tinha o lugar de botar o tinteiro, tinha lugar pra colocar o livro... Era tudo organizado, tudo organizado. Carteira boa mesmo, pra valer, as carteiras. Lugar de sentar atrás. Quando a gente saía, a gente fechava o banquinho. E quando a gente chegava abria pra sentar... Era muito boa.³¹

Como vimos no Capítulo I, as escolas paroquiais naquela região provavelmente eram mais bem estruturadas do que a maioria das escolas da época, especialmente as rurais, que ainda hoje sofrem de enorme precariedade em suas instalações.³² Podemos

²⁷ De acordo com a biografia do Padre Alfredo, ele: “Construiu por toda a zona rural do Município, as chamadas escolas-capelas, isto é, igrejas que se transformavam em escolas.” LEMOS, Doraci. *O missionário do Sertão: biografia de Padre Alfredo Haasler*, Jacobina – BA: Santa Cruz Artes Gráficas. s/d. p. 26.

²⁸ Entrevista concedida em 20.02.2008.

²⁹ Entrevista concedida em 12.08.2006.

³⁰ Entrevista concedida em 22.11.2007.

³¹ Entrevista concedida em 07.09.2007.

³² Jane Rios caracteriza a estrutura precária dos pequenos prédios escolares municipais localizados na zona rural de Serrolândia por volta da década de 1990, a partir da narrativa de ex-alunos: “Eles possuíam uma estrutura precária; havia poucas carteiras, pouca merenda e, em alguns casos, eram mal iluminados e mal ventilados.” *Entre a roça e a cidade: Identidade, discursos, saberes*. Tese de Doutorado em Educação, UFBA, Salvador, 2008. p. 116.

perceber como a organização espacial da sala de aula favorecia o controle da professora sobre os alunos. As carteiras enfileiradas viradas para o professor fazem parte do modelo escolar instaurado na modernidade, tendo como objetivo, além da otimização do espaço, fazer com que a atenção dos alunos se centrasse no professor e não nos colegas.

O espaço físico da escola paroquial de Serrote, possuindo uma única sala de aula com todas as séries, se diferencia do modelo da escola moderna, representada pelos grupos escolares; no entanto, naquele contexto rural, ela se distinguia das escolas dos mestres-escola, que funcionavam geralmente em residências, por possuir um espaço próprio, exclusivo para o funcionamento da escola e não um local improvisado. Por conta disso, os depoentes destacaram com entusiasmo a organização e a estrutura da escola, que naquela época constituía uma novidade para o local.

As carteiras de “madeira boa” eram fabricadas no mosteiro de Jequitibá, coordenado pelos monges Cistercienses; no entanto, elas não fizeram parte da escola de Serrote desde a sua fundação. Um aluno da primeira turma, o Sr. Florivaldo, aluno entre 1941 e 1945, recorda que em sua época a escola não dispunha de carteiras para os alunos, que levavam suas próprias cadeiras de casa. No livro de termos da escola paroquial de Serrote (1944 a 1955), em 21 de setembro de 1944, está registrada a chegada de “20 carteiras duplas escolares tipo americano”. É provável que antes dessa data a escola realmente não dispusesse de carteiras, fato que ficou marcado na memória do ex-aluno.

De acordo com Marcílio, as carteiras escolares foram a grande novidade da escola brasileira no final do século XIX. Em São Paulo, a indústria de móveis escolares surgia nessa época, com base numa tecnologia desenvolvida nos Estados Unidos. “As carteiras (banco e mesa acoplados) de um ou de dois lugares vieram com a revolução do ensino em São Paulo. As primeiras foram importadas de Boston servindo de modelo para a fabricação nacional.”³³

De acordo com os depoimentos e as fotografias pesquisadas, as “carteiras duplas” eram ocupadas por dois ou três alunos, conforme a necessidade. Na escola de Serrote o número de alunos matriculados geralmente era maior que a quantidade de assentos das 20

³³ O documento apresentado pela autora, um folheto com a propaganda de uma fábrica de móveis escolares em São Paulo, contém a figura de uma carteira escolar dupla de um modelo muito parecido com o das escolas paroquiais. MARCÍLIO, Maria Luiza. op. cit. p. 181.

“carteiras duplas” existentes, que teoricamente dariam para apenas 40 alunos,³⁴ por isso era comum que três alunos ocupassem uma mesma carteira, como afirma D. Elizabete.

Em 1950 o número de carteiras foi ampliado; no inventário feito no início do ano letivo, aparecem, além das 20 carteiras já citadas, mais “5 carteiras pequenas”, que provavelmente eram carteiras individuais. Como podemos observar nas fotografias, o modelo das carteiras, com o assento na frente, deixava os alunos da primeira fila sem mesa para escrever e os da última fila sem cadeira, tendo que se sentar provavelmente em cadeiras soltas. Essa característica das carteiras também possibilitava a ampliação do número de lugares na sala de aula.

As fotografias abaixo, embora não sejam da escola de Serrote, nos possibilitam observar a organização de salas de aula de diferentes escolas paroquiais. Não foi possível obter a data nem o nome do local onde elas foram tiradas. Na foto 4 é possível identificar, pela inscrição no quadro-negro, uma sala de aula que funcionava na sede do município de Jacobina.

*Foto 16: Sala de aula da Escola Paroquial (sem identificação)
Foto: Acervo do Padre Alfredo.*

³⁴ No ano de 1945, após a chegada das carteiras, matricularam-se 76 alunos, dos quais saíram 19, restando 57 alunos no final do ano. Em 1948, temos o maior número de alunos matriculados, 107, dos quais restaram 76 no final do ano.

*Foto17: Sala de aula da Escola Paroquial de Jacobina (sem data)
Foto: Acervo do Padre Alfredo.*

Na foto 16 podemos observar uma sala de aula toda ocupada, contendo por volta de 21 carteiras, distribuídas em três filas, com 64 alunos uniformizados. A maioria das carteiras “duplas” é ocupada por três alunos, como nos descreveu a depoente Elizabete. Uma das carteiras (na frente, à esquerda) chega a ser ocupada por quatro meninas bem pequenas.

Embora não seja possível visualizar claramente todas as crianças, podemos perceber uma divisão de gênero na organização do espaço. As classes eram mistas, no entanto, elas eram organizadas de modo que meninos e meninas não sentassem juntos. A fila da esquerda, com a professora ao fundo, é composta por meninas, enquanto a da direita é composta de meninos, tendo o Padre Alfredo no final, próximo à porta. Na fila do meio há meninas e meninos; no entanto, eles não se misturam numa mesma carteira. Podemos perceber também que as crianças menores estão sentadas na frente da sala, embora essa divisão não seja tão clara.

Provavelmente a posição de quase todos os alunos, virados para frente com as mãos colocadas sobre a carteira, seja uma pose orientada para o momento da fotografia, indicando homogeneidade e ordem. O uniforme escolar não era utilizado em todas as aulas, mas certamente ele era exigido nos momentos em que os alunos iriam ser fotografados.

A foto 17, da escola paroquial de Jacobina, mostra uma sala de aula a partir de outro ângulo, permitindo-nos visualizar a frente da sala. Uma freira escreve no quadro-negro o nome da escola enquanto outra mulher expõe um cartaz com um bastão. Não fica claro qual das duas era a professora da turma, já que algumas freiras também atuaram como professoras. Nessa fotografia também podemos perceber a divisão entre os meninos, que estão sentados nas primeiras filas da direita, e as meninas, que constituem a maioria, ocupando o restante da sala. Os alunos se portam de maneira menos homogênea que os da primeira foto, talvez pelo fato de terem sido fotografados pelas costas e não estarem atentos para o momento do clique. Podemos perceber à esquerda um menino virado para traz, conversando com um colega. Parece-nos que a preocupação do fotógrafo não se concentra tanto em mostrar os alunos, não nos permitindo visualizar todos eles, e sim em mostrar uma sala de aula em funcionamento. Nas paredes podemos visualizar vários cartazes com elementos didáticos e religiosos, como o cartaz do sistema métrico decimal, um mapa do Brasil e vários outros que estão ilegíveis. Na parede da frente, à direita, podemos ver um quadro religioso e logo abaixo um crucifixo. Esse material provavelmente era comum à maioria das escolas paroquiais, uma vez que muitos deles aparecem em outras fotografias além de constarem nos inventários registrados no Livro de Termos da Escola Paroquial de Serrote.

3. Os inventários: indícios materiais de práticas escolares

Os inventários ocupam um grande espaço no livro de termos da escola paroquial de Serrote, possibilitando-nos analisar práticas escolares a partir do material contido na escola. Durante o período registrado no livro aparecem treze deles, alguns dos quais são completos e detalhados, feitos no início do ano letivo ou no momento da troca de professoras; já outros apenas registram a chegada de um novo material na escola. Provavelmente não havia um modelo ou uma regra fixa para o registro do material da escola, variando de acordo com a professora. Algumas professoras passaram pela escola sem fazer nenhum inventário, outras registravam apenas novos materiais que chegavam; apenas três fizeram inventários completos, logo após sua tomada de posse na escola paroquial.

O primeiro inventário completo foi feito pela professora Maria de Lourdes Alves Almeida em 10 de março de 1944 e consta de 24 itens; no mesmo ano, aparecem mais dois, registrando a chegada de novos materiais, como as carteiras escolares citadas acima. No ano de 1945 não aparece nenhum inventário e em 1946, aparecem dois registrando a chegada de novos objetos. A professora Nilza Silva, que lecionou em 1947 e no início de 1948 não fez nenhum inventário; a partir de 1948, parece haver uma maior preocupação com a prestação de contas dos materiais da escola pelas professoras. O inventário mais detalhado foi feito pela Professora Paula Pereira França, ao tomar posse em abril de 1948; optei portanto, por apresentar aqui apenas esse, por ser mais bem detalhado que os outros e porque nele constam, por exemplo, os nomes dos autores ou das editoras da maioria dos livros. Para não tornar o texto repetitivo, os outros inventários foram colocados no anexo.

Termo de Inventário

Aos vinte e três dias do mês de Abril de mil novecentos e quarenta e oito, no salão onde funcionam as aulas paroquiais do povoado de Serrote, revistei todo o mobiliário escolar inclusive o material didático existente os quais passo a descrevê-los:

20 carteiras
 1 Quadro negro com tripé
 1 Quadro Dr. Getúlio Vargas
 1 Mapa do Brasil
 1 Mapa Mundi
 1 Mapa Sistema Métrico Decimal
 2 Mastros para bandeiras
 2 Bandeiras Nacionais
 3 Fitas para porta bandeiras e guardas de honra
 1 Livro de Matrícula
 1 Livro de Assiduidade utilizado
 1 Livro de Assiduidade para uso diário
 1 Livro de Termos
 1 Exemplar do 1º Aniversário do Estado editado pela Diretoria de Cultura e Divulgação³⁵
 1 Exemplar: A Pedagogia do Catecismo pelo Pe. A. Negromonte
 1 Dicionário de Afixos e Desinências por Carlos Goes
 1 Exemplar Para entender a Missa por P. Parsch
 1 Volume Através da Bahia por Dr. Pirajá da Silva e Dr. Paulo Woll
 1 Exemplar A Juta Sanfranciscana publicado pela Diretoria de Cultura e Divulgação
 1 História do Brasil por Dr. Joaquim Maria de Lacerda³⁶
 1 Exemplar Hinos e Cantos Espirituais por FTD
 1 Volume Leitura Manuscrita por BPR
 1 Volume Manual de Religião
 1 Volume Estudos Objetivos da Educação por Isaías Alves
 2 Volumes Planos de Lições Catequéticas I e II, cursos por Evangelina Gonzaga e Julieta M. Lopes
 2 Exemplares da Revista de Educação do Departamento de Educação do Estado da Bahia

³⁵ No inventário anterior (10.03.1944) consta “1º Aniversário do Estado Novo”.

³⁶ Nos inventários posteriores esse livro aparece como “Pequena História do Brasil”.

1 Volume Ensino Católico por Zélia Jucy de Oliveira Brame
 2 Volumes Curso de Religião I e II tomos, pelo Pe. Dr. Marcos S.S. C.C.
 1 Programa de Ensino Religioso publicado pelo Episcopado da Prov. Eclesiástica de S. Paulo
 1 Volume O Doutor Barata por Luiz da Câmara Cascudo
 1 Exemplar Código Florestal publicado pela Diretoria de Cultura e Divulgação
 1 Exemplar Utilidade e funções das florestas publicado pela Diretoria de Cultura e Divulgação
 1 Volume A Semana da Criança do Ministério da Educação e Saúde
 1 Volume Missal das Crianças por D. Gerônimo de Sá O.S.B.
 1 Volume Missal Quotidiano por D. Beda Keckeisen O.S.B.
 1 Exemplar Manual do Cruzado, P. L. Esteves
 1 Volume O Arauto do Conselho Diocesano de A. do C. e das C.E.S.
 1 Exemplar Aulas Bíblicas Antigo e Novo Testamento por Frei Francisco O.F.M.
 1 Exemplar Horas catequéticas por George (ilegível)
 1 Exemplar O Batismo por D. Rafael Wachter O.S.B.
 1 Volume A mocidade da Bahia
 1 Exemplar A eucaristia por D. Rafael Wachter O.S.B.
 1 Exemplar Pequeno Catecismo para Comunhão
 1 Exemplar Pequeno Catecismo dos Cruzados por Pe. Palhano de Jesus
 Programa para exame dos alunos de 1º, 2º, 3º, 4º e 5º curso
 Além de mobiliário e materiais escolares existente, acima citados há também muitas revistas, jornais e folhetos católicos como bem, Avante Cruzado, O Mensageiro da Fé, O Arauto e assinatura dos mesmos mantidas pelo Diretor Escolar, Reverendo Pe. Alfredo Hassler.

Nada mais havendo para ser por mim inventariado lavro acima a presente ata e assino

Serrote, 23 de abril de 1948

Paula Pereira França
Regente-Escolar

Esse inventário em relação aos anteriores (ver anexo) indica uma maior preocupação da professora em registrar todos os materiais, contendo 46 itens listados e ainda os nomes das revistas assinadas pelo Padre Alfredo. A maioria dos itens consta em inventários anteriores, no entanto, as outras professoras deixaram de registrar alguns materiais como os livros de matrícula, de assiduidade e de termos, que já existiam na escola provavelmente desde o início do seu funcionamento. Em relação ao mobiliário da escola, nesse inventário e no anterior constam apenas as carteiras escolares e o quadro-negro com tripé; nos inventários seguintes aparece também a mesa da professora, no entanto, não consta nenhum armário para guardar os livros; os depoentes também não se lembram desse mobiliário. É possível que a maior parte dos livros fosse guardada na própria Igreja, ficando na escola apenas os de uso diário.

Podemos perceber na lista de livros uma predominância de títulos religiosos. Dos 35 exemplares citados, 21 são religiosos, sem contar as revistas assinadas pelo padre; possivelmente nem todos eram utilizados nas aulas, devendo alguns ser utilizados nas celebrações na Igreja, uma vez que a professora também assumia o serviço religioso na

comunidade. Em relação ao primeiro inventário completo, feito em 1944, houve um aumento proporcional de títulos religiosos em relação aos laicos. No primeiro havia a mesma quantidade de livros religiosos (11 títulos, contando com 2 exemplares da Bíblia Sagrada) e laicos.

A bibliografia laica contida no material da escola paroquial é diversificada e contam poucos títulos de cunho pedagógico; apenas dois exemplares da *Revista de Educação* do Departamento de Educação do Estado da Bahia (sem especificação de data) e o livro *Estudos Objetivos da Educação*, do baiano Isaías Alves, ex-secretário de educação do Estado. A primeira edição dessa obra é de 1936.

Segundo Mello, Isaías Alves “foi um dos pensadores que, durante o Estado Novo, contribuiu para a consolidação da Educação como um mecanismo de legitimação do Estado, articulando o ideário cristão à nova ordem ditatorial.”³⁷ Não há em suas obras uma teoria da educação propriamente dita; segundo ele próprio, o espírito da sua produção é muito mais técnico que teórico. Como crítico da Escola Nova no Brasil, combate principalmente as idéias políticas escolanovistas sobre a função social da escola.³⁸ Sua proposta pedagógica prevê como eixo para todos os níveis de ensino a Educação Moral e Cívica, associada a valores cristãos. O livro de Isaías Alves, presente na escola paroquial, não divergia da linha de pensamento dos outros, no sentido de defender valores patrióticos e cristãos. Como discutimos anteriormente, várias obras produzidas pela política do Estado Novo permaneceram no material da escola, aparecendo do primeiro (1944) até o último inventário (1951).

Não pretendo, nas dimensões deste trabalho, fazer uma análise aprofundada da bibliografia presente nos inventários da escola paroquial. É possível perceber, no entanto, que havia certa coerência entre a bibliografia existente e as práticas e valores propagados pela escola, comentados nos depoimentos. Não havia, por exemplo, nenhuma obra de autores escolanovistas, nem do próprio Anísio Teixeira, Secretário de Educação da Bahia no período, apesar de ele ter sido o primeiro a destinar uma subvenção pública para as

³⁷ MELLO, Maria Alba Guedes M. “Isaías Alves de Almeida e a Educação na Bahia”. In *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*. História da Educação. UNEB, Salvador, v. 14, num. 24 - jul/dez. 2005. p. 125.

³⁸ De acordo com Menezes, ocorreu um rompimento entre Isaías Alves e Anísio Teixeira (ex-companheiros na Diretoria de Instrução Pública da Bahia) desde a década de 1930, quando Anísio passa a ser combatido pelos conservadores católicos, deixando o cargo de Diretor Geral do Ensino no Distrito Federal. MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. “Anísio Teixeira, Secretário de Educação, ou: Por que não se democratiza a educação na Bahia?” *Educação na Bahia*. (Coleção Memória da Educação na Bahia). Salvador: Editora da UNEB, 2001. p. 18.

escolas paroquiais. Como vimos no Capítulo I, o Secretário, na visita que fez a Jacobina em 1948, aparentemente teria estabelecido uma relação amistosa com o padre Alfredo; no entanto, a ausência de suas obras na bibliografia da escola paroquial talvez se explique por uma incompatibilidade entre as idéias pedagógicas escolanovistas defendidas pelo intelectual e o ideal de uma escola católica tradicional. Devemos considerar, no entanto, que a bibliografia contida numa escola não possui uma função formativa direta. É provável que as professoras, com seu cotidiano sobrecarregado de trabalho, nem tivessem tempo para ler as obras; contudo elas nos dão indícios da existência de filtros ideológicos, que talvez fosse uma preocupação da Igreja. Mesmo que os livros fossem realmente lidos pelas professoras, devemos considerar as nuances envolvidas no processo de leitura, uma vez que ela pode ser apropriada de diferentes modos.³⁹

Na relação dos livros, chama-nos a atenção a pequena quantidade de didáticos. No primeiro inventário (1944), não aparece nenhum deles e no de 1948 aparecem apenas dois: um volume de *Leitura Manuscrita* por BPR e um da *História do Brasil* por Dr. Joaquim Maria de Lacerda. De acordo com alguns depoimentos, era solicitado que os alunos comprassem vários livros didáticos, sendo um para cada disciplina:

Elisabete: A coleção de livro... era um livro de leitura, o de Matemática (...) Cada matéria tinha seu livro, né? É como hoje. E todo mundo tinha que comprar seus livros. Já vinha a lista dos livros quando fazia a matrícula, já vinha a lista.⁴⁰

Isabel: A gente comprava em Jacobina, lá tinha uma livraria de João Brandão. Era comprado lá, a gente anotava e as crianças compravam, quem era de 1º ano... tinha Português, Matemática, Ciências, História, Geografia e Educação Moral e Religião. Ensina tudo, tudo no primário.⁴¹

As depoentes foram alunas no Povoado de Serrote na década de 1940, sendo que D. Isabel se tornou professora paroquial em 1955. Os outros alunos entrevistados também se lembram da existência de livros didáticos, mas não especificaram as disciplinas a eles relacionados. Não foi possível encontrar livros utilizados pelos alunos da escola paroquial da época pesquisada. D. Nilza Silva, que foi professora entre março de 1947 e abril de 1948, ao ser questionada sobre a existência de um livro para cada disciplina, contrariou a versão das outras depoentes, que foram suas alunas:

³⁹ Chartier nos alerta que “pensar as práticas culturais em relação de apropriações diferenciais autoriza também a não considerar como totalmente eficazes e radicalmente aculturantes os textos, as falas ou os exemplos que visam a moldar os pensamentos e as condutas da maioria.” CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004. p. 13.

⁴⁰ Entrevista concedida em 21.11.2007.

⁴¹ Entrevista concedida em 12.08.2006.

Não, a gente fazia assim uma espécie de um traçadozinho e ensinava. Agora quando eles complementavam, tiravam o 1º ano, já do 2º em diante, a gente já pedia um livrinho de História. (...) Um livro de perguntas e respostas... muito fraco.

P: Para memorizar?

- Para memorizar. Quem descobriu o Brasil? Como foi a descoberta? Quem veio pra'qui? O que aconteceu durante a viagem? Quem foi o primeiro governador geral? História, né? Matemática, era os primórdios de conta de somar, diminuir. Quando estavam muito bem já começavam a multiplicar um número e a tabuada. A tabuada era imprescindível! Estudar tabuada, você marcava: a casa de 2 e você tinha de tomar salteado pra eles.⁴²

O depoimento da professora reafirma o que consta no inventário. O livro citado por ela é realmente um dos livros didáticos que aparecem no inventário de 1948, *Pequena História do Brasil por perguntas e respostas para uso da infância brasileira*, de Joaquim Maria de Lacerda. Os livros de outras disciplinas, às quais a professora Isabel se referiu, podem ter sido incorporados ao material da escola na época em ela começou a lecionar, uma vez que não tivemos acesso aos inventários feitos depois de 1951.

O livro *Pequena História do Brasil* foi publicado em 1880 e reeditado em 1918; era, portanto, um livro já bastante desatualizado na década de 1940. A professora Nilza se lembra exatamente do modelo das questões nele contidas, que não variavam muito de um tema para outro. De acordo com Oliveira, o livro de Lacerda “apresenta um diálogo extraído de uma narrativa linear diacrônica que demonstra o processo de didatização da narrativa histórica.”⁴³ O livro apresenta uma exposição didática de sete grandes períodos da história brasileira, do Descobrimento à República; cada tema de estudo é composto de um texto simples seguido por um questionário, com perguntas e respostas, que indicam coerentemente o objeto, a periodização e a listagem dos pontos apresentados no quadro anterior. A concepção histórica é extremamente tradicional, destacando heróis e datas, típica do momento histórico em que o livro foi produzido. A forma como o livro foi escrito, segundo o autor, remete a uma “psicologia fundada na concepção de faculdades mentais, que o ensinar é fazer exercitar as faculdades da criança, notadamente a faculdade da memória.”⁴⁴ O livro deveria ser utilizado a partir dessa lógica; o texto memorizado poderia ser recitado, quase cantado, do mesmo modo que se fazia com o estudo da tabuada na época. Não foi por acaso que a professora Nilza relacionou um estudo ao outro.

⁴² Entrevista concedida em 20.02.2008..

⁴³ OLIVEIRA, Itamar Freitas de. “História do Brasil para crianças: o livro escolar nos primeiros anos da República e a iniciativa de Joaquim Maria de Lacerda.” In: *Cadernos de História da Educação*, nº 6, jan/dez. 2007. p. 125.

⁴⁴ Idem, ibidem, p. 130.

As tabuadas, ABCs e cartilhas citadas pelos depoentes não constam nos inventários, pois talvez não fosse necessário para a professora ter esse material na escola, já que bastava que cada aluno tivesse o seu. Nos inventários posteriores ao que analisamos aparecem mais dois livros didáticos; no de março de 1950 aparece mais um livro de *História do Brasil*, publicado pela FTD, sem referência à autoria; e em 1951 aparece o *1º Livro de Leitura*, de Erasmo Braga. A aluna Elisabete também fez referência a uma Cartilha Intermediária, possivelmente do mesmo autor. Braga era um pastor presbiteriano que escreveu, a partir de 1910, a famosa Série Braga, livros de leitura para a escola primária que vieram a ser usados por muitos anos em todo o Brasil.

O outro livro de leitura contido nos inventários é o de *Leitura Manuscrita* por BPR;⁴⁵ esse livro foi publicado pela Editora Francisco Alves, a partir da 9ª edição, entre 1909 e 1955. De acordo com Batista, no Brasil, os livros desse gênero apresentam um longo ciclo de produção e utilização (das primeiras décadas do século XIX até a década de 1960), mesmo em oposição, a partir dos anos 1920, à legislação do ensino: “Impressos por meio de processo litográfico, constituíam uma antologia de textos reproduzidos em diferentes escritas ou caligrafias”.⁴⁶ Seu uso geralmente se dava nos últimos anos do ensino primário e se destinava ao desenvolvimento das capacidades de decifração do manuscrito, mas também à transmissão de um quadro de valores cívicos e morais e ao desenvolvimento de habilidades relacionadas à escrita.

4. “Ler, escrever e contar”: algumas questões de conteúdo e método

Podemos perceber nos livros didáticos citados nos inventários uma ênfase muito grande no treino da leitura e da escrita, típica do modelo “tradicional” da época. A prática da leitura no período não era autônoma em relação ao conteúdo dos textos; ela era concebida como um meio para se alcançarem outros objetivos supostamente mais importantes da ação escolar, sendo seu conteúdo geralmente marcado por valores cívicos e morais. Nesse sentido, os livros de *História do Brasil* desempenhavam um importante papel; além de servirem ao estudo da matéria propriamente dita, cumpriam a função de

⁴⁵ “Pressupõe-se que o livro seja de autoria de Arnaldo Barreto, Romeu Puiggari e Romon Rocca, cujas iniciais formam a sigla BPR.” BATISTA, Antonio Augusto Gomes. “Livros de leitura manuscrita: elementos para a história de um manual escolar”. Trabalho apresentado no XXV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação - INTERCOM – Salvador – BA (1 a 5 Set. 2002). p. 4.

⁴⁶ Idem. p. 1. Ver também: BATISTA, Antonio Augusto, *et. all.* “Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956)” *Revista Brasileira de Educação*, nº 20, São Paulo: maio-ago 2002. pp. 27-47.

manuals de leitura, como nos indica o depoimento da Professora Nilza. Alguns livros religiosos também deviam cumprir essa dupla função.

Além da leitura e da escrita, aprender a fazer contas era fundamental. A importância do antigo “ler, escrever e contar” é confirmada no depoimento de D. Nilza, ao descrever o método de ensino da escola paroquial:

Era um método tão primitivista. Olhe, primeiro tinha o ABC que era infalível, depois que conhecia as letras e aquelas primeiras folhas do B-A-ba, pra poder aprender a silabação e depois a gente pedia um livrinho fraco de primeira série. (...) E eles vinham se adaptando ali aos poucos e ali eles aprendiam que era uma beleza, liam corretamente... corretamente! *E pra passar de um curso pra outro tinha de saber ler, escrever, contar.* Fazer conta de diminuir e somar, na 1ª série, somar e diminuir, agora já a 2ª, eram as quatro operações fundamentais: somar, diminuir, multiplicar, dividir, ainda noção de frações, de decimais, essas coisas todas.⁴⁷

É interessante a caracterização do método pela ex-professora como primitivista, denotando uma forma crítica de ela ver o passado, no que se diferencia da outra ex-professora entrevistada⁴⁸. Talvez sua experiência como professora estadual por muitos anos tenha-lhe proporcionado uma formação diferente, resultando numa outra visão de educação, o que aparece em vários momentos do seu depoimento; apesar disso, ela reafirma a eficiência do método de ensino, dentro dos propósitos da época. A leitura era ensinada pelo método da soletração, como relembra D. Noemia, ex-aluna:

Lembro de livros assim que a gente... O ABC, tinha o ABC, depois do ABC vinha a cartilha. No ABC: B-A-ba; B-E-bé; B-I-bi; B-O-bo; B-U-bu. (...) Então a gente soletrava: A-B-A, aba; B-O-L-A, bola; D-E-D-O, dedo; D-A-D-O, dado. É... soletrando. E a gente... eu vou dizer, aprendia mesmo e como aprendia!⁴⁹

Todos os depoentes confirmam a eficiência desse método de alfabetização. De acordo com Mortatti, os “tradicionais métodos sintéticos”, baseados na soletração e silabação, já eram criticados no final do século XIX, em São Paulo, pelos partidários do “método João de Deus” para o ensino da leitura baseado na palavração.⁵⁰ No entanto, eles

⁴⁷ Entrevista concedida em 20.02.2008..

⁴⁸ D. Nilza Silva Oliveira se “formou” na Escola Normal Senhor do Bonfim em Jacobina, em 1943 e atuou como professora paroquial no povoado de Serrote entre março de 1947 e abril de 1948, quando passou a atuar como professora estadual. D. Isabel de Fátima Lima foi aluna de D. Nilza na década de 1940 na escola paroquial de Serrote, ao concluir o curso primário se tornou professora leiga da escola paroquial em 1955, tendo se formado professora num curso por correspondência. Atuou como professora paroquial em várias localidades, inclusive em Serrote, durante 25 anos.

⁴⁹ Entrevista concedida em 22.11.2007.

⁵⁰ “Contido na *Cartilha Maternal ou Arte da Leitura*, escrita pelo poeta português João de Deus e publicada, em Portugal, em 1876, o ‘método João de Deus’ passa a ser divulgado sistemática e progressivamente no

continuaram a ser utilizados pelos professores por muito tempo depois, sendo alvo de novas críticas em 1920, com a Reforma Sampaio Dória. Na região de Jacobina, esse denominado método tradicional era o mais utilizado, pelo menos até a década de 1960, mesmo pelos professores formados na Escola Normal;⁵¹ na zona rural do município de Serrolândia, nome atual do Povoado de Serrote, encontramos referência à sua utilização até bem recentemente.⁵²

De acordo com esse método, acredita-se que a capacidade de leitura reside no conhecimento do valor sonoro de cada letra; assim, o aluno deveria aprender gradualmente, primeiro a memorizar as letras do alfabeto, depois as sílabas e só então passar às palavras. Quando o aluno se tornava capaz de ler pequenos textos, passava a “dar a lição” individualmente no livro de leitura para a professora. De acordo com D. Elisabete:

A professora marcava “a lição hoje é essa aqui... amanhã é essa aqui.” (...) Cada dia marcava. Se a criança não lesse corretamente ela ficava naquela lição pro outro dia. (...) Estudava em casa. Minha mãe: “Você deu a lição hoje?”, “Eu dei!”, “Pegue o livro aí pra eu ver.”⁵³

Alguns alunos se recordam de que deveriam “decorar” a lição, mas a maioria afirma que teria que “aprender mesmo” a ler corretamente o texto. Segundo o depoimento acima, a lição era também uma preocupação dos pais. A atividade de leitura, feita individualmente pelos alunos, ocorria de forma mecânica, com base nos castigos físicos, “às antigas”, como recorda D. Nilza e também suas ex-alunas Elisa e Vilce:

Nilza: Tinha época que eu também era tarasca. Tarasca porque eu chamava pra dar leitura: “Olha quem não souber vai levar chá de canela”. Sabe o que é chá de canela? Era uma varinha, uma varinha dessas... um galhinho de árvore fino, que eu tirava as folhas e aí, oh! Chá de canela (faz o gesto de bater), tem de estudar... (risos). *Eu fui professora às antigas.* (...) Às vezes eu deixava também de pé, de castigo, viu: “Fica de pé, ali. Olhe, enquanto não souber a lição não vai pra casa.”⁵⁴

Brasil, a partir do início da década de 1880, por Antonio Silva Jardim, positivista militante e professor de Português na Escola Normal de São Paulo.” MORTATTI. Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização (São Paulo: 1876/1994)*. São Paulo: Unesp, 2000. p. 25.

⁵¹ No trabalho monográfico intitulado “Imagens das Terezinhas: Memória, docência e gênero”, a autora analisa a trajetória de duas professoras primárias formadas pela Escola Normal Sr. do Bonfim em Jacobina. Uma delas foi colega de D. Nilza, tendo concluído seus estudos em 1943, a outra se formou em 1956, ambas se tornaram professoras estaduais. As práticas docentes e os métodos de ensino relatados por ambas são praticamente similares aos encontrados na escola paroquial. LIMA, Cleidemar Pereira. *Imagens das Terezinhas: Memória, docência e gênero*. Monografia de Especialização. Curso de Pós-Graduação em História, Cultura e Memória. Jacobina/BA: 2006.

⁵² RIOS, Jane Adriana Vasconcelos P. *Entre a roça e a cidade: Identidade, discursos, saberes*. Tese de Doutorado. op. cit. pp. 111-112.

⁵³ Entrevista concedida em 07.09.2007.

⁵⁴ Entrevista concedida em 20.02.2008.

Elisa: Botava de castigo se num desse a lição. Tinha que aprender a lição de cór, tinha que aprender de cór e salteado, e a professora perguntava e tinha que responder ali, sem faltar uma vírgula.⁵⁵

Vilce: Se tava sentado, “Fica de pé!”. Agora, já ia com medo, né? Da reguada, porque na hora que errava o nome, era reguada nas pernas. Às vezes ia sabendo as lições, tudo direitinho, mas, com o nervoso... Na hora que errava... Era perigosa!⁵⁶

Essa pedagogia, que impunha a aprendizagem através do medo, levava muitos alunos a “errarem”, como recorda a ex-aluna Vilce. A professora Nilza, em vários momentos do seu depoimento, fez uma espécie de auto-crítica do seu passado como professora, embora fale com humor sobre os seus antigos métodos de ensino, se autodenominando-se de “tarasca”.⁵⁷

A prática da escrita se dava em conjunto com a da leitura, seguindo o mesmo modelo tradicional. Inicialmente os alunos deveriam cobrir letras ou palavras feitas pela professora e só mais tarde, praticar a escrita através de cópias e ditados. D. Elvira se lembra dessas tarefas, destacando o material utilizado:

Não tinha caderno, era um sofrimento. Olha, não tinha caderno, a gente comprava folha de papel, parece que chamava pautado... A folha de papel pautada, aí dobrava nas quatro aulas. Ali eram quatro dias. (...) De manhã, cada um pega o seu caderno, a sua folha, a gente... aí a professora dava fulano, fulano, fulano... Tinha dias que era, chamava cópia, o exercício: a gente escrevia olhando pelo livro e escrevia. Outros dias era ditado: ela falando lá e a gente escrevendo. E era na tinta. Uma caneta que era molhando no tinteiro. (...) Tinha lápis, mas era pra escrever era de caneta, nada de lápis. Aí a gente, desde as primeiras letras, a professora fazia o ABC com o lápis, e a gente cobria com a caneta, olha... borrava tudo, era um sujeito no salão (risos).⁵⁸

Os alunos deveriam desde cedo desenvolver a habilidade no uso da caneta-tinteiro, uma tarefa não muito fácil. D. Dalva, outra ex-aluna, também recorda que borrava muito suas atividades. A arte da caligrafia era um aprendizado importante para a escola da época. Outros alunos da década de 1940 também se lembram do uso do papel pautado ao invés do caderno, que só passou a ser adotado mais tarde.

⁵⁵ Entrevista concedida em 15.11.2004.

⁵⁶ Entrevista concedida em 07.09.2007.

⁵⁷ “Boneco que representa um animal monstruoso, e que era exibido no Pentecostes em Tarascon e noutras cidades do S. da França; Monstro; Mulher feia e de mau gênio.” *Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, Básico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988.

⁵⁸ Elvira Sousa Rios, entrevista concedida em 21.11.2007.

Com turmas grandes e classes multisseriadas a professora recorria aos alunos “mais adiantados” para auxiliá-la na atividade de tomar a lição dos alunos das séries iniciais. De acordo com a ex-aluna Elisa e a ex-professora Nilza:

Elisa: Era numa sala só. Fazia a fila, todo mundo e ela ensinava. As que sabiam, que por exemplo já tavam na 3ª série, 4ª série, ajudava o grupo de alfabetização. Por que era multisseriado, era todo mundo misturado. Eu ajudei muito, muito mesmo.(...) Agora a lição só quem tomava era a professora. A gente preparava os meninos. Eu lembro que quando eu tava na 3ª série, eu ensinava a 1ª série. Eu ensinava o grupo de alfabetização, ensinava a 2ª.⁵⁹

Nilza: Eu chamava uma aluna pra me ajudar a tomar a lição dos mais atrasados, entendeu? Em Olhos D’água⁶⁰ também eu fazia a mesma coisa. Tinham alunas... duas alunas que me ajudavam, mais adiantadas na literatura, na leitura. Eu chamava pra tomar conta dos alunos, tomar conta... quer dizer, dar a lição. “Olhe! Só releve um erro ou dois”.⁶¹

D. Elisa recorda que apenas a professora podia tomar a lição, já D. Nilza afirma que também delegava essa autoridade a algumas alunas, as mais adiantadas na leitura. Essa metodologia, citada por todos os depoentes, certamente facilitava o trabalho das professoras; ela nos remete ao método de ensino mútuo ou monitorial, no qual “alguns adolescentes instruídos diretamente pelo mestre, atuando com variedade de tarefas como auxiliares ou monitores, ensinam por sua vez outros adolescentes, supervisionando a conduta deles e administrando os materiais didáticos.”⁶² Esse método, surgido na Inglaterra no final do século XVIII, foi considerado inovador por possibilitar a alfabetização de um grande número de alunos com um único professor, diminuindo as despesas com a instrução das massas.

No Brasil, no início do século XIX, houve algumas tentativas de implantação do método, mas sua eficiência foi logo questionada. Segundo Marcílio, o sistema de ensino mútuo nunca foi convenientemente implantado no país; além de outros motivos a autora destaca a falta de formação dos mestres que resistiam a uma mudança de atitude em relação aos métodos de ensino: “Se o método condenava os castigos físicos e instituí

⁵⁹ Entrevista concedida em 21.11.2008.

⁶⁰ Olhos D’água era um Povoado do Município de Jacobina, onde a depoente atuou como professora estadual após ter deixado de lecionar na escola paroquial.

⁶¹ Entrevista concedida em 20.02.2008.

⁶² MANACORDA, Mário A. *História da Educação: da Antigüidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 257. O autor descreve o método da seguinte forma: “Em um único local bem grande, em cujo modelo ideal constam três grandes naves divididas por colunas, ao longo dos quais estão dispostos em quadrados os bancos das várias classes, os alunos, sentando um ao lado do outro de acordo com o mérito e o aproveitamento, são confiados aos monitores. O mestre está na extremidade da sala sentado sobre uma cadeira alta.” p. 259.

prêmios para os alunos comportados e estudiosos, isso equivaleria à mudança didática do professor, o que seria impossível com sua falta de formação apropriada.”⁶³ Os professores sem formação, segundo a autora, só sabiam ensinar pelo método individual, que exigia o uso dos castigos físicos para manter a disciplina.

Nas escolas paroquiais e também nas escolas públicas da região de Jacobina, apesar da utilização em alguns momentos do auxílio dos alunos mais adiantados, estes não possuíam a autoridade de monitores. O método individual era predominante, como nas classes dos mestres-escolas citadas anteriormente.

A formação dos professores na escola normal não os levava a modificar a maior parte dos antigos métodos de ensino. Segundo D. Nilza, no seu processo de formação na Escola Normal Senhor do Bonfim ainda não se falava em pedagogia ativa e escola nova. Não foi possível, nas dimensões desse trabalho, avaliar o currículo ou mesmo o impacto da formação dos professores na escola normal, no entanto, parece-nos que a crença nos antigos métodos, registrados na maioria dos depoimentos, fazia com que os professores formados reproduzissem muitas das práticas pedagógicas dos velhos mestres-escola. Devemos considerar nesse sentido que as classes multisseriadas eram características comuns aos dois tipos de escola, o que favorecia a continuidade dos métodos, devido à falta de uma formação específica para que o educador atuasse nesse tipo de ensino.

No estudo da matemática, outra disciplina fundamental, a tabuada, que deveria ser memorizada e recitada, era indispensável, durante todo o período pesquisado. A ex-aluna Áurea, que estudou em 1955, recorda:

Eu sei que a tabuada tinha que saber na pontinha da língua senão não se passava, não é? Para o aluno passar de uma série para outra ele tinha que saber contar. (...) Eles olhavam muito a tabuada. A tabuada era fundamental naquela época, a Matemática.⁶⁴

A sabatina era a principal metodologia utilizada para verificar o aprendizado da tabuada; segundo os depoentes, ela costumava ocorrer na escola uma vez por semana. Vejamos como alguns alunos se lembram desses momentos:

Elisabete: Fazia um grupo... vamos dizer assim, dez alunos. Tudo de pé assim, num sabe? Aí a professora fazia a pergunta. Se aquele aluno respondesse, bem! Se não respondesse, o outro que respondesse ia com a palmatória e dava um

⁶³ MARCÍLIO, Maria Luiza. op. cit., p. 44.

⁶⁴ Entrevista concedida em 20.12.2007.

bolo... na mão, né? Tinha que saber responder, porque se... Aquele bolo era indispensável, tinha que apanhar mesmo.⁶⁵

Noemia: A sabatina, digamos assim, juntava a turma, né? E 2 e 2: 4; 4 e 2: 6... (fala em um ritmo quase cantado) Tá entendendo? Se errasse, bolo! As colegas mesmo era quem dava o bolo na gente, viu? Então a gente procurava fazer aquilo ali e estudava mesmo. A gente estudava com medo de levar o bolo.⁶⁶

Florivaldo: Tinha uma tal de sabatina, que era muito bom aquilo na escola. Tabuada... quem errava apanhava (...) Aquilo era uma estupidez, mas é bom. Você não sabe multiplicar, 3 x 2: 6; 2 x 2... não sabia, quem sabia... PÁ! (imitando o som da palmatória). Então o cara tem vergonha de apanhar, né?⁶⁷

Elisa: Tinha a sabatina de tabuada, tinha uma sabatina danada, era um sofrimento, eu era fraca na tabuada, mas aprendi, aprendi rápido. Minha mãe me botou numa escola particular e aí eu aprendi.⁶⁸

A maioria dos entrevistados não questiona o uso dos castigos físicos na escola, embora se lembrem do medo que ele lhes provocava. O medo e a vergonha se constituíam numa espécie de castigo pelo erro cometido, pois se acreditava que eles serviriam de estímulo para que o aluno se empenhasse na memorização do conteúdo.

Apesar de considerar uma estupidez, o Sr. Florivaldo elogia o método. D. Elisa se lembra de ter necessitado estudar numa escola particular para aprender a matemática, junto com alguns colegas, o que demonstra que o ensino oferecido não era suficiente para que todos os alunos aprendessem a tabuada, correspondendo às exigências da escola. D. Elizabete recorda que a sabatina era feita para avaliar a aprendizagem dos conteúdos de todas as matérias, que deveriam ser memorizados; entretanto os outros alunos a associam sempre ao ensino da tabuada, cujo uso era provavelmente mais freqüente. Alcira Silva, professora estadual aposentada de Jacobina, relata sua experiência como aluna em um livro de memórias, no qual a sabatina aparece como um método utilizado para avaliar todos os conteúdos estudados durante a semana.⁶⁹

A valorização da memória com base na repetição dos conteúdos era marcante na pedagogia dos colégios jesuíticos organizados no século XVII. De acordo com Boto:

⁶⁵ Entrevista concedida em 07.09.2007.

⁶⁶ Entrevista concedida em 22.11.2007.

⁶⁷ Entrevista concedida em 28.12.2004.

⁶⁸ Entrevista concedida em 15.11.2004.

⁶⁹ A autora explica a origem do termo: "As sabatinas eram exercícios escolares passados ordinariamente para o sábado (daí o seu nome) e constava da recapitulação das matérias dadas num certo período de tempo onde uns estudantes eram argüentes e os outros defendentes." SILVA, Alcira Pereira Carvalho. *50 anos depois*. Salvador, s.c.p.:1984. p. 26.

“Valorizava-se bastante o recurso à repetição, dado que se supunha que, por meio dela, o estudante poderia fixar mais profundamente o aprendizado”.⁷⁰

Apesar da primazia do tradicional “ler, escrever e contar”, vários conteúdos eram considerados importantes para serem estudados e memorizados pelos alunos da escola paroquial. D. Elisa se lembra de alguns que eram imprescindíveis: “Na quarta série nós sabíamos todos os países do mundo naquela época. Quem era doido de não saber? E as capitais... Geometria (...) Ângulo, esse negócio... tinha tudo isso. Ciências... a limpeza, aquele negócio todo.”⁷¹

A importância dos mapas também foi ressaltada por outros ex-alunos. Eles aparecem em todos os inventários e na foto 5, comentada acima. Nos primeiros inventários completos (1944 e 1948) constam dois: 1 Mapa Mundi e 1 Mapa do Brasil; no de 1950 além desses, aparece 1 Mapa das Riquezas do Brasil e 1 Mapa das Iniciações Geográficas; em 1951, esse último não consta dos inventários, aparecendo outro item, 1 Mapa dos Acidentes Geográficos. No contexto nacionalista da época, o estudo da Geografia, através dos mapas, assim como o da História, era essencial à formação cívica do aluno; outras práticas importantes nesse contexto eram a educação física e o canto orfeônico.

Além da tríade “ler, escrever e contar” ao aluno da escola paroquial era cobrado ser um bom patriota e um católico dedicado. Talvez essa seja a principal característica que a diferenciava das escolas dos mestres-escola, embora esses valores também não estivessem ausentes dessas escolas.

5. “Corrigir é amor”: disciplinarização x resistência

E a disciplina era assim, a gente castigava num é? As vezes a gente fazia sabatina e naquelas horas é que os próprios colegas batiam nos outros, num era tanto a professora que batia era mais... quem sabia mais batia mais, o negócio era esse. E a gente às vezes castigava o aluno não é? *Diz que corrigir é amor.* Ninguém fazia por maldade, mas por correção e todo mundo respeitava.⁷²

O uso da palmatória, feita pelos próprios alunos nos momentos da sabatina e não pela professora, aparece na fala da professora Isabel talvez como uma forma de amenizar uma prática não mais aceita atualmente. É interessante como esse subterfúgio também

⁷⁰ BOTO, Carlota. op. Cit. p. 29.

⁷¹ Entrevista concedida em 15.11.2004.

⁷² Entrevista concedida em 12.08.2006.

apareceu na entrevista de uma ex-professora estadual, numa pesquisa que realizei anteriormente,⁷³ embora saibamos que o uso dos castigos físicos era uma prática muito comum no período pesquisado, nem sempre estando relacionados à sabatina, mas como forma de castigar um “mau comportamento” do aluno.

Mary Del Priore comenta a naturalidade dos castigos físicos como forma de educar as crianças, no período colonial. “A correção era vista como uma forma de amor.”⁷⁴ A partir da segunda metade do século XVIII, com a instituição das Aulas Régias, a palmatória passa a ser o principal instrumento de correção.

Kreutz afirma que a disciplina rígida era cultivada como um grande valor nas escolas teuto-brasileiras, característica do método jesuítico de Inácio de Loyola. A Restauração Católica era baseada na concepção pedagógica do *Ratio Studiorum* (1586) da Companhia de Jesus. Segundo o autor: “É uma educação que se centra no educador, no intelecto, no conhecimento, sob um rígido esquema de disciplina e hierarquia. Privilegia o adulto, considerando-o acabado, completo, em oposição à criança, que é um ser imaturo, incompleto.”⁷⁵ Nessas escolas os castigos físicos eram utilizados pelos professores e aceitos pelos pais.

Na escola paroquial do Povoado de Serrote, esses mesmos métodos eram utilizados. Vejamos como alguns alunos recordam os castigos aplicados pelas professoras:

Elisa: Por qualquer coisa apanhava, era uma coisa impressionante, as professoras batiam mesmo (...). Botava de castigo se não desse a lição.⁷⁶

Elvira: Botava no canto, ou senão tirava ali do meio, que a gente estudava... daquela sala. Aí botava isoladinho lá. Eu nunca tomei bolo e nem fiquei de castigo, por que eu trabalhava limpo, minha filha! (...) Os alunos danados, a professora batia, puxava a orelha e botava de castigo.⁷⁷

Reinaldo: A disciplina era a melhor possível porque os professores eram rígidos, eles faziam questão que os alunos aprendessem. De que maneira? Através de conselhos e pancadas, pra sentir a dor física mesmo (...). Existia naquela época a palmatória furadinha no meio, ardia demais, e a régua, nós tínhamos medo da régua e da palmatória. Com a régua batia no braço, eram lugares escolhidos pelos professores. Isso acontecia quando conversávamos muito e não dava atenção. (...) Se por azar ou por perversidade mesmo quebrasse uma carteira, era um sacrifício, era um martírio pra gente, torturava mesmo. Chegava aqui era pra

⁷³ VASCONCELOS, Tânia Mara P. “Do castigo ao prêmio: concepções de infância e educação numa comunidade do interior (1940-1970).” *Revista da FAEBA: Educação e Contemporaneidade*. UNEB, Salvador, v. 14, num. 24 - jul/dez. 2005. p. 175-191.

⁷⁴ DEL PRIORE, Mary (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999. p. 97.

⁷⁵ KREUTZ, Lúcio. *Professor paroquial: magistério e imigração alemã*. 2. ed. Pelotas: Seiva, 2004. p. 225.

⁷⁶ Entrevista concedida em 15.11.2004.

⁷⁷ Entrevista concedida em 21.11.2007..

estudar, pra aprender as boas maneiras, ser educado e nada de estragar nada aqui!⁷⁸

D. Elisa e D. Elvira foram alunas da escola paroquial na década de 1940, tendo sido colegas de D. Isabel; o Sr. Reinaldo foi aluno na década de 1950, tendo sido aluno desta última quando ela se tornou professora paroquial, o que nos indica a permanência de práticas semelhantes.

Os motivos para a utilização dos castigos eram diversos, indo desde a suposta falta de aprendizado do aluno, como vimos anteriormente, até os considerados “maus comportamentos” como: barulho, falta de atenção à aula, danificação de algum material da escola, brigas e provocações, se estendendo ainda a erros cometidos fora da escola, como podemos perceber nesse relato do ex-aluno Reinaldo.

Eu fui pra uma festa com uma faquinha e passaram pra professora. Ela me deu um dia de castigo, mesmo sendo fora da escola, pois os professores queriam mesmo educar o aluno, isso é lógico! Como eu iria pra uma festa me divertir e levar uma arma pra lá, com qual intenção? Então ela arrancava da gente esse tipo de pensamento. Ela perguntava: “Por que você foi com essa arma pra lá. Lá não é lugar pra diversão, pra brincar? Olhe, você vai fazer o seguinte, os outros vão almoçar e você vai ficar aqui sozinho. Você vai ficar com fome, não vai almoçar só vai sair daqui quatro horas da tarde.”⁷⁹

Apesar do castigo sofrido, o próprio depoente justifica a atitude da professora. Podemos perceber como a escola exercia um papel de disciplinar os alunos, se envolvendo em questões que ocorriam fora do espaço escolar. Para isso era necessário haver uma rede de vigilância, provavelmente feita pelos próprios alunos.

O papel disciplinador da escola paroquial era conhecido e tido como um elemento de destaque da instituição, sendo valorizado por muitos pais. A professora Isabel, ao ser questionada sobre a existência de alunos insubordinados na escola paroquial, comentou:

Ter tinha, toda escola tem aluno insubordinado, tanto que quando a escola paroquial fechou aqui (em Capim Grosso), teve aluno que ninguém queria aceitar. Nós pegávamos os piores alunos da cidade (...) Entrei na escola, eu era grandinha, na escola, era faixa de seis anos, que era muito perigosa em casa, aí me botaram logo.⁸⁰

⁷⁸ Reinaldo Moreira de Lima, entrevista concedida em 10.04.2007.

⁷⁹ Idem.

⁸⁰ Entrevista concedida em 12.08.2006.

Esse papel correccional não se applicava apenas às escolas paroquiais, mas também a outra Instituição Educativa, coordenada pelos Cistercienses na região, o Ginásio São Bernardo, que funcionava como internato masculino. De acordo com Vanin: “Havia educandos que eram encaminhados pelos pais ao ginásio São Bernardo devido a ‘fama’ da rigidez disciplinar que este gozava.”⁸¹ De acordo com o ex-aluno Florivaldo a religião favorecia uma mudança no comportamento do aluno: “Por que você vê, onde tem religião a coisa muda, socializa muito também. Tinha aula de religião.”⁸² D. Elisa também compartilha dessa visão:

O comportamento dos alunos na escola era bom, porque a escola paroquial catequizava mesmo. Era difícil ter um aluno insubordinado na sala de aula, não tinha. Eu não lembro que tivesse na sala de aula alunos que fizesse esse tipo de coisa, bagunça como a gente vê. Não tinha não! Todo mundo entrava ali, era o mesmo comportamento, como se estivesse na Igreja.⁸³

De acordo com os depoentes, o “bom comportamento” era consequência da catequização, que atingia a todos. Apesar da maioria dos entrevistados não se lembrarem de haver insubordinação por parte dos alunos, histórias relatadas por duas ex-alunas, bem como registros encontrados na documentação escrita, contrariam essa versão. D. Elvira se lembra de que apenas os meninos eram insubordinados, apesar de apanharem da professora: “Oxe! Eles inticavam⁸⁴ a professora (...) Inticava, não respeitava não! E era na régua e no bolo. Eles não respeitavam, não.”⁸⁵ De acordo com a depoente as meninas eram todas “bem comportadas”, o que reflete uma visão tradicional de gênero, na qual as mulheres são mais dóceis que os homens; entretanto, a ex-aluna Vilce relatou um caso de insubordinação ainda mais grave cometida por uma aluna:

Eu sei de... professora Paula... a moça... eu não sei o que ela fez. A moça pegou cadeira pra jogar nela. Acho que jogou. A moça... já moça! (...) Jogou a cadeira, aí... correram tudo em cima pra acudir, né?⁸⁶

Podemos perceber que a resistência a esse modelo disciplinar se manifestava em vários momentos, por parte de alunos de ambos os sexos, embora nos relatos de grande

⁸¹ VANIN, Iole Macedo. *Educando “Machos”, formando “Homens”*: O Ginásio/Seminário São Bernardo. Dissertação de Mestrado - História Social - UFBA. Salvador: 2002. p. 126.

⁸² Entrevista concedida em 28.12.2004.

⁸³ Entrevista concedida em 15.11.2004.

⁸⁴ O termo *inticar*, no linguajar popular da região tem o mesmo sentido de “pirraçar, contrariar de modo voluntário”.

⁸⁵ Entrevista concedida em 21.11.2007.

⁸⁶ Entrevista concedida em 07.09.2007.

parte dos depoentes ela não apareça, havendo uma idealização do modelo proposto. As punições para os alunos “insubordinados” eram severas; as principais delas, identificadas nos depoimentos, foram: repreensão verbal ao próprio aluno; queixa dirigida aos pais; isolamento em um canto da sala; castigo físico com palmatória, régua e varinha (“chá de canela); puxão de orelha; proibição de saída para o recreio ou no horário do almoço, e finalmente, a expulsão da escola, constituindo a mais grave delas.

Nos livros de matrícula a que tive acesso, correspondentes a nove anos,⁸⁷ encontrei vários casos em que a saída do aluno da escola vem acompanhada da observação “desobediência” ou “insubordinação” (7 casos), e “expulso(a)” (3 casos). É difícil saber se a diferença entre essas denominações caracteriza motivos diferentes para a saída dos alunos; podemos supor que nos casos de “desobediência” ou “insubordinação”, o aluno tenha abandonado a escola após ter cometido algum ato de indisciplina, sem necessariamente ter sido expulso oficialmente, como no caso do Sr. Dermival, relatado abaixo. É interessante perceber que no livro de termos esses fatos não são mencionados.

Os três casos de expulsão estão registrados no mesmo ano, em 1946, no qual aparece também um caso de “desobediência”. Não foi possível encontrar os alunos expulsos nem a professora que lecionou no período, entretanto consegui entrevistar o aluno que aparece com a observação “desobediência”, o Sr. Dermival Vilas Boas e suas duas irmãs, que eram suas colegas de turma. O ex-aluno aos 14 anos cursava a 4ª série, tendo sido matriculado no dia 05 de março e saído no dia 30 de julho. Nesta mesma data, seus irmãos mais novos, Dianor, Dinorá e Dalva, também saíram da escola, tendo sido registrada a seguinte observação: “Eliminados em protesto a desobediência do irmão”.

O Sr. Dermival, embora tenha tido alguma dificuldade para se lembrar de como tudo ocorreu, não se recordando da saída dos seus irmãos da escola, relatou sua versão do fato. Ele afirmou que não foi expulso, mas seu pai o retirou da escola porque ele se sentia discriminado pela professora, achava que ela tinha preferência por outro colega, o aluno Florivaldo, citado anteriormente, o que lhe despertava ciúmes. Vejamos o seu relato:

A professora tinha mais assim... uma espécie de proteção mais a Flori, e a gente... você sabe que fica ciumento, aquela coisa! Então a gente achava que qualquer coisinha vinha um castigo pra gente, foi daquele tempo que tinha castigo, aquela coisa, né?
P: Palmatória?

⁸⁷ Os livros de matrícula localizados correspondem aos anos de 1941, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950 (incompleto) e 1951.

- É, exato. E meu pai era muito rígido, e a gente tinha muito receio de falar as coisas com o pai, por que... com medo de apanhar, não é? E naquele tempo meu pai, se agente saísse pra rua e não chegasse no horário, ele ficava atrás da porta, quando chegava era pra apanhar, de cinto, esses negócios. Mas a coisa chegou a tal ponto que meu pai reconheceu que havia uma perseguição pra mim. Eu só... mas quase sempre chegava contrariado, por que a professora, as coisas mais difícil, me botava... pra não acontecer o resultado bom, e as coisas mais fácil era Flori e outros, e aí a gente levava pro meio daquela rivalidadezinha. (...) então quando chegou no meio do ano, aí meu pai me tirou, me tirou não, me levou pra roça, aí eu acabei... foi a última escola que eu tive, foi essa.⁸⁸

Das irmãs do Sr. Dermival, também entrevistadas, apenas a mais nova, D. Dalva, que tinha oito anos de idade na época, se lembrou da história, relatando-a com mais detalhes que ele próprio:

Parece que eram os quatro irmãos. Ele respondeu alguma coisa grosseira. Aí ela expulsou ele da sala de aula. (...) Ele já tava rapazinho, meu irmão já tava rapaz e aí não aceitou, não aceitou e respondeu. E lá é aquela história, né? Não é hoje que, às vezes, aluno enfrenta professor. Lá não, ninguém podia dar um pui. Era aquela... realmente... rigidez, de você obedecer. (...) Foi o seguinte: acho que na hora ele saiu da escola, teve um problemzinho. Quando a professora reclamou, ele reclamou ela, aí ela mandou ele sair, ele chegou, pegou o livro na hora e foi pra casa. Aí nós ficamos com receio de pai chegar lá e não aceitar o que ele falasse, você tá me entendendo? A gente achou que pai ia ser contra, aí nós ficamos preocupados, mas, quando a gente chegou lá e contou a pai o que tinha havido, aí pai achou que não, e ele disse: “Pai, eu não volto mais pr’aquela escola.” E ele mesmo falou sério com o meu pai: “Não adianta que eu não vou mais”. Aí ele disse: “Então, meu filho, todo mundo vai sair da escola”. Aí foi aquela coisa, a gente tinha amizade com os colegas, todo mundo ficou chateado e pai disse que não botava e não tinha quem fizesse mais botar, e não botou mesmo, e nós ficamos prejudicados. Que falta que fez, né? Aquele colégio... e nós ficamos sem escola. Esperamos, parece que terminar o ano, pra depois, quando chegou outra professora, foi que nós voltamos.⁸⁹

Os irmãos do Sr. Dermival retornaram à escola no ano seguinte, ficando até a conclusão do curso primário, enquanto que ele não voltou mais a estudar. Apesar do fato ocorrido, o depoente afirma que a escola era muito boa, expressando uma certa auto-culpabilização por não se considerar muito bom nas aulas: “eu sei que eu achava... os outros também era mais inteligente do que eu, Flori mesmo era... os meus irmãos era melhor do que eu, eu era mais rude, eu era mais chegado a negócio de roça.”⁹⁰

O sistema de hierarquização presente nessa escola provavelmente provocava esse tipo de sentimento em muitos alunos que não se adequavam às exigências impostas. É significativo o fato do pai do Sr. Dermival, apesar de ser rígido com os filhos, ter retirado

⁸⁸ Dermival Lopes Vilas Boas, entrevista concedida em 13.04.2007.

⁸⁹ Dalva Vilas Boas Matos, entrevista concedida em 24.11.2007.

⁹⁰ Depoimento citado.

também seus outros filhos da escola, que só retornaram no ano seguinte, com a troca de professoras. Este fato nos indica uma resistência por parte de alguns alunos e pais contra a excessiva rigidez da escola e, principalmente, contra um sistema classificatório implícito na relação professor-aluno. A concessão do privilégio aos “melhores alunos” de uma proximidade maior com a professora e a discriminação dos outros faz parte desse sistema normatizador. A ex-aluna Elvira também relatou que havia proteção a algumas alunas que tinham maior proximidade com as professoras.

Os outros casos encontrados de saída de alunos por “desobediência” ou “insubordinação” ocorreram em 1944 (uma aluna e um aluno), em 1946 (duas alunas e um aluno) e em 1947 (um aluno). Este último foi registrado pela professora Nilza, que não se recordou do ocorrido.

Nos livros de 1948 a 1951, não aparece mais nenhum desses registros. Não tive acesso aos livros posteriores a essa data. D. Isabel, que foi professora em Serrote por volta de 1955, afirmou nunca ter expulsado um aluno: “Porque todo mundo me respeitava e eu também amava meus alunos.” No entanto, se lembra que era uma recomendação do Padre Alfredo: “Quando tinha um insuportável a gente expulsava, Padre Alfredo exigia. Dizia ele: Para não prejudicar os outros, né? Quem não queria nada, não ficava.”⁹¹

Nos livros pesquisados, correspondentes a nove anos, foram encontrados sete registros de saída de alunos com a observação “desobediência” ou “insubordinação” e mais três casos de expulsão, o que indica serem essas ocorrências muito presentes nessa escola, especialmente entre os anos de 1944 a 1947. Contrariando a idéia de que apenas os meninos eram rebeldes, expressa pela ex-aluna Elvira, dos dez alunos envolvidos nessas ocorrências, cinco eram meninas, tendo inclusive duas delas sofrido a penalidade da expulsão. A partir de 1948 esses casos desaparecem, o que me leva a pensar em duas hipóteses: teria havido a partir desse momento um maior afrouxamento da disciplina ou os alunos se adequaram a ela, tendo sido realmente “catequizados”, como supõe a depoente Elisa no depoimento apresentado anteriormente. A segunda hipótese me parece menos provável, pois não acredito na possibilidade da disciplina se impor de tal forma a ponto de não haver resistências a ela.

A disciplina escolar teve origem na disciplina eclesiástica, sendo os jesuítas os primeiros a chamar a atenção para a especificidade infantil. Segundo Ariès, “ela era menos um instrumento de coerção do que de aperfeiçoamento moral e espiritual e foi adotada por

⁹¹ Entrevista concedida em 12.08.2006 .

sua eficácia por que era a condição necessária do trabalho em comum.”⁹² Guy Vicent e Dominique Julia também destacam o papel dos jesuítas no desenvolvimento da disciplina escolar. O segundo, ao fazer um estudo comparativo de duas versões do *Ratio Studiorum* (Século XVI) conclui que:

o colégio deixava de ser apenas um local de aprendizagens de saberes para tornar-se também um local de incorporação de comportamentos e hábitos exigidos por uma “ciência de governo” que transcendia e dirigia a formação cristã e as aprendizagens disciplinares.⁹³

A partir das análises de Michel Foucault foi possível pensar a disciplina como um novo tipo de poder, uma das grandes invenções da sociedade burguesa. “É um tipo de poder que se exerce continuamente através da vigilância.”⁹⁴ As disciplinas têm como principal objetivo a normatização, através do adestramento dos corpos.

6. Do castigo ao prêmio: avaliação e classificação

Ah, prova era muito rigoroso, todo fim de mês. Aliás, o trimestre que nós fazíamos prova, a gente tinha que cumprir um horário, um programa (...) o que era de Português, de Matemática, a gente tinha que vencer aquele programa até o fim do ano. Aquele período que a gente ensinava, a gente fazia a prova, a prova era muito rigorosa.⁹⁵

Na escola paroquial a prova era a principal forma de “medir” a aprendizagem do aluno. Segundo as professoras entrevistadas D. Isabel e D. Nilza, elas tinham que seguir um programa estabelecido, não possuindo autonomia para alterá-lo.

As séries do curso primário iam do 1º ao 5º ano, sendo que o 1º ano podia ser dividido em A, B e C. A professora Isabel explicou como funcionava essa classificação: “Tinha o 1º ano atrasado, por exemplo: o 1º ano, ele incluía o ABC, cartilha e o 1º ano que é 1º ano (...) quando ele saía do ABC ele vinha pra cartilha, aí ficava B; depois ele saía da cartilha e ia para o 1º ano, que era o C, o 1º ano mesmo.”⁹⁶ Considerando essa divisão, numa classe multisseriada, a professora acabava lecionando para alunos de sete graus diferentes; no entanto, segundo a depoente, essa classificação nem sempre era tão rígida,

⁹² ARIÈS, Philippe. op. cit. p. 191.

⁹³ FARIA FILHO, & VIDAL, *apud* JULIA. 2004, p. 144.

⁹⁴ FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, RJ: Graal, 1979. p. 187.

⁹⁵ Isabel de Fátima Lima, entrevista concedida em 12.08.2006.

⁹⁶ Entrevista concedida em 24.12.2007.

pois alguns alunos, quando aprendiam a ler mais rápido, podiam ser promovidos para o 2º ano sem ter que passar três anos no 1º ano.

No livro de termos, em todas as atas de exames em que constam os resultados finais, aparecem apenas os nomes dos alunos promovidos para a série seguinte, não constando os nomes dos alunos reprovados. Há uma variação em relação aos alunos do 1º ano; apenas nos anos de 1944 e 1947, as professoras registraram a promoção desses alunos dentro da mesma classe, passando do 1º ano A para o B e deste para o C; no restante das atas de exame esses alunos não aparecem, sendo registrados apenas os alunos promovidos para o 2º ano em diante.

A tabela abaixo, correspondente a sete anos, apresenta um quadro de promoção de alunos de uma série para outra. Visando uniformizar os dados, no quadro “alunos promovidos”, considerei apenas as promoções a partir do 1º para o 2º ano. Os dados sobre alunos existentes foram extraídos da subtração entre o número de alunos matriculados e os que saíram da escola, contidos nos livros de matrículas.

Ano	Alunos existentes	Alunos promovidos	% de alunos promovidos
1944	51	18 ⁹⁷	35,3
1945	57	05	8,8
1946	57	18	31,6
1947	60	23 ⁹⁸	38,4
1948	76	27	35,6
1949	66	34	51,5
1951	51	20	39,4
1955 ⁹⁹	77	27	35
TOTAL	495	172	34,8

Tabela 5: Promoção de alunos da Escola Paroquial de Serrote

Os dados da tabela foram extraídos do cruzamento de duas fontes escritas: os Livros de Matrículas¹⁰⁰ e o Livro de Termos da Escola Paroquial de Serrote¹⁰¹. Dos

⁹⁷ Na ata aparecem 20 alunos promovidos, no entanto dois deles foram promovidos do 1º ano A para o B. Optei por colocar apenas as promoções a partir do 1º para o 2º ano.

⁹⁸ Na ata aparecem 47 alunos promovidos, no entanto 10 deles foram promovidos do 1º ano A para o B e 14 foram promovidos do 1º ano B para o C, totalizando 24 alunos, que embora tenham sido aprovados, permaneceram no 1º ano.

⁹⁹ Os dados referentes a esse ano aparecem apenas no Livro de Termos, no entanto foi possível obter a informação do número de alunos matriculados e do total restante na ata do dia 22 de setembro, em que a Professora Paula toma posse em substituição à professora Isabel Barbosa, tendo registrado esses números; é possível, entretanto, que após essa data tenha havido mais algum aluno evadido. Porém, considero que, se houver esse dado, deve ser em uma quantidade pouco significativa.

dezessete anos pesquisados foi possível obter apenas dados referentes aos sete anos que constavam em ambas as fontes. O ano de 1950 consta no Livro de Termos, no qual aparece um total de 14 alunos promovidos; no entanto, no livro de matrículas os dados de entrada e saída de alunos estão incompletos, não nos permitindo cruzá-los com o número de aprovações.

Observando a tabela podemos perceber um índice muito baixo de promoção de alunos, estando em torno de 35% do total de alunos existentes na escola no final do ano letivo; no entanto, não é possível extrair daí o índice de reprovação da escola, uma vez que os alunos do 1º ano constituíam a maioria e a promoção dentro dessa classe (A, B e C) não foi registrada na maioria das atas. A variação entre um ano e outro na maioria dos casos não é muito grande, destacando-se apenas o ano de 1945, por conter um índice de aprovação muito baixo (8,8%), e o ano de 1949, por ser o único em que o índice de aprovação ultrapassa os 50%. O ano de 1945, como mencionamos no Capítulo III, teve a maior rotatividade de professoras da escola paroquial de Serrote, o que pode ser a causa para um rendimento tão baixo. Nesse ano três professoras atuaram na escola, sendo que a última delas, a Professora Indaiá Marques, aparece apenas como substituta da professora regente para realizar os exames finais dos alunos. Não tive acesso aos mapas de notas dos alunos, o que nos possibilitaria uma análise mais aprofundada do tema.

Além das provas escritas realizadas durante o ano letivo pela professora, no final do ano havia uma prova oral, muitas vezes realizada por uma banca examinadora. A rigidez desse tipo de avaliação é recordada pela ex-aluna Elisa, que na entrevista conseguiu se lembrar de conteúdos que teve que memorizar na época da escola, como o conceito de civilidade, apresentado no início desse capítulo:

Aí a professora perguntou o que era civilidade. Mas menino! Eu não soube responder na prova escrita, eu não soube responder. Aí minha mãe disse: “Quero ver se tu não vai aprender pra responder na prova oral, que ela vai perguntar, você vai ver.” Pois foi dito e certo! (...) Eu sei que aí eu respondi ao pé da letra e a professora disse: “Por que você não respondeu na prova escrita?” E eu disse: “Porque eu não acertei responder, respondi tudo misturado”. Aí foi quem me fez... eu escapar... Marcou! Oh, menina, ficou... e eu sabia. Mas era uma pressão tão grande que os professores faziam. Dava a prova e marcava tantos minutos.¹⁰²

¹⁰⁰ Nesses livros constam os dados referentes a entrada e saída de alunos no decorrer do ano letivo; eles correspondem aos anos de: 1941, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950 (incompleto) e 1951.

¹⁰¹ Nesse documento consta a relação de alunos promovidos a cada ano; o mesmo contém dados referentes aos anos de 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951 e 1955.

¹⁰² Entrevista concedida em 15.11.2004.

A ênfase na memorização dos conteúdos era característica dos dois tipos de prova. No depoimento de D. Elisa podemos perceber a pressão psicológica a que estavam submetidos os alunos sujeitos a esses dois tipos de exame, como forma de avaliação.

Segundo Foucault, “o exame combina as técnicas da hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza.”¹⁰³ Ele exerce o seu poder ao estabelecer sobre os indivíduos uma visibilidade que permite diferenciá-los. Na escola moderna, o exame tornou-se uma forma privilegiada de impor a disciplina, por permitir ao mestre levantar um campo de conhecimento sobre os alunos, podendo assim, classificá-los hierarquicamente. De acordo com o autor, a escola examinatória marca o início de uma pedagogia que funciona como ciência.

De acordo com os depoimentos, a banca examinadora tinha como objetivo avaliar os conhecimentos adquiridos pelos alunos. Segundo D. Isabel: “Para saber se teve aproveitamento durante o ano, saber a situação da escola, se tava valendo à pena ou não. O padre era estrangeiro e exigia.”¹⁰⁴

Kreutz cita as provas de final do ano, avaliadas por uma banca examinadora, realizadas nas escolas teuto-brasileiras, como uma tradição que remonta a Comênio. Para os professores esse evento significava uma avaliação pública do seu trabalho.¹⁰⁵ Em Serrote essa função também pode ser percebida, como no relato dos depoentes que descrevem esse ritual da escola:

Isabel: Vinha a banca examinadora, vinha de fora, não éramos nós mesmos que fazíamos no fim do ano, o encerramento não. Vinha freira, vinha outras professoras competentes como a professora Felicidade. (...) Por exemplo, encerrava aqui, ela passava dois dias fazendo as provas finais, né? Depois eles viajavam pra outro lugar que tinha escola paroquial (...) A última unidade era feita justamente depois que a gente já tinha feito todas as provas, lançado nota, aí chegava a banca examinadora... pra examinar.¹⁰⁶

Elisa: - Perguntava... pegava por exemplo: é prova de História do Brasil, aí você fez a prova de História do Brasil.

P: Escrita?

- Escrita. Aí na banca examinadora fazia oral. Perguntava, não fazia toda não mas perguntava alguma coisa. Pra vê se você pescou ou se alguém lhe ensinou. (...) E a gente tinha que aprender o vocabulário, tinha que aprender todos os significados de cada palavra. Dava a lição e aquele... o vocabulário. Tinha que aprender todo, o significado de cada palavra. Dava a lição e o vocabulário. Sabia tudo, o significado de cada palavra.¹⁰⁷

¹⁰³ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petropolis: Vozes, 1999. p. 154.

¹⁰⁴ Entrevista concedida em 12.08.2006.

¹⁰⁵ KREUTZ, Lúcio. *Professor paroquial: magistério e imigração alemã*. Op. cit. p. 234.

¹⁰⁶ Entrevista concedida em 24.12.2007.

¹⁰⁷ Entrevista concedida em 21.11.2007.

Áurea: Por que era assim: era prova escrita e a prova oral, pra se passar. Então a prova escrita se fazia aquela prova e arquivava na escola e a prova oral tinha uma banca examinadora. A banca fazia pergunta pra ver se a gente sabia mesmo. Quando era em Geografia, História, Matemática.... (...) Aluno por aluno diante da banca examinadora e as perguntas feitas por qualquer um deles ou por aquele responsável pela pergunta.¹⁰⁸

De acordo com a professora Isabel, o aluno só seria promovido de uma série para outra se fosse aprovado pela banca, no entanto, ela não se recorda de nenhum caso em que o aluno teria sido aprovado pela professora nas provas escritas e reprovado na prova oral.

Embora a maioria dos depoentes tenha mencionado a banca examinadora como uma prática freqüente, ocorrida a cada encerramento de ano letivo, no livro de termos ela aparece de forma esporádica. Dos nove anos que estão registrados no livro, esse evento aparece em apenas quatro, nos anos de 1944, 1946, 1948 e 1949; não havendo registro da presença da banca nas atas de encerramento dos anos de 1945, 1947, 1950, 1951 e 1955. A professora Nilza, que lecionou em 1947, confirma não ter havido uma banca examinadora oficial nesse ano, no entanto, se lembra de uma espécie de banca informal, sem a realização das provas orais:

Quando chegava o fim do ano tinham as provas. Eram feitas com todo o rigor, com todo capricho. Vinham outras professoras às vezes do local, que convidava pra assistir as provas, chamava era assim, pra poder ver as provas, ver o desempenho das crianças.¹⁰⁹

O período de exames ocorrido no final do ano, de acordo com as “Atas de exames”¹¹⁰ tinha uma duração aproximada de dez dias, mesmo em alguns anos em que a banca examinadora não esteve presente, com exceção apenas dos anos de 1947 e 1955, em que as referidas atas registram um único dia para as avaliações.

Em relação à composição das bancas examinadoras, a maioria dos depoentes cita a presença do Padre Alfredo e da Professora Felicidade, de Jacobina.¹¹¹ Eles realmente compuseram as primeiras bancas de que temos registro, nos anos de 1944 e 1946,

¹⁰⁸ Entrevista concedida em 20.12.2007

¹⁰⁹ Entrevista concedida em 20.02.2008.

¹¹⁰ Na maioria dos anos pesquisados essa ata aparece logo após a “Ata de encerramento das aulas”, caracterizando um momento específico da escola para as avaliações. Normalmente esse período ocorria na primeira quinzena do mês de dezembro, sendo que, após o último dia de exames, ocorria o “Encerramento do ano letivo”, momento solene e festivo.

¹¹¹ Na Biografia do Padre Alfredo a banca examinadora é citada, no testemunho de uma ex-aluna de Jacobina (p. 105) e da filha da Profª. Felicidade de Jesus Magalhães. Nesse testemunho ela relata situações de dificuldades por que a mãe passava, junto com o Padre Alfredo nas viagens pela zona rural. *O Missionário do Sertão*, Op. cit. pp. 136-137.

juntamente com a professora regente. No ano de 1948, foram feitas duas atas de exames; a primeira, do dia 10 de dezembro, registra a presença de uma banca composta por seis “senhores representantes de Serrote”, aos quais teriam sido apresentados “todos os alunos das classes seguintes: 2º, 3º e 4º anos para as provas orais exigidas pela Secretaria de Educação.” Na segunda ata consta que no período de 1 a 13 de dezembro foram realizados os exames das classes de 1º, 2º, 3º e 4º anos, tendo tomado parte da banca examinadora apenas a regente e o Padre Alfredo. Parece-nos que a primeira banca funcionava como uma espécie de prestação de contas à comunidade do serviço proporcionado pela escola, possuindo um caráter mais fiscalizador do que propriamente pedagógico, enquanto que apenas a segunda banca teria legitimidade para julgar o aprendizado dos alunos.

Em 1949, também constam duas atas de exame; a primeira registra que os exames foram feitos entre 1 e 13 de dezembro pelas professoras regente e auxiliar. Nessa ata não consta a presença de uma banca examinadora, porém, ela foi assinada por cinco pessoas: três professoras e mais dois dos representantes de Serrote, mencionados na ata do ano anterior. A segunda ata, do dia 19 de dezembro, cita a presença da Professora Nilza Silva, regente do ano anterior, que teria ido substituir o Padre Alfredo, para “assistir os exames recapitulados pelas professoras regente e auxiliares”; seguem-se então, os resultados dos alunos promovidos. Como no ano anterior, apenas a segunda banca, composta nesse caso por quatro professoras: a regente, duas auxiliares e uma professora assistente, tinham o papel de decidir a classificação dos alunos. Embora D. Nilza não tenha assistido de fato a realização dos exames, que foram recapitulados pelas outras professoras, ao substituir o Padre Alfredo ela teria uma função legitimadora.

A presença de uma professora auxiliar principalmente em períodos de avaliação foi citada por D. Elisa e D. Isabel; ela teria a função de ajudar a professora a vigiar uma turma grande. No depoimento da primeira, apresentado acima, a prova oral servia para verificar se o aluno havia “pescado” na prova escrita. A desconfiança em relação à validade da prova escrita indica a existência de formas, encontradas pelos alunos, de burlar a vigilância e conseguir trocar informações com os colegas na hora da prova. A depoente relatou como esse artifício era utilizado por alguns alunos, apesar da vigilância: “Bolinha de papel. Aquela velha bolinha de papel. (risos) Copiava na bolinha, botava o número do quesito. O número do quesito e a resposta e fazia a bolinha e jogava.”¹¹²

¹¹² Entrevista concedida em 21.11.2007.

A Professora Nilza, embora tenha deixado a função de Professora paroquial em abril de 1948, ao assumir uma cadeira estadual, continuou auxiliando o Padre Alfredo participando de bancas examinadoras em diferentes localidades. No mesmo ano em que esteve em Serrote ela também participou da banca na Escola Paroquial do Povoado de Catinga do Moura junto com Padre Alfredo e a professora regente, como foi registrado na fotografia abaixo:

Foto 18: Banca examinadora composta pelo Pe. Alfredo e as professoras Nilza (no centro) e Carmelita. Catinga do Moura (Jacobina-BA), 1949. Foto do acervo do Padre Alfredo.

Na fotografia, a banca composta pelo Padre Alfredo e as professoras Nilza e Carmelita¹¹³ (a regente) não parece estar arguindo os alunos. As professoras apresentam um olhar distante, sendo que o Padre é o único que observa os alunos, que se entreolham. O menino segura um livro, o que dá a impressão de que ele estaria fazendo perguntas a sua colega. O que observamos na imagem diverge dos depoimentos, que relataram que a prova oral era realizada individualmente e as perguntas eram feitas pela banca; no entanto, é possível que ocorressem variações na forma de testar o conhecimento dos alunos.

¹¹³ Essa informação foi prestada por D. Isabel ao olhar a fotografia. A Professora Carmelita Pereira atuou como professora auxiliar nos exames finais da escola de Serrote também em 1949.

Souza identifica a instituição dos exames públicos como uma das “inovações” educacionais republicanas mais contraditórias e conflituosas. As bancas examinadoras eram compostas por políticos e autoridades locais e a sessão era acompanhada pelos pais e pela população, havendo distribuição de prêmios para os melhores alunos. A autora destaca a importância social desses rituais da escola pública:

A hierarquia da excelência é fundada no grau de conhecimento de uma cultura valorizada por todas as classes sociais. Assim se compreende por que a demonstração do saber apresentada pelos alunos nas arguições constituíam em espetáculos (...). O saber do aluno evidenciava não apenas a apropriação de um capital cultural socialmente valorizado e de acesso restrito na época como manifestava a qualidade do ensino ministrado pela escola.¹¹⁴

Embora sem a pompa descrita pela autora, na escola paroquial de Serrote, nos quatro anos em que ocorreu o exame com a presença da banca examinadora, também houve distribuição de prêmios para os melhores alunos. A presença de pais na festa de encerramento também é citada em algumas atas. É interessante notar que embora tenha havido festas de encerramento em quase todos os anos letivos constantes no livro de termos, as premiações ocorreram apenas nos anos que tiveram a presença da banca (1944, 1946, 1948 e 1949), o que indica uma associação entre o ritual do exame público com a premiação por mérito. Vejamos os trechos das atas que citam a distribuição de prêmios:

Distribuição dos certificados, recebendo prêmios três alunos que merecidamente souberam durante o ano letivo se distinguir de seus colegas pelos seus comportamentos, aplicações e bom comportamento.¹¹⁵

Distribuição de prêmios, sendo conferidos prêmios à 3 alunos que durante o ano souberam se distinguir pelo seu bom comportamento e aplicação, pela sua piedade e zelo pela religião e pelo seu bom esforço e dedicação aos livros. Os alunos contemplados foram os seguintes: 1º prêmio de bom comportamento e aplicação que foi conferido à aluna Regina do Espírito Santo. 2º prêmio de religião o qual foi conferido à aluna Maria Mendes de Souza. 3º prêmio de aproveitamento foi conferido ao aluno Rosalvo Ramos Lima.¹¹⁶

...a professora fez distribuição de prêmios ofertados pelo Reverendo Pe. Alfredo, 3 belas canetas-tinteiros aos 3 melhores alunos, com maiores notas em comportamento, aplicação e religião, sendo então os dignos merecedores, Dinorá Vilas Boas, Dalva Vilas Boas, (Digo) Edmundo Celestino e Jucilde Oliveira Rios.¹¹⁷

Foram premiados os seguintes alunos: em comportamento, a aluna Júlia Mendes de Sousa, em aplicação a aluna Maria Madalena Miranda e Isabel Santos Lima,

¹¹⁴ SOUSA, Rosa Fátima de. op. cit. p. 245.

¹¹⁵ Ata de encerramento dos trabalhos letivos, de 22 de dezembro de 1944. Livro de Termos da Escola Paroquial de Serrote.

¹¹⁶ Ata de encerramento dos trabalhos letivos, de 27 de novembro de 1946. Idem.

¹¹⁷ Ata de encerramento do ano letivo, de 17 de dezembro de 1948. Idem.

em religião. Terminando a leitura das notas com palmas e hinos em homenagem aos mais aplicados (...).¹¹⁸

A necessidade de distinção em relação aos colegas é bastante enfatizada nas atas. A construção de uma hierarquia de lugares se dava por meio da competição e da comparação. Os valores destacados nessa escola não se restringiam à aprendizagem do aluno, mas também ao bom comportamento e à piedade religiosa. Os alunos premiados e homenageados se destacavam como exemplos a serem seguidos pelos outros colegas e para a sociedade de uma maneira geral, uma vez que os rituais da escola envolviam a comunidade.

Outra fotografia, provavelmente também da escola paroquial de Catinga do Moura, apresenta as alunas premiadas, junto à banca examinadora:

*Foto 19: Banca examinadora com alunas premiadas.
Fotografia sem identificação. Acervo do Padre Alfredo.*

Embora a fotografia esteja sem a identificação do lugar e data em que foi tirada, podemos deduzir, pela repetição dos membros da banca, vestidos com as mesmas roupas, que se trata do mesmo local e ano da fotografia anterior. As alunas devidamente uniformizadas e portando uma faixa verde e amarela, pousam para a fotografia em frente

¹¹⁸ Ata de encerramento do ano escolar, de 20 de dezembro de 1948. Idem.

aos membros da banca examinadora, exibindo suas provas e os prêmios recebidos. Tratava-se de um momento solene, no qual os valores desejados pela escola eram enfatizados publicamente.

Na escola paroquial de Serrote, as depoentes Dinorá e Isabel, citadas nas atas, não se recordaram de terem sido premiadas, no entanto, D. Elisa (em duas entrevistas) e D. Dalva se lembraram desse fato:

Elisa: Final do ano assim, Padre Alfredo trazia, fazia brinde, alunos que mais se destacavam ganhavam (...) Tinha primeiro lugar, segundo lugar, no final do ano quem passasse (...) Era pelas notas, somava comportamento também, viu?¹¹⁹
O meu primeiro caderno encapado chamava era avante, fui eu que ganhei, e uma caixa de lápis de cor. Eu quase caio na hora que ganhei, que a professora me chamou, que me entregou.¹²⁰

Dalva: Eu lembro que eu recebi uma medalha de honra ao mérito. Essa medalha, depois eu acho que eu perdi. Aí era uma medalha que você tinha o maior orgulho e eu lembro que eu recebi essa medalha.¹²¹

Além do oferecimento de materiais escolares ou medalhas como prêmios, outra forma de incentivar os melhores alunos era a concessão de bolsas de estudos pelo Padre Alfredo, em um colégio interno católico, na cidade de Senhor do Bonfim. A aluna Dalva e sua irmã Dinorá foram agraciadas com essa oportunidade, no entanto, apenas a primeira aceitou a oferta. Vejamos seu depoimento:

E quando ele tinha uma oportunidade, que ele via que tinha um aluno que tinha ... um futuro, uma vocação (...). Ele viu que eu gostava de estudar, eu e minha irmã, tinha outros... Viu que eu tinha um futuro. Então em cada escola, ele justamente escolhia aquela pessoa para dar uma condição melhor, por que o pai... a nossa família não podia. Não tinha condição de tirar pra mandar... naquela época a gente não tinha. Então ele escolhia (...) Estudante... era um status de quem podia, mas eu tinha esse status justamente por isso, porque eu consegui essa bolsa.¹²²

É curioso que da escola paroquial de Serrote tenham sido escolhidas justamente duas irmãs. De fato elas se destacavam como alunas, recitando poesias nas festas escolares e recebendo prêmios; no entanto, é possível que o conflito citado anteriormente, que ocasionou a saída definitiva do Sr. Dermival da escola, tenha pesado na escolha das duas por parte do Padre Alfredo, como uma forma de compensar uma família que se sentia prejudicada. É possível que outros alunos, que não foram entrevistados, tenham tido acesso

¹¹⁹ Entrevista concedida em 15.11.2004.

¹²⁰ Entrevista concedida em 21.11.2007.

¹²¹ Entrevista concedida em 24.11.2007.

¹²² Idem.

também a esse “status”; tratava-se de uma oportunidade rara numa localidade em que só era oferecido o ensino primário, entretanto, apenas a ex-aluna Dalva foi mencionada também por outros depoentes.

Nesse sistema meritocrático, além da classificação dos alunos por notas, podemos perceber uma classificação mais sutil que se dava através da vigilância do seu comportamento dentro e fora da escola; assim, as gratificações para os melhores alunos era um contraponto às punições para os insubordinados. De acordo com Foucault o sistema classificatório hierarquiza os indivíduos e divide-os em “bons e maus”.

A divisão segundo as classificações ou os graus tem um duplo papel: marcar os desvios, hierarquizar as qualidades, as competências e as aptidões; mas também castigar e recompensar. (...) A disciplina recompensa unicamente pelo jogo das promoções que permitem hierarquias e lugares. (...) O próprio sistema de classificação vale como recompensa ou punição.¹²³

A escola que estamos analisando se distancia do que Foucault define como um aparelho disciplinar moderno, uma vez que o poder disciplinar, diferente da simples repressão, se impõe de forma sutil, quase imperceptível, o que não corresponde à realidade de uma escola que utiliza castigos físicos de forma constante. No entanto, apesar disso, ao compararmos essa escola com as anteriores, as “escolas dos mestres-escolas”, podemos perceber que a escola paroquial se diferenciava daquelas por se aproximar mais do caráter institucional da escola moderna, fazendo parte do seu método de ensino alguns dispositivos disciplinares. Assim, ao lado dos castigos físicos, temos a utilização da emulação, como forma de incentivar a disciplina e a piedade, requisitos indispensáveis a essa escola católica.

¹²³ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. op. cit. p. 151.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se não fosse Padre Alfredo isso aqui só tinha analfabeto!¹

A afirmação feita pelo Sr. Florivaldo, aluno da primeira turma da escola paroquial do Povoado de Serrote, reflete a importância da “escola do Padre Alfredo” no imaginário daquela comunidade. No início da década de 1940 a inexistência de escolas públicas era uma realidade comum à maioria das comunidades rurais localizadas no semi-árido baiano. No Povoado de Serrote, a escola paroquial funcionou durante dezessete anos, entre 1941 e 1957, tendo sido até 1947 a única escola institucional existente.

A implantação dessa escola está relacionada a um projeto missionário desenvolvido por religiosos cistercienses no Sertão da Bahia; essa história teve início em 1938, quando padres cistercienses austríacos, entre eles o Padre Alfredo Hassler, viajaram do seu país para a Bahia, aceitando um convite do novo Bispo da recém-criada Diocese de Bonfim para trabalharem em suas paróquias; muitos outros viriam posteriormente. A eclosão da Segunda Guerra Mundial e a Campanha Missionária do Papa Pio XI foram fatores decisivos para a ida desses religiosos para o sertão da Bahia. Embora os cistercienses tenham desenvolvido outros projetos educativos na região, as escolas paroquiais, fundadas pelo Padre Alfredo na Paróquia de Santo Antônio de Jacobina, constituíram o mais bem sucedido deles.

O principal objetivo do Padre Alfredo ao fundar essas escolas provavelmente tenha sido o de catequizar aquele povo sertanejo, como aponta a sua biografia: “o povo que freqüentava suas celebrações era em sua maioria analfabeto e detinha poucos

¹ Florivaldo Magalhães Souza, entrevista concedida em 21.11.2007.

conhecimentos dos sacramentos”². O desejo de “purificar” um catolicismo popular, marcado por práticas profanas, é um importante elemento da atuação desse padre cisterciense, demonstrado através de sua prática de repressão aos costumes populares, como a existência de elementos profanos em festas católicas.

Embora a manutenção das escolas paroquiais fosse advinda principalmente de entidades católicas estrangeiras, o apoio de políticos influentes daquela região foi um dos fatores que contribuíram para o sucesso desse projeto educativo, que chegou a atingir, no momento de maior expansão, 48 escolas, tendo recebido também, embora de forma esporádica, subvenções públicas estaduais e federais.

Parte da elite de Jacobina, no período estudado, em sintonia com os ideais de modernidade preconizados na “Era Vargas” e reafirmados pelos governos seguintes, procurava difundir, através da imprensa, um ideal de progresso no qual a educação tinha papel de destaque. Um projeto de educação primária, com base em valores disciplinares, sem ocasionar custos para o município, certamente interessava a essa elite, estando perfeitamente sintonizada com o projeto de modernização conservadora difundida na época em nível nacional. A existência das escolas paroquiais, atendendo prioritariamente crianças de áreas rurais, contribuiu para arrefecer as reivindicações populares por escolas públicas primárias naquela região.

Além desses fatores, é importante salientar a importância política e religiosa do Padre Alfredo; sua atuação assistencialista junto à população pobre, feita a custo de grandes sacrifícios pessoais, fazia com que sua imagem fosse associada à de um santo, o que certamente rendia votos para os políticos que recebiam seu apoio. A associação entre a Igreja e a política local sustentava interesses mútuos, reproduzindo o que ocorria na esfera federal.

As escolas paroquiais possuíam uma estrutura simples, funcionando com uma única classe, no sistema de ensino multisseriado, oferecendo o ensino primário gratuito para crianças e adolescentes. Em muitas localidades rurais a escola funcionava na capela, não sendo este o caso de Serrote, no qual a escola possuía espaço próprio, um grande salão com carteiras escolares apropriadas para os alunos. Assim como as demais escolas paroquiais da região, a escola de Serrote atendia alunos do 1º ao 5º ano, sendo que o 1º ano podia ser dividido em A, B e C; as aulas ocorriam em dois turnos com a mesma turma.

² LEMOS, Doracy Araújo. *O missionário do Sertão, biografia de Padre Alfredo Haasler*, Jacobina – BA: Santa Cruz Artes Gráficas, 1999. p. 19.

As professoras paroquiais vinham de fora e ficavam hospedadas geralmente na casa de alguma família da comunidade. No período estudado elas eram todas mulheres e solteiras; essa era uma opção do Padre Alfredo e estava associada a questões morais, refletindo o ideal missionário esperado das mesmas. Apesar de a maioria não ser freira, as professoras paroquiais estavam sujeitas a um rígido controle do comportamento, sendo que os valores morais se sobrepunham à competência profissional na escolha ou em sua permanência na escola. As funções exercidas por elas ultrapassavam muito o papel pedagógico, pois na ausência do Padre Alfredo realizavam todo o trabalho assistencial e religioso na comunidade.

De acordo com os depoimentos, as primeiras professoras paroquiais de Serrote eram formadas em escolas normais, sendo que a partir de 1948 a maioria das professoras contratadas era leiga, muitas das quais ex-alunas das escolas paroquiais que passavam a receber uma formação continuada oferecida pela Igreja.

As duas professoras entrevistadas nesse trabalho representam diferentes gerações de profissionais da escola paroquial; suas histórias refletem uma mudança no caráter da escolha das professoras paroquiais. A professora Nilza, que atuou apenas em 1947 e no início de 1948, pertence a uma geração de professoras normalistas que trabalharam na escola paroquial por pouco tempo até conseguirem uma cadeira estadual. A rotatividade de professoras normalistas na escola paroquial nesse período provavelmente tenha sido uma das causas que levou o Padre Alfredo a contratar, a partir do final da década de 1940, professoras leigas, geralmente ex-alunas da escola. Essa nova geração de professoras, à qual pertencia a Professora Isabel, que atuou por 25 anos na escola paroquial, provavelmente atendia melhor aos ideais missionários da Igreja. Apesar das imposições discutidas foi possível perceber resistências a esse modelo repressivo por parte de algumas professoras.

As professoras entrevistadas, embora em alguns momentos tenham demonstrado no discurso ideais que associam o magistério à maternidade ou a um sacerdócio, também deixaram clara a importância do salário como a principal motivação para o assumirem o trabalho de professora, sendo esta uma das poucas profissões consideradas decentes para uma mulher naquele período.

Embora não tenhamos dados precisos em relação à condição social dos alunos da escola paroquial do povoado de Serrote, os dados contidos nas diferentes fontes apontam uma heterogeneidade das situações de vida desses sujeitos. As exigências disciplinares da

escola, como pontualidade e higiene, além da necessidade de adquirir o material escolar e o uniforme, acabava afastando alguns filhos de trabalhadores rurais que, em alguns casos, optavam pelas escolas dos mestres-escola, mais próximas de sua realidade cultural; por outro lado, o aspecto catequético da escola que tinha como norma “não recusar nenhum aluno”, aceitando novas matrículas durante o ano inteiro, relativizava em alguma medida essas exigências.

Constituindo um valor associado à honra, o trabalho infantil era muito comum nessa comunidade, inclusive para alunos pertencentes a famílias mais abastadas. Os dados sobre as profissões dos pais dos alunos indicam uma grande diversidade de tipos de trabalho, sendo que a maioria era filho de agricultores. Apesar da heterogeneidade de condições sociais, certamente os alunos mais pobres e os residentes fora do povoado tinham muito mais dificuldade que os outros para conseguir freqüentar a escola, com seus dois turnos de funcionamento, precisando fazer grandes sacrifícios para a própria manutenção. Embora não tenha sido possível acompanhar trajetórias individuais, podemos supor que o índice relativamente alto de saída de alunos da escola antes do final do ano letivo, em torno de 26%, estivesse associado a esses fatores.

Outro fator excludente presente nessa escola era a sua concepção de ensino, baseada no chamado método “tradicional”, que utilizava castigos físicos, como forma tanto de punir os “maus comportamentos” como de castigar os “erros” dos alunos que não conseguiam memorizar os conteúdos; assim, a sabatina era constantemente utilizada com essa função. Dando ênfase à memorização dos conteúdos, a prova era a principal forma de “medir” a aprendizagem do aluno. No final do ano letivo, em alguns anos, ocorreu um exame público, com a existência de uma prova oral, realizado com a presença de uma banca examinadora.

Esse sistema meritocrático estabelecia uma hierarquia entre os alunos; além do sistema classificatório baseado nas notas, a escola, durante alguns anos, ofereceu prêmios ao “melhores alunos” com base em três categorias: aplicação, comportamento e piedade religiosa. No entanto, havia resistências a esse sistema, com a existência de vários casos de expulsão ou saída “espontânea” de alunos por motivo de “insubordinação” ou “desobediência”, encontrados na documentação. A transferência de 18 alunos no decorrer do ano letivo de 1948 da escola paroquial para a escola estadual, recém inaugurada, embora possa ter tido outros motivos, também pode estar associada a uma resistência a esse modelo disciplinar.

Não obstante, ao lado da repressão, a escola procurava seduzir os alunos através de atividades lúdicas, como os espetáculos artísticos em que eles se apresentavam para uma platéia, constituindo uma forma de evangelização e também de entretenimento para a comunidade. A religião e o civismo constituíam os principais valores difundidos por essa escola, mesclando-se muitas vezes em paradas cívico-religiosas.

Foi possível perceber nessa escola católica, durante todo o período pesquisado, uma sintonia muito grande com os valores patrióticos e nacionalistas propagados pelo Estado Novo, mesmo após a sua queda, sendo o civismo, ao lado da religião, um forte componente disciplinador. Em um contexto de propagação do nacionalismo, as datas cívicas eram comemoradas com muito empenho, não apenas nas escolas paroquiais, sendo o Sete de Setembro a principal delas. Os desfiles eram muito bem organizados e constituíam verdadeiros espetáculos, envolvendo toda a comunidade, sendo um ponto comum e marcante na memória dos depoentes. A idéia de formar um cidadão civilizado, católico, higienizado e disciplinado, constituía o principal objetivo dessa escola.

Entre tensões e festas, aceitações e resistências, a escola paroquial, criada pelo Padre Alfredo, fez história e deixou marcada a memória da educação no semi-árido baiano. Seu ideal de educação certamente se reproduziu em outras instâncias, se estendendo em parte para a escola pública, que em muitos casos foi ocupada por professores, ex-alunos da escola paroquial, como no caso de D. Elisa, que atualmente é professora aposentada do Estado:

A gente seguia quase o mesmo ritual, né? Ensinava, fazia oração pra começar, fazia oração pra terminar... e a gente sempre seguia, tinha alguma coisa parecida que ficou marcado. Por incrível que pareça (...) eu fui pra Roçadinho³ e os alunos lá ainda seguem aquele mesmo ritual do Padre Alfredo. Eu achei lindo, lindo, lindo!... Oração, tudo certinho, porque os professores lá foram meus alunos, tem alguns que foram meus alunos e a gente seguia a linhagem de Padre Alfredo. Mas eu achei lindo, eu disse: “Oh, meu Deus”, eu tinha toda certeza que eu tinha começado lá e ia encerrar lá.⁴

³ Roçadinho atualmente é um povoado que pertence ao município de Serrolândia.

⁴ Elisa de Almeida Moreira, entrevista concedida em 15.11.2004.

FONTES

FONTES ORAIS:

1. Alexandre Argemiro dos Santos, comerciante e ex-vereador do município de Serrolândia; foi aluno de mestre-escola na década de 1950, assumindo a mesma função por volta de 1961, na zona rural de Serrolândia. Entrevista concedida em 26.12.2004.
2. Antonio Alves de Souza Neto, professor municipal; foi o primeiro professor paroquial do sexo masculino da escola paroquial, a partir de 1977. Entrevista concedida em 06.09.2007.
3. Áurea Ferreira Franco, professora estadual aposentada; foi aluna da escola paroquial em 1955 e 1956. Entrevista concedida em 20.12.2007.
4. Dalva Vilas Boas Matos, professora estadual aposentada; foi aluna da escola paroquial entre 1944 e 1948. Entrevista concedida em 24.11.2007.
5. Dinorá Vilas Boas dos Santos, dona de casa; foi aluna da escola paroquial entre 1944 e 1948. Entrevista concedida em 05.09.2007.
6. Dermival Lopes Vilas Boas, empresário; foi aluno da escola paroquial em 1944 e 1955. Entrevista concedida em 13.04.2007.
7. Edivaldo Nunes da Cunha, agricultor; foi aluno de mestre-escola na zona rural de Serrolândia na década de 1950. Entrevista concedida em 10.12.2004.
8. Elisa de Almeida Moreira, professora estadual aposentada; foi aluna da escola paroquial entre 1948 e 1950. Entrevistas concedidas em 15.11.2004 e em 21.11.2007.
9. Elisabete Vieira Mendes dos Santos, comerciante; foi aluna da escola paroquial entre 1947 e 1950. Entrevistas concedidas em 07.09.2007 e 21.11.2007.
10. Elvira Sousa Rios, comerciante; foi aluna da escola paroquial em 1946 e 1947. Entrevista concedida em 21.11.2007.
11. Florivaldo Magalhães Souza, comerciante aposentado e ex-prefeito do município Serrolândia; foi aluno da escola paroquial entre 1941 e 1945. Entrevistas concedidas em 28.12.2004 e 21.11.2007.
12. Isabel de Fátima Lima, professora aposentada; foi aluna da escola paroquial entre 1946 e 1950, tornando-se professora paroquial em 1955, tendo lecionado em Serrote por volta de 1956. Entrevistas concedidas em 12.08.2006 e 24.12.2007.
13. José dos Santos Filho, agricultor aposentado; atuou como mestre-escola na década de 1940. Entrevista concedida em 17.10.2004.

14. Maria de Lourdes Santos Pereira, trabalhadora rural aposentada, foi aluna de mestre-escola na década de 1950. Entrevista concedida em 15.04.2007.
15. Nilza Silva Oliveira, professora estadual aposentada; foi professora da escola paroquial de Serrote entre março de 1947 e abril de 1948. Entrevista concedida em 20.02.2008.
16. Noemia Rodrigues Silva, professora estadual aposentada; foi aluna da escola paroquial em 1946 e 1947. Entrevista concedida em 22.11.2007.
17. Reinaldo Moreira de Lima, relojoeiro e ex-vereador do município de Serrolândia; foi aluno da escola paroquial na década de 1950 (provavelmente em 1956 e 1957). Entrevista concedida em 10.04.2007.
18. Vilce Vilas Boas, dona de casa; foi aluna da escola paroquial entre 1945 e 1947. Entrevista concedida em 07.09.2007.

FONTES ESCRITAS

Paróquia de Santo Antônio - Jacobina

Livros de Matrícula da Escola Paroquial de Serrote - 1941 a 1951 (03 livros)

Livros de Assiduidade da Escola Paroquial de Serrote - 1941 a 1951 (03 livros)

Livro de Termos da Escola Paroquial de Serrote - 1944 a 1955

Jornais

Jornal *O Lيدador*, Jacobina – de 1936 a 1940.

Jornal *Vanguarda*, Jacobina – de 1955 a 1957.

Jornal *A Tarde – Municípios*, Salvador, 05.08.1997.

Jornal *Primeira Página*, Jacobina, 09.08.1997.

Jornal *O Encarte*, Jacobina, 27.02.1999.

Livros publicados referentes à história ou memórias da região

LEMOS, Doracy Araújo. *Jacobina, sua história e sua gente*. Jacobina: Grafinort, 1995.

LEMOS, Doracy Araújo. *O missionário do Sertão, biografia de Padre Alfredo Haasler*, Jacobina – BA: Santa Cruz Artes Gráficas, 1999.

REIS, Diomedes Pereira dos. *Serrote de ontem, Serrolândia de hoje*. Salvador: Press color, 1994.

SILVA, Alcira Pereira Carvalho. *50 anos depois*. Jacobina, 1984.

FONTES IMAGÉTICAS

- 13 fotografias pertencentes ao acervo fotográfico do Padre Alfredo Haasler, em mãos de Valdetina Soares;
- 05 fotografias pertencentes à depoente Isabel de Fátima Lima;
- 01 fotografia pertencente à depoente Vilce Vilas Boas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Jane Soares de. *Mulher e educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: UNESP, 1998.
- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. Rio de Janeiro: LTC. 2ª Ed. 1981.
- ARIÈS, Philippe & CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada* (vol. 3). São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- BATISTA, Antonio Augusto; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira e KLINKE, Karina. Livros escolares de leitura: uma morfologia (1866-1956) In *Revista Brasileira de Educação*, nº 20, São Paulo: maio-ago 2002.
- BLOCH, R. Howard. *Misoginia Medieval e a invenção do amor romântico ocidental*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.
- BOAVENTURA, Edvaldo M. Anísio Teixeira e a autonomia da educação baiana In *Revista da Bahia*. Salvador, v. 32, nº 31, jul. 2000.
- BOLTON, Brenda. *A Reforma na Idade Média*. Lisboa: Edições 70. 1983.
- BOM MEIHY, José Carlos Sebe. *Manual de história oral*. São Paulo: Loyola, 1996.
- BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Cia das Letras. 1998.
- BOTO, Carlota. O desencantamento da criança: entre a Renascença e o Século das Luzes In FREITAS, Marcos Cezar de & KUHLMANN JR, Moysés (orgs.). *Os Intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.
- BURGUIERE, André. *Dicionário de ciências históricas*. São Paulo: Imago, 1999.
- BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. São Paulo: EDUSC. 2000.
- CAMBI, Franco. *História da pedagogia*. São Paulo: Unesp, 1999.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas, “Reformas da instrução pública” In LOPES, Eliane Marta T., VEIGA, Cynthia Greive & FARIA FILHO, Luciano M., (orgs.), *500 anos de Educação no Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

CHAGAS, Clarice e CARVALHO, Marta M. C. “Historiografia da Educação e fontes.” *Cadernos ANPED*, N. 5, 1993, p. 7-64.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1998.

_____. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: UNESP, 2004.

DALLABRIDA, Norberto. Das escolas paroquiais às PUCs: República, recatolização e escolarização. In STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena C. (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, Vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005, p.84.

DEL PRIORE, Mary (org.). *História da Criança no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1992.

_____. (org.). *História das Crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1999.

DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

DUARTE, Geni Rosa. *Rumo ao campo: a civilização pela escola*. São Paulo, 1910/20/30. Dissertação de Mestrado em História, PUC/SP, São Paulo, 1995.

DUBY, George. *São Bernardo e a Arte Cisterciense*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

FARIA FILHO, Luciano M. de (org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

_____. (org.). *Modos de ler / formas de escrever: estudos de história da leitura e da escrita no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. *Dos pardieiros aos palácios*. Passo Fundo: UPF, 2000.

FARIA FILHO, Luciano M. & VIDAL, Diana G. “A cultura escolar como categoria de análise e como espaço de investigação na história da educação brasileira.” *Educação & Pesquisa*, vol. 30, nº 1, jan/abr. 2004, p. 139-160.

FISCHER, Beatriz D. “A professora primária nos impressos pedagógicos (de 1950 a 1970)” In STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena C. (orgs.) *Histórias e memórias da educação no Brasil*, Vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *História Social da Infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1997.

FREITAS, Marcos Cezar de & KUHLMANN JR, Moysés (orgs.). *Os Intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

GÉLIS, Jaques. “A individualização da criança” In ARIÈS, Philippe & CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada* (vol. 3). São Paulo: Cia das Letras, 1997.

GHIRALDELLI JR, Paulo (org.). *Infância, escola e modernidade*. São Paulo: Cortez; Curitiba: Editora UFPR, 1997.

GONDRA, José G. “Modificar com brandura e prevenir com cautela”: racionalidade médica e higienização da infância. In FREITAS, Marcos Cezar de & KUHLMANN JR, Moysés (orgs.) *Os Intelectuais na história da infância*. São Paulo: Cortez, 2002.

GREYVE, Cynthia. “Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos” In FARIA FILHO, Luciano M. de (org.). *A infância e sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

HORTA, José Silvério Baía. *O hino, o sermão e a ordem do dia: A educação no Brasil (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1994.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. *Revista Brasileira de História da Educação*. nº 1, 2001, p. 9-44.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. 2ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

_____. *Realidades e ficções na trama fotográfica*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

KREUTZ, Lúcio. *Professor paroquial: magistério e imigração alemã*. 2ª Ed. Pelotas: Seiva, 2004.

KUHLMANN JR, Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LIMA, Cleidemar Pereira. *Imagens das Terezinhas: Memória, docência e gênero*. Monografia de Especialização. Curso de Pós-Graduação em História, Cultura e Memória. UNEB: Jacobina/BA: 2006.

LOPES, Eliane Marta T., VEIGA, Cynthia Greive & FARIA FILHO, Luciano M., (orgs.), *500 anos de Educação no Brasil*. 3ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOURO, Guacira Lopes “Mulheres na sala de aula” In DEL PRIORE, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

LOYN, Henry R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1992.

LUZ, José Augusto Ramos da. *Educação e disciplina: propostas para a infância. Bahia (1924-1928)*. Dissertação de Mestrado em História, UFBA, Salvador, 2000.

MANACORDA, Mário A. *História da Educação: da Antigüidade aos nossos dias*. São Paulo: Cortez, 1989.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *História Social da Criança Abandonada*. São Paulo: Hucitec. 1998.

_____. *História da Escola em São Paulo e no Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado/ Instituto Braudel, 2005.

MENEZES, Jaci Ferraz de (Org.). *Educação na Bahia*. (Coleção Memória da Educação na Bahia). Salvador: Editora da UNEB, 2001.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Os sentidos da alfabetização (São Paulo: 1876/1994)*. São Paulo: Unesp, 2000.

NUNES, Clarice. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema no Governo Vargas In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

_____. NUNES, Clarice. (Des) encantos da modernidade pedagógica. In LOPES, Eliane Marta T., VEIGA, Cynthia Greive & FARIA FILHO, Luciano M., (orgs.), *500 anos de Educação no Brasil*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

OLIVEIRA, Hildérico Pinheiro de. Anísio Teixeira: cem anos e o direito à educação. *Revista da Bahia*. Salvador, v. 32, nº 31, jul. 2000.

OLIVEIRA, Itamar Freitas de. História do Brasil para crianças: o livro escolar nos primeiros anos da República e a iniciativa de Joaquim Maria de Lacerda. In: *Cadernos de História da Educação*, nº 6, jan/dez. 2007.

OLIVEIRA, Pedro Ribeiro A. *Religião e dominação de classe – Gênese, estrutura e funcionamento do catolicismo romanizado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1985.

OLIVEIRA, Valter Gomes Santos de. *Revelando a cidade: imagens da modernidade no olhar fotográfico de Osmar Micucci (Jacobina, 1955-1963)*. Dissertação de Mestrado em História Social – UFBA. Salvador: 2008.

PEREIRA, André Ricardo. A criança no Estado Novo: uma leitura na longa duração. São Paulo. *Revista Brasileira de História*. 1999, vol. 19, n. 38, p.165-198.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente In *Projeto História*: PUC-SP. São Paulo. nº 14, Fev/1997.

READ, Piers Paul. *Os Templários: a história dramática dos cavaleiros templários, a mais poderosa cruzada militar dos cruzados*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

REVEL, Jacques. “Os usos da civilidade.” In: ARIÈS, Philippe & CHARTIER, Roger (org.). *História da vida privada* (vol. 3). São Paulo: Cia das Letras, 1997.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos P. *Entre a roça e a cidade: Identidade, discursos, saberes*. Tese de Doutorado em Educação, UFBA, Salvador, 2008.

RIOS JÚNIOR, Jairo Soares. *Formas de bem morrer em Serrolândia: intimidade fúnebre numa cidade do interior (1930-1980)*. Monografia de Especialização em História Regional. UNEB – Campus V - Santo Antonio de Jesus, 2004.

ROCHA, Lúcia Maria da Franca & BARROS, Maria Lêda Ribeiro de. A educação primária baiana: grupos escolares na penumbra. In VIDAL, Diana Gonçalves (Org.) *Grupos Escolares: Cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-1971)*. Campinas: Mercado de Letras, 2006, p. 173-192.

RODRIGUES, Andréa da Rocha. *A Infância Esquecida: Salvador 1900-1940*. EDUFBA: Salvador, 2003.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da educação no Brasil (1930-1973)*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTANA, Charles D'Almeida. *Fatura e ventura camponesas - trabalho, cotidiano e migrações: Bahia (1950-1980)*. São Paulo: Annablume, 1998.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos. *A emergência da concepção moderna de infância e adolescência: mapeamento, documentação e reflexão sobre as principais teorias*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Antropologia, PUC/SP, São Paulo, 1998.

SANTOS, Fábio. *Nem tabaréu/ao, nem doutor/a: o/a aluno/a da roça na escola da cidade – um estudo sobre identidade e escola*. Dissertação de Mestrado em Educação, UNEB, Salvador, 2006.

SCHWARTZMAN, Simon, BOMENY, Maria Helena Bousquet, COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo: Paz e Terra: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

SILVA, Cândido Costa e. *Os segadores e a messe: o clero oitocentista na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2000.

SILVA, Jean Ferreira da. *Catolicismo e Educação: reminiscências sobre as Escolas Paroquiais na região de Jacobina (1957-2003)*. Monografia do Curso de Pós-Graduação em História, Cultura Urbana e Memória. UNEB, Jacobina – BA, 2006.

SILVA, Maria da Conceição B. da Costa e. *O ensino primário da Bahia: 1889-1930*. Tese de Doutorado em Educação, UFBA, Salvador, 1997.

SILVA, Elizabeth Figueiredo de Sá P. e. *De criança a aluno: as representações da escolarização da infância em Mato Grosso (1910-1927)*. Tese de Doutorado – FE/USP, São Paulo, 2006.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante & MENEZES, Maria Cristina. *Anísio Teixeira, 1900-2000. Provocações em Educação*. Campinas: Autores Associados; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templos de civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo: Unesp, 1998.

STEPHANOU, Maria & BASTOS, Maria Helena C. (orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil*, Vol. III – Século XX. Petrópolis: Vozes, 2005.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de Professores. In *Revista Brasileira de Educação*, mai-ago/2000, nº 14, ANPED, São Paulo.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo: UNESP. Salvador: EDUFBA. 10 ed. 2006.

THOMSON, Alistair. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias. In *Projeto História*: PUC-SP. São Paulo. nº 15, abril/1997.

VASCONCELOS, Tânia Mara P. *Os meninos de Serrote - entre a inocência e a maldade: práticas e representações acerca da infância numa comunidade do interior (1940-1970)*. Monografia de Especialização em Teoria e Metodologia da História. UEFS, 2000.

_____. Do castigo ao prêmio: concepções de infância e educação numa comunidade do interior (1940-1970). In *Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*. UNEB, Salvador, v. 14, nº 24 - jul/dez. 2005. p. 175-191.

VASCONCELOS, Vânia. *Evas e Marias em Serrolândia: práticas e representações acerca das mulheres em uma cidade do interior (1960-1990)*. Salvador: EGBA, Fundação Pedro Calmom, 2007.

VICENT, Guy, LAHIRE, Bernard e THIN, Daniel. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *Educação em Revista*. 2001, p. 7-48.

VIDAL, Diana G. Cultura e práticas escolares: a escola como objeto de pesquisa. In *Culturas escolares: Estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX)*. Campinas: Autores Associados, 2005, p. 21-69.

VIDAL, Diana G. & HILSDORF, Maria Lúcia S. (orgs.) *Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação*. São Paulo. Edusp, 2001.

VIDAL, Diana G. & CARVALHO, Marília P. de. Mulheres e Magistério Primário: Tensões, Ambigüidades e Deslocamentos. In VIDAL & HILSDORF, Maria Lúcia S. (orgs.) *Brasil 500 anos: Tópicos em História da Educação*. São Paulo. Edusp, 2001.

VANIN, Iole Macedo. *Educando “Machos”, formando “Homens”: O Ginásio/Seminário São Bernardo*. Dissertação de Mestrado em História Social – UFBA. Salvador: 2002.

WIESINGER, Aloísio. *São Bernardo, Abade de Claraval e doutor da Igreja*. Ed. Vozes, Petrópolis-RJ, 1944.

Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade. História da Educação. UNEB, Salvador, v. 14, nº 24 - jul/dez. 2005.

ANEXOS

INVENTÁRIOS DA ESCOLA PAROQUIAL DE SERROTE

10.03.1944

1. Quadro negro e cavalete (1)
2. Mapas geográficos (2)
3. Quadro Dr. Getúlio Vargas (1)
4. Ex. Brasil Cantando (1)
5. Ex. Pedagogia do Catecismo (1)
6. Ex. Curso de Religião (1)
7. Ex. Manual de Religião (1)
8. Ex. Festinhas escolares (1)
9. Ex. O Batismo (1)
10. Ex. 1º Aniversário do Estado Novo (1)
11. Ex. Utilidade e funções das florestas (1)
12. Ex. A eucaristia (1)
13. Ex. A Juta Sanfranciscana (1)
14. Ex. Bíblia Sagrada (2)
15. Ex. Para entender a Missa (1)
16. Ex. A mocidade da Bahia (1)
17. Ex. Horas catequéticas (1)
18. Ex. Ensino Católico (1)
19. Ex. Revista de Educação (1)
20. Ex. Através da Bahia (1)
21. Ex. Semana da criança em 1939 (1)
22. Ex. Doutor Barata (1)
23. Estudo e objetivo da Educação (1)
24. Código Florestal (1)

24.08.1944

- 3 Faixas para porta-bandeira e as guardas de honra
- 1 Mastro para bandeira nacional
- 1 Bola

21.09.1944

- 1 crucifixo
- 20 carteiras duplas escolares tipo americano
- 1 apito
- 1 Mapa do Sistema Métrico decimal

29.11.1944

- 1 Ex. Programa para o ensino do curso primário

02.07.1946

1 Missal cotidiano

31.08.1946

1 Apito

23.04.1948

(consta na dissertação)

07.03.1949

Aos sete dias do mês de Maio de mil novecentos e quarenta e nove, revendo o material escolar existente, isto é, mobiliário material didático etc, tudo está perfeito com d'antes excetuando 2 volumes, pequenos livros que foram estragados por inseto.

08.03.1950

1. 25 carteiras sendo cinco pequenas
2. 1 Quadro negro com tripé
3. 1 Quadro Getúlio Vargas
4. 1 Quadro de Cristo Rei
5. 1 mesa
6. 1 Mapa Sistema Métrico Decimal
7. 1 Mapa Mundi
8. 1 Mapa do Brasil
9. 1 Iniciação Geográfica
10. 2 Bandeiras Nacionais
11. 2 Mastros para bandeiras
12. 6 Fitas para porta bandeiras e guardas de honra
13. 3 Livro de Assiduidade sendo dois já usados
14. 1 Livro de Termos
15. 1 Livro de Matrícula
16. 2 Planos de Lições de Catecismo sendo 1º e 2º volumes por Evangelina Gonzaga e Julieta Magalhães Lopes
17. 2 Livros "Curso de Religião" sendo 1º e 2º Tomo Por Pe. Dr. Marcos SS. CC.
18. 1 Volume A gloriosa Bahia por Pirajá da Silva
19. 1 Volume História Sagrada do Antigo e do Novo Testamento por Frei Bruno Henser O.F.M.
20. 1 Volume Estudos Objetivos da Educação por Isaías Alves
21. 1 Exemplar Código Florestal
22. 1 Exemplar O Doutor Barata por Luiz da Câmara Cascudo
23. 1 Exemplar Utilidade e funções das florestas por José Mariano (filho)
24. 1 Catecismo Maior da Doutrina Cristã Por Frei Boaventura
25. 1 Volume Para entender a Missa por P. Parsch
26. 1 Exemplar O Batismo por D. Rafael Wachter O.S.B.
27. 1 Volume Leitura Manuscrita por B.O.R.
28. 1 Volume 1º Aniversário do Estado Novo

29. 1 Volume Ensino Católico - Orientações
 30. 1 Volume "A Juta Sanfranciscana"
 31. 1 Volume Orações e Benditos
 32. 1 Volume A eucaristia
 33. 1 Pequena História do Brasil Pelo Dr. Joaquim Maria de Lacerda
 34. 1 Revista de Educação
 35. 1 Exemplar Instruções para exames do 1º, 2º, 3º, 4º e 5º ano
 36. 1 Exemplar Últimas Palavras, Dom. Fr. Henrique Trindade O.F.M.
 37. 1 Volume Festinhas Escolares
 38. 1 Tambor surdo e um cambito
 39. 2 Caixas de guerra com 4 cambitos
 40. 3 Talabardes para o tambor e as caixas
 41. 1 Lança de Metal para o mastro da bandeira
 42. 1 Apito usado
 43. 1 Crucifixo para o salão da escola
 44. 1 Fita larga com a inscrição Escola de Serrote para a bandeira
 45. 1 Fita verde e amarelo para o laço da lança
 46. 1 Livro Cálculo-Escolar Edições Melhoramentos de S. Paulo
 47. 1 Catequeses sobre a confissão e a comunhão das crianças Editora Vozes de Petrópolis
 48. 150 Exemplares do livro Oremos
 49. 1 Volume Canticos e hinos Espirituais
 50. 1 História do Brasil F.T.D
- Além do material acima citado existe dois volumes estragados por inseto dos quais não me foi possível (ilegível) o título.

20.11.1950

1. 1 Mapa Mundi
 2. 1 Mapa Sistema Métrico Decimal
 3. 1 Mapa do Brasil
 4. 1 Mapa das Riquezas do Brasil
 5. 1 Mapa das Iniciações Geográficas
 6. 1 Livro de Termos
 7. 1 Livro de Matrícula
 8. 1 Livro de chamada (sem abertura do Diretor)
 9. 2 Bandeiras Nacionais
 10. 6 faixas tira-colo
 11. 3 Tambores
 12. 1 Mastro de bandeira
 13. 24 carteiras (sendo 2 imperfeitas)
 14. 1 Quadro negro com tripé
 15. 1 Quadro de Coração de Jesus
 16. 1 Quadro de Getúlio Vargas
 17. 1 Crucifixo de parede
 18. 1 Mêsca escolar
- Livros, revistas e jornais católicos.

05.03.1951

1. 20 Carteiras duplas
2. 5 Carteiras menores
3. 1 Quadro negro com tripé
4. 1 Mapa Mundi
5. 1 Mapa do Brasil
6. 1 Mapa Sistema Métrico Decimal
7. 1 Mapa dos Acidentes Geográficos
8. 1 Mapa das Riquezas do Brasil
9. 1 Quadro de Getúlio Vargas
10. 1 Quadro de Coração de Jesus
11. 1 Crucifixo
12. 1 Livro de Termos
13. 1 Livro de Matrícula
14. 1 Livro de chamadas
15. Uma Bandeira Nacional com 6 faixas tira-colo
16. Uma Bandeira para hastear
17. 2 Mastros um hastear, outro para a bandeira nas ruas
18. 1 Tambor com cambito e talabarte
19. 2 caixas com 2 cambitos e 2 talabartes
20. 2 livros planos de lições catequéticas
21. 1 livro curso de religião
22. 1 Volume “A gloriosa Bahia”
23. 1 Volume Estudos Objetivos da Educação
24. 1 Volume Código Florestal
25. 1 Volume O Doutor Barata
26. 1 Volume Utilidade das florestas
27. 1 Volume Catecismo Maior
28. 1 Volume Para entender a Missa
29. 1 exemplar O Batismo
30. 1 exemplar Manuscrito
31. 1 Volume Estado Novo
32. 1 Volume Ensino Católico
33. 1 Volume A Juta Sanfranciscana
34. 1 Volume Orações e Benditos
35. 1 Volume A Eucaristia
36. 1 Volume Pequena H. do Brasil
37. 1 Volume Revista de Educação
38. 1 Exemplar Últimas palavras
39. 120 Exemplares Oremos
40. 1 Volume Cânticos espirituais
41. 1 H. do Brasil (F.T.D)
42. 1 1º livro “Erasmu Braga”
43. 1 1º livro (para leitura)

Muitos números da revista “Avante Cruzado” e do Jornal “Mensagem da Fé”.